

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA

**O IMPACTO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO MEIO OPERÁRIO – um estudo sobre
os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**

Campinas

2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

T 753 i Trópia, Patrícia Vieira
O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical / Patrícia Vieira Trópia. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Armando Boito Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Força Sindical (Brasil). 2. Neoliberalismo. 3. Sindicalismo. 4. Ideologia. I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Ciências Sociais

Patrícia Vieira Trópia

**O IMPACTO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO MEIO OPERÁRIO – um estudo sobre
os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Este exemplar corresponde à versão final da tese, defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/05/2004.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (orientador)
Prof. Dr. Álvaro Bianchi
Prof. Dr. Edilson José Gracioli
Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues
Prof. Dra. Lílíana Rolfsen Petrilli Segnini

Campinas

Maio de 2004

Para Caio e Gabriela

"Aos que hesitam"

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos de sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

Bertold Brecht, *Poemas 1913–1956*

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, em 1996, com um projeto sobre "As Bases Sociais do Sindicalismo de Direita no Brasil", não imaginei quantos desafios viriam pela frente. Eu vinha embalada pela dissertação de mestrado sobre um dos mais tradicionais redutos do sindicalismo de direita, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, e havia enfrentado tantas dificuldades para realizar o trabalho de campo que imaginei: desta vez será mais fácil. Ledo engano... As dificuldades com a pesquisa de doutorado, de um lado, somadas às necessidades de sobrevivência material, de outro, fizeram com que a redação do trabalho tivesse que ser interrompida algumas vezes – quando sabemos que para o desenvolvimento do trabalho intelectual são fundamentais tempo, constância e concentração.

O tema inicial era amplo, a bibliografia relativamente escassa, quando comparada aos estudos sobre a CUT, e a pesquisa exigia, além de total dedicação, muitos recursos financeiros. Ao final do primeiro ano do curso, decidimos fazer um recorte e estudar a "Adesão da Força Sindical ao neoliberalismo" e testar a hipótese de que esta adesão não se restringia apenas à direção da central, mas se difundia sobre sua principal base, os metalúrgicos paulistanos. Terminados os créditos em 1997, iniciei o ano de 1998 envolvida com a pesquisa documental e com o planejamento da pesquisa empírica. Montei, então, uma equipe de pesquisadores – composta por quatro estudantes do curso de Ciências Sociais da PUC–Campinas (Regina Célia Piunti, Cleci Streb, Rogério Zanca e Wagner Dias de França, aos quais sou, profundamente, grata) – e partimos para a aplicação de questionários e entrevistas. Até esta fase, pude contar com o apoio do CAPES e depois do CNPq que, além de uma bolsa de estudos, financiou a pesquisa de campo, pagando passagens para São Paulo, diárias para os pesquisadores, material de consumo,

como fitas K7, e fotocópias de documentos. No total, foram aplicados 81 questionários e realizadas 122 entrevistas aproximadamente (102 com a base e 20 com as lideranças).

A partir de 2000, através do Cemarx da Unicamp, iniciamos um projeto integrado de pesquisa pelo CNPq, intitulado "Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil". Minha pesquisa ganhou novo ânimo com o trabalho desenvolvido junto aos membros do grupo de pesquisa, composto por Andréia Galvão, Andriei Gutierrez, Armando Boito Jr., Claudinei Coletti, Danilo Martuscelli, Fernando Corrêa, Javier Vadell, Sandra Zarpelon, Sidney Tanaka, Silvana Assis e Vanderlei Carvalho. Não fossem a pesquisa coletiva, os seminários e o compromisso assumido com a publicação de nossas pesquisas, teria sido muito mais penoso chegar até aqui. Pelo trabalho e pela convivência amistosa, devo-lhes um agradecimento especial. Sr. Castelo, funcionário de longa data do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), abriu algumas portas para que eu pudesse acessar os arquivos e conversar com delegados sindicais, com algumas comissões de fábrica e diretores do sindicato e da Força Sindical – nominalmente citados no final deste trabalho. Álvaro Comin, pesquisador do CEBRAP, disponibilizou uma parte do banco de dados da pesquisa "Padrões de representação sindical e democracia no Brasil: um *survey* entre trabalhadores". Deste banco de dados apenas algumas informações foram úteis, mas o agradecimento fica aqui registrado.

Em 2002, pude contar com as sugestões e o incentivo dos professores Angela Maria Carneiro Araújo, do Departamento de Ciência Política da Unicamp, e Iram Jácome Rodrigues, do Departamento de Economia, da USP, quando da realização do exame de qualificação. A eles agradeço a leitura atenta do texto apresentado e as observações que fizeram naquela oportunidade.

Foram fundamentais nesta jornada: o carinho dos queridos amigos Giancarlo Pelegrino (a quem também agradeço pela assessoria estatística) e Eliana Rueda, Sônia Barbosa, Rogério Cerveira e Maria Helena Capelato; a experiência intelectual partilhada com os colegas do Comitê Editorial da revista *Crítica Marxista* e do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx); a solidariedade das colegas da Faculdade de Educação da PUC–Campinas (em especial, a colaboração do amigo e colega, da Faculdade de Economia, Fernando Mattos); e, finalmente, a disposição de quase duas centenas de metalúrgicos que – às vezes, ao final do seu trabalho e, outras tantas, em meio às assembléias – nos concederam uma entrevista.

Deixo registrado também meu especial agradecimento aos funcionários e docentes da Unicamp que, à sua maneira, têm se comprometido na luta em defesa da Escola pública, gratuita, universal e de qualidade em todos os níveis.

Se as dificuldades foram muitas, e de várias ordens, recebi o apoio acadêmico e intelectual do meu orientador, Armando Boito Jr., com quem trabalho há uma década e meia e cujo convívio acadêmico tem sido sempre estimulante. A ele agradeço a compreensão com os prazos e os incentivos na "curva" final.

Sou grata aos meus pais, Antônio Trópia Lopes e Rita de Cássia Vieira Trópia (*in memoriam*), e aos meus queridos irmãos, Isabela e Antônio, pela relação de amor e de amizade que construímos e que procuramos legar aos nossos filhos: Gabriela, Luíza, Sofia e Diego. Encontrei também, neste percurso, o carinho da Júlia, a querida Juju.

Por fim, uma palavra aos meus amores maiores, a quem dedico este trabalho e de quem só ouvi palavras de incentivo. À Gabriela, minha filha – que há 20 anos mudou tão prazerosamente o rumo da minha vida e que agora, aos 20 anos, começa a traçar o rumo da dela – agradeço pela

compreensão e pelo imenso afeto, principalmente nos momentos de dificuldade. Ao Caio, com quem partilho utopias, o gosto pela música clássica e os melhores desejos.

Resumo

O tema geral desta tese de doutorado é a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. Seu tema específico é o impacto da ideologia neoliberal no meio metalúrgico de São Paulo. Ainda que, no plano rigoroso da doutrina, neoliberalismo e sindicalismo sejam termos que se opõem, no plano político prático, a relação entre as políticas neoliberais e os sindicatos tem sido não apenas de confronto mas de conciliação e de adesão. Em função dos efeitos mais perversos produzidos pelo modelo desenvolvimentista e populista, que implantou uma 'cidadania regulada' e desigual, bem como da estrutura que organiza o sindicalismo de Estado, o neoliberalismo encontrou, no Brasil, o apoio ativo e militante de uma central sindical enraizada no meio operário. Esta central, criada sob os auspícios do governo Collor, tem suas forças políticas concentradas em setores tradicionalmente conservadores: inúmeros sindicatos oficiais governistas, com pouca ou nenhuma atuação reivindicativa, sob a égide do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A análise histórica mostra que os metalúrgicos paulistanos têm sido representados – exceto no período 1951–64 – por um sindicato politicamente conservador, cuja história combina governismo com resistência ao avanço das correntes mais ativas no sindicalismo, enquanto no plano reivindicativo suas lutas foram, até 1964, de inexpressivas a moderadas. Durante a ditadura, foi o principal reduto do peleguismo. De 1986 em diante, o SMSM assumiu uma orientação sindical tipicamente *trade-unionista* ao incrementar a luta grevista junto a base, enquanto, no plano político, se tornou uma força social ativa no processo de propagação da ideologia e de apoio à política neoliberais. Para tentar compreender porque uma política socialmente perversa – que desemprega e reduz direitos, quando não os retira – encontra apoio popular, realizamos uma pesquisa empírica e concluímos, em primeiro lugar, que a ideologia neoliberal se difundiu entre os metalúrgicos paulistanos e, em segundo, que a adesão deles não foi ativa, nem irrestrita; porém, graças à apropriação de aspirações dos metalúrgicos contra as desigualdades e injustiças produzidas pelo modelo desenvolvimentista e populista, bem como à promessa de emprego e de acesso ao consumo de bens com as privatizações, a ideologia neoliberal conseguiu atrair um segmento das classes dominadas. Para explicar esta atração é preciso considerar alguns aspectos tanto da conjuntura imediata – coerção econômica derivada do desemprego em massa na metalurgia da cidade de São Paulo nos anos 90 – quanto históricos de longo prazo – a desigualdade de direitos e benefícios entre trabalhadores do setor público e privado, legada pelo período populista. São estes fatores que nos ajudam a entender porque a crítica aos "privilégios" do setor público e às estatais como cabides de emprego encontrou tanto eco entre os metalúrgicos.

Abstract

The general theme of this doctorate thesis is the adhesion of Força Sindical to neoliberalism. The specific theme is the impact of the neoliberal ideology on the metal workers class of São Paulo. Although, on the concern of the doctrine, neoliberalism and unionism are historically terms in opposition, the relationship between them in Brazil hasn't just been of confrontation, but conciliation and adhesion. In spite of the perverse effects produced by the developmental and populist model, that implanted a unigal citizenship, the neoliberalism has found in Brazil the active and militant support of a union rooted in the labor class. This union, created during Collor government, has its political strength traditionally concentrated in conservative sections. The historical analysis shows that the metal workers from Sao Paulo have been represented - except in the period 1951-64 - by a conservative union, whose history combines government support with resistance to the progress of the active segments of the unionism. During the dictatorship, it was the main redoubt of conservatism. From 1986 on, SMSP assumed a syndical orientation typically trade-unionist, in the political plan, it became an active social power in the propagation process of the ideology and of support to the neoliberal policies. In order to try to understand why such perverse social politics - that dismisses and reduces rights - finds popular support we accomplished an empirical research and concluded: firstly, that the neoliberal ideology was spread among the metal workers from São Paulo and secondly, that their adhesion was passive. However, the neoliberal ideology got to attract a segment of the dominated classes. To explain this attraction, it is necessary to consider as much immediate circumstances (unemployment), as historical of long period (the perverse effects of the populist model). These are factors that help us understand why the critic to the privileges of the public section found so much echo among the metal workers.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – A Força Sindical - origem, raízes sociais e adesão à política neoliberal	37
I.1 A origem da Força Sindical – processo de constituição de uma frente conservadora no sindicalismo brasileiro	40
I.2 As raízes sociais da Força Sindical – perfil sócio-econômico e político	55
I.3 A atuação da Força Sindical nos anos de 1990 – adesão e reticência ao modelo neoliberal	57
I.3.1 A Força Sindical e as privatizações	67
I.3.2 A Força Sindical e a desregulamentação das relações trabalhistas	74
I.3.3 A Força Sindical diante da redução dos gastos sociais	81
I.3.4 A Força Sindical e a política de abertura econômica	84
Capítulo II – O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo – ativismo reivindicativo e conservadorismo político	87
II.1 A tradição conservadora do SMSP – origem e trajetória até os anos 80	88
II.2 Rumo à mobilização – ação grevista e reivindicativa do sindicalismo de resultados	96
II.3 O SMSP – consolidação da luta reivindicativa nos anos 90	102
II.4 O SMSP diante com o neoliberalismo – "novo assistencialismo" e "sindicalismo de serviços"	130
Capítulo III – O discurso das lideranças e a propagação das idéias neoliberais no meio operário	145
III.1 Os pioneiros na transição liberal	147
III.2 A introdução das idéias neoliberais no meio operário	153
III.3 A amplificação das idéias neoliberais no meio metalúrgico	156
III.4 O "bombardeio" ideológico contra o funcionalismo público e seus efeitos	193
Capítulo IV – O operariado metalúrgico da cidade de São Paulo: revolta contra o funcionalismo público e medo do desemprego	197
IV.1 O impacto do neoliberalismo no meio metalúrgico da cidade de São Paulo	201
IV.2 O discurso dos metalúrgicos – crítica aos "privilégios" e medo do desemprego	223
Considerações finais	247
Bibliografia	255
Documentos pesquisados	267
Periódicos consultados	269
Lideranças entrevistadas	271
Anexos I, II e III	273

INTRODUÇÃO

O movimento sindical vive hoje, em vários países, um momento de refluxo, cuja explicação deve ser buscada nas circunstâncias econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, na sua versão neoliberal. No Brasil, não é possível falarmos em refluxo nas mesmas proporções e dimensões daquelas que ocorreram, nas últimas décadas, com os sindicatos de alguns países centrais, onde além de um processo de desfiliação houve descenso das lutas sindicais (Visser, 1993; Martins Rodrigues, 1999). Mas, é inegável que, entre nós, o movimento sindical combativo, depois de conhecer sua "aurora" nos anos de 1980, de acumular algumas importantes vitórias sobre o peleguismo – entre as quais a reforma do modelo de gestão ditatorial da estrutura sindical –, de criar uma central sindical de massa e um partido de base popular, entrou em uma fase defensiva (Boito Jr., 1999; Galvão, 2003)¹. Relativamente aos anos de 1980, o número de greves caiu, inclusive o de greves gerais²; o setor

¹ O termo peleguismo surgiu de uma palavra nativa, o "pelego" – expressão através da qual os sindicalistas combativos se referiam àquelas lideranças que, ao bajular os patrões, buscavam amortecer o conflito entre capital e trabalho. Apesar de ser uma categoria nativa forjada no combate político prático, a expressão peleguismo alude, contudo, a um fenômeno sociológico de fundamental importância para a compreensão do sindicalismo no Brasil. A análise estrutural do sindicalismo brasileiro afirma que o pelego não é um mero oportunista ou agente infiltrado entre as lideranças para fazer valer os interesses do patronato. Trata-se de um fenômeno, ao mesmo tempo, enraizado socialmente e mais complexo. Dada a estrutura e a natureza do sindicalismo oficial, cuja organização e representação são outorgadas pelo Estado (já que é a burocracia de Estado quem concede a carta sindical, define e arrecada o imposto sindical e arbitra os conflitos sindicais), desde a sua origem, surgiu a possibilidade de formação de sindicatos sem nenhuma ou com pouca representação dos trabalhadores, que sobreviviam às custas do imposto sindical, que faziam de sua prática não uma prática reivindicativa, mas uma prática voltada, quando muito, para a prestação dos serviços assistenciais. O que diferencia estes sindicatos é o fato de estarem sempre prontos a apoiar os governos, sejam eles populistas, ditatoriais ou neoliberais. Este apoio tem como contrapartida a expectativa de que os governos garantirão a existência do sindicato oficial e impedirão o avanço das correntes reformistas ou revolucionárias no interior do sindicalismo. Não obstante o sentido político-ideológico do termo, utilizo-o pelo valor explicativo do conceito.

² Sobre as greves nos anos de 1980, ver Sandoval (1994) e Noronha (1991).

público – certamente o mais penalizado com a política de ajuste fiscal – sofreu sete anos sem reposição salarial, bem como com a ampliação das demissões e a contenção dos gastos públicos. Pressionado por esta situação, diminuiu tanto o número de greves no setor público, quanto a participação dos servidores nos movimentos grevistas. O padrão das greves também se modificou – as greves de categoria perderam importância para as greves por empresa –, houve uma pulverização das negociações e as reivindicações salariais acabaram sendo suplantadas por aquelas relativas ao descumprimento dos acordos coletivos e pela defesa da estabilidade no emprego (Dieese, 2001a). Por fim, as estratégias de confrontação e as ações de massa, defendidas e praticadas pela CUT nos anos 80, acabaram sendo, em alguns episódios, substituídas pela negociação de cúpula com os governos neoliberais.

Este recuo resulta tanto de fatores econômicos quanto políticos e ideológicos. A queda nas taxas de crescimento econômico, a redução dos níveis de emprego, o deslocamento de indústrias para o interior ou outros estados, a ameaça de recessão ao longo da década de 1990 e o aumento da informalidade enredaram o movimento sindical, tanto mais porque todos estes fatores foram acompanhados por uma austera política de controle dos gastos públicos – o que agravou a situação econômica e social do País, pois, sem investimentos estatais diretos, tanto na produção quanto na geração de empregos, a retomada do crescimento ficou comprometida.

No Brasil, se os movimentos sociais tiveram que enfrentar, desde a vitória de Collor, um governo determinado na implementação de uma política econômica recessiva – evidentemente desfavorável aos trabalhadores –, sua capacidade de resposta acabou sendo minada pela ofensiva anti-socialista e anti-marxista que contaminou alguns setores da esquerda sindical e partidária³.

³ Para uma análise da posição do PT, PCdoB e PSTU diante do neoliberalismo, ver o artigo a seis mãos de Gutierrez et alli (2002).

Este impacto foi ampliado com a ofensiva da "nova direita", e de seus *slogans* ideológicos prediletos como "fim da história", "fim das ideologias", "fim da luta de classes". Um sintoma deste impacto foi a mudança das estratégias políticas de partidos como o PT e a revoada de intelectuais do campo crítico para as teorias "pós-modernas" ou "pós-marxistas". Diante de tudo isso – que não é pouco –, o movimento sindical recuou e refluiu.

Todavia, se tomarmos este refluxo de forma homogênea e mecânica, isto é, como se o movimento sindical fosse um bloco monolítico e apenas vítima de uma situação política e ideologicamente desfavorável, não conseguiremos entender a dinâmica da luta sindical travada no Brasil na década de 1990, nem explicar a criação e o crescimento de uma central que – como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho – aderiu ao neoliberalismo.

A Força Sindical foi criada um ano após a posse de Fernando Collor de Mello, em pleno período recessivo, num momento em que os movimentos sociais organizados no campo da esquerda ainda se refaziam da derrota de Lula e o sindicalismo procurava reagir às perdas produzidas pelo primeiro plano de estabilização implantado por aquele governo. No plano sindical, a criação da central representou, fundamentalmente, uma ofensiva dos setores à direita da CUT. A CUT possuía, até então, a hegemonia no movimento sindical no interior do aparelho sindical oficial – ainda que não fosse numericamente majoritária. Com a criação da Força Sindical este quadro é abalado, já que entre as estratégias da nova central estava a disputa pela hegemonia no sindicalismo. No plano político-ideológico, a Força Sindical foi o resultado de uma frente conservadora que conseguiu aglutinar duas correntes sindicais, o "velho peleguismo" e o "sindicalismo de resultados", sob a égide do SMSP⁴. O SMSP, tradicional reduto do

⁴ Entendo como conservadora a prática que contribui, pela ação e pela omissão, para a manutenção do capitalismo dependente brasileiro, na sua configuração atual (concentração da renda, redução dos

peleguismo e de onde havia surgido o "sindicalismo de resultados", dirigiu esta frente conservadora para o neoliberalismo.

A Força Sindical aderiu ao neoliberalismo ao apoiar ativamente a implantação de algumas políticas neoliberais, bem como difundir aspectos desta ideologia para suas bases. Mas, diferentemente do que a maior parte da bibliografia afirma e ao contrário do que a maioria dos ativistas do movimento sindical prega, a penetração da ideologia neoliberal não se limita às suas lideranças, mas se propaga entre sua base principal, os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

Para explicar o impacto do neoliberalismo no meio operário é fundamental considerarmos o processo de lutas no interior do sindicalismo brasileiro, suas contradições, a posição política e ideológica das organizações que representam os interesses das frações das classes trabalhadoras em luta e, sobretudo, as suas raízes sociais. Apenas se conseguirmos estabelecer que relações há entre as orientações e práticas da Força Sindical e seu principal baluarte, o SMSP, de um lado, e os interesses econômicos e políticos, históricos e imediatos, dos trabalhadores que ela representa, de outro, poderemos responder duas questões centrais que orientam esta tese: 1) por que a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo? e 2) por que uma política conservadora e perversa socialmente atraiu um tradicional segmento operário – os metalúrgicos da cidade de São Paulo?

A. Neoliberalismo e sindicalismo

À primeira vista, a proposição segundo a qual uma organização sindical aderiu ao neoliberalismo pode parecer estranha e equivocada. Primeiramente, porque qualificar como

direitos sociais, oligopolização da economia, dependência frente ao capital estrangeiro, submissão ao imperialismo, concentração da propriedade da terra).

neoliberal uma central sindical é – se partimos de uma análise meramente formal – uma inconsistência teórica. O neoliberalismo tem como pressupostos a livre iniciativa individual e a idéia de que o mercado, inclusive o de trabalho, é auto-regulável e deve fluir sem interferências e resistências. Já a noção e a prática do sindicalismo baseiam-se no pressuposto de que, juntos, os trabalhadores podem constranger os capitalistas a negociar salários, jornada ou condições de trabalho. Neoliberalismo e sindicalismo seriam, portanto, termos que se opõem. Por sua vez, se tomarmos aquela proposição de outro ângulo, isto é, se sairmos do plano analítico, estrito senso, à primeira vista também poderá parecer inconsistente que uma central opte pelo neoliberalismo, pois este se caracteriza, não apenas no plano ideológico, mas no concreto, por condenar as ações reivindicativas e impor uma histórica regressão aos direitos trabalhistas.

Os sindicatos seriam, no dizer dos teóricos neoliberais, "nefastos" (por incitarem à indolência e à acomodação com a proteção estatal) e "parasitas" (por se apoiarem, inclusive, no desemprego) (Friedman e Friedman, 1980). A ofensiva mais radical contra o sindicalismo foi dirigida pelo governo Thatcher (1979-90) que, além de limitar o poder e o funcionamento dos sindicatos e de dificultar a deflagração das greves, orquestrou uma campanha de desqualificação da ação sindical, levando o sindicalismo inglês a um recuo sem precedentes (McIlroy, 1997 e 2002). Não obstante a crítica no plano doutrinário e o ataque no plano político, ao procedermos à análise da ideologia prática neoliberal, bem como das ações estatais que ela procura justificar, verificamos que o sindicalismo pode ser tolerado e até se tornar funcional aos governos neoliberais.

Neoliberalismo e sindicalismo: contradição teórica.

Nos anos de 1970, a crise financeira dos países desenvolvidos gerou inflação, alta dos preços, desemprego e estagnação econômica (Anderson, 1995; Brunhoff, 1991; Moraes, 2001). A redução nas taxas de lucro do capital suscitou, então, reações em diferentes planos: no plano da organização capitalista propriamente dita, a reação mais imediata, e em certa medida autônoma frente a política estatal, foi a reestruturação da produção e dos processos de trabalho⁵. No plano político e econômico, contudo, a crise dos anos 70 abriu caminho para uma ofensiva internacional da burguesia e do imperialismo, executada pela política estatal e escudada pela ideologia neoliberais⁶.

O neoliberalismo – fundado pelos economistas Von Mises e Hayek, da escola austríaca, e desenvolvido pelas escolas de Chicago e de Virgínia, conhecida também como *Public choice* – promete eficiência, bonança e felicidade aos agentes econômicos, desde que não haja regulamentação das relações mercantis. Os liberais concebem a sociedade como um conjunto de indivíduos, naturalmente livres e desiguais que, apenas sob determinadas condições, com garantias de plena liberdade econômica e sem interferências externas ao mercado, podem

⁵ Compreendemos a reestruturação produtiva como uma das ofensivas do capital sobre o trabalho na atual fase do capitalismo. Ela resulta da necessidade de intensificação da mais-valia relativa e de redução de custos – o que fica evidente com a automação e a implementação de programas de reestruturação produtiva e administrativa levadas a efeito pelas empresas nacionais e multinacionais. Pode-se afirmar que as decisões empresariais sobre o quê, quanto e como reestruturar não dependem *diretamente* da política estatal neoliberal. Mas, seguramente no caso brasileiro, observa-se que a implantação da política de abertura incrementou os processos de reestruturação, já que muitas empresas, sob concorrência direta, tiveram que intensificar a exploração do trabalho e baratear os produtos. Este é um tema bastante pesquisado e sobre o qual não cabe, aqui, nos alongarmos. Façamos, contudo, apenas uma ressalva: trabalhos de pesquisa vêm mostrando que a reestruturação produtiva está condicionada mais à dominação política e econômica e menos, como se alardeia, às necessidades técnicas.

⁶ Entre as consequências daquele desequilíbrio situam-se o exponencial aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento, bem como, e para supostamente solucioná-la, a implantação de políticas monetaristas.

satisfazer suas vontades e serem, por isso, felizes. Os argumentos de Hayek (1983) contra a intervenção do Estado eram abrangentes – pois investiam contra todas as formas históricas de intervencionismo e planificação – e partiam de uma premissa: existe uma 'ordem (social, econômica) espontânea' que fora desviada de seu curso natural⁷. Esta 'ordem espontânea' e auto-regulável é o mercado. Todas as formas de intervencionismo, afirma Hayek, "conduzem necessariamente à transformação gradual da ordem espontânea de uma sociedade livre num sistema totalitário" (*apud* Anderson, 2002: 332). O intervencionismo é sempre artificial na medida em que mascara os sinais dos preços; já o mercado emite sinais de preços e expressa, de forma espontânea, as condições da oferta e da procura.

A ideologia teórica neoliberal, em nome da liberdade individual, da sobrevivência do mercado e da felicidade humana, prega que as modernas corporações – os sindicatos e suas centrais – são inimigos a serem abatidos⁸. Os ideólogos neoliberais fazem esta "declaração de guerra" aos sindicatos fundamentando-se em duas tradições teórico-ideológicas que foram se fundindo ao longo do século XIX: o pensamento liberal e o pensamento conservador (Moraes, 2001).

⁷ Esta ordem espontânea consistiria em uma "teia de relações não intencionais, mas ainda assim coerentes, dentro da qual agentes individuais perseguem cada um seus objetivos específicos, obedecendo apenas a regras de procedimento" (Anderson, 2002: 332).

⁸ Antes de prosseguirmos é necessário esclarecer porque adjetivar a ideologia neoliberal de *teórica*. Segundo Althusser (1986) toda ideologia pode ser caracterizada segundo diferentes níveis de sistematização. Haveria a forma sistematizada, teoricamente elaborada da ideologia e a forma menos teorizada ou prática da ideologia. A ideologia teórica neoliberal, a partir daquela classificação, referir-se-ia ao conjunto de princípios e postulados do neoliberalismo, ou seja, ao plano doutrinário. A ideologia prática, por sua vez, diria respeito ao conjunto mais ou menos coeso de percepções, concepções, orientações "mais colados à prática". Nesta direção, Boito Jr. definiu a ideologia teórica como "a camada mais superficial do discurso ideológico", enquanto a ideologia prática conteria "os componentes do discurso" mais colados à prática porque visam apresentar *propostas práticas para problemas concretos*" (1991a: 95). Esta separação da ideologia em duas formas será muito útil neste trabalho, já que há metamorfoses e contradições entre os pressupostos neoliberais e os pressupostos da ação sindical.

Do liberalismo clássico, os teóricos neoliberais retomam seus conceitos elementares: livre concorrência, liberdade econômica e desigualdade natural. Do pensamento conservador, os neoliberais herdaram a crítica aos conceitos de igualdade e de democracia "ilimitada" – o que fica evidente quando Hayek (1983) defende uma forma de governo da minoria, a demarquia⁹. Tendo em seu horizonte que o indivíduo deveria ser protegido da "tirania das massas", Friedman defende, na prática, a adoção de regimes políticos autoritários, em que haveria liberdade econômica sem democracia (Cf. Moraes, 1996)¹⁰. Se a liberdade econômica é um valor intrínseco e universal e a democracia um valor apenas instrumental, as reivindicações constantes e cumulativas das massas populares e de suas organizações, tanto pela conquista do sufrágio universal, quanto pela ampliação de direitos (como, por exemplo, o pleno emprego), constituem uma ameaça à liberdade econômica¹¹. Contra as massas e suas organizações dever-se-ia lutar¹². Assim, se os inimigos estavam definidos, vejamos então como o sindicalismo, no plano doutrinário, era combatido.

O sindicalismo não é o tema central da ideologia teórica neoliberal. Na obra de Hayek e Friedman, apenas algumas páginas são dedicadas à análise dos sindicatos, mais precisamente à

⁹ Demarquia seria uma forma de governo limitada ou subordinada a princípios definidos pela minoria e não apenas derivada da maioria eleitoral.

¹⁰ O apoio à ditadura chilena de Augusto Pinochet, que adotou a política econômica neoliberal, é o caso paradigmático.

¹¹ Daí, por exemplo, a insistência dos neoliberais na necessidade de o Banco Central ser, política e totalmente, independente de qualquer governo, ou ainda a proposta de uma Constituição que proíba taxativamente o déficit estatal.

¹² Alguns autores têm assinalado tanto a influência do pensamento conservador sobre os neoliberais, quanto o elitismo de suas propostas políticas. Destes estudos pode-se depreender que liberalismo econômico e liberalismo político, além de tradições teóricas distintas, não são associáveis. Para uma análise da direita radical no final do século XIX e sua influência sobre o pensamento de Hayek, ver o ensaio de Perry Anderson (2002).

crítica às corporações – como eles são chamados¹³. Contudo, o sindicalismo diz respeito a um dos temas fundamentais da doutrina liberal, qual seja, o preço ou o valor de uma determinada mercadoria: a força de trabalho.

Com todo rigor, se indagarmos qual o lugar do sindicalismo no pensamento neoliberal a resposta será nenhum, pois não haveria razões para a existência de sindicatos. Ao analisarmos os textos dos principais representantes do pensamento neoliberal, Hayek e Friedman, deduz-se que há duas ordens de argumentos lançados por eles na crítica às corporações. A primeira ordem de argumentação dá-se num terreno conceitual, ou seja, os neoliberais procuram demonstrar que os sindicatos estão baseados em pressupostos e valores que contradizem a lógica mercantil e a livre iniciativa individual. Já a segunda ordem de argumentos é interna; neste nível de análise, os neoliberais procuram mostrar que, na prática, os sindicatos são contraditórios com aquilo que postulam: os sindicatos têm sido incompetentes em realizar os propósitos para os quais foram criados, pois ao pressionarem por aumento salarial acabariam, a longo prazo, rebaixando os níveis salariais. Por outro lado, ao regulamentar o mercado de trabalho, os sindicatos interfeririam no preço da força de trabalho – mascarando-o para mais ou para menos e, assim, desequilibrando a lei da oferta e da procura. No limite, os sindicatos diminuiriam o número de empregados e de empregos, gerando, fatalmente, desemprego. Tratemos, agora, da crítica conceitual.

O conceito elementar no pensamento hayekiano é o de liberdade econômica. A liberdade é um atributo estritamente individual, sem dimensões sociais, e, como tal, obriga o indivíduo a assumir todos os riscos da condução de sua própria vida, de forma particular e independente. A

¹³ De Hayek ver *Fundamentos da liberdade* (1983), onde há um capítulo dedicado à crítica aos sindicatos. Os textos de Milton Friedman são *Capitalismo e Liberdade* (1985) e, em colaboração com Rose

liberdade é também definida como ausência de coerção. Trata-se da possibilidade de agir de acordo com a própria vontade (Hayek, 1983).

A troca voluntária que ocorre no mercado constitui uma condição suficiente e necessária à liberdade e à prosperidade (Friedman e Friedman, 1980). Tudo o que impede que os preços expressem livremente as condições da oferta e da procura interfere na transmissão das informações que são precisas para os compradores e vendedores. Os sindicatos são organizações que baseiam o seu poder no monopólio da representação de um certo grupo de trabalhadores. Este monopólio pode distorcer as informações transmitidas (pelo sistema de preços) ou impedir que as pessoas se comportem livremente (Friedman, 1980). Ele restringe o ingresso de indivíduos no mercado em geral (e no mercado de trabalho em particular), ou seja, como compradores e vendedores de força de trabalho. Além disso, os sindicatos são coercitivos, na medida em que espoliam os indivíduos da própria evolução da natureza humana, geralmente usando da violência física (Hayek, 1983). Ao restringir e coagir os indivíduos, os sindicatos impedem a livre concorrência.

Em síntese, os sindicatos estão baseados na vontade coercitiva, na medida em que impõem regras (limites, restrições, exclusão) e salários, enquanto o mercado está baseado na troca voluntária entre os indivíduos, na livre iniciativa individual. Como se não bastasse essa oposição, enfatizam os neoliberais, o poder coercitivo dos sindicatos é legalizado pelo Estado e apoiado pelos governos.

Podemos então concluir que a rejeição aos monopólios privados (ou seja, aos sindicatos) se dá em função de duas oposições básicas para a doutrina liberal: liberdade X coerção (Hayek) e

Friedman, *Liberdade de escolher* (1980) e *Tyranny of the status quo* (1983).

mercado X coerção (Friedman). Para Friedman, o mercado é o resultado da ação cooperativa de um grande número de indivíduos, enquanto cada um deles cuida de seus próprios interesses. Enquanto este processo de cooperação voluntária pressupõe vantagens mútuas, não há coerção. Por fim, a superioridade do mercado como mecanismo de expressão das vontades individuais, como realizador da livre iniciativa, é o argumento derradeiro usado pelos neoliberais na crítica às corporações. É a lógica mercantil, em oposição à lógica coercitiva e restritiva dos monopólios, quem ordena espontaneamente as atividades humanas. Contudo, a superioridade do mercado e o combate aos sindicatos são mais enfatizados nos exemplos concretos citados pelos autores em questão. Vejamos então a crítica interna.

Além da contradição entre os princípios do sindicalismo e da sociedade de mercado, os neoliberais também refutam o papel que os sindicatos desempenham historicamente. O ponto de partida de Hayek e Friedman é o reconhecimento do nefasto poder dos sindicatos na sociedade atual. De onde deriva o poder dos sindicatos?

Este poder deriva fundamentalmente da crença na eficiência dos sindicatos. A eficácia dos sindicatos na sociedade capitalista americana é uma ilusão, afirmam Friedman e Friedman (1980), pois os sindicatos têm sido incompetentes na conquista de suas funções básicas. Eles representam menos de 25% do total dos trabalhadores. São reminiscências de um período pré-industrial quando os artesãos e mercadores organizavam-se em corporações de ofício e *guildas*. As *guildas* tinham um caráter corporativo bem definido, na medida em que regulamentavam preços, o número de peças produzidas, as condições da produção, da troca, o número de artesãos etc. É esse monopólio da produção e do comércio o grande problema que os atuais sindicatos herdaram das *guildas*. Friedman coloca então uma questão: os sindicatos são fortes porque seus membros são bem remunerados, ou seus membros são bem remunerados porque seus sindicatos

são fortes? Para Friedman, a primeira assertiva é a verdadeira. É a lei da demanda quem governa o preço dos salários. Quanto mais alto o preço, menos pessoas se disporão a comprar. No caso dos salários é essa regra (lógica concorrencial) que vale e ela é inversamente proporcional ao critério utilizado pelos sindicatos. Estes têm procurado aumentar o preço da força de trabalho (aumento salarial), justificando assim sua existência como uma organização que detém o monopólio da representação dos interesses dos trabalhadores. Ora, se levarmos em conta a lei da oferta, o aumento salarial acabará reduzindo o número de empregos e menos trabalhadores terão oportunidade de realizar as suas vontades, ainda que numa expectativa inferior à desejada.

O sindicato forte seria responsável pelo aumento do desemprego. Assim, ele entra em contradição com a sua função. Trata-se de uma contradição lógica e comprovada na prática, afirma Friedman. Os salários aumentam apenas quando cresce a produtividade. Neste caso, a produção aumenta, os preços diminuem e mais pessoas podem comprar. Conseqüentemente, cresce o número de empregos e os salários aumentam¹⁴.

Já para Hayek (1983), os sindicatos são ineficazes na representação dos interesses de todos trabalhadores, pois só podem servir a interesses setoriais e corporativos. Hayek afirma que o interesse geral que os sindicatos advogam é impraticável. Os sindicatos só têm sucesso porque são corporativistas, pois é em função daqueles que ganham menos, bem como dos desempregados, que os melhores salários podem ser mantidos¹⁵. O poder coercitivo dos

¹⁴ A compreensão de que a valorização das mercadorias – inclusive da força de trabalho – ocorre na esfera do mercado encontrou eco no sindicalismo: por exemplo, no sindicalismo de negócios norte-americano e, no caso do Brasil, na corrente do "sindicalismo de resultados" e, posteriormente, na Força Sindical.

¹⁵ Brunhoff (1991) mostra que a crítica dos governos neoliberais ao caráter corporativista dos sindicatos produziu um efeito perverso sobre o movimento sindical, na medida em que – diante da alusão a um problema real, a desigualdade de tratamento dos beneficiários – acirrou a "concorrência" entre grupos de trabalhadores, em uma conjuntura de crise.

sindicatos sobrevive em função da proteção legal, da legitimidade que os sindicatos têm hoje – do mito da eficiência salarial – e das sanções conferidas pelas leis e pelos tribunais às atividades sindicais. Os sindicatos jamais teriam alcançado êxito, conclui, se não contassem "com o apoio de um público mal-informado e a ativa colaboração do governo" (Hayek, 1983: 332). Para os neoliberais quem então protege o trabalhador?

Pressupondo que o empregador não paga o suficiente, quem realmente protege o trabalhador não são os sindicatos e, sim, a existência de outros empregadores para os quais pode trabalhar¹⁶. Em contrapartida, o empregador é protegido da exploração de seus empregados pela existência de outros trabalhadores que pode contratar. O papel da livre concorrência (liberdade para oferecer e demandar) é o aspecto do mercado que deve reger as relações entre empregados e empregadores. É, com todo rigor, a livre iniciativa, a liberdade de escolher – de empregados e empregadores – a única condição que realiza as vontades, que garante bons salários, bons trabalhadores e a soberania do consumidor. De qualquer forma, advertem os neoliberais, se as leis não podem impedir a liberdade de associação, que pelo menos não incentivem as reuniões de produtores.

A análise dos principais argumentos utilizados pelos neoliberais na crítica aos pressupostos e no combate à ação dos sindicatos não deixa dúvidas: sindicalismo neoliberal é uma contradição nos próprios termos. O sindicalismo nega a liberdade individual, tal qual concebida pelo neoliberalismo e impede o livre funcionamento de mercado. Rigorosamente, para os neoliberais é o próprio trabalhador quem deve "se proteger" e negociar seu contrato de

¹⁶ Vale observar que neste nível de argumentação, ao mesmo tempo em que os neoliberais criticam as funções do sindicatos, apontam para a superioridade da lógica mercantil. Em outros termos, se o aumento de salários não ocorre em função dos sindicatos – como eles próprios se arrogam –, ele só pode ocorrer em função do livre mercado de trabalho.

trabalho, assumindo todos os riscos [sucessos e fracassos], enquanto o sindicalismo é o "vendedor coletivo" da força de trabalho.

Se, no plano da ideologia teórica neoliberal, não há lugar para o sindicalismo, a tese segundo a qual uma central sindical aderiu ao neoliberalismo permanece válida e pertinente?

Neoliberalismo e sindicalismo: convergência político-ideológica

No plano da ideologia prática e das políticas concretas, os governos neoliberais também têm realizado um ataque frontal aos sindicatos e ao movimento operário, que são acusados de terem "corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais" (Anderson, 1995: 10).

Em geral, os governos neoliberais dos anos 70 e 80 assumiram o poder combatendo, no plano ideológico e com políticas concretas, os sindicatos e as centrais sindicais que lhes faziam oposição. Procuraram enfrentar a resistência dos trabalhadores quase sempre com a mesma estratégia, dura e sistemática: desqualificação dos sindicatos, implementação de uma legislação anti-sindical e utilização da força policial para reprimir greves e protestos sociais¹⁷. No plano ideológico, tachava-se a negociação coletiva de ultrapassada e inadequada à competitiva indústria contemporânea e incentivava-se – quando não se impelia – os trabalhadores a "negociar" seus contratos individualmente – o que fortalecia o poder dos empregadores e reduzia numérica e politicamente os sindicatos. O dismantelamento da ação sindical restauraria o

¹⁷ Os estudos do movimento sindical inglês enfatizam também que a cooptação de lideranças passou a fazer parte do repertório de estratégias de amortecimento da resistência sindical. No Brasil, além da denúncia de cooptação de lideranças (Gonzales, 2001), uma estratégia importante tem sido estreitar a dependência dos sindicatos face aos recursos públicos - o que atrela politicamente os sindicatos aos governos.

equilíbrio do mercado, dinamizaria a competitividade na indústria, aumentaria o lucro, reduziria os salários e favoreceria a criação de novas empresas livres dos sindicatos nos moldes tradicionais e livres das greves. Os modelos do sindicalismo de negócios norte-americano e do sindicato por empresa japoneses, por serem supostamente apolíticos, eram tomados como exemplos de "bom sindicalismo" (McIlroy, 2002). Com a atuação colaboracionista dos sindicatos, o Estado e as empresas poderiam promover um modelo de remuneração por desempenho e o pagamento proporcional à produtividade – o que certamente corroeria a solidariedade e a identidade de interesses dos trabalhadores.

A atuação do governo inglês é o caso mais exemplar. Thatcher enfrentou a greve dos trabalhadores da siderurgia, em 1980, e a longa greve dos mineiros de 1984–85, sempre com "mão de ferro", o que resultou na perda de direitos, no desmantelamento da Federação dos Mineiros e no recuo do movimento sindical inglês. Segundo McIlroy, além de uma virulenta campanha de desqualificação social dos sindicatos, o governo Thatcher implementou uma política que, de um lado, reduziu ou eliminou a participação das lideranças sindicais nas decisões políticas e, de outro, interferiu diretamente na organização dos sindicatos¹⁸. Foram proibidas greves e piquetes de solidariedade, os sindicatos passaram a ser indiretamente responsabilizados por infrações à lei por parte de seus associados e a autonomia sindical foi abalada com a exigência de requerimentos complexos para as eleições sindicais obrigatórias. Passou-se a intervir legalmente nas atividades sindicais relacionadas a finanças, organização e adesão de novos membros. O governo conservador criou também duas novas comissões para financiar

¹⁸ Segundo McIlroy (1997) o *slogan* forjado pelos conservadores ingleses para enfrentar o sindicalismo era: *o inimigo entre nós*. Outro bordão usado pela "dama de ferro" – *There is no alternative (TINA)* – pregava que medidas austeras no plano econômico e, particularmente, sindical eram as únicas possíveis caso se almejasse um futuro promissor. Os sindicalistas eram considerados ultrapassados e identificados como "barões", "mafiosos" e "jurássicos" (Beynon, 2003).

indivíduos que desejassem acionar seus sindicatos, na Justiça, em defesa de seus direitos (McIlroy, 1997 e 2002; Coates, 2002).

Nos Estados Unidos, durante o governo Reagan, as ações empresariais consideradas "desleais" adotadas contra os sindicatos, embora proibidas pela Lei Nacional de Relações Industriais, aumentaram. Entre tais ações patronais, e com a anuência daquele governo, houve dispensa de ativistas e tentativas de prejudicar as atividades de convencimento dos empregados por parte dos sindicatos. Segundo Martins Rodrigues (1999), o número de sindicalistas despedidos subiu de 4.477 (1965) para 34.532 (1984), para, em seguida, cair e se estabilizar entre 16 e 19 mil, no decênio seguinte. Na Alemanha, a política econômica neoliberal, incrementada após a reunificação do país, colocou a Confederação Sindical Alemã (DGB) na defensiva¹⁹. Este quadro de descenso do movimento sindical, grosso modo, manteve-se nos anos seguintes.

Foi apenas em meados da década de 1990 que o cerco político-ideológico a alguns movimentos sociais começou a ser rompido. Na França, a greve geral deflagrada entre os meses de novembro e dezembro de 1995 simbolizou a retomada do movimento sindical, contrário à reforma da seguridade social e ao contrato de plano entre Estado e *Société Nationale de Chemins de Fer* (SNCF). Na Alemanha em 1996, durante algumas semanas, os trabalhadores protestaram contra a demora no pagamento da licença-saúde. Um ano depois, na primavera de 1997, uma segunda onda de protestos de mineiros, metalúrgicos e operários da construção, contra a política governamental que rompia com o 'pacto pelo emprego', reacendeu as lutas sociais (Schauer, 1998). A partir de 1992, alguns sindicatos argentinos, sobretudo do setor público, formaram a *Central de los Trabajadores Argentinos* (CTA) que, unida ao *Movimiento de Trabajadores*

¹⁹ Ver a entrevista com René Mouriaux (Galvão, 2000).

Argentinos (MTA), tem lutado contra o desmonte dos direitos sociais, a privatização, bem como o crescente quadro de desemprego²⁰. No Peru, em 2002, após violentos protestos, o governo suspendeu a privatização das empresas de produção de energia elétrica EGASA e EGESUR²¹.

No Brasil, alguns autores vêm nas greves de setembro de 1999 e nas paralisações ocorridas em novembro de 2000 uma tentativa do movimento sindical de sair do isolamento em que foi colocado durante os anos 90 (Jácome Rodrigues, 2001). Estes movimentos representam parte do espectro de reações de sindicatos e de centrais sindicais à investida neoliberal no plano internacional. Embora o movimento sindical tenha conseguido responder às investidas da ideologia e da política neoliberais com novas lutas, greves e protestos, há também reações conciliatórias e, mesmo, de adesão do sindicalismo ao neoliberalismo.

A Confederação Européia dos Sindicatos (CES) corroborou as teses da Comissão Européia, organismo que defendeu a "flexibilização" do mercado de trabalho, a política de privatização e a redução dos gastos públicos. A *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT) – que nos anos de 1970 jogou um papel importante na crítica da sociedade capitalista – a partir dos anos de 1980, passou a disseminar as supostas vantagens da função reguladora do mercado e a defender a desregulamentação e a adaptação da sociedade francesa à "mundialização liberal" (Daucé e Debons, 2001). Esta central apoiou e procurou legitimar as tentativas de implementação das políticas de natureza neoliberal na França, entre elas a reforma da seguridade social. Secretária geral da CFDT, no período de 1992 a 2002, Nicole Notat

²⁰ Entre os sindicatos de funcionários públicos que criaram o CTA encontram-se a *Asociación de Trabajadores del Estado* (ATE) e a *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CTERA) (Murillo, 1997).

²¹ Ver "Peru declara estado de emergência em Arequipa e governo pede calma". *Folha On-line*, 16 de jun. de 2002, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u42481.shl>

difundiu aspectos da ideologia neoliberal entre os trabalhadores franceses ao defender a "flexibilização" das relações de trabalho, enquanto, no plano político, liderou o boicote à greve geral de 1995 e se apresentou como interlocutora do governo Alain Juppé²².

Encontramos também em solo latino-americano alguns exemplos de conciliação do sindicalismo com os governos neoliberais. Na Argentina, no período 1985–89, o governo de Raul Alfonsín deparou-se com nada menos do que 13 greves gerais de oposição à política econômica. Entretanto, durante as duas gestões do governo de Carlos Menem, o movimento sindical dividiu-se entre a resistência e a conciliação. Segundo uma estudiosa do sindicalismo argentino, o presidente Menem iniciou um processo de estabilização econômica e de reformas cujo pressuposto contrapunha-se à tradição peronista dos sindicatos (Murillo, 1997). Ainda assim, sindicatos filiados à *Confederación General del Trabajo* (CGT) colaboraram com as iniciativas neoliberais. Um episódio exemplar, para os nossos argumentos, ocorreu em julho de 1994, quando o governo Menem, a CGT e organizações empresariais firmaram um acordo, um pacto, cujo teor compreendia mudanças nas relações de trabalho (extinção de convenção coletiva para empresas em processo falimentar, descentralização da negociação coletiva etc) (DESEP, 1998).

Vejamos agora o caso do Brasil. Aqui, a política neoliberal não encontrou contra si um amplo e unificado movimento sindical²³. Diferentemente da Inglaterra, onde o neoliberalismo

²² Os trabalhadores teriam mais interesse em trabalhos temporários e horários variáveis do que na jornada de trabalho regular (Notat, 1997).

²³ As lutas de resistência organizadas pela CUT variaram muito ao longo da década de 90, em ritmo e em intensidade. Enquanto o comportamento das lideranças cutistas nos governos Collor e Itamar fora de combatividade em relação às privatizações – participando de atos e conclamando os trabalhadores a resistir à quebra dos monopólios – a partir do primeiro governo FHC esta luta torna-se efêmera e, sob a presidência de Vicente Paulo da Silva, a central assume e aprofunda o sindicalismo propositivo. A experiência das Câmaras Setoriais e a atuação da direção da CUT na Reforma da Previdência são episódios elucidativos da linha de conciliação do sindicalismo cutista frente à plataforma neoliberal. De outra parte, é certo que a CUT tem liderado, dentro do movimento sindical, protestos e mobilizações

tinha no sindicalismo seu inimigo principal, no Brasil, desde que chegou ao poder em 1989, Collor pode contar com o apoio de uma corrente sindical que vinha convergindo para o neoliberalismo. Esta corrente, aliada aos setores pelegos, criou, sob o patrocínio do presidente Collor de Mello, a Força Sindical, central cujas orientações e atuação evidenciam, ao longo da década de 1990, um apoio ativo e militante em favor das privatizações e da desregulamentação do mercado de trabalho. A atuação da central, por exemplo, foi decisiva na privatização da USIMINAS, da Mafersa e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Implantou, extra-oficialmente, contratos "flexíveis" na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), para depois propô-los ao governo federal. Defendeu a desregulamentação das relações de trabalho na Reforma da Previdência e na Reforma Administrativa e militou pela aprovação do Projeto de Lei 5.483/01 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 2002. A Força Sindical também tem difundido para os trabalhadores alguns aspectos da ideologia neoliberal: a superioridade e as vantagens do "sindicalismo de serviços" – na realidade um eufemismo que oculta a função capitalista dos sindicatos – em relação ao sindicalismo de confronto; a empregabilidade – um discurso meramente ideológico, baseado na falácia de que o desemprego atual resulta do despreparo profissional dos trabalhadores frente à qualificação exigida pelas indústrias de ponta – que responsabiliza os trabalhadores pelo próprio desemprego²⁴; o incremento de uma concepção individualista e privatista, segundo a qual os trabalhadores são

contra a proposta de mudança na CLT, o avanço das privatizações e do desemprego. Contudo, foi o MST, o movimento que empreendeu a resistência mais organizada ao governo de FHC e, de resto, ao seu projeto.

²⁴ Para simular uma reversão de tal situação, os governos neoliberais passam a investir recursos, antes destinados a políticas de emprego ativas (como o seguro desemprego), em programas de educação profissional. As centrais sindicais, ao assumirem a função de qualificadores, tornam eficaz o discurso neoliberal, segundo o qual o trabalhador é o responsável pelos riscos do mercado de trabalho, restando-lhe "pegar ou largar" as oportunidades de qualificação ou requalificação que lhes são oferecidas, gratuitamente, pelos sindicatos.

investidores e empreendedores; a concepção de que o desmonte da função produtiva e social do Estado é a resolução dos problemas sociais (fim das desigualdades socio-econômicas, fim da corrupção) e econômicos (desemprego, crescimento econômico).

Este breve panorama do sindicalismo nacional e internacional, mostra-nos que, no plano concreto, os sindicatos podem se tornar funcionais aos governos neoliberais, desde que um dos objetivos principais do neoliberalismo – a regressão de direitos e a supressão de qualquer barreira legal (Estado) ou política (sindicatos) que inviabilize a intensificação da exploração da força de trabalho – seja garantido. Afinal, ainda que a própria existência de sindicatos fira o princípio liberal da livre iniciativa e do livre mercado, nada mais funcional aos governos neoliberais do que negociar com sindicatos "governistas", parceiros do capital, que se limitam a atuar como intermediários na compra e venda da força de trabalho e a oferecer serviços relegados pelo Estado aos trabalhadores, induzindo-os ao individualismo e a se tornarem empreendedores, ao mesmo tempo em que incitavam ao conformismo e ao abandono de uma perspectiva sindical de classe.

Neste sentido, o tema do sindicalismo, apesar do lugar aparentemente secundário na ideologia teórica neoliberal, ocupa um lugar principal no plano político prático, quando ataca de forma veemente os sindicatos resistentes ao desmonte dos modelos intervencionistas (bem-estar social e nacional-desenvolvimentismo), ou quando os coloca na defensiva, ou, ainda, quando consegue atrair setores do sindicalismo para o campo conservador e em apoio a sua empreitada. Não é, portanto, em função de uma coerência doutrinária, mas da viabilidade histórica que os governos neoliberais, e seus ideólogos, procuram atrair os sindicatos e os trabalhadores para o campo conservador. Porém, se esclarecemos quais os interesses que os governos neoliberais

podem ter no sindicalismo, resta ainda indagar: em que sentido podemos falar que uma central aderiu a uma política estatal socialmente perversa e uma ideologia tipicamente capitalista?

A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo é o resultado de uma convergência político-ideológica, sobretudo, complexa. Decorre da confluência de interesses das forças políticas em presença numa determinada conjuntura sindical, política e econômica; interesses não apenas das lideranças sindicais, mas também de seus representados. Em poucas palavras, é uma sincronia de elementos resultantes de fatores conjunturais de breve e longo alcance, cuja combinação trataremos nesta tese.

Grosso modo, a convergência política entre sindicalismo e neoliberalismo poder ser analisada tomando-se os seguintes critérios: todo sindicato que, no plano político e ideológico, contribua para o desmonte das políticas que sustentavam o nacional-desenvolvimentismo, a promoção do bem-estar social, o incentivo ao emprego e a mediação dos conflitos socioeconômicos (Saes, 2001) e que, por isso, implemente a desregulamentação das relações de trabalho, as políticas de privatização, de abertura e de redução dos gastos sociais, será funcional aos governos neoliberais.

Esta convergência entre neoliberalismo e sindicalismo evidencia-se, também, no plano ideológico. As elogiosas referências feitas pelo governo Thatcher aos modelos "apolíticos" do sindicalismo de negócios norte-americano e aos sindicatos por empresa japoneses apontam para o tipo de sindicalismo mais próximo do neoliberalismo. Um dos importantes textos de vulgarização do neoliberalismo, uma espécie de *best-seller* nos EUA, expressa com rara clareza o lugar "tolerado e desejado" do sindicalismo (Bridges, 1995). Para este consultor norte-americano, os sindicatos teriam um novo papel, a partir das mudanças nas relações de trabalho. Em uma

sociedade onde os indivíduos seriam patrões de si mesmos, em que se tornariam "negociantes independentes", não haveria lugar para o assalariamento clássico, para empregos permanentes, para acordos e regulamentos protetores, nem para aumentos salariais baseados nas convenções coletivas. O que fariam, então, os sindicatos, neste tipo de sociedade? Seriam toleráveis apenas os sindicatos "de negócios completos", afirma Bridges. Há para os sindicatos algumas opções: eles podem até sobreviver; podem ganhar ou perder (se se mantiverem atrelados aos valores do emprego); podem ajudar aos trabalhadores ou prejudicá-los: "os sindicatos de amanhã serão grupos de defensoria pública (...) serão instituições educacionais (...) serão fontes de assistência consultiva (...) e cooperativas em que os trabalhadores poderão procurar orientação mais barata sobre seguros e investimentos" (Bridges, 1995: 210).

Um sindicalismo como o praticado pela Força Sindical pode ser aceito e tolerado pelo neoliberalismo. Na medida em que a central concebe o sindicato como fator de mercado, como intermediário na venda da mercadoria força de trabalho e não como organizador de um coletivo de classes, ela se aproxima do que poderíamos chamar de função tolerável do sindicalismo pelo neoliberalismo. Por outro lado, a frente aberta pela central com a intensificação do "sindicalismo de serviços" – agência de empregos, empresa esportiva, banco, cooperativa de crédito e de mão de obra, agência de qualificação profissional, OnG – passa a assumir uma função desejável, já que, neste caso, o próprio sindicato se torna uma espécie de empresa, que investe e incentiva as relações mercantis entre trabalhadores e sindicatos.

B. Nossa pesquisa diante da bibliografia

A tese segundo a qual a Força Sindical é uma central que aderiu ao neoliberalismo é polêmica, tanto quanto o são as razões pelas quais teria ocorrido tal adesão. Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Cardoso (1993) caracterizaram o programa de fundação da Força Sindical entre a liberal-democracia e a social-democracia. Segundo estes autores, "nunca o liberalismo econômico, o pluralismo e a democracia representativa tinham sido afirmados tão vigorosamente por uma central" (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993: 19-20). Nesse trabalho, eles procuraram definir as perspectivas, os limites, as debilidades e, até mesmo, indicar algumas estratégias para a central "concorrer" no "campo sindical". O mérito dessa pesquisa está no levantamento dos dados sócio-políticos dos delegados e sindicalistas presentes ao evento de fundação da central – dados que permitiram aos autores a construção de um perfil das bases sociais da Força Sindical. Pelos dados levantados, a Força Sindical nascera apoiada principalmente em sindicatos de pequeno porte, vindos do interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, com pouca ou nenhuma capacidade de mobilização, sem tradição de filiação às demais centrais, mas considerável tempo de "militância" sindical. Não obstante, a perspectiva de análise adotada por eles limita o alcance de suas explicações e apresenta alguns problemas.

Segundo Martins Rodrigues e Cardoso (1993), o predomínio de sindicatos "fracos" politicamente explica-se pois a central foi criada num momento em que o "mercado sindical já [estava] ocupado pela CUT de um lado, e pela CGT, de outro, [e] sobrava para uma nova central a bandeira da 'modernidade', a ser contraposta ao 'socialismo' cutista e ao 'corporativismo' da CGT" (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993: 158). Mas, se os conflitos entre as centrais, como afirmam os autores, são motivados, exclusivamente, por disputas de poder institucionais e se a Força Sindical se define pelo lugar que ocupa no mercado sindical, como explicar que as centrais tenham se aproximado e realizado ações comuns ao longo da década de 1990?

Num artigo publicado anteriormente sobre o "pragmatismo" defendido pela principal liderança da Força Sindical, Cardoso (1992) analisou as decorrências da concepção do sindicato como um fator de mercado. Para o autor, haveria nos discursos de Medeiros uma crítica feroz à intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho, o que aproximava a Força Sindical de uma concepção liberal clássica. Porém, tratava-se de uma aparente condenação, na medida em que Medeiros defendia a "desmercantilização da força de trabalho" (seguro desemprego e garantia no emprego flexível, por exemplo). Cardoso em trabalho posterior, voltou a questionar o "suposto neoliberalismo do "sindicalismo de resultados", pois essa corrente não teria uma concepção "neoliberal ortodoxa" (Cardoso, 1999: 49). A função principal do "sindicalismo de resultados" era, para este autor, o combate à CUT. A proposição dele é a seguinte: a CUT opunha-se à política de desregulamentação e lutava pela ampliação da proteção social, por isso o "sindicalismo de resultados" e, posteriormente, a Força Sindical, assumiriam um discurso pragmático, ou seja, apartidário e "desideologizado". Neste sentido, não haveria, para Cardoso, uma ideologia dominante, mas sim um discurso voltado para o mercado e para o combate aos setores cutistas. Em recente trabalho, Cardoso (2003) afirma que a Força Sindical teria aderido à "ortodoxia" neoliberal, apoiado suas políticas, conciliado com os governos conservadores; tudo isso em função do enfrentamento com a CUT. Por sua vez, os interesses das bases da Força Sindical seriam, *tout court*, resguardar os lugares de poder no sindicalismo. Diante destas afirmações, coloca-se uma questão: se a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo se dá pela negativa, ou seja, por não ser a CUT, ou, dito de outro modo, se as bases sociais se identificam com a central porque rejeitam a CUT, como explicar que, no plano reivindicativo, as duas centrais tenham, após 1996, realizado ações comuns? As posições das centrais seriam, invariavelmente, antagônicas?

Fica evidente nas formulações de Cardoso que as opções políticas e as orientações das centrais são determinadas, apenas e tão somente, pelo jogo e pelos conflitos institucionais. Por sua vez, são as instituições (o lugar que elas ocupam no campo sindical) que agregam os interesses de seus representados. As estratégias e concepções políticas das centrais – quem enfrentam, o que apóiam, que interesses defendem – são, então, definidas pela posição que elas ocupam no campo sindical e não pelo lugar que seus representados ocupam no processo produtivo, em determinada situação de trabalho ou correspondente a um nível sócio–econômico. Assim, apesar de construir uma análise sócio–política dos segmentos filiados à central – e, por esta via, valorizar os dados sobre os filiados – Cardoso desconsidera a situação sócio–econômica dos representados.

Nosso enfoque não nega que haja disputa de poder, muito menos que existam conflitos político–ideológicos entre a Força Sindical e a CUT. Como tentaremos mostrar, a Força Sindical foi criada, também, como um contraponto à CUT, para fazer frente ao avanço, às propostas e às formas de luta política defendidas por esta central. Mas, ao consideramos a natureza política das centrais, devemos ir além. Compreendemos que as disputas de poder implicam relações de dominação e que os conflitos têm, invariavelmente, uma natureza de classe. Neste sentido, restringir a análise da atuação e dos interesses de uma central apenas à disputa de poder entre as centrais, parece–nos um recurso explicativo limitado. Além das determinações da estrutura sindical (a Força Sindical contou com o apoio da estrutura sindical oficial e atraiu uma parte do campo pelego para seu interior), a inserção na conjuntura política e na luta política e ideológica de classes são igualmente fundamentais. As disputas entre Força Sindical e CUT revelam interesses muito mais amplos do que o meramente institucional, na medida em que são interesses de classe. No nosso entender, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo, não apenas mas também,

porque suas bases sociais estão majoritariamente concentradas no setor privado industrial e porque aglutinou, no interior deste setor, sindicatos com larga tradição pelega e conservadora – tal qual a pesquisa realizada por Martins Rodrigues e Cardoso (1993) indicou, mas que seus autores, em parte, desconsideraram.

Outro estudioso do tema, Vito Giannotti (1994 e 2002), admite que a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo. O "sindicalismo de resultados" e, depois, a Força Sindical, sustenta Giannotti, foram responsáveis pela difusão do neoliberalismo no sindicalismo. Mas por que, segundo ele, teria ocorrido tal adesão? Para Giannotti, o oportunismo das lideranças, a aliança entre elas e setores da burguesia, o apoio recebido dos governos neoliberais, explicariam tal adesão. O curioso no trabalho deste autor é que, embora seja afirmado que a Força Sindical é "uma central com determinadas origens, com idéias próprias (...) diferentes das idéias do peleguismo tradicional" (Giannotti, 1994: 98), ele mostra o oportunismo das lideranças, a proximidade com o poder, as alianças com todos os governos (além dos neoliberais) e o recebimento de recursos financeiros – o que nos leva a pensar que para ele a Força Sindical é neoliberal por opção (e oportunismo) de suas lideranças independentemente das inclinações de suas bases. Corrobora nosso entendimento, o fato de o autor em nenhum momento de seu trabalho colocar a questão: a ideologia neoliberal difundida pela central não teria alguma aceitação junto aos trabalhadores?

Acrescentemos a esta polêmica um outro autor que não analisou a Força Sindical propriamente dita, mas o antecessor dela, o "sindicalismo de resultados". Ozéas Duarte (1988) foi o primeiro estudioso a chamar a atenção para o impacto da "doutrina" neoliberal no sindicalismo brasileiro, num momento em que o modelo neoliberal ainda não tinha se convertido em política de Estado. Duarte analisou a atuação daquela corrente durante o processo Constituinte e concluiu

que havia uma identificação entre os postulados neoliberais e o discurso de Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri. Destacou, ainda, que a atuação daquela corrente diferia do peleguismo tradicional. A originalidade dessa corrente, relativamente a outras correntes sindicais existentes no Brasil, estava no fato dos expoentes do "sindicalismo de resultados" conceberem o sindicato como 'fator de mercado', ou seja, como uma organização cuja função exclusiva seria negociar a mercadoria força de trabalho²⁵. Segundo Duarte, as lideranças defendiam que quanto mais desenvolvido fosse o capitalismo, melhores salários poderiam conseguir os trabalhadores. Por sua vez, propostas como a de diminuição da jornada de trabalho, a de aumento salarial e a de estabilidade no emprego poderiam ser conquistadas, mormente em função da competição e da barganha, mas nunca por força da legislação trabalhista. Afirma ainda que Medeiros e Magri corroboravam um dos postulados centrais do neoliberalismo, qual seja, o de que a intervenção do Estado nas questões salariais e nas relações trabalhistas – na medida em que interferiam na distribuição de renda – acomodava o trabalhador, os sindicatos e inibia a concorrência. As lideranças diziam também que lutar pelo fim da desigualdade no terreno da política era, pois, o erro cometido pelas centrais e pelos partidos de esquerda. Se os trabalhadores não poderiam lutar no plano da política, o que fazer para aumentar seu padrão de vida e de consumo? Segundo Magri, os trabalhadores deveriam se tornar acionistas e investidores dentro da ordem capitalista: "a transformação do trabalhador em acionista (...) acontece em países onde o trabalhador já é visto como cidadão. Confesso que tenho até uma dificuldade mental de imaginar um trabalhador

²⁵ O "sindicalismo de resultados" criticava a "partidarização da política". Suas lideranças "se esforçavam para convencer os trabalhadores de que sindicato não pode se envolver em assunto de partido, ou seja, com coisas do tipo dívida externa", duração do mandato de Sarney e crítica aos planos econômicos (Duarte, 1988:17). Para mostrar a falácia do discurso a-político e a-partidário daquela corrente, Duarte cita uma frase de Magri sobre o presidente Sarney: "(...) Sarney pode ficar cem anos no governo, contanto que bote dinheiro no bolso do trabalhador" (*apud* Duarte, 1988:17).

acionista no Brasil, como já existe hoje, por exemplo, na Inglaterra da dona Margaret Thatcher" (apud Duarte, 1988: 34).

Outra novidade – e, segundo Duarte, o aspecto que tornava o "sindicalismo de resultados" distinto do peleguismo tradicional – era a aceitação da greve como um recurso na negociação salarial. As lideranças daquela corrente defendiam o uso da greve por empresa como forma de pressão salarial, mormente em conjunturas de crescimento econômico. Até admitiam a greve geral, mas se fosse "para botar dinheiro no bolso do trabalhador". Assim, o "sindicalismo de resultados" baseava-se na combinação entre luta econômica ativa e assimilação do neoliberalismo no plano ideológico – traços que, segundo Duarte, seriam incompatíveis com o peleguismo tradicional. Tais concepções e as novas práticas teriam atraído os trabalhadores? Segundo Duarte, sim, pois a maior parte deles se encontrava num estágio "embrionário" de sua consciência de classe.

As análises de Duarte são sugestivas na medida em que destacam o apoio das lideranças do "sindicalismo de resultados" às propostas de privatização e de desregulamentação das relações de trabalho durante a Constituinte. Contudo, a relação de identidade estabelecida por Duarte entre as teses defendidas pelas lideranças e a ideologia neoliberal não é de todo procedente. A concepção do sindicato como 'fator de mercado', por exemplo, não pode ser, estrito senso, identificada como um aspecto da ideologia neoliberal. Ao afirmar que o sindicato é o vendedor coletivo da força de trabalho, a corrente do "sindicalismo de resultados" aceitava o capitalismo e o papel economicista dos sindicatos, já que estes deveriam, de um lado, se limitar à luta por melhores salários e, de outro, se distanciar da política. Como o próprio Magri dizia: "política não enche barriga de trabalhador" (apud Duarte, 1988: 31). Porém, trata-se, com todo rigor, de uma manifestação da ideologia burguesa e da aceitação da conservação das relações capitalistas –

posições que o sindicalismo pode assumir, sem ser, necessariamente, neoliberal. Este foi o caso da *American Federation of Labour* (AFL), na virada do século XIX para o XX, e da concepção burguesa formulada por Gompers para o sindicalismo nos Estados Unidos. Gompers, apoiado na teoria de Commons, defendia um sindicalismo de negociação e, na expressão de Lenin, era o porta-voz da burguesia (Cf. Askoldova, 1981). O ilustrativo lema da organização "uma boa diária para um bom dia de trabalho" expressa o que é que os adeptos de Gompers buscavam com o sindicalismo: limitar a luta sindical à conquista de ganhos imediatos e vender a força de trabalho pelo preço mais alto possível.

Ora, a postura francamente capitalista defendida pelas lideranças sindicais no plano ideológico é, certamente, um importante aliado dos governos ou setores neoliberais, mas não se trata de uma identificação doutrinária, como parece sugerir Duarte em seu trabalho. Conforme vimos no item anterior, no plano rigoroso da doutrina, nem o neoliberalismo aceita o sindicalismo, nem o sindicalismo pode se identificar, integralmente, com o neoliberalismo. Seria, com todo rigor, uma relação de convergência política, mas não de identidade teórica. Neste sentido, e como procuraremos demonstrar, pode haver no plano político-ideológico: 1) convergência – como no período Constituinte, em que as lideranças do "sindicalismo de resultados" combateram, ao lado dos setores neoliberais, as propostas mais progressistas de constitucionalização dos direitos sociais e para justificar este combate reproduziam, ainda que de forma genérica, o discurso neoliberal contra o "intervencionismo estatal" e 2) adesão – como foi o caso da Força Sindical a partir do engajamento de suas lideranças e do apoio de suas bases a algumas políticas neoliberais nos anos 90.

Discordamos também da análise de Duarte sobre as razões pelas quais os trabalhadores teriam aderido ao neoliberalismo. No nosso entender, a problemática da "consciência de classe" é

insuficiente para explicar a relação entre as ideologias dominantes e as classes dominadas, sobretudo porque tal problemática desconsidera que as ideologias dominantes podem se apropriar de conteúdos e reivindicações das classes dominadas, ou seja, incorporar aspectos da ideologia das classes dominadas e transformá-las em novas formas de dominação. É precisamente este o caso da ideologia neoliberal que, como alguns autores têm assinalado (Saes, 2001; Boito Jr., 1999), absorve, à sua maneira, aspirações populares que, confiscadas e reelaboradas, acabam reproduzindo as relações de dominação capitalistas²⁶.

Boito Jr. (1996) definiu inicialmente a Força Sindical como uma central "neopelega". Diferente do peleguismo varguista, o governismo da Força Sindical estaria atrelado à vitória da plataforma neoliberal com a eleição de Collor em 1989. Neste sentido, a central estaria (sic) neoliberal, já que não se poderia falar em filiação doutrinária às teses neoliberais, nem de uma adesão ativa por parte de suas bases sociais. Para o autor, o campo pelego aderira ao neoliberalismo, porque os governos neoliberais conquistaram o poder. Contudo, em trabalhos posteriores – sob inspiração dos quais desenvolvemos nossa tese – Boito Jr. (1999) conclui que tanto o peleguismo quanto o neoliberalismo constituíram a nova central. A rigor, além de reconhecer a tendência governista das lideranças sindicais que criaram a central, o autor compreende que o impacto do neoliberalismo entre os trabalhadores foi eficaz, ainda que a adesão deles tenha sido "meramente passiva". Mais precisamente, o neoliberalismo tornou-se

²⁶ É importante destacar que esta apropriação de conteúdos e reivindicações operárias não é uma prerrogativa exclusiva da ideologia neoliberal. Antes, trata-se de uma característica de todas as ideologias quando se tornam dominantes. Guérin (1969) mostra que a "mística fascista" reverteu em nacionalismo e em anti-semitismo o anti-imperialismo latente no interior das classes operárias italiana e alemã. Francisco Weffort (1973) mostrou que a ideologia do populismo é o mito do Estado protetor e doador, cujas concessões, contudo, faziam parte das reivindicações operárias. Paranhos (1999) investigou exatamente a apropriação dos discursos operários pela ideologia do trabalhismo. Este autor mostrou que o estado populista, no período Vargas, procurou apropriar-se da palavra operária, reelaborando-a, contudo, "ao sabor dos interesses dominantes" (Paranhos, 1999: 21).

hegemônico através de um processo complexo de alianças (no interior do bloco no poder) e de apoios – entre os quais o apoio ativo da Força Sindical e o apoio parcial e passivo de seus filiados.

Para este autor, verifica-se no Brasil uma situação intrigante em que uma ideologia antipopular tem apoio e aceitação popular. A ideologia neoliberal teria se tornado dominante em decorrência de razões fundamentalmente ideológicas. Isto é, estaríamos diante de um tipo de hegemonia regressiva, "na qual as idéias das classes dominantes são aceitas pelas classes dominadas sem que as primeiras tenham que fazer concessões materiais às segundas" (Boito Jr., 2002a: 65). A rigor, o neoliberalismo teria se convertido em ideologia dominante ao se apropriar de uma revolta difusa de setores das classes dominadas dando-lhes um rumo perverso, conservador e reacionário. Boito Jr. baseia-se, para tanto, na concepção althusseriana de ideologia. Segundo Althusser (1986), a ideologia das classes dominantes é incorporada pelas classes dominadas através de um complexo processo de alusão e ilusão. A ideologia dominante revela um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo, oculta os demais – ocultação que seria funcional aos interesses de determinada classe social.

A tese geral segundo a qual a ideologia neoliberal logrou apoio popular não é dominante na bibliografia. Além de Boito Jr., e de um grupo de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)²⁷, poucos estudiosos têm enveredado por este caminho. Sallum Jr. (2000) recorre ao conceito gramsciano de hegemonia para explicar porque as idéias neoliberais tiveram penetração na classe média, em parte do sindicalismo urbano e na massa da população. O Plano Real é, para este autor, o elemento fundamental que "cimentou" a hegemonia neoliberal, ao

²⁷ Trata-se do grupo de pesquisa que, desde 1999, desenvolve o projeto integrado "Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil", do Centro de Estudos Marxistas, da Unicamp.

fazer concessões materiais, ainda que breves, aos setores sociais dominados²⁸. O principal indício da penetração da ideologia neoliberal nos setores populares teria sido, para Sallum Jr., o apoio obtido durante a privatização de empresas de telecomunicações e de eletricidade.

Concordamos com Sallum Jr. quanto aos indícios de que a ideologia neoliberal e as políticas de privatização lograram apoio popular. Todavia, discordamos de sua análise sobre as razões deste apoio. Ao menos no caso dos metalúrgicos de São Paulo, não houve ganhos materiais, ainda que no primeiro ano após o Plano Real os metalúrgicos de São Paulo tenham conseguido conquistar, na data base, reposição da inflação – feito comemorado pelo SMSP – e que a estabilização tenha produzido um efeito simbólico objetivo.

Análise distinta à de Sallum Jr. é realizada por Saes (2001). Para este autor, segmentos das classes trabalhadoras foram atraídos, ainda que temporariamente e de forma seletiva, pelo projeto neoliberal de "modernização" da sociedade. Tal adesão não implicaria nem vantagens materiais, nem benefícios às "massas trabalhadoras". Mas por ter sido forjado com promessas aparentemente progressistas, o discurso de desmonte do Estado cartorial, parasitário e empreguista, "que absorve através do sistema tributário os precários recursos financeiros do povo e os coloca à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais" (Saes, 2001: 89), teria impacto popular – atraindo, inclusive, afirma o autor, a Força Sindical²⁹.

²⁸ Segundo Sader (1995), o controle da inflação produziu efeitos ideológicos e políticos, mais do que econômicos.

²⁹ Há alguns estudos que negam o impacto popular do neoliberalismo. Nesta vertente de análise, parte-se, no geral, do pressuposto que a eleição de governos neoliberais nos países latino-americanos democráticos se deveu à corrupção eleitoral, a acordos com a burguesia e, por fim, ao papel mistificador da mídia. No caso dos países em que as políticas neoliberais foram implementadas sob o regime de ditadura militar, a repressão e a corrupção seriam sua explicação. Os movimentos sociais

Fora do Brasil, alguns trabalhos com temática semelhante (à do impacto popular) surgiram na América Latina e nos Estados Unidos, a partir de 1990. Tais trabalhos colocam a questão do impacto popular do neoliberalismo, contudo, em outros termos: como explicar que setores populares tolerem os ajustes econômicos implementados pelos governos neoliberais, mesmo quando o regime é democrático? Vejamos como três representantes da temática da tolerância popular encaminharam suas repostas.

O trabalho de Navarro (1995) é interessante não tanto pela resposta que constrói – a tolerância popular aos ajustes econômicos neoliberais, sob regimes democráticos, é um paradoxo, pois resultaria de um sentimento de descrédito em relação à política –, mas pelo levantamento da bibliografia que realiza, na qual, afirma, predominam interpretações derivadas da teoria da escolha racional³⁰. O segundo trabalho sobre a "tolerância popular" pressupõe que, sem "consenso", não há consolidação das reformas estruturais (Haggard e Kaufman, 1995). Para estes autores, o controle da inflação e o fim das crises agudas dos anos de 1980 seriam o ponto de consenso que sustentaria as reformas neoliberais. A parte mais sugestiva da formulação destes autores é a que tenta responder porque teria ocorrido a mudança de um "consenso keynesiano" para um "consenso neoliberal", nos países latino-americanos. Haggard e Kaufman atribuem a desagregação do "consenso keynesiano" à crise prolongada da década de 80, durante a qual teria emergido, por parte de grande parte da população latino-americana, a percepção sobre os "efeitos perversos" da intervenção estatal e das estratégias desenvolvimentistas. Desiludidos com o

seriam, a partir dessa concepção, vítimas "em estado de choque" dos ajustes econômicos e das políticas recessivas. Portanto, não haveria apoio, nem adesão ao neoliberalismo (Petras, 1995).

³⁰ Não se trata, para este autor, nem de tolerância, nem de consentimento, mas de uma situação histórica – paradoxal e, portanto, ininteligível – de impotência dos grupos sociais frente aos ajustes econômicos.

modelo anterior, os segmentos populares apoiariam as reformas, por alimentarem esperança de um futuro bem-estar.

Certamente, para compreendermos o impacto do neoliberalismo nas classes trabalhadoras é preciso considerar os efeitos perversos do modelo desenvolvimentista e – acrescentamos por nossa conta – populista. Contudo, não se trata de desilusão ou mesmo de aposta num futuro bem-estar. É preciso compreender o quê, em nome do desmonte do modelo anterior, a ideologia neoliberal promete e o quê as políticas neoliberais de fato cumprem, tanto quanto investigar que aspirações populares a ideologia neoliberal assimila/dissimula e perverte.

O trabalho de Weyland (1998) sobre a tolerância popular aos ajustes econômicos, por ter se baseado em pesquisas empíricas em alguns países latino-americanos, também atraiu nossa atenção. Este autor testou duas explicações predominantes na literatura – a tese da compensação, inspirada na teoria da escolha racional e a tese do resgate, inspirada na teoria decisional psicológica³¹. Submeteu-as a um teste em seis países e concluiu que a popularidade das reformas neoliberais naqueles países deveu-se a fatores psicológicos, mais precisamente à expectativa de que, apesar de doloroso, os choques econômicos seriam menos piores do que uma situação hiperinflacionária.

Ainda que possamos afirmar que há alguma semelhança entre a temática que inspira as pesquisas sobre a tolerância e nosso trabalho, o tema da presente tese é outro. Além do enfoque,

³¹ A tese inspirada na teoria da escolha racional e baseada na idéia de compensação afirma que os setores mais pobres aceitariam os sacrifícios do ajuste desde que os governos implementassem medidas sociais de emergência significativas. A tese inspirada na teoria decisional psicológica argumenta que a população aceitaria os sacrifícios do ajuste para ser “resgatada” de uma situação crítica que lhe impõe perdas crescentes – tal situação sendo caracterizada, principalmente, pela hiperinflação. Resumindo: os setores populares toleram os ajustes porque os governos prometem melhorias materiais ou porque prometem resgatá-los para que percam menos?

nosso tema é mais amplo do que o da tolerância. O objeto de nossa pesquisa é o impacto da ideologia neoliberal no meio metalúrgico da cidade de São Paulo. Nosso recorte, pois, tem uma abordagem de classe. Ao contrário das análises citadas que tratam a tolerância popular com categorias genéricas de povo e setores populares, nossa pesquisa define os metalúrgicos como um segmento da classe operária.

Nosso tema é mais amplo, já que compreendemos o neoliberalismo como uma política e uma ideologia, enquanto a temática da tolerância aborda os ajustes neoliberais sem, todavia, considerar que os ajustes econômicos constituem apenas um aspecto das políticas econômicas neoliberais. A nosso ver, a política neoliberal é mais ampla. Trata-se de um conjunto de políticas, vale dizer, das políticas de privatização, desregulamentação, abertura econômica e redução de gastos sociais que suscitam diferentes reações sociais. Por isso, o impacto das políticas neoliberais deve ser tratado considerando-se a perspectiva e os interesses dos diversos grupos sociais, em situações concretas. A temática da tolerância, por outro lado, desconsidera o neoliberalismo como ideologia. Por estar sob a inspiração da teoria da escolha racional, a bibliografia supõe que a tolerância é o resultado de uma opção racional e consciente dos indivíduos, que escolheram, entre opções objetivamente determinadas, aquelas que supõem maximizar as suas vantagens. Não há ideologias, nem luta ideológica, portanto.

A ausência de rigor na definição do neoliberalismo e a indeterminação dos sujeitos constituem o limite dentro do qual as abordagens do tema da tolerância se situam. A rigor, tais estudos pretendem explicar como indivíduos, conscientes das opções e dos riscos que correm, agem frente àquelas circunstâncias. A questão teórica mais geral de nossa pesquisa sobre os operários metalúrgicos de São Paulo é algo diversa: pretendemos explicar como e porquê um setor das classes dominadas pode aceitar e defender idéias e valores que contrariam os seus

interesses. Trata-se, pois, de compreender o impacto de uma ideologia tipicamente capitalista sobre um segmento da classe operária, num país da periferia do sistema capitalista, na atual fase do imperialismo.

CAPÍTULO I

A Força Sindical – origem, raízes sociais e adesão à política neoliberal

Quando a Força Sindical surgiu no cenário brasileiro, em março de 1991, combatendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), opondo-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e defendendo no plano político a adoção de políticas de cunho neoliberal, alguns estudiosos ponderaram naquela ocasião: que futuro teria uma central, enraizada no setor privado, justamente em uma conjuntura de avanço do sindicalismo do setor público e dos trabalhadores rurais (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993)? Esta dúvida procedia já que, em seu Congresso de Fundação, a Força Sindical reuniu, basicamente, delegados de sindicatos de trabalhadores urbanos manuais³², em contraste com os 2,9% de funcionários públicos e os 3,5% de trabalhadores rurais³³. Mesmo considerando a vitória de Collor e do projeto neoliberal ao final de 1989, o destaque alcançado na mídia pelo "sindicalismo de resultados" na segunda metade dos

³² Os delegados dos Sindicatos de Metalúrgicos e de Trabalhadores na Indústria da Alimentação perfaziam 37% do total, enquanto 28% vinham do comércio. A proporção dos metalúrgicos na direção nacional da central era também significativa: 26,2%. Dados levantados por Martins Rodrigues e Cardoso, durante o 1º Congresso (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993).

³³ Por sua vez, escândalos envolvendo os nomes de seus dirigentes e de políticos a eles relacionados também poderiam suscitar dúvidas quanto ao destino da central. Um dos casos foi o do Ministro do Trabalho Antônio Rogério Magri, indicado por Medeiros para compor o ministério do governo Collor. Magri fora denunciado, em fevereiro de 1992, por ter recebido U\$30.000 de propina. Caiu, para desespero dos dirigentes da Força Sindical. Para piorar, o próprio Collor foi a pique após um processo de *impeachment*. As denúncias contra Medeiros e Paulinho, levadas a público em 1995 e em 2000, também poderiam ter abalado a trajetória de crescimento da central. Medeiros foi denunciado em 1995, e está sendo processado, por ter desviado recursos do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (IBES) – criado por ele, em 1990, para recolher fundos para a criação da própria Força Sindical. Paulinho teve seu nome envolvido em esquemas de desvio de recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco da Terra. Não obstante, a central tem sobrevivido e crescido – o que nos leva a ponderar que o seu poder não derivava apenas de jogo de marketing, nem somente de seu governismo ou do apoio recebido do empresariado.

anos 80, bem como os recursos financeiros recebidos e as estratégias de marketing adotadas³⁴, era, de fato, difícil prever que, em apenas uma década, a Força Sindical se tornaria "a central que mais cresce no Brasil"³⁵.

O projeto da Força Sindical era, originalmente, ambicioso: pretendia tornar-se a principal central sindical do País, disputar a hegemonia do sindicalismo com a CUT, derrotar as iniciativas progressistas e populares, bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal e mudar as relações de trabalho e a "mentalidade" do trabalhador³⁶. Para alcançar estes objetivos, a central defendia a "modernização da economia" e das relações de trabalho, a parceria entre capital e trabalho e o combate ao "sindicalismo de confronto". Uma análise retrospectiva mostra-nos que nem todos estes objetivos se realizaram. A CUT ainda é a maior e a mais importante central sindical brasileira e a CGT sobreviveu³⁷. Porém, a Força Sindical fortaleceu seu projeto conservador, conquistou importantes sindicatos na base cutista – entre os quais merece destaque o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda –, constituiu-se como força social ativa dos governos neoliberais e construiu uma "máquina" sindical, cuja importância pode

³⁴ Sobre as estratégias de marketing ver "Sindicalismo com marketing". *Jornal do Brasil*, 01 de mar. de 1991. Foram contratados os serviços da empresa Geração, do jornalista Luis Fernando Emediato, para produção de um vídeo que foi distribuído para a imprensa e sindicalistas. Os sindicatos teriam desembolsado cerca de CR\$1.400.000,00 (aproximadamente US\$6.200,00), mas os gastos com publicidade chegariam, segundo a reportagem, a CR\$14.000.000,00 (aproximadamente US\$62.000,00). Outro importante apoio veio da imprensa escrita. Apenas a *Folha de S. Paulo* chegou a publicar, na coluna social de Joyce Pascowitch, 26 notas sobre a central (CPV, 1994a).

³⁵ De acordo com os dados do IBGE (2003), a Força Sindical teria crescido, no período 1992-2001, 187%, a CUT 70% e a CGT 133%.

³⁶ Sobre o ataque à CGT, ver "Força Sindical aposta no fim da CGT". *Diário Popular*, 22 de out. de 1991. Sobre a disputa com a CUT, ver "Força Sindical faz congresso e tenta roubar espaço da CUT". *Jornal do Commercio* (RJ), 27 de out. de 1991.

³⁷ A CUT é a maior central sindical brasileira. Ela representava, em 2002, 21 milhões de trabalhadores de 3.187 sindicatos, quase o dobro da Força Sindical (IBGE, 2003).

ser dimensionada pelo seu crescimento, político e financeiro³⁸, bem como pela proposição das candidaturas de Paulo Pereira da Silva (PTB), o Paulinho, à vice-presidência da República na chapa de Ciro Gomes (PPS), em 2002³⁹.

Nosso objetivo neste capítulo é analisar a origem, as raízes sociais e a atuação da Força Sindical frente as políticas neoliberais nos anos 90. Para tanto, é fundamental considerarmos a luta política travada pelo sindicalismo brasileiro na conjuntura de transição liberal, o amplo apoio recebido do governo Collor, da burocracia sindical, do empresariado e da mídia burguesa, bem como a composição sócio-econômica e os interesses das duas correntes conservadoras que se uniram naquela conjuntura para fundar a Força Sindical. Mais precisamente, tentaremos mostrar que o "neoliberalismo da Força Sindical" é condicionado pelos interesses de sua principal raiz social: o operariado metalúrgico paulistano. Nosso trabalho distingue-se, assim, das interpretações correntes – seja na bibliografia, seja entre os próprios sindicalistas – segundo as quais a Força Sindical foi criada pela burguesia ou pelo governo Collor, ou que a central cresce porque consegue cooptar as lideranças ou porque manipula e ilude sua base. A nosso ver, as

³⁸ A Força Sindical representaria, segundo dados divulgados pela central, 14 milhões de trabalhadores. Ver "Crescemos em todo o país". *Força SP* – revista da Força Sindical, n. 3, out. de 2001. O estabelecimento de sedes regionais em vários estados do País e em algumas cidades do interior – como Campinas – sugere que o crescimento da central tem sido uma estratégia prioritária. No estado da Bahia, para onde se deslocou uma das principais lideranças, Nair Goulart, a central conta hoje com 85 entidades filiadas. Em Santa Catarina são 88; no Rio Grande do Sul a central teria crescido 3.600%. Além destes estados, a Força Sindical tem procurado enraizar-se nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Pernambuco (Cf. Gonzalez, 2001). Em 2000, a central criou o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, organizado em 12 seções estaduais e com cerca de 200 mil filiados. Ver "A todo o pique". *Força SP* – revista da Força Sindical São Paulo, n. 1, dez. de 2000. Conquistou também o Sindicato dos Condutores de São Paulo e dos Metalúrgicos de Ipatinga, em 2001.

³⁹ Paulo Pereira da Silva exerce o cargo de presidente da Força Sindical desde março 1999 em substituição à Medeiros (1991-1999). Até o momento, é candidato às eleições municipais de São Paulo, em 2004.

concepções políticas dominantes na Força Sindical têm representatividade social e política e é isso que procuraremos mostrar.

I.1 A origem da Força Sindical – processo de constituição de uma frente conservadora no sindicalismo brasileiro

Na segunda metade dos anos de 1980, o cenário sindical brasileiro apresentava-se política e ideologicamente polarizado entre dois campos sindicais. De um lado, encontrava-se o sindicalismo combativo e reivindicativo da CUT, nascido da corrente denominada "novo sindicalismo", corrente que, no plano sindical, fora responsável pela retomada da luta grevista. De outro lado, estava o sindicalismo de direita, composto por duas correntes: o peleguismo tradicional – aglutinado em torno da CGT e da União Sindical Independente (USI), ou disperso em inúmeros sindicatos de carimbo sem qualquer filiação – e o "sindicalismo de resultados".

O sindicalismo combativo, após a criação da CUT, tornou-se a principal força política do movimento popular reivindicativo⁴⁰. A atuação da CUT foi marcada pela participação de suas lideranças na organização de ações de massa contra o modelo econômico implantado no País, pela conquista de inúmeros sindicatos pelegos e por uma prática sindical reivindicativa, agressiva e grevista. A central organizou, na década de 80, as quatro greves gerais de protesto contra a política econômica e procurou ampliar a participação de segmentos de trabalhadores menos ativos e reivindicativos como comerciários, trabalhadores da indústria têxtil, ferroviários, eletricitários, entre outras, e expandir as greves para regiões com menos tradição sindical (Sandoval, 1994; Noronha, 1991).

Além de protestar contra o modelo econômico implantado no país – através das greves e da recusa a negociar o "pacto social" –, a CUT formulou uma pauta "positiva" junto a Constituinte⁴¹. Elegeu deputados, organizou a coleta de assinaturas para a proposição de emendas populares e pressionou os congressistas a votar as propostas mais democráticas e oriundas do campo popular⁴². No plano sindical, a CUT defendia a formação de comissões de fábrica, a democratização dos locais de trabalho e a "liberdade e autonomia sindical". As lideranças cutistas criticavam a estrutura sindical oficial por seu caráter corporativo, que enfraquecia as lutas e a possibilidade de uma ação de massa do movimento sindical. Pois bem, numa conjuntura de politização crescente do movimento sindical e de redemocratização da política nacional, a bandeira da "liberdade e da autonomia sindical" e a investida da CUT sobre sindicatos pelegos contribuíram para que os setores conservadores saíssem de sua tradicional posição de retaguarda e se reorganizassem.

Embora majoritário na estrutura sindical oficial, o sindicalismo de direita perdera a hegemonia para a CUT. As tendências e lideranças que compunham este campo sindical se esforçaram para barrar ou diluir o avanço do "novo sindicalismo" e o movimento para a criação da CUT – primeiramente, ao dificultar, mas, depois, ao boicotar a realização do I Conclat-83. Foram derrotadas neste *front*. Todavia, a Unidade Sindical e as demais tendências conservadoras

⁴⁰ Segundo dados do IBGE (2003), em 1988, apenas 19% dos sindicatos brasileiros eram filiados a alguma central (CUT, CGT e USI). Destes, 65% declararam-se filiados à CUT.

⁴¹ Sobre o "pacto social", ver Moraes (1986).

⁴² Participou em Brasília, ao lado de centenas de entidades sindicais e populares, da *Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democráticas em Defesa dos Direitos do Povo*, convocada para tentar barrar as ações do Centrão, que avançava contra a extensão ou a normatização de alguns direitos dos trabalhadores. A CUT também defendia a reforma agrária, a redução da jornada de trabalho para 40 horas e a estabilidade no emprego.

rearticularam-se: organizaram seu próprio Conclat e criaram, em 1986, a CGT⁴³. As forças que compuseram a CGT defendiam a manutenção da estrutura sindical oficial, o princípio da unicidade, rejeitavam a Convenção 87 da OIT⁴⁴ e a organização de uma central composta exclusivamente por sindicatos oficiais – o que obstaculizaria a participação das oposições, a partidarização do movimento sindical e a realização de greves gerais⁴⁵. No plano político, defendiam a proposta de pacto social, uma aliança com a burguesia e a defesa da Assembléia Constituinte⁴⁶. Apesar de "unidos" na defesa da estrutura sindical oficial e no combate à CUT, os sindicatos aglutinados em torno da CGT eram heterogêneos e a central sofreu, desde o seu Congresso de Fundação, com as disputas entre as correntes internas. Em uma direção, situavam-se sindicatos tradicionalmente pelegos, de médio e pequeno porte, com pouca ou nenhuma tradição grevista, cujo principal interesse – aquilo que os mobilizava – era a manutenção da estrutura sindical e o rechaço ao "novo sindicalismo". Também amalgamados pela tese da unicidade, encontravam-se os sindicatos vinculados ao PCdoB, PCB e MR8, que, apesar de críticos às posições políticas dos setores mais conservadores, haviam recusado uma composição pró-CUT. Em outra direção, ainda, encontravam-se sindicatos de maior porte, que defendiam o

⁴³ A outra tendência presente no campo da direita sindical, refratária à movimentação que resultou na criação da CGT e vinculada à Federação dos empregados no comércio de São Paulo, criaria, ao final de 1985, a USI – União Sindical Independente.

⁴⁴ A Convenção 87 da OIT estabelece como um dos pilares da liberdade sindical: o direito de livre organização e representação sindical, o direito de criar uma ou mais organizações em qualquer empresa, profissão ou setor de atividade e o direito de constituir federações e confederações.

⁴⁵ A Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) rejeitava a política de alianças, propunha uma Frente de Esquerda contra a ditadura e, no plano sindical, a liberdade e autonomia sindical, bem como a participação das oposições sindicais na constituição de uma central.

⁴⁶ Tendência existente no interior do sindicalismo brasileiro composta por sindicalistas do PCB, PCdoB e do MR-8. Eram contrários à criação do PT, à ratificação da Convenção 87 da OIT, rejeitavam a realização de greves gerais e, no plano político, defendiam a aliança com setores do PMDB.

legalismo, mas "sofriam" com a investida das oposições sindicais sobre suas bases⁴⁷. Destes sindicatos saíram os expoentes do "sindicalismo de resultados", uma corrente que soube combinar, naquela e na conjuntura vindoura, o tradicional conservadorismo político e o apego à estrutura sindical oficial, ao ativismo no plano reivindicativo. Dirigente da CGT estadual (SP), então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do SMSP, Luiz Antônio de Medeiros, provinha de um sindicato que, desde meados dos anos de 1970, resistia ao avanço da oposição sindical sobre sua base. Pressionado pelo Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), internamente, e pelo avanço da CUT, no plano nacional, Medeiros, comporia, ao lado de Antônio Rogério Magri, as duas principais lideranças da corrente do "sindicalismo de resultados", cuja atuação seria decisiva na formação, poucos anos depois, da Força Sindical⁴⁸.

A corrente do "sindicalismo de resultados" começa a ter expressão quando Medeiros assume a presidência do SMSP, em 1986, ao substituir Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão) – que se licenciara para presidir a CGT. Como veremos detalhadamente no capítulo seguinte, Medeiros incrementou as lutas junto de sua base, passou a formar, no sítio de Mogi das Cruzes, o que ele mesmo chamou de "nossa tropa", isto é, delegados sindicais afinados com a direção do

⁴⁷ A política de abertura sindical promovida a partir de 1985 pelo governo Sarney consistia em flexibilizar o controle dos governos sobre os sindicatos, em evitar a deposição de diretorias sindicais eleitas e em conceder maior margem de negociação para as lideranças sindicais (Boito Jr., 1991b). Tal política atraiu tendências emergentes no interior do sindicalismo oficial - como o "sindicalismo de resultados".

⁴⁸ Magri foi formado pelo Instituto Cultural do Trabalho (ICT), criado em 1963 e representante do sindicalismo de negócios norte-americano no Brasil. O ICT fez parte da campanha do governo dos EUA - "Aliança para o Progresso". Desde os preparativos do golpe até os anos de 1980, promoveu cursos básicos de formação que envolverem 67 mil sindicalistas, além de 3 mil sindicalistas que passaram pelo curso residencial de maior duração. O ICT que tem sido financiado pelo Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e pelo *National Endowment for Democracy*, instituição criada pelo governo Reagan, que enviou, em 1985, US\$ 935.450 para atividades sindicais no País (Cf. Mercadante, 1987).

sindicato, fechou inúmeros acordos por empresa, aproximando, assim, a direção das reivindicações imediatas dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Tais estratégias refletiam dois objetivos: melhorar as condições salariais dos metalúrgicos e minar, em algumas empresas, o ímpeto e a legitimidade das oposições sindicais. Elas deram novo fôlego à direção do SMSM que, mesmo dividida, ganharia as eleições em 1987.

A vitória da chapa 1, encabeçada por Medeiros, derrotando a chapa 2, composta por onze membros dissidentes da antiga diretoria (PCB, PC do B, PDT e uma ala do PT), e a chapa 3, composta por representantes do MOMSP, todos filiados ao PT e à CUT, possibilitou a Medeiros um duplo tento⁴⁹. O primeiro foi vencer duas chapas vinculadas à CUT e eleger-se presidente do maior sindicato da América Latina⁵⁰ – vitória que, parece-nos, foi decisiva para o campo pelego, abalado com as derrotas para o "novo sindicalismo" e com a reforma do modelo ditatorial de tutela dos sindicatos colocada a efeito pelo Ministro Pazzianotto, a partir de 1985⁵¹. O segundo tento foi atrair o apoio da burguesia, da imprensa e do governo Sarney com seus discursos (defesa

⁴⁹ A vitória da situação deve-se, também, à cisão no interior do MOMSP. Lúcio Bellantani, então presidente da comissão de fábrica da Ford, um dos nomes indicados à presidência pela chapa de oposição, lança antecipadamente seu nome, o que contraria outros setores da CUT que aguardavam a convenção. O resultado foi a composição de uma terceira chapa homologada pela CUT e pelo PT. Derrotando a chapa 3 no primeiro turno, a chapa composta por Lúcio Bellantani não teve, entretanto, apoio da CUT na campanha do segundo turno, sendo derrotada pela chapa de Medeiros. Não cabe nos limites deste trabalho retomar a história das eleições de 1987, mas, tão somente, destacar uma versão oferecida por um de nossos entrevistados. Segundo Juruna, teria pesado sobre o sindicato de São Bernardo o temor de que, ganhando em São Paulo, o sindicato da capital paulista se tornaria o mais importante do País. Entrevista realizada em São Paulo, jul. de 2000.

⁵⁰ Em 1987, o sindicato dizia representar cerca de 370.000 trabalhadores na base, distribuídos entre 13.000 empresas, dizia ter cerca de 100.000 filiados e uma arrecadação de Cz\$170 milhões ao ano, "maior que o da grande maioria de municípios brasileiros". Ver "Reeleito, Medeiros busca a reunificação dos metalúrgicos". *Jornal da Tarde*, 29 de jun. de 1987. Segundo dados da RAIS, em 1985, o SMSM teria 316.573 metalúrgicos na base, divididos em 7.131 estabelecimentos.

⁵¹ Trajetória distinta deram os metalúrgicos do Rio de Janeiro ao seu sindicato. Diferentemente de São Paulo, lá, a chapa de oposição, vinculada ao "novo sindicalismo", conseguiu derrotar a chapa situação, encabeçada por Valdir Vicente, então vice-presidente da CGT (Cf. Nascimento, 2001). Sobre a política de abertura sindical, ver Boito Jr. (1991a).

do capitalismo, da negociação e parceria entre capital e trabalho e da adoção dos critérios de mercado na alocação da força de trabalho) e projeto (combate à CUT).

Logo após a vitória nas eleições para a presidência do SMSP, Medeiros avaliara seu êxito: atribuía a vitória à "sinceridade dispensada à categoria", bem como à manobra para despartidarizar o sindicato. Em seus discursos durante a campanha mostrara aos metalúrgicos "os excelentes acordos patronais conseguidos" nos meses anteriores e vangloriava-se de ter composto a chapa da situação com membros da base sindical "sem envolvimento político partidário"⁵².

"Somos independentes de partidos políticos e centrais sindicais e por isto política só deve ser tratada da porta para fora. Não vamos permitir que eles usem o patrimônio dos metalúrgicos como trampolim para seus interesses políticos. Temos certeza que a categoria saberá responder a altura, na hora certa, e não permitirá que esses anarquistas invadam o que é dos metalúrgicos de São Paulo",

dizia Medeiros referindo-se aos membros das chapas de oposição⁵³. Perguntado, durante uma entrevista, sobre a eficiência do sindicalismo apartidário, Medeiros responde:

"Eu acredito num sindicalismo de resultados. Não se mede a eficiência de um sindicato pelo número de greves, seja pelo acordo. Na campanha [para as eleições do sindicato em 1987], eu usava este argumento: os eletricitários e os marítimos ganhavam seus dissídios e lá não tem CUT; os petroleiros e os bancários perderam, sob a égide da CUT. Eu consegui aqui um acordo dez vezes melhor do que a CLT, e o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi simplesmente destruído pelo PT. (...) o papel do sindicato não é transformar seus dirigentes em políticos importantes, mas vender por um preço mais caro a força de trabalho dos seus associados"⁵⁴.

Ainda que eficaz para sua base, este discurso era meramente ideológico, à medida que, a partir da vitória eleitoral, Medeiros se tornaria um ativo sindicalista, com expressão política nacional. Ao lado de Magri, Medeiros passou à condição de interlocutor oficial do governo Sarney e de interlocutor preferencial nas negociações com a burguesia. Medeiros havia mostrado

⁵² Ver "Situação vence duas chapas da CUT no Sindicato de São Paulo". *Gazeta Mercantil*, 29 de jun. de 1987.

⁵³ Ver "Recado dos metalúrgicos". *Notícias Populares*, 29 de mar. de 1987.

capacidade de derrotar a CUT internamente, justamente numa conjuntura em que o movimento sindical combativo avançava e os trabalhadores começavam a reagir ao insucesso dos planos de estabilização⁵⁵, minando, assim, as bases do governo Sarney. Por que não conseguiria também minar a CUT no plano nacional?

Para enfrentar esta batalha, os representantes do "sindicalismo de resultados" foram apoiados pela mídia e pelo governo Sarney. Da imprensa escrita, Medeiros ganhou um espaço privilegiado para uma liderança sindical: tinha uma coluna semanal no jornal *Notícias Populares*⁵⁶ e concedeu, na época, inúmeras entrevistas aos principais jornais de grande circulação. Com este espaço à sua disposição, Medeiros e Magri puderam difundir a concepção do "sindicalismo de resultados" – um sindicalismo sem confronto, conciliador, de parceria entre capital e trabalho, francamente pró-capitalista e voltado, tão somente, para a conquista de melhorias econômicas. Do governo Sarney, Medeiros recebeu um apoio político decisivo: foi elevado à condição de negociador oficial dos metalúrgicos no pacto social e de presidente da, recém criada, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) (Giannotti: 1994). Medeiros chegou, inclusive, a ser cogitado para o Ministério do Trabalho naquele ano em substituição a Almir Pazzianotto. Foi, contudo, na condição de presidente da CNTM – portanto,

⁵⁴ Ver "Líder operário condena estabilidade". *O Estado de São Paulo*, 05 de jul. de 1987.

⁵⁵ O plano Cruzado foi editado pelo Decreto-Lei no. 2.283, de 28 de fevereiro de 1986. Instituiu uma reforma monetária e alterava a política econômica do governo Sarney. O propósito era conseguir o controle inflacionário mediante a indexação geral e uniforme de todos os valores, mas na prática houve congelamento de preços e salários. O Plano fracassou sob pressão dos empresários, que de tudo fizeram para boicotá-lo elevando os preços e criando, artificialmente, uma crise de abastecimento, e do sindicalismo combativo vinculado à CUT, que além de denunciar a espoliação salarial, liderou a explosão de greves de funcionários públicos (Singer, 1999).

⁵⁶ A coluna "Recado aos metalúrgicos", publicada semanalmente no Jornal *Notícias Populares*, durou, salvo engano, três anos: de 1987 a 1990. O jornal *Notícias Populares* foi criado em São Paulo em 1963 e deixou de circular em 2001. Representante da chamada imprensa amarela, caracterizava-se pelas manchetes escandalosas, pela falsificação de entrevistas e invenção de histórias.

formalmente representante de 108 sindicatos e cinco federações de metalúrgicos –, que Medeiros pôde fazer mais por seu projeto e costurar um conjunto de alianças conservadoras que apoiariam, poucos anos depois, a Força Sindical.

Os sindicatos, advertiam Medeiros e Magri, deveriam abandonar a luta político-ideológica contra a exploração do capital e constituir-se, tão somente, como negociadores do valor da mercadoria *força de trabalho*. Medeiros afirmava que "todo sindicato que se preza faz parte da reprodução capitalista. Por que, qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível" (*apud* Duarte, 1988: 30). No sindicalismo "moderno" o que interessa é conquistar melhores salários e diminuir a jornada de trabalho, através da negociação direta entre patrões e empregados e, portanto, sem interferência de governos.

Um dos pressupostos do "sindicalismo de resultados" é que a atuação dos sindicatos deve crescer na mesma direção e na mesma proporção da economia capitalista. Por isso, a sua perspectiva é a da negociação, da parceria entre capital e trabalho, e não a de confronto. Em outras palavras, a relação entre sindicalismo e capitalismo resulta em benefício de todos, apenas se ambos forem fortes. Quanto mais forte for o capitalismo, melhores serão as condições para a negociação, diria Medeiros. Neste sentido, Medeiros compreendia que os baixos salários deveriam ser combatidos apenas em certas circunstâncias, já que num cenário de crise econômica, de baixo crescimento, seria "suicídio" fazer greves e pressionar o patronato, sobretudo com uma "legislação inflexível". Outro pressuposto é que a economia (reduzida às relações mercantis) seria governada pela lei da oferta e da procura (Cf. Giannotti, 1994). Quanto

maior o crescimento econômico, maiores seriam, para o capital, os lucros e a produtividade e, para os trabalhadores, os resultados⁵⁷.

Ao contrário do discurso apolítico que difundia para a sua base e da perspectiva burguesa que ocultava, Medeiros polarizou o campo político sindical, se fortaleceu como liderança de direita e passou a atuar na Constituinte, junto ao Centrão, criticando as propostas de estabilidade para os trabalhadores do setor privado, de redução da jornada de trabalho para 40 horas e de reforma agrária. Ao revés do "novo sindicalismo", defendia a abertura ao capital internacional, a privatização das empresas e serviços públicos e "quanto menos Estado melhor" (*apud* Giannotti, 1994: 44). No auge da polêmica sobre a estabilidade no emprego do setor privado, Medeiros engata a crítica à estabilidade no emprego do funcionalismo público e propõe a supressão deste direito.

O discurso da "modernidade", apregoadado por Medeiros e Magri, representou a tentativa mais conseqüente de introdução do *tradeunionismo* de tipo norte-americano, no cenário sindical brasileiro. No período pré-64, algumas iniciativas de implantação desta corrente já haviam sido tomadas quando foram criados, nos anos de 1960, o Movimento de Renovação Sindical – que obteve o apoio do SMSP através de seu presidente, Remo Forli (Costa Neto, 1960; Martins,

⁵⁷ A concepção de que apenas o crescimento econômico gera emprego se encontra na base da teoria econômica keynesiana e da neoclássica. Enquanto para os keynesianos o crescimento econômico ocorre quando há liquidez de investimentos (públicos ou privados), para os neoclássicos, o crescimento econômico é natural e apenas se desequilibra quando há regulação do preço do trabalho por meio de políticas estatais ou da intervenção de sindicatos. O que ambas as teorias desconsideram é que, se, de fato, só pode haver aumento no emprego quando há crescimento econômico, a recíproca não é verdadeira. Ou seja, nem sempre o crescimento econômico gera empregos suficientes para absorver toda a demanda. Para a teoria marxista, é a mudança tecnológica constante que expulsa os trabalhadores e cria um "exército industrial de reserva". Por sua vez, ao analisar a questão do crescimento econômico capitalista tomando por base a produção, desconsidera-se a situação, segundo a qual, é possível haver acúmulo e concentração de capital, sem crescimento da economia, como o quadro histórico atual tem demonstrado.

1989) –, e o Instituto Cultural do Trabalho (Giannotti, 1994). Entretanto, foi na conjuntura de ascensão do "novo sindicalismo" na luta reivindicativa, num momento em que os setores conservadores resistiam à reforma do modelo ditatorial de gestão do sindicalismo, que o SMSP introduz as orientações e as formas de luta típicas do *tradeunionismo* de tipo norte-americano⁵⁸.

O *tradeunionismo* de tipo norte-americano é uma corrente sindical cuja ideologia e prática dominantes são semelhantes às do "sindicalismo de resultados". As lideranças da *American Federation of Labor* (AFL) defendiam que o sindicalismo deveria se restringir à luta econômica, à negociação direta com o patronato. Na base da AFL encontravam-se operários qualificados, norte-americanos e brancos, já que estavam excluídos de suas fileiras os trabalhadores não-qualificados, negros e estrangeiros (Askoldova, 1981). A estratégia de conquista salarial dominante da AFL era a barganha, o que fez com que a Federação se tornasse ativa e reivindicativa, muitas vezes violenta, apesar das greves serem curtas, por empresa e deflagradas na forma de boicote ao patronato⁵⁹. A procedência da luta econômica, defendida pela sua principal liderança, Samuel Gompers, não impedia a participação política de seus membros, mas rejeitava a atuação político-partidária. O gomperismo ou voluntarismo, como ficou conhecida a

⁵⁸ O *tradeunionismo* de tipo norte-americano, também conhecido como sindicalismo de negócios, remonta ao final do século XIX quando foi criada a *American Federation of Labor* (AFL), em 1886. A AFL surgiu num momento em que a economia norte-americana passava para a fase imperialista, a burguesia reprimia as ações do proletariado e movimento operário, em ascensão, lutava pela organização de um partido trabalhista. Enquanto a organização operária *Knights of Labor* (Cavaleiros do Trabalho) lutava pela regulamentação da jornada de 8 horas e pela unificação dos trabalhadores, por exemplo, a AFL era contrária à regulamentação e à união dos trabalhadores, na medida em que defendia a luta por melhorias imediatas, apenas e tão somente, para os trabalhadores filiados.

⁵⁹ O ativismo grevista da AFL é ressaltado pela bibliografia. Contudo, um levantamento de greves realizado por uma pesquisadora do *tradeunionismo* de tipo norte-americano chamou nossa atenção. Os dados apresentados mostram que, no período de 1890-35, o número de greves de trabalhadores urbanos foi mais alto nos Estados Unidos do que na Inglaterra, por exemplo. Naquele período, a média de greves (por 100.000 trabalhadores) foi de 8,2 nos Estados Unidos, contra 4,7 na Inglaterra, 11,3 na França e 11,9 na Alemanha (Cf Hattam, 1993).

ideologia dominante da AFL, identificava luta sindical com luta salarial. No plano político, todavia, a Federação assumiu uma posição política conservadora, ao militar contra a constituição de um sindicalismo de massa, o avanço do movimento socialista e a criação de um partido de trabalhadores nos Estados Unidos – a despeito das iniciativas tomadas, nesta direção, pelo movimento operário e socialista no final do século XIX neste país (Askoldova, 1981; Guerin, 1977).

No nosso entendimento, a prática e as orientações do SMSP, e depois da Força Sindical, aproximam-no da AFL. A convergência entre o *tradeunionismo* de tipo norte-americano e o "sindicalismo de resultados" é procedente no campo ideológico já que Samuel Gompers, primeira liderança da AFL, e, um século depois, Medeiros defendiam que a única função dos sindicatos seria vender ao patronato a mão de obra pelo preço mais alto possível⁶⁰. O pragmatismo do SMSP convergia, assim, com o voluntarismo da AFL⁶¹. Defendidas pela AFL, as concepções sobre a parceria entre capital e trabalho, pragmatismo, apoliticismo e apartidarismo fundamentavam-se na teoria de J. R. Commons, para quem a contradição entre capital e trabalho era um aspecto secundário da sociedade capitalista (Askoldova, 1981). Commons via na rivalidade entre os próprios capitalistas ou entre os próprios operários (no caso da AFL, entre operários qualificados e não qualificados) o fator principal das contradições sociais. As lideranças da AFL encontraram naquela teoria a justificação científica para a concepção pragmática, neutra

⁶⁰ Artigos publicados em alguns jornais da grande imprensa no ano de 1987 afirmam que os expoentes do "sindicalismo de resultados" tinham como assessor o cientista político, Aluizio Azevedo, apolojeta do sindicalismo de negócios.

⁶¹ Sobre o voluntarismo da AFL, ver também Hattam (1993).

e voluntarista para o sindicalismo que praticavam e, na análise de Askoldova, era a ideologia sindical mais próxima do liberalismo⁶².

Forjada como alternativa no campo da direita, a corrente do "sindicalismo de resultados" encontrou no SMSP o terreno ideal para se disseminar. Vitoriosa nas eleições sindicais de 1987 e consagrada em 1990, aquela corrente conciliou com as idéias neoliberais que emergiram durante os debates da Constituinte⁶³. Quando então o primeiro governo neoliberal chegou ao poder, ele encontrou – diferentemente do cenário internacional, especialmente o inglês – uma frente conservadora, enraizada no meio operário, ideologicamente pró-capitalista e atraída pelo discurso neoliberal de suas lideranças.

Em setembro de 1988, logo após a atuação de Medeiros na Constituinte, surgiram na imprensa os primeiros rumores sobre seus projetos para o sindicalismo: criação de uma nova central ou transformação da CGT "em grande potência"?⁶⁴ No início de 1990, Medeiros foi reeleito para a presidência do SMSP com 80% dos votos no primeiro escrutínio, num pleito

⁶² Por ser a ideologia sindical mais adequada, no plano político-ideológico, ao neoliberalismo, Thatcher defendia para o sindicalismo inglês o modelo *tradeunionista* de tipo norte-americano.

⁶³ De 1986 até os dias de hoje, este modelo sindical tem sido dominante no SMSP. É certo que, nas eleições de 1987, em grande medida, a vitória de Medeiros deveu-se às disputas internas da CUT, as quais acabaram por fragmentar a oposição em duas chapas. Mas, se houve disputa em 1987, doravante a hegemonia do "sindicalismo de resultados" no "maior sindicato da América Latina" tem sido inquestionável – o que nos leva a concluir que o sindicalismo conservador e de direita, apesar do abalo sofrido com a crise do modelo ditatorial de gestão sindical, encontrou, na persistência da estrutura sindical oficial e na conjuntura político-econômica neoliberal, formas de se reproduzir e de crescer.

⁶⁴ Ver "Serei o grande interlocutor do País". *O Globo*, 18 de set. de 1988. Perguntado sobre seu projeto político, Medeiros – que se tornara presidente da recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – anunciava as opções futuras: criar uma central ou transformar a CGT em grande potência. Até meados de 1990, a expectativa de Medeiros era presidir a CGT, reunificada e orientada pelo "sindicalismo de conquistas". Ver "Atuação de Medeiros ressoa no governo", *Jornal do Brasil*, 01 de abril de 1990.

histórico e arrasador. Ele não conseguiu reunificar a CGT, como manifestara em uma entrevista, nem conduzir todas as correntes de direita para o "sindicalismo de conquistas" – nova designação para o "sindicalismo de resultados". Contudo, sob os auspícios do primeiro governo neoliberal do país, na condição de presidente da CNTM (o que lhe permitiu a criação de inúmeros sindicatos oficiais), com o apoio financeiro do empresariado e após a vitória esmagadora sobre a oposição metalúrgica em São Paulo, em 1990, Medeiros pôde compor uma frente conservadora e criar, meses depois, a Força Sindical.

A central contou com o apoio do governo Collor, de setores da burguesia brasileira e da burocracia sindical. Segundo Dreifuss (1989) e Giannotti (1994), inúmeras articulações com a burguesia precederam a criação da central. Foi, entretanto, uma revista de circulação nacional que divulgou os dados mais reveladores sobre o patrocínio dado por Collor, bem como o apoio financeiro de vários empresários brasileiros à central⁶⁵. O apoio da burocracia sindical também foi decisivo tanto para a composição – quando Medeiros presidiu a CNTM –, quanto nos meses que se seguiram à criação da central⁶⁶. Além disso, duas correntes conservadoras dentro do

⁶⁵ Publicada pela revista *Veja*, a reportagem mostra as articulações e o montante de verbas doado pela burguesia para as lideranças que criaram a Força Sindical. A reportagem afirma que a idéia de criar uma central sindical, azeitada por doações empresariais, foi levada ao então presidente Collor, em 1990. Collor teria escalado para arrecadar verbas para a nova central "um empresário ainda pouco conhecido, Luiz Estevão de Oliveira. Luiz Estevão reuniu empresários graúdos, que passaram a contribuir, em média, com 300.000 dólares, pagos em parcelas de 50.000. As doações eram legais, feitas com contrato e recibo. Entre as empresas, estavam Souza Cruz, Alcoa, Rhodia, White Martins, Brasinca, Cataguases, Iochpe e Ticket – além do Grupo OK, de Luiz Estevão". Ver "A farsa sindical". *Veja*, 10 de out. de 2001.

⁶⁶ Em seus primeiros meses de existência, a Força Sindical pôde engrossar suas fileiras, obtendo permissão para criar 132 cartas para seus sindicatos, enquanto no mesmo período foram concedidas apenas treze para a CUT (Cf. Giannotti, 1994). Ao longo dos anos 90, tanto o sindicalismo oficial quanto os governos sedimentaram o apoio financeiro à Força Sindical. Os recursos públicos recebidos pela central para construção do Palácio do Trabalhador, para o IBES – que se encontra em litígio – e para os cursos de qualificação profissional, oriundos do FAT, são provas contumazes. Em 1992, a Força Sindical recebeu NC\$221.024.758,00; em 1997, R\$6.000.208,00; em 1998, R\$12.747.000,00; em 1999, R\$19.548.700,00; em 2000, R\$29.510.000,00 e em 2001 R\$48.731.044,00. Os dados foram

campo sindical apoiaram a criação da central: o peleguismo – que engrossou suas fileiras – e o "sindicalismo de resultados" – que lhe deu, sob a égide do SMSP, a direção político-ideológica. Estas duas correntes convergiram politicamente – ainda que motivadas por interesses específicos. Vejamos.

O SMSP tinha alguns trunfos e credenciais para dirigir a frente conservadora que criou a Força Sindical. Além do poder financeiro do "maior sindicato da América Latina", da expressão nacional de sua principal liderança e da proximidade com os governos, o SMSP contou com o importante triunfo sobre a CUT, na eleição de 1990. Com estas credenciais foi possível atrair e aglutinar uma massa variada de sindicatos pelegos – desde grandes sindicatos, com poder de influência na direção nacional, até os chamados "sindicatos de carimbo"⁶⁷. Que interesses teria este campo pelego na Força Sindical?

A massa de sindicatos tradicionalmente conservadores e governistas foi atraída para a Força Sindical, de um lado, pela vitória do projeto conservador de Collor e pelo apoio político e financeiro dado por ele. Por outro, eles viram na Força Sindical um escudo protetor contra as ameaças e as investidas da CUT sobre suas bases. Esta percepção foi confirmada por uma liderança da central durante uma das entrevistas que realizamos para a pesquisa:

"No início você já tinha sindicatos com uma nova concepção [parceria entre capital e trabalho],

levantados do Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIASI).

⁶⁷ De tradicionais redutos do peleguismo vieram os presidentes do Sindicato dos empregados no comércio de São Paulo, Rubens Romano, e da Federação dos trabalhadores na alimentação do estado de São Paulo, Melquíades de Araújo. A central atraiu também algumas lideranças evadidas da CGT como Francisco Cardoso Filho, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos, Enilson Simões de Moura, presidente do sindicato dos empregados em centrais de abastecimento de São Paulo, e Arnaldo Gonçalves, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santos. Para arrematar o arco de aliança, um ex-militante da CUT, José Ibrahim também compôs a direção da central. A relação da direção executiva da Força Sindical encontra-se no Anexo III.

porque certamente eram sindicatos com mais peso político, com mais poder político de ação. A grande maioria não. Sindicatos pequenos em termos de poder de fogo, pouca estrutura com pouca representação (...) estes sindicatos se filiavam para se proteger da CUT. São diretorias que se filiaram com medo de oposição sindicais e tudo mais e não tinham consciência pra que estavam vindo para a Força Sindical, qual a sua proposta e nem estava interessado nisso"⁶⁸.

Menos convergente, contudo, foi o apoio dessa massa de sindicatos ao projeto neoliberal, defendido por um segmento de sindicalistas da central. Se para o SMSP e para o campo pelego, o apoio ao governo Collor e às propostas de "modernização" fazia parte das estratégias de combate à CUT – o que nos permite falar em conciliação com o primeiro governo neoliberal –, a adesão da central ao neoliberalismo não era um projeto predefinido e nem acabado. Se inicialmente era possível vislumbrar o impacto de aspectos da ideologia prática neoliberal entre os metalúrgicos paulistanos, tratava-se de um apoio localizado e ainda "enrustido".

Mas, tão logo se iniciaram as disputas com a CUT e surgiram os primeiros processos de privatização, as lideranças consolidaram o projeto da central rumo ao neoliberalismo⁶⁹. A ativa participação das lideranças no leilão de privatização da USIMINAS, a participação dos trabalhadores no Clube de Investimento e a Conquista do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – abrindo caminho para a privatização da empresa – tiveram um efeito amplificador: em Volta Redonda, a Força Sindical conseguiu sua primeira grande vitória sobre a CUT e, tanto na USIMINAS quanto na CSN, se evidenciou que o apoio popular ao neoliberalismo não poderia ser desconsiderado⁷⁰. Como avaliaram duas lideranças da Força Sindical:

⁶⁸ Entrevista realizada com Marco Motta, em São Paulo, ago. de 2000.

⁶⁹ Apesar da conciliação política entre o primeiro governo neoliberal e a criação da Força Sindical, em 1991, a adesão ativa da central à plataforma neoliberal torna-se programática a partir do 2º Congresso da central, realizado em 1993.

⁷⁰ Além do sindicato de Volta Redonda, a Força Sindical venceu as eleições do Sindicato dos empregados no Comércio de Recife – um dos raros sindicatos deste setor, até então, filiados à CUT – e dos Aeroviários em São Paulo. Em 1993, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo se filiou à Força Sindical.

"a gente ter defendido a bandeira da privatização e ter ganho a eleição do sindicato de Volta Redonda (...) aquilo ali foi um marco até para nós mesmos. Quer dizer (...) a máquina sindical estava na mão da CUT (...) todo mundo sabe como é feito eleição neste país (...) e nós ganhamos a eleição. Isso para nós chamou a atenção e nos fortaleceu de buscar radicalizar na questão das reformas"⁷¹.

"A central é claramente a favor da privatização e, na prática, onde se deu, o primeiro troféu da Força Sindical, em torno dessa coisa da privatização, que era o melhor a ser feito mesmo, foi em Volta Redonda. É inquestionável que tinha que privatizar aquilo. Demissões iriam ocorrer de qualquer forma!"⁷².

Doravante, a adesão da central ao neoliberalismo vai se consolidando até se tornar, a partir do 2º Congresso (1993), programática.

I. 2 As raízes sociais da Força Sindical – perfil sócio-econômico e político

Quando a Força Sindical foi criada em 1991, a maioria dos sindicatos que ela aglutinou tinha uma origem urbana, do setor privado, com predomínio de industriários (IBGE, 1991; Martins Rodrigues e Cardoso, 1993). A pesquisa, realizada por Martins Rodrigues e Cardoso com os delegados que participaram do Congresso de Fundação, mostra que 96,5% deles representavam sindicatos de trabalhadores urbanos e apenas 3,5% de rurais. Do total de sindicatos de trabalhadores urbanos, apenas 2,7% eram do setor público, enquanto 97,3% deles vinham do setor privado. Do total de congressistas, 60,3% provinham do ramo industrial, 28,5% do ramo do comércio e de serviços, 2,9% do setor público, 3,5% do setor rural e 4,8% de outros setores. Dentre os sindicatos do ramo industrial, predominavam metalúrgicos e trabalhadores na indústria de alimentos que, juntos, perfaziam um terço do total.

⁷¹ Entrevista com João Carlos Gonçalves (Juruna), realizada em São Paulo, jul. de 2000.

⁷² Entrevista com Marco Motta, realizada em São Paulo, ago. de 2000.

A Força Sindical estava enraizada também em sindicatos dos estados das regiões sudeste e sul do país, especialmente do estado de São Paulo. A maioria destes sindicatos era do interior destes estados (61%) – dado que, segundo os pesquisadores, indicaria o predomínio de pequenos sindicatos, "uma vez que os maiores estão nas capitais" (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993: 31). Outra característica importante levantada pelos pesquisadores é que a Força Sindical fincou suas raízes em sindicatos "longevos", ou seja, em sindicatos cujas lideranças tinham "mais tempo de atividade" e "maior vínculo com o sindicalismo", quando comparados com as lideranças da CUT. Ao levantar o tempo de militância e a idade dos delegados presentes no congresso de fundação da central, conclui-se que: o tempo de militância da maioria ultrapassava sete anos (Martins Rodrigues e Cardoso, 1993) e que 43% do total tinha mais de 40 anos. Além disso, metade dos sindicatos filiados tinha sido criado antes de 1968.

Em sua origem, a Força Sindical obteve o apoio majoritário de sindicatos de pequeno porte, do setor privado, oriundos da indústria, vindos do interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, com pouca ou nenhuma capacidade de mobilização, sem tradição de filiação às demais centrais, mas considerável tempo de "militância" sindical.

Após uma década de existência, o perfil da Força Sindical manteve-se praticamente inalterado. Continuou uma central predominantemente urbana, representante de sindicatos industriais (45%), do comércio (25%), de tamanho médio e situados no sudeste (concentrados em São Paulo) e no sul do País (Cf IBGE, 2003). A Força Sindical fez algumas investidas, ao longo da década, sobre alguns sindicatos de trabalhadores rurais e de servidores públicos. Contudo, tais investidas não tiveram o êxito esperado. Antes disso, e por conta da adesão da central à plataforma neoliberal, ocorreriam algumas dissidências – o que pode ser comprovado pela queda na porcentagem de sindicatos de funcionários públicos que eram filiados entre os anos de 1995 e

1998: de 5,8% (1995) a porcentagem cai para 4,1% (1998), a despeito de a central ter crescido 90,1% no período em questão.

Apesar das dissidências e outros revéses, é inquestionável o crescimento da Força Sindical em sua primeira década de vida⁷³. É, pois, sintomático que tal crescimento tenha ocorrido durante a "era neoliberal" no País. Consolidada como uma central composta majoritariamente por sindicatos de trabalhadores do setor privado e industrial, cuja direção nacional também estava concentrada nestes setores, a Força Sindical atuará na conjuntura dos anos 90 mediada pelos interesses, aspirações, conflitos e orientações de sua base social. Vejamos.

I.3 A atuação da Força Sindical nos anos de 1990 – adesão e reticência ao modelo neoliberal

A Força Sindical foi oficialmente criada em 1991. Entre os dias 8 e 10 de março, 1.793 delegados sindicais, representando 783 sindicatos e federações, estiveram reunidos no Memorial da América Latina, em São Paulo, para aprovar o estatuto e eleger Luiz Antônio de Medeiros o primeiro presidente da central. Os discursos de Medeiros foram divulgados na *Revista da Força* e procuraram demarcar a Força Sindical das demais centrais existentes: nem CUT, "central ligada a partido político", nem CGT, "entidade apática e desvinculada dos reais interesses da classe trabalhadora". A Força Sindical lançava-se como expressão "da modernidade" no movimento sindical. A marca que procurava veicular era a de uma central que aceitava o capitalismo, a economia de mercado e o predomínio da negociação sobre o sindicalismo de confronto. Pregava

⁷³ Em 1995, um grupo de sindicalistas, liderado por Enilson Simões, sai da Força Sindical e funda a central Social Democracia Sindical. Em 2002, a Federação dos Gráficos do estado de São Paulo se desfilia, retirando da base da Força Sindical cerca de 28 entidades sindicais.

a maior eficácia do diálogo para a conquista dos benefícios, pois, como afirmava Medeiros, "a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo". Com este discurso conciliador, Medeiros buscava fortalecer o poder sindical da central, contando para isso com o apoio da burguesia e do governo. Tanto prestígio e publicidade tinham motivo: a Força Sindical armava-se para, no plano imediato, combater a CUT e alavancar uma proposta de modernização da economia e das relações de trabalho no Brasil.

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira⁷⁴. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial, nem tampouco rechaçou o apoio de uma massa de sindicatos pelegos e de carimbo. Mas, a Força Sindical acrescentou ao governismo dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego.

A intensa mobilização da central em apoio às reivindicações de sua principal base, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as campanhas contra o desemprego, em favor dos interesses dos aposentados, pela recuperação das perdas no FGTS, entre outras, demonstra o que estamos afirmando. A participação da central na greve geral de 1996 e a realização de ações comuns com a CUT no final da década são exemplos do perfil reivindicativo da central⁷⁵. É certo,

⁷⁴ Dizia Medeiros: "no sindicalismo queremos ser aquele que não faz greve contra, mas faz greve a favor de alguma coisa". Ver "Pacto social é a única saída". *O Globo*, 03 de ago. de 1991.

⁷⁵ No início dos anos 90, as disputas políticas entre a CUT e a Força Sindical eram, evidentemente, mais acirradas, inclusive no campo reivindicativo. Neste período, a disputa por espaços no campo sindical

também, que nem todas as categorias da base da central tiveram da direção nacional o mesmo tratamento, nem demonstraram o mesmo ímpeto reivindicativo, mas alguns episódios pontuais mostram que a disposição para a negociação e a estratégia de mobilização são aspectos importantes para se entender o crescimento da central nos anos 90.

Um destes episódios envolveu o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo. Em 1999, duas grandes empresas do comércio de São Paulo, Mappin e Mesbla, abriram falência, o que resultou na demissão de aproximadamente 500 comerciários. A Força Sindical conseguiu organizar manifestações de comerciários, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujo objetivo era pressionar o BNDES e o Banco do Brasil a viabilizar a proposta de empréstimo para auxiliar as duas empresas. Além de manifestações de rua, a central organizou junto ao Sindicato dos comerciários uma cerimônia religiosa –conciliando, com tais estratégias, duas tendências: a tendência à passividade dos comerciários com a tendência de mobilização, amplamente utilizada pela central nas lutas envolvendo o SMSP⁷⁶. Tais estratégias não impediram nem as demissões, nem o fechamento das lojas, mas indicaram uma disposição de luta.

era mais intensa, mas foi atenuada ao longo da década. Em 1990, por exemplo, as lideranças deram sinais de que os metalúrgicos de São Paulo, com data-base em novembro, poderiam se unir à CUT, cujos sindicatos de metalúrgicos tinham a data-base em abril, para, juntos, negociar o reajuste salarial com o Grupo 19. Na última hora, contudo, os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e de Guarulhos romperam o acordo. Ver "Manobra de Medeiros dificulta acordo para unificação da data-base", *Gazeta Mercantil*, 26 de out. de 1990. Em 1991, a Força Sindical – que se utilizou dos recursos da estrutura sindical para investir contra os sindicatos da base da CUT – desmembrou o sindicato dos químicos criando o sindicato dos petroquímicos e dos plásticos do ABC. Também no ABC, a força Sindical estimulou a criação de um sindicato de motoristas das empresas de fretamento. Ver "CUT ameaça rachar base de Medeiros". *Folha de S.Paulo*, 8 de fev. de 1992. E quando parecia que São Bernardo e São Paulo haviam feito um acordo tácito de não enfrentamento mútuo, a Força Sindical investiu sobre o sindicato dos metalúrgicos do ABC, em 1996, restaurando, assim, uma antiga divisão e assumindo a direção do sindicato de Santo André.

⁷⁶ Sobre a natureza conservadora do sindicalismo comerciário e sua resistência à ação grevista, ver Trópia (1994).

Este ativismo no plano reivindicativo não minimiza, contudo, o fato da central ter uma atuação político-ideológica conservadora, ao defender a implantação da política neoliberal no País e difundir aspectos da ideologia neoliberal para os trabalhadores. Em nome da pretensa "modernização econômica", o neoliberalismo tem restringido e suprimido direitos dos trabalhadores, agravando o tão precário sistema de proteção social conquistado por eles a partir da década de 1930. A política estatal neoliberal também contribuiu para concentrar a renda e desnacionalizar a economia, aumentando assim a subordinação dos Estados da periferia às economias centrais do imperialismo. Acentuou a formação de monopólios e a centralização em benefício do grande capital (Chesnais, 1996; Amim, 2001). Ao difundir aspectos da ideologia neoliberal para as classes dominadas, a Força Sindical contribuiu para a ocultação da natureza anti-social, monopolista, imperialista, e, portanto, conservadora, da política estatal. É, pois, no mínimo, intrigante que uma central reivindicativa apoie medidas conservadoras; porém, é isso que pretendemos demonstrar a seguir.

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao MST⁷⁷. Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se, ofensivamente, no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, para a disseminação ideológica do neoliberalismo.

⁷⁷ Em relação à CUT, apesar das efêmeras alianças construídas no terreno reivindicativo, predominou o confronto no campo político-ideológico.

Vejamos a primeira frente levada à cabo pela Força Sindical no combate político e ideológico à CUT e ao MST. Selecionamos três elucidativos episódios. O primeiro grande confronto entre as duas centrais ocorreu em maio 1991, quando a CUT e a CGT convocaram uma greve geral de protesto contra a política econômica recessiva do governo Collor. A Força Sindical, então recém-criada, pregava um "sindicalismo de resultados" imediatos, apartidário, "desideologizado" e circunscrito a negociações no varejo. Taxava o protesto dos trabalhadores contra a política econômica de "ultrapassada e retrógrada". A Força Sindical não participou e ainda fez coro com o governo na crítica à greve geral. O preço do boicote à greve foi a aprovação, entre outros, de um empréstimo de CR\$504 milhões da Caixa Econômica Federal para o término da construção da sede-escola dos metalúrgicos de São Paulo⁷⁸. É certo que a greve geral de 1991 não teve a mesma capacidade de mobilização das paralisações dos anos 80, contudo a CUT teve que enfrentar, além de inflexões internas, a oposição militante da Força Sindical⁷⁹.

O segundo episódio de confronto entre as centrais ocorreu no início do governo FHC, quando explodiu uma onda de greves de oposição, entre elas a histórica greve dos petroleiros. Alguns segmentos de funcionários públicos organizaram-se no mês de maio de 1995 e paralisaram suas atividades com o intuito de validar acordos assinados anteriormente pelo governo Sarney. Diante do recrudescimento e da repressão por parte do governo FHC, os demais segmentos suspenderam suas paralisações, restando, contudo, a greve na Petrobrás. O presidente

⁷⁸ A Caixa Econômica Federal emprestou ao SMSP Cr\$504 milhões para o término das obras da sede-escola, onde hoje situa-se o Palácio do Trabalhador. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) também tinha repassado à central cerca de Cr\$475 milhões para a construção de quatro laboratórios médicos para associados do Sindicato. Um acordo do Sindicato com o MEC também previa o repasse de Cr\$500 milhões destinados a programas de alfabetização.

Fernando Henrique Cardoso, como assinalou uma importante revista de circulação nacional, utilizou vários recursos para colocar, com o apoio da imprensa, a "opinião pública" contra a greve e tentar derrotá-la⁸⁰. Já a imprensa passou a exibir diariamente imagens de contracheques dos petroleiros, de famílias sem gás para cozinhar, de filas nas distribuidoras de gás e em postos de gasolina, com o intuito de desqualificar o movimento grevista e suas reivindicações. Buscou-se desqualificar e criminalizar a greve, estigmatizando os petroleiros de "corporativistas" e "inimigos da nação" – leia-se "inimigos do Plano Real", pois as reivindicações, advertia o governo, poderiam significar o retorno da inflação. Não foi somente através da propaganda contrária que se buscou enfraquecer a greve. Duramente reprimido com a intervenção do exército em quatro das onze refinarias de petróleo, o movimento enfrentou um governo disposto a não ceder a nenhuma das reivindicações⁸¹. A CUT, os petroleiros e a esquerda, que já tinham sofrido algumas derrotas históricas (eleição de Fernando Collor e do próprio Fernando Henrique), sofreriam mais um baque. A CUT chegou a organizar no dia 24 de maio, na região do ABC paulista, uma manifestação de apoio à greve. Naquela altura, contudo, a luta já era muito desigual. Além da grande imprensa, do exército, do Supremo Tribunal do Trabalho – que julgara a greve ilegal e abusiva – e do próprio governo, o movimento de oposição à política do governo de FHC defrontou-se com a resistência organizada da Força Sindical. O jornal *Folha de S. Paulo*, naquele mesmo dia, divulgou os resultados de uma pesquisa que apontava que 60% dos

⁷⁹ Ver "Greve geral 22 e 23 de maio de 1991". Dossiê CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro), s/d.

⁸⁰ Ver "FHC peita a CUT". Revista *Veja* n. 22, 31 de mai. de 1995. Na reportagem de capa, FHC aparece fardado à frente de uma refinaria de petróleo.

⁸¹ Para Cibele Rizek (1998), o impasse em torno do gás de cozinha e a manipulação de seus estoques foram peças-chave na constituição de um consenso contra o movimento. A greve ficaria estigmatizada por supostamente defender os "privilégios" dos petroleiros em detrimento dos interesses da maioria da nação.

paulistanos estavam contrários à greve. Além dos discursos de oposição à greve e à direção da CUT que, segundo Paulinho, defendia "os privilegiados do funcionalismo público e a manutenção dos monopólios", o SMSP publicou os resultados de uma pesquisa, sob sua encomenda, que indicava que 77,13% dos metalúrgicos de sua base eram favoráveis ao retorno imediato dos petroleiros ao trabalho⁸². A central, que vinha desde o início do ano negociando com FHC e organizando passeatas em apoio às Reformas (da Previdência e Administrativa), apoiaria, oficialmente e a partir de então, a privatização da Petrobrás e das empresas de telecomunicações. A greve dos petroleiros, além da punição exemplar, para o conjunto do movimento sindical, popularizaria em escala nacional o discurso contra os "privilégios" do funcionalismo público.

O terceiro episódio que retrata o confronto entre a central e as forças de oposição à política neoliberal teve como eixo a luta pela reforma agrária, mais precisamente, a oposição ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A Força Sindical esboçou ao longo da década algumas aproximações com o sindicalismo no campo, mas teve pouco sucesso nesta empreitada⁸³. A investida mais efetiva ocorreu a partir de 1999, quando a central se tornou um dos tentáculos do governo FHC na formação de novas lideranças rurais e no fomento de dissidências na luta no campo. A criação do programa Força da Terra, em 2001, institucionalizou a investida da central contra a luta popular pela reforma agrária. Em parceria com o Ministério da Reforma Agrária, a central, através da Força da Terra, iniciou um programa de colaboração com o governo para implantação do Banco da Terra – programa que defende uma reforma agrária sem desapropriação de fazendas improdutivas e com aquisição de terras pelos agricultores, mediante

⁸² Ver "Metalúrgicos de São Paulo apóiam privatização", *Folha de S. Paulo*, 19 de mar. de 1995.

empréstimos bancários com recursos do Banco Mundial⁸⁴. Defendida pela Força Sindical, a proposta visa transformar a agricultura familiar em "fábricas verdes" e adequar a reforma agrária às regras do mercado e ao neoliberalismo. Com tal programa, o Estado passa a assumir a função de intermediador de negócios e de comprador de terras – o mesmo ocorrendo com a Força Sindical⁸⁵. Além disso, a central promove cursos, cujos objetivos são: a formação de lideranças "menos agressivas" politicamente e, sobretudo, o isolamento do MST (Coletti, 2002).

Além do combate às forças de oposição, a Força Sindical assumiu uma segunda frente: constituiu-se como "braço" da política neoliberal no sindicalismo. Mais precisamente, a central sustentou ativamente dois eixos da política estatal neoliberal no Brasil. Mesmo não sendo, como veremos, um apoio incondicional e doutrinário, a central teve um papel decisivo nas privatizações e na desregulamentação das relações de trabalho no País.

No Brasil, os três governos eleitos nos anos 90 assumiram, ainda que com intensidades diferentes, a plataforma neoliberal⁸⁶. O governo Collor iniciou a implementação das reformas neoliberais com uma agressiva pauta de privatizações e com medidas voltadas para a desregulamentação das relações de trabalho e para a abertura da economia. Collor justificava a

⁸³ Em 1992, 3,5% dos sindicatos filiados eram de trabalhadores rurais; em 1995, este percentual caiu para 0,03% e, em 2000, subiu para 0,1%.

⁸⁴ O Banco da Terra foi criado em fevereiro de 1998, pela Lei Complementar 93/1998, para beneficiar "pequenos empreendedores". Em operação desde 1999, os financiamentos concedidos são de até R\$ 40 mil, com juros médios de 4% ao ano e o agricultor tem até 20 anos para quitar sua dívida. No período 1999–2001, o Banco da Terra teria beneficiado 40 mil famílias, segundo dados do Governo Federal.

⁸⁵ A intermediação da Força da Terra na venda da fazenda Piraju (SP), localizada na região do Pontal do Paranapanema, rendeu à central um processo sob acusação de superfaturamento. Ver "Força Sindical suspende parceria com ministério". *Folha de S. Paulo*, 29 de out. de 2001.

⁸⁶ Compreendemos que há diferenças entre os três governos, sendo o de Itamar Franco aquele que maior resistência colocou à continuidade do programa neoliberal defendido por Collor de Mello. Contudo, e apesar de ter engavetado a proposta de convocação de uma Assembléia revisora, Itamar manteve o cronograma de privatização.

política de seu governo apoiando-se, em poucas palavras, na defesa do Estado mínimo, na necessidade de modernização econômica e de "caça aos marajás" para que o País ingressasse na ordem internacional. O governo de Itamar Franco, representante da ala "nacionalista" do PMDB, teve certamente menor ímpeto que seus antecessor e sucessor. Itamar sofreu pressões do patronato por ter diminuído o ritmo das privatizações e por ter "dificultado" seu trâmite. O presidente se opunha, entre outras medidas, à utilização das "moedas podres" nos processos de privatização, mas acabou aceitando sua utilização, segundo ele mesmo diria: "após análise caso a caso". Defendia o aumento do preço mínimo de venda e que a participação do capital estrangeiro acima dos 40% já fixados por lei teria que ser regulamentada pelo Congresso Nacional. Adiou também, diversas vezes, a data dos leilões⁸⁷. Apesar de bascular, Itamar não se opunha, em princípio, às privatizações (Cf. Graciolli, 1999), tanto é que seu governo manteve o cronograma dos leilões e realizou-os⁸⁸. De fato mesmo, o único entrave ao programa neoliberal foi o arquivamento do projeto de revisão da Constituição – sob protesto da Força Sindical. A Revisão Constitucional e o recrudescimento das reformas só viriam no governo seguinte.

Foi o governo FHC que implementou, em ritmo e intensidade, o conjunto dos eixos da política neoliberal: a saber, privatização, desregulamentação, abertura econômica e redução de gastos sociais do Estado. Eleito em 1994, Fernando Henrique retomou, com muito mais vigor, o cronograma de privatização dos governos anteriores e, como sabemos, prometeu acabar com a "era Vargas", em nome da "modernização econômica" do País. No início de seu governo, conseguiu a quebra dos monopólios estatais, abrindo assim caminho para a desestatização dos

⁸⁷ Sobre o governo Itamar, ver (Tosi Rodrigues, 1999).

⁸⁸ Itamar Franco privatizou 17 empresas, incluindo a CSN, a Ultrafertil, a Cosipa e a Acesita.

serviços públicos e dos bancos nacionais⁸⁹. Foi também sob a sua batuta, não na presidência, mas na condição de Ministro da Fazenda de Itamar Franco, que se empreendeu a radicalização da abertura econômica, iniciada, como afirmamos, pelo governo Collor⁹⁰. Na véspera do lançamento do Plano Real, o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, o que levou nos meses seguintes ao controle inflacionário. Menos de um ano depois, contudo, a política de juros altos somada aos efeitos da abertura elevaram as taxas de desemprego e de desindustrialização a novos patamares (Singer, 1998). Por fim, o governo FHC avançou mais do que seus antecessores na política de desregulamentação. A política de desindexação dos salários, praticada por Collor, mas engavetada por Itamar, voltou a vigorar a partir do governo FHC com a Medida Provisória 1.053/95⁹¹. Foram, sobretudo, as Reformas da Previdência e Administrativa, os contratos "flexíveis" de trabalho e a proposta de alteração da CLT, as medidas de desregulamentação tomadas por aquele governo. O presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiria, assim, cumprir as cláusulas 33 e 34 do acordo assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, bem como a promessa de colocar um fim ao

⁸⁹ A Lei n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 regulamentou a concessão de serviços públicos, abrindo à iniciativa privada a possibilidade de exploração de serviços prestados pelo Estado, como transportes, distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e telecomunicações. Para uma cronologia das medidas tomadas pelo governo FHC, ver "Principais momentos", *Folha de S. Paulo*, 31 de dez. de 1995.

⁹⁰ Entre as medidas tomadas por Collor estão: eliminação de alguns regimes especiais de importação, eliminação geral de subsídios fiscais para a exportação, redução de recursos destinados ao financiamento das exportações, fim da isenção de impostos na comercialização interna de produtos da Zona Franca de Manaus, fim do "Anexo C" da Carteira de Comércio Exterior (Cacex – que proibia a importação de cerca de 1.300 produtos), alterações tarifárias em setores específicos (como o têxtil) e promoção do acesso a bens de capitais não produzidos no País (Cf. Costa Filho, 1997).

⁹¹ O próprio Collor acabou introduzindo mudanças na lei que, na prática, negavam a livre negociação. Esse é o caso da MP 193/90, que instituiu um fator de recomposição salarial.

"ultrapassado" legado de Vargas⁹². Acompanhemos, então, a atuação da central face aos eixos política estatal neoliberal.

I.3.1 A Força Sindical e as privatizações

Parte da plataforma neoliberal, relativa às privatizações, foi cumprida à risca por Collor em seu curto tempo de governo. A lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, abriu caminho para o leilão das empresas estatais. A Força Sindical participou ativamente nos primeiros processos de privatização, em especial, da USIMINAS e da CSN, os quais, sem o apoio militante da central, teriam menor, ou sequer teriam, êxito.

A USIMINAS foi a primeira empresa estatal privatizada⁹³. Era, na época, a 7ª maior empresa do País e a mais lucrativa do setor⁹⁴. Seu perfil não se encaixava no rol das empresas

⁹² O texto do acordo entre o Brasil e o FMI pode ser encontrado no "Memorando da Política Econômica", 13 de nov. de 1998, <http://www.fazenda.gov.br>.

⁹³ O processo de privatização do setor siderúrgico, contudo, já tinha sido iniciado desde 1988. Quando o Brasil se tornou o maior produtor de aço da América Latina foi criada a Siderbrás, *holding* estatal que controlava a produção nacional. Em 1988 com a adoção do Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás, foram realizadas privatizações de pequeno porte como as da Cosim (setembro de 1988), da Cimetal (novembro de 1989), da Cofavi (julho de 1989) e da Usiba (outubro de 1989), empresas que foram absorvidas pelo grupo Gerdau e Villares. A segunda etapa das privatizações do setor siderúrgico aconteceu entre 1991 e 1993 e focalizou as empresas de médio e grande porte. As empresas privatizadas foram: USIMINAS (outubro 1991), Cosinor (novembro de 1991), Piratini (fevereiro de 1992), CST (julho de 1992), Acesita (outubro de 1992), CSN (abril de 1993), Cosipa (outubro de 1993), Açominas (setembro 1993). Segundo dados divulgados pelo BNDES a receita adquirida com as vendas atingiu 5,5 bilhões de dólares, chegando a 8,2 bilhões se considerados os valores apurados com as dívidas transferidas. Vale destacar que até 1994, período em que o setor siderúrgico foi totalmente privatizado, 95% dos compradores eram nacionais e apenas 5% estrangeiros. A partir de 1995, quando o investimento estrangeiro tornou-se majoritário (53%), a "desnacionalização" da indústria foi motivo de reticências por parte da população, como mostraremos no capítulo IV.

⁹⁴ Em 1991, a USIMINAS tinha índices de desempenho comparáveis aos dos países desenvolvidos. Era a sétima maior empresa do país, segundo a classificação da revista *Exame*. Produzia 7,46 toneladas de aço líquido por homem ao ano, quase o dobro da média nacional. Segundo a *World Steel Dynamics*, a USIMINAS ocupava o segundo lugar em eficiência entre as 153 principais siderúrgicas do mundo. Equilibrada financeiramente, mantinha um programa de investimentos com recursos próprios em

"improdutivas e deficitárias". Não obstante, no início de 1991, o presidente Fernando Collor oficializou a proposta de venda da estatal. Naquele momento, o Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), na época filiado à CGT, veiculava os *slogans* "A USIMINAS é nossa" e "Diga não à privatização" em seus boletins e no jornal *Olho Vivo*⁹⁵. Luiz Carlos de Faria, então presidente, era membro da executiva nacional da Força Sindical, aliara-se à direção da USIMINAS, ao governo Collor.

No momento em que cresciam as críticas, a mobilização e a "guerra jurídica" pela suspensão do leilão, o sindicato entra de forma ativa na campanha pela privatização da empresa. A estratégia era desqualificar qualquer possibilidade de resistência e apresentar a privatização como um fato consumado. Segundo depoimento de um advogado que acompanhou o processo de privatização da USIMINAS e da CSN, "a privatização era inevitável. Isso foi mostrado aos trabalhadores e depois [foi falado] que eles teriam vantagens ao participar do Clube de Ações"⁹⁶.

Segundo Luiz Carlos de Faria,

" (...) existia também uma determinação governamental que se nós participássemos, ia ser privatizada, se nós não participássemos, também ia ser privatizada. Então, quando as coisas acontecem sem a sua participação, você pode ter certeza de que seus prejuízos são bem maiores. Então nós optamos pela defesa do direito e da participação do trabalhador como um todo: PLR, compra das ações financiadas pela empresa"⁹⁷.

modernização tecnológica de US\$718 milhões, dos quais US\$263 milhões tinham sido investidos até meados de 1991, US\$180 milhões estavam contratados e o restante seria aplicado até 1993. Ver "Em números, o filé-mignon da siderurgia", *Diário do Aço*, 24 de set. de 1991.

⁹⁵ A CGT– Minas liderava uma ação popular contra a privatização da USIMINAS. O movimento contava com o apoio de juristas da UFMG e de vários sindicatos, entre eles o Sindicato dos Engenheiros, que entraria na condição de *Litisconsortes* na ação contra a privatização da empresa. A questão de fundo era o valor inicial do leilão, considerado irrisório e lesivo ao patrimônio público. Ver "Guerra Jurídica", *Jornal Diário do Aço*, 03 de ago. de 1991.

⁹⁶ Entrevista realizada em Ipatinga, com João Campanário, advogado da Força Sindical, em julho de 2001.

⁹⁷ Entrevista realizada em Ipatinga, com Luiz Carlos de Faria, em julho de 2001.

O segundo passo foi tentar viabilizar a participação dos trabalhadores nos Clubes de Investimento – o que foi possível com o aumento de 5% nos salários concedidos pela direção da USIMINAS – e tentar, em Brasília, uma ampliação de 10 para 20% nas ações reservadas aos trabalhadores.

O engajamento do Sindicato no processo de privatização ficou evidente com as revelações do presidente da USIMINAS, Rinaldo Campos Soares, após a realização do leilão em 26 de setembro. Segundo Soares, a atuação de Luiz Carlos fora fundamental ao divulgar para os investidores que o relacionamento entre a empresa e o sindicato era de parceria – o que teria contribuído para a boa imagem da empresa junto aos investidores.

Cerca de um ano depois da privatização da USIMINAS, em outubro de 1992, a venda da Acesita reacendeu a polêmica sobre as privatizações e o embate entre as centrais. A União Nacional dos Estudantes (UNE) chamou a CUT e a CGT para um protesto em frente a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro alguns dias antes do leilão. Lindberg Farias, então presidente da UNE, tinha a expectativa que, se a mobilização nacional pós-*impeachment* fosse mantida, a agenda das privatizações poderia ser suspensa⁹⁸. A Força Sindical entrou em cena e, para garantir a realização do leilão, distribuiu nota de protesto contra a posição defendida pela UNE. Enquanto isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo (MG), vinculado à CUT, sofria intensa pressão, em especial do vizinho Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. O presidente da Força Sindical foi, inclusive, até a Bolsa de Valores no dia do leilão para apoiar, *in loco*, a venda da empresa e contestar "quem defendia o atraso"⁹⁹.

⁹⁸ Ver "Batalha da privatização recomeça quinta-feira". *O Estado de São Paulo*, 19 de out. de 1992.

⁹⁹ Ver "Medeiros vai à bolsa para dar seu apoio ao programa". *Gazeta Mercantil*, 22 de out. de 1992.

A mesma estratégia utilizada em Ipatinga foi importada para Volta Redonda, quando houve a privatização da CSN. Desta vez, em função da resistência dos metalúrgicos de Volta Redonda, o embate foi muito mais difícil. Graciolli (1999) analisou detalhadamente o processo de privatização desta siderúrgica e mostrou que a resistência operária e a da CUT foi quebrada após um longo e difícil processo de luta ideológica e repressão, liderado pela direção da estatal e com o apoio ativo da Força Sindical. A oposição metalúrgica à CUT, aglutinada por um grupo vinculado à Força Sindical, batizado de "Formigueiro", iniciou um trabalho paralelo ao sindicato oficial. Esse grupo passou a negociar com a direção da empresa e a incentivar a realização de cursos e viagens de metalúrgicos à Ipatinga, com a expectativa de convencê-los sobre os supostos benefícios da privatização. Além das pressões, ameaças e demissões, que de fato ocorreram em Volta Redonda, salta aos olhos a estratégia de envolvimento dos trabalhadores na compra das ações, desta feita levada à cabo pelo Sindicato, sob direção da Força Sindical, desde julho de 1992¹⁰⁰. A atuação da direção das lideranças vinculadas à Força Sindical, em especial o presidente do sindicato, Luiz de Oliveira Rodrigues, foi tão consistente que um diretor da empresa afirmaria: "os empregados da estatal estão sob o comando da Força Sindical e, por isso, não é motivo de grandes preocupações quanto a manifestações contrárias às privatização (sic)" (*apud* Graciolli, 1999: 276). A fotografia de Medeiros batendo o martelo no leilão da CSN, publicada nos principais jornais do País, mostrou que aquele diretor avaliara bem seu aliado.

¹⁰⁰ O papel das chefias constringendo os trabalhadores e o temor das demissões teriam sido determinantes na adesão ao Clube de Investimento. Ver Luís Nassif, "Sindicalismo de Negócios". *Folha de S. Paulo*, 18 de mar. de 1993.

Com a mesma determinação, as lideranças da Força Sindical engajaram-se nos processos de privatização de outras siderúrgicas¹⁰¹. Na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), não havia consenso por parte dos trabalhadores sobre a privatização. A posição defendida pela Força Sindical, segundo a qual a venda da Cosipa era irreversível, foi importante na decisão do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos de discutir e participar do processo. As chefias e a direção da empresa conclamaram os operários a opinar, aludindo à possibilidade de se tornarem sócios da empresa¹⁰². Em agosto de 1993, a Cosipa foi privatizada. No caso da Açominas, em setembro de 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, vinculado à Força Sindical, empenhou-se na promoção de uma proposta de privatização entre os trabalhadores. Seguindo a tendência das demais empresas estatais, quase 100% dos metalúrgicos teriam aprovado a privatização da siderúrgica¹⁰³.

Dentre todas as empresas privatizadas, uma, em especial, chamou nossa atenção. O leilão da Mafersa, realizado em 1995, mobilizou grande parte dos trabalhadores para uma greve de protesto chamada pela Força Sindical contra o adiamento do leilão da empresa. Esta paralisação é o único indício de envolvimento ativo dos empregados pela privatização da própria empresa e é importante para mostrar que a incorporação deles não ocorria apenas por coerção ou oportunismo, mas por assimilação da ideologia neoliberal¹⁰⁴. Diferentemente da maioria dos

¹⁰¹ Como já assinalamos, foram privatizadas durante o período 1990–1994 oito siderúrgicas. Neste mesmo período, foram vendidas quinze empresas do setor petroquímico, cinco de fertilizantes e quatro de outros setores. A receita total foi de 8,6 bilhões de dólares e se considerarmos a dívida transferida (utilização de títulos da dívida pública) o total alcançado foi de U\$11,8 bilhões. Ver www.bndes.gov.br (página consultada em 26 de ago. de 2002).

¹⁰² Ver "Funcionários apóiam privatização da Cosipa e planejam sua participação". *Gazeta Mercantil*, 19 de mai. de 1992.

¹⁰³ "Metalúrgicos discutem a privatização da Açominas". *Diário do Comércio*, 21 de fev. de 1992.

¹⁰⁴ Ver "Um raro apoio à privatização". *Jornal do Brasil*, 23 de mai. de 1995. Em 1991, o controle acionário da Mafersa foi adquirido pela Refer (Fundo de pensão dos funcionários da Rede Ferroviária

casos de privatização em que os trabalhadores eram constrangidos pelas chefias a ingressar nos clubes de investimento – seja com ameaça de demissão, seja pela eficácia do "mito do trabalhador investidor" que muito ganharia ao participar da administração acionária das empresas –, no caso da Mafersa foram os próprios trabalhadores que tomaram a dianteira do processo: em 1991, quando buscaram o controle acionário da empresa, e em 1995, quando deflagraram uma greve pela realização do leilão.

No período 1995–97, a política de privatização apresentou outros contornos e encontrou, dada a inflexão da CUT na gestão de Vicentinho, menor resistência. A questão mais polêmica foi a quebra dos monopólios, aprovada pelo governo FHC, em agosto de 1995, pois sem a aprovação da emenda, não teria sido possível colocar à venda as companhias de eletricidade e telefônicas. Como posicionou-se a central diante desta nova ofensiva privatizante?

Em 1991, no I Congresso da Força Sindical, a discussão sobre o monopólio do petróleo e das telecomunicações já causou insatisfação a alguns sindicatos filiados, incomodados com a posição favorável da direção nacional. A estratégia inicial da direção era a conciliação em torno da proposta de "flexibilização" dos monopólios. Entretanto, em 1995, a conjuntura político-ideológica acirrou o debate interno e a central, que se opunha à greve dos petroleiros e apoiava as Reformas da Previdência e Administrativa, passou a defender, oficialmente, o fim dos monopólios estatais; o que ocasionou a desfiliação de alguns sindicatos, entre eles os sindicatos

Federal), mas o processo não foi concluído e a empresa teria acumulado uma dívida de US\$70 milhões. Os funcionários, temerosos de um processo falimentar, supunham que o leilão solucionaria os problemas da empresa. A incorporação dos trabalhadores na formação de Clubes de Investimentos foi uma estratégia recorrente nos processos de privatização no Brasil. Ela ocorreu nas seguintes empresas privatizadas: USIMINAS (9,6% das ações foram adquiridas pelos empregados), Celma (3%), Mafersa (9,5%), Piratini (9,5%), Petroflex (10%), Copesul (10%), CS Tubarão (8,8%), Fosfertil (10%), Goiafertil (10%), Acesita (12,4%), CSN (11,9%), Ultrafertil (10%), Cosipa – Siderúrgica Paulista

dos Telefônicos de São Paulo e dos Servidores Públicos de Osasco¹⁰⁵. A partir de 1996, ao envolvimento direto da central nos leilões, acrescentou-se uma nova estratégia, desta feita muito mais ambiciosa. A Força Sindical propôs ao governo FHC a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações das empresas privatizáveis, procurando assim popularizar a concepção do trabalhador investidor entre os brasileiros¹⁰⁶. Que conclusões tiramos da atuação da Força Sindical nestes processos citados?

O apoio da Força Sindical às privatizações foi consistente. De um lado, a Força Sindical enfrentou a CUT, tanto na disputa pela direção dos sindicatos quanto na luta ideológica ao fazer propaganda contra a linha defendida por ela. Uma frase dita por Medeiros, após a vitória sobre a CUT nas eleições para o sindicato de Volta Redonda, exemplifica o que estamos afirmando: "de nada adianta manter uma posição raivosa e burra contra a privatização, como a CUT vem fazendo (...) o importante é impedir o sucateamento (...) evitar demissões e garantir a presença dos trabalhadores na privatização"¹⁰⁷.

De outro lado, a Força Sindical negociou junto às empresas e ao governo o montante de ações reservadas para os funcionários, incentivando-os a participar nos Clubes de Investimento. Para obter sucesso nesta dupla empreitada, a central soube explorar dois aspectos da ideologia neoliberal: o privatismo entre os trabalhadores das empresas públicas privatizáveis – fomentando a ideologia do "trabalhador investidor" – e a crítica ao padrão vigente de intervenção do Estado

(20%), Açominas (20%), PQU – Petroquisa (9,8%), Caraiba (20%), Embraer (10%), Escelsa (7,7%), Light (10%), Vale do Rio Doce (5%) (Cf. Biondi, 1999).

¹⁰⁵ O sindicato dos servidores públicos de Osasco desfilou-se em 1997 após um período de insatisfação com a orientação da Força Sindical. Segundo entrevista com um de seus diretores, houve um rompimento com a central "porque éramos chamados de sanguessugas". Entrevista realizada em Osasco, mar. de 1999.

¹⁰⁶ "Força debate uso de FGTS em privatização", *Folha de S. Paulo*, 18 de out. de 1996.

na economia entre os trabalhadores do setor privado – disseminando a concepção segundo a qual as estatais serviam de "cabide de emprego" para "apadrinhados" dos políticos profissionais e fonte de "privilegiados" para seus funcionários.

I.3.2 A Força Sindical e a desregulamentação das relações trabalhistas

O segundo eixo da plataforma neoliberal defendido pela Força Sindical foi a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Coerente com a proposta de livre negociação entre capital e trabalho, a Força Sindical priorizou a luta pela Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR). Em 1994, a Medida Provisória 794 regulamentou a PLR. Entretanto, desde 1991, sindicatos da base Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituía, na prática, a PLR em algumas empresas. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa. Apesar de ter se constituído como uma das reivindicações principais nas campanhas salariais e nas greves do SMSP, supomos que a eficácia da PLR tenha sido reduzida face ao grau de dispersão das empresas metalúrgicas de São Paulo. A PLR, tanto quanto os contratos coletivos assinados pelo sindicato, certamente beneficiava os setores mais organizados, o que significa, na prática, as maiores empresas.

A direção nacional da central defendia a substituição da CLT por um "código de trabalho" (Força Sindical, 1993). Sabendo, de antemão, que a defesa doutrinária das mudanças na CLT provocaria dissidências, a central optou, inicialmente, pela desregulamentação no varejo. Nas

¹⁰⁷ Ver "Força Sindical derrota a CUT na CSN". *O Globo*, 25 de set. de 1992.

conjunturas em que ficou mais pressionada pelo aumento do desemprego, a central defendeu a implantação da desregulamentação na prática, ao "flexibilizar" a jornada de trabalho e o contrato de trabalho em empresas metalúrgicas de São Paulo. No início de 1992, em meio a uma onda de demissões em massa, o SMSP propôs a 'jornada flexível' em troca da estabilidade no emprego. Pela proposta, durante seis meses, as empresas poderiam aumentar em até 20% a jornada, compensando-a em outro momento com redução de mesmo percentual. Em 1996, a central voltou à carga com nova proposta, desta vez, acordada entre FIESP e SMSP, com o intuito de "legalizar" os contratos temporários. O "Contrato especial" de trabalho foi contestado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o que fomentou a ira da central, que chegou a mobilizar alguma força em uma campanha pela extinção do Tribunal. "Não nos interessa que os juizes do Trabalho sejam contra o acordo. Não queremos discutir se o acordo é legal ou não... queremos sim que ele crie empregos", afirmou Paulinho na época¹⁰⁸. Apesar da ilegalidade da medida, os metalúrgicos fecharam o acordo que incluía: redução de encargos patronais com o FGTS (isenção da multa de 40%, aumento do depósito de 8 para 10% – passível de saque, caso o empregado fosse demitido); garantia de férias, 13^º e abono de férias; "flexibilização" da jornada (entre 24 e 44 horas); e limite de contratação através deste "Contrato Especial" segundo o padrão das empresas¹⁰⁹. Encaminhada ao governo, a proposta acabou tornando-se o embrião da Lei nº 9.601/98 que instituiu o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado¹¹⁰. Este contrato foi

¹⁰⁸ Ver *O metalúrgico*, nº 415, fev. de 1996.

¹⁰⁹ O primeiro acordo foi fechado entre o SMSP e a Metalúrgica Aliança em fevereiro de 1996. Ver "Metalúrgica é 1^ª a aderir contrato que reduz encargos". *Folha de S. Paulo*, 13 de fev. de 1996. Apesar de aplaudido pelo presidente Fernando Henrique, o "contrato especial" foi invalidado pela Justiça do Trabalho. Segundo Boito Jr. (1999), foi o fracasso da via ilegal que levou o governo a elaborar o projeto de lei que instituiria, dois anos depois, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

¹¹⁰ A lei 9.601/98 ampliou a abrangência do Contrato por prazo determinado para atividades permanentes e instituiu as seguintes modificações: reduziu a parcela do FGTS (25% do total), extinguiu o aviso

festejado pela Força Sindical e pelo governo como uma medida que geraria novos postos de trabalho. A central procurou tirar proveito político da legalização do contrato: levou um metalúrgico para assinar, simbolicamente, em Brasília, junto ao presidente Fernando Henrique, o primeiro contrato – episódio que foi bastante noticiado pela imprensa e explorado pelo governo, que assistia, na época, à queda dos índices de sua popularidade¹¹¹. Em 1997, o SMSP assinou uma carta de intenções com a FIESP, que previa diminuição da jornada de trabalho de 44 para 30 horas e reduzia impostos. O inédito acordo coletivo de trabalho dependia contudo de regulamentação pelo governo. Como a proposta da central implicava em renúncia fiscal, da ordem de 37% no valor dos tributos, não houve aceitação pela parte do governo.

No final de 1998, o governo FHC instituiu, através da MP 1.726/98, a demissão temporária ou *lay-off*¹¹². Este instrumento criava uma nova regulamentação para o momento da demissão, ao suspender o aviso prévio e adiar o pagamento dos encargos trabalhistas. A Força Sindical validou a demissão temporária, alegando que tal medida poderia melhorar a situação das empresas e minimizar a situação do trabalhador demitido temporariamente – já que ele poderia fazer cursos de qualificação e receber cesta básica durante o período¹¹³. O governo, por sua vez,

prévio e a multa por rescisão contratual, diminuiu em 50% as contribuições patronais relativas a encargos e facilitou a aplicação do banco de horas. Lembremos que o art. 443 da CLT limitava esse tipo de contrato às atividades transitórias. Notemos também que, até então, o governo vinha realizando a "reforma trabalhista" por meio de Medidas Provisórias, como por exemplo, a MP 1.709/98 que instituiu a jornada parcial de trabalho com duração de 1 a 5 horas, com correspondente redução de salários. Esta última MP exigia apenas o acordo individual, sem a participação do sindicato.

¹¹¹ Ver "Sindicato quer intermediar contratação". *Folha de S. Paulo*, 22 de jan. de 1998.

¹¹² A MP 1.726/98 estabeleceu a suspensão do contrato de trabalho por prazo indeterminado segundo a vontade da empresa, adiando o momento da dispensa efetiva. O trabalhador, durante o período de suspensão, receberia o seguro desemprego e uma bolsa para participar de cursos de qualificação profissional. Além disso, este período de suspensão não contaria para efeitos de aposentadoria, FGTS, 13^o e férias.

¹¹³ A análise das greves realizadas durante o ano de 1998, na base do SMSP, evidencia uma luta de retaguarda, dada a pressão do desemprego e o fechamento de inúmeras indústrias na capital paulista. As

respondia à pressão dos empresários pela redução dos encargos trabalhistas. A posição de um economista explicita os interesses da burguesia brasileira na demissão temporária:

"O expediente da demissão temporária, obviamente, não dissolve a montanha de custos trabalhistas. Nesse sentido, não vai ao âmago da gestão do emprego. Mas, ao flexibilizar o momento do acerto de contas, permitindo ao empresário em dificuldades postergar o desembolso desses gravames, o mecanismo proposto lhe dá fôlego talvez suficiente para manter-se flutuando até poder contornar a emergência que teria dado origem ao afastamento do empregado. Portanto, não há que discutir muito se a medida proposta reduz ou não a taxa média de desemprego: a resposta é positiva"¹¹⁴.

Em nosso entendimento, a promessa de gerar empregos através da desregulamentação mostrou-se uma panacéia¹¹⁵. Como política compensatória ao desemprego, o contrato de trabalho por tempo determinado e a *lay-off* foram, pode-se dizer, um fracasso. A expectativa da central de geração de 20% de empregos na cidade de São Paulo não se concretizou¹¹⁶, como mostram os índices recordes de desemprego na cidade de São Paulo¹¹⁷. Estes contratos serviam, na realidade, aos interesses da burguesia com a redução dos encargos, com a legalização dos contratos irregulares e, até mesmo, como estímulo à sub-contratação. "O contrato por tempo determinado é

reivindicações incluíam: estabilidade no emprego e extensão de alguns benefícios para os trabalhadores demitidos. Na greve da *Braço-Mapri*, em abril de 1998, os trabalhadores reivindicavam a extensão da assistência médica e da cesta básica por mais seis meses aos demitidos e garantia de emprego de 120 dias para o pessoal com salário até R\$2.500,00. A greve ocorrida na *BS Continental* em julho de 1998 foi motivada pela demissão de 130 metalúrgicos. Os trabalhadores demitidos negociaram um pacote de benefícios que incluiu quatro meses de assistência médica e quatro cestas básicas.

¹¹⁴ Ver "Entre purgatório e inferno", *Folha de S. Paulo*, 08 de ago. de 1998. A matéria é assinada pelo economista Paulo Rabello de Castro, vice-presidente do Instituto Atlântico, que vinha assessorando a Força Sindical.

¹¹⁵ Segundo dados da RAIS, no período de 1998–2000, em São Paulo, 200 acordos coletivos foram assinados implementado o "Contrato Especial", quando a previsão era de 9.895. Ver www.mtb.gov.

¹¹⁶ Ver "Contrato de tempo fixo divide opiniões". *Folha de S. Paulo*, 08 de fev. de 1998. As primeiras iniciativas de flexibilização do contrato resultaram nos seguintes acordos: Autopar (10); Brasilata (10); Compo (28); Ggyster (12); Lorenzetti (271); Metal Leve (150); Rolamentos Fag (20); Tutti (10); Uel (14).

¹¹⁷ O índice de desemprego na cidade de São Paulo bateu a casa dos 19% em maio de 1998 e dos 20% em abril de 1999.

um avanço. Talvez não gere emprego, mas também não favorece a informalidade", afirmou Horácio Lafer Piva, da FIESP¹¹⁸.

A maior ofensiva da Força Sindical no sentido de desregulamentar os direitos trabalhistas ocorreu em 2001, durante a aprovação do PL 5.483/01, de autoria do Executivo, que propunha a alteração da CLT¹¹⁹. Este projeto gerou protestos por parte de representantes da CUT, da CGT e do MST, pois procurava instituir a prevalência do negociado sobre o legislado. Possibilitava, também, a eliminação de vários direitos, uma vez que a Constituição estabelece o direito de férias, mas não define sua duração; estabelece que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno, mas não define sua proporção; consagra o FGTS, porém não define o valor da contribuição, entre outras medidas¹²⁰. Sob pretexto de fortalecer os sindicatos nas negociações, o projeto visava, de fato, quebrar a CLT e liquidar a Justiça do Trabalho (JT), cuja função tem sido a de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas celetistas e constitucionais. Vulgarizada como uma proposta que "flexibiliza direitos" – termo que na luta ideológica não é inconseqüente –, visava criar novas regulamentações, isto é, implementar um quadro legal que diminuísse a

¹¹⁸ Ver "Contrato de tempo fixo divide opiniões". *Folha de S. Paulo*, 08 de fev. de 1998. Enquanto, o coordenador adjunto de política econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, afirmava que o contrato temporário iria "solucionar o problema do emprego", Márcio Pochmann via na nova legislação um incentivo à redução de custos, mais do que à criação novos empregos. Para Pochmann, apesar de ilegal, a tendência seria a substituição, por parte das empresas, de funcionários fixos por temporários, sobretudo porque a fiscalização, responsabilidade do Estado e dos sindicatos, seria difícil. Como mostram experiências semelhantes, este tipo de contrato não foi bem-sucedido. Na Espanha, onde até meados de 1997 havia 17 tipos especiais de contrato de trabalho, houve o aumento na rotatividade e queda da qualidade e da competitividade das empresas. Ver "Contrato temporário terá efeito reduzido", *Folha de S. Paulo*, 15 de jan. de 1998.

¹¹⁹ Esse projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de dezembro de 2001, permitiria a flexibilização de todos os direitos trabalhistas mediante convenções (entre sindicatos patronais e de trabalhadores) ou acordos coletivos (entre sindicato e empresa) prévios. No início do governo Lula da Silva, e por pressão de setores ligados à CUT, o projeto foi retirado do Senado.

¹²⁰ Se aprovado, poderiam ser negociadas férias-extras, descanso semanal, redução de salários, adicional noturno, entre outros direitos do trabalho que são protegidos por lei.

interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, ao mesmo tempo que diminuía as atividades de regulação do Estado, via JT¹²¹. O que o governo pretendia era a redução de direitos e, assim, responder às metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998, e às pressões da burguesia nacional.

A atuação da Força Sindical foi, mais uma vez, elucidativa. Quando o projeto foi votado em dezembro pela Câmara Federal, as disputas entre a CUT e a Força Sindical tinham recrudescido. Durante os dias que antecederam a votação da matéria, houve vários protestos de lideranças da CUT e da CGT que, impedidas de entrar nas dependências da Câmara, precisaram de um *habeas-corpus* para ter acesso às galerias e tentar o adiamento na votação da matéria¹²². A direção nacional da Força Sindical teve acesso privilegiado às dependências do Congresso e seu, então, presidente permaneceu em Brasília para pressionar os deputados pela sua aprovação. Enquanto se debatia a inclusão do projeto em regime de urgência urgentíssima – recurso regimental para que se dê prioridade à matéria dentro do cronograma das votações – o governo, através do Ministério do Trabalho, publicou anúncios em 54 jornais e fez inserções na TV e no rádio, contando para tanto com o apoio pessoal de Paulinho e de Enilson Simões, da Social Democracia Sindical (SDS) (Cf. Borges, 2002). Em março de 2002, dias antes da votação do projeto no Senado que acabou sendo suspensa, a central e o SMSP organizaram uma assembléia geral da categoria para aprovar os artigos da CLT que "queriam flexibilizar". Os metalúrgicos aprovaram, na ocasião, alteração no pagamento do 13^o salário, na licença paternidade, férias, e

¹²¹ O termo "flexibilizar" significa tornar maleável e, portanto, pode aludir a um procedimento de negociação equitativa, quando, objetivamente, o que se pretende é instituir a negociação desigual e desfavorável aos trabalhadores.

¹²² Mesmo depois de três tentativas frustradas de votação, algumas prorrogações e até uma pane no painel eletrônico, na noite do dia 4 de dezembro o projeto foi aprovado com 264 votos favoráveis, 213 contra, 33 ausentes e duas abstenções.

horário de almoço¹²³. Desta feita, a principal base da Força Sindical começava a cumprir um dos objetivos de seu livro-programa: substituir a CLT.

O governo FHC também contou com o apoio da Força Sindical nas discussões sobre a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa¹²⁴. A central defendia uma Reforma pautada na redução da diferença entre trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado¹²⁵. Os documentos de origem, o livro-programa e as posições da central durante a revisão Constitucional e início do governo FHC, com mais evidência, mostram que a central manifestou-se favorável às propostas de mudança nas regras de aposentadoria do setor público. Quando foram iniciados os debates em torno da Previdência, a central deu seu aval ao governo, na expectativa de acabar com as aposentadorias especiais do legislativo e judiciário. Já o núcleo duro da central (lideranças do SMSP) generalizava esta proposta para todos os servidores públicos. No início de 1996, quando a proposta do governo não foi aprovada pelo Congresso Nacional, a central criticou a CUT por "defender sua casta de privilegiados, como a aposentadoria especial do professor universitário e demais servidores do setor público"¹²⁶. Quando, então, avançou a votação no Congresso, desmontando também a aposentadoria do setor

¹²³ O SMSP assinou, dias depois, a Convenção Coletiva que instituía tais mudanças. Este acordo foi suspenso pelo Tribunal Regional do Trabalho (2ª região). Ver "Justiça anula acordo que permitia flexibilização da CLT". *Folha de S. Paulo*, 19 de abr. de 2002.

¹²⁴ O exame da reforma administrativa interessa-nos na medida em que toca diretamente nos direitos dos trabalhadores do setor público, mais precisamente, na estabilidade e no regime jurídico único. A Reforma administrativa, concebida por Bresser Pereira, estabeleceu o fim da equiparação salarial entre ativos e inativos, o fim do regime jurídico único e a eliminação da isonomia entre os três poderes; consagrou a implantação de mecanismos de avaliação de desempenho dos servidores e aumentou o período de experiência, porém não extinguiu completamente a estabilidade do funcionalismo público (assegurada após 3 anos de serviço, mas com possibilidade de perda de cargo, em decorrência de avaliação periódica de desempenho).

¹²⁵ A central não propunha a ampliação dos direitos à estabilidade e à aposentadoria integral para todos os trabalhadores. Via os direitos conquistados pelos servidores públicos como "privilégios", os quais deveriam ser extintos.

privado (aumento do tempo de contribuição, fim da aposentadoria por idade, por tempo de serviço e das aposentadorias especiais do setor privado), a central reagiu. Em fevereiro de 1998, a central chegou a mobilizar os trabalhadores em manifestações contra o estabelecimento de idade mínima para se aposentar, mas apoiou a proposta final do governo de extinção de algumas aposentadorias especiais e da aposentadoria proporcional, bem como aceitou o novo critério que combinava tempo de contribuição e idade¹²⁷.

Durante a tramitação da Reforma Administrativa, que durou de agosto de 1995 a julho de 1998, a central também bateu firme na defesa do desmonte dos direitos dos funcionários públicos (particularmente da estabilidade no emprego). Não foi diferente a pressão da central quando o que esteve em jogo foi a aprovação, na segunda fase da Reforma da Previdência, da emenda que criou a contribuição previdenciária de 11% sobre os rendimentos dos servidores aposentados, em novembro de 1999.

I.3.3 A Força Sindical diante da redução dos gastos sociais

A política neoliberal procura adequar os princípios doutrinários do liberalismo econômico às situações históricas concretas. Na impossibilidade de colocar em prática o pressuposto do Estado mínimo, ou seja, a ação estatal restrita à segurança pública e às externalidades, a política neoliberal procura privatizar serviços sociais, tornando as atividades, até então públicas, aptas à

¹²⁶ Ver *O metalúrgico*, n. 416, mar. de 1996.

¹²⁷ A EC n° 20/1998 alterou as regras da aposentadoria: transformou o tempo de serviço em tempo de contribuição, determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores de Ensino Fundamental e Médio e trabalhadores expostos a condições de insalubridade, entre outras.

acumulação e remuneração do capital¹²⁸. Outro recurso dos governos neoliberais é reduzir os gastos com políticas sociais.

No Brasil, os governos neoliberais têm se utilizado destes dois expedientes: o primeiro, e talvez mais exemplar é o estrangulamento do ensino superior público e a expansão da rede privada de ensino, e, o segundo, a drástica redução dos investimentos nas áreas de saúde, educação, saneamento, como veremos a seguir.

Considerando-se as despesas com as políticas sociais em relação ao orçamento líquido total, temos o seguinte quadro: na saúde, entre 1995 e 2001, o investimento caiu de 4,8% para 3,8%; a educação também teve queda de 3% para 2%, a assistência social oscila de 17,15% para 14,1% (Lesbaupin e Mineiro, 2002). Se considerarmos a despesa com os gastos sociais em relação ao PIB, no período 1987 e 1993, teremos um quadro de redução análogo: na saúde, houve uma queda de 2,19% para 1,77%; na educação de 1,3% para 1,06%; na habitação de 0,38% para 0,21% (Cf. Boito Jr., 1999).

No que diz respeito aos programas públicos de emprego, as verbas destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹²⁹, inicialmente previstas para custear o seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, bem como programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, têm sido retidas pelo Tesouro Nacional, e remetidas para o oferecimento de cursos de

¹²⁸ Sobre as externalidades, ver Moraes (1994; 1996).

¹²⁹ O FAT, criado pela Lei 7.998/90, constitui um fundo público destinado a custear políticas de emprego e renda. Entre os programas financiados com recursos do FAT estão o seguro desemprego e os programas de qualificação de mão-de-obra. Os recursos que compõem o FAT se originam da arrecadação do PIS/Pasep, das remunerações dos recursos depositados nas instituições financeiras federais, além das multas, juros e correção monetária das contribuições recolhidas com atraso. Sua gestão é feita através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), cuja composição é tripartite e paritária, tendo assento representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo (Cf. Barbosa e Moretto, 1998).

qualificação profissional (Barbosa e Moretto, 1998). Qual a posição da central face às políticas sociais?

A Força Sindical, em seu Congresso de Fundação, dedicou atenção às questões sociais e, inclusive, conclamou seus filiados a realizar uma "campanha de lutas visando conquistas sociais, como forma de enfrentar e diminuir as desigualdades existentes" (Força Sindical, 1991: 45). As políticas de transporte, habitação, educação e saúde receberam propostas, mas com graus variados de intervenção do poder público. No caso da educação, por exemplo, é digno de nota que apenas a ampliação do ensino superior público tenha sido reivindicada; no caso da saúde, todavia, a proposta da central compreendia a "efetiva implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) – público, descentralizado e democrático, com atendimento integral, priorizando as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e com participação popular" (Idem, p. 46). Por sua vez, quando suas lideranças defendiam a redução da esfera de intervenção do Estado e, conseqüentemente, as privatizações, clamavam pela redefinição de sua função social, na medida em que, com o dinheiro arrecadado nos leilões, o Estado poderia investir mais em educação, saúde, emprego e renda. Mas este discurso é ambíguo.

Em seu livro-programa, afirma-se que a área social o Estado tem "criado um terreno fértil para o desperdício, a corrupção, o desvio dos benefícios da clientela-alvo, a má distribuição do gasto entre investimento e custeio (como na educação), a tecnificação excessiva e a utilização desproporcional de equipamentos" (Força Sindical, 1993: 69). Para solucionar estes problemas crônicos – corrupção e desperdício –, a gestão dos recursos públicos deve ser modificada e adaptada aos critérios empresariais e de mercado¹³⁰. Desta forma, a central defende a

¹³⁰ Para uma crítica da ideologia neoliberal no campo educacional, ver Silva (1996).

descentralização das políticas sociais e a introdução de novas formas de gestão e de participação da sociedade civil: uma espécie de privatização "branca". Se esta privatização não pode ser total, cabe, em nome da soberania do consumidor, da eficiência e da liberdade individual, as seguintes iniciativas: 1) criar parcerias; 2) substituir o Estado por ONGs, sindicatos, etc, na oferta dos serviços públicos, criando uma espécie de "serviços públicos não estatais" (Força Sindical, 1993). Na área da saúde, aceita-se a existência de um sistema assistencial misto, ou seja, operado pelo Estado e pela iniciativa privada" (Força Sindical, 1993: 589).

Se o discurso da Força Sindical é ambíguo, sua prática não deixa dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução de gastos, a central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado com educação e saúde, especialmente. A Força Sindical negocia seguros de vida, seguros saúde e atua crescentemente na oferta e qualificação de mão-de-obra.

I.3.4 A Força Sindical e a política de abertura econômica

Vimos até esta parte do texto que, para implantar o 'neoliberalismo possível', os governos Collor e FHC contaram com a adesão da Força Sindical. Esta adesão não é incondicional. Não obstante a defesa das privatizações e da desregulamentação das relações de trabalho, a central mostrou-se reticente com a implantação das políticas de abertura e de juros altos. Mas quando as consequências perversas do Plano Real recaíram sobre os trabalhadores de sua base, a Força Sindical levantou-se contra ela. Vejamos esta inflexão.

Quando o governo Collor iniciou a abertura econômica, ele contou com concordância da central. No livro-programa da Força Sindical tal política era entendida como garantia da

modernização econômica, em geral, e da modernização das relações de trabalho, em particular – condições fundamentais, supunham, para a inserção do País na economia mundial (Força Sindical, 1993). Esta posição, diga-se logo formal, tornar-se-ia inviável nos anos seguintes. Em 1994, na véspera do Plano Real, "o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando a abertura gradativa do mercado interno, começada por Collor, a um novo patamar" (Singer, 1999: 31). A radicalização da abertura inundou o País de produtos importados, em particular os asiáticos, liberados de tarifas e barateados pelo valor rebaixado do dólar em reais. Quando o governo FHC elevou os juros e cortou o crédito, procurando estancar uma fuga de capitais em meados de 1995, empresas começaram a fechar. As políticas de abertura e de juros altos refletiram negativamente sobre a principal base da central¹³¹. Medeiros e Paulinho passaram a questionar "a maneira arrasadora" com que se implantou tal política. Os metalúrgicos, que se ressentiam com a redução de 26% no número de estabelecimentos nos anos 1980, foram especialmente afetados com a abertura. Sendo as pequenas e médias empresas as mais prejudicadas pela concorrência com os produtos importados, o SMSP sairia em defesa de um modelo de abertura gradual e restritiva¹³².

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo foi, portanto, seletivo. Enquanto os feixes da política neoliberal incidiram sobre o setor público e apenas, indiretamente, sobre o setor privado, a central aceitou-a. Todavia, quando as consequências afetaram sua principal base, a central reagiu ora com moderação – apresentando propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) –, ora com protestos. Foi exatamente para protestar contra os efeitos da política de abertura e de juros altos – que de resto também

¹³¹ Importantes empresas da base metalúrgica de São Paulo como Sofunge, Eries, Mafersa e Vicunha ameaçavam fechar suas portas como consequência da abertura econômica.

suscitou a reticência da FIESP – que a Força Sindical participou, de forma inédita, da greve geral de 1996 e atuou em algumas frentes, ao lado da CUT, pela implantação de políticas de emprego.

Procuramos tratar até aqui do perfil da Força Sindical. A central compôs, sob a égide do SMSP, uma frente política conservadora ao combater as oposições e sustentar a implantação da plataforma neoliberal nos anos 90. Em alguns momentos, a central constituiu-se como um "braço" da política neoliberal no sindicalismo; em outros, como "laboratório" dos experimentos neoliberais no País.

Para compreender a natureza conservadora da Força Sindical deve-se, a nosso ver, considerar tanto o "campo político sindical" e neste sentido os embates com a CUT, quanto o perfil de suas bases. Passemos, então, à análise de seu baluarte, o SMSP.

¹³² Ver "Importação é assunto sério", *Folha de S. Paulo*, 11/04/94.

CAPÍTULO II

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo – ativismo reivindicativo e conservadorismo político

Principal base da Força Sindical, o SMSP, desde a sua origem, tem se caracterizado por um comportamento peculiar, cujos traços, entretanto, têm escapado a alguns dos estudiosos do sindicalismo brasileiro¹³³. Com exceção do interregno 1951–1964, quando esteve sob influência do PCB e incrementou a luta salarial, de 1932 – ano em que foi oficialmente fundado – até hoje, o SMSP tem assumido uma orientação político-sindical conservadora: seja resistindo ao avanço das lutas progressistas no período populista, seja apoiando os governos ditatoriais e neoliberais. São pouco mais de 70 anos de existência, durante a maioria dos quais salta aos olhos a tendência ao conservadorismo no plano político, enquanto, no plano reivindicativo, a ação do SMSP, de 1932 até o golpe de 1964, foi de inexpressiva a moderada; na ditadura militar, a ação grevista ficou restrita à oposição sindical metalúrgica, aglutinada em torno do MOMSP. Desde a emergência do "sindicalismo de resultados", o SMSP tem sido atuante na luta grevista e reivindicativa, enquanto no plano político representa uma das principais classe apoio dos governos neoliberais no Brasil.

Na primeira parte deste capítulo, retomamos a história do SMSP com o intuito de ressaltar sua tradição conservadora. Na segunda parte, procuraremos mostrar que, na primeira década neoliberal no Brasil, o SMSP intensificou a mobilização da categoria em torno de reivindicações econômicas que, apesar de defensivas e regressivas, trouxeram para seus filiados algum alento

¹³³ Refiro-me aos trabalhos de Nogueira (1997) e Cardoso (1999), especialmente.

diante da crise vivida pelo setor metalúrgico na cidade de São Paulo. Não obstante, na terceira parte do capítulo mostraremos que o SMSP apostou na expansão do "novo assistencialismo", em particular no patrocínio de cursos de qualificação e requalificação profissional (ampliando a oferta de serviços assistenciais financiados pelo Estado tanto para associados quanto para não-associados) e na intermediação de mão de obra, bem como na criação de um "sindicalismo de serviços" – estratégias que levaram o SMSP à ampliação de seu patrimônio e à realização de investimentos de grande monta. Com tais práticas, segundo nossa análise, as lideranças procuraram assegurar alguns interesses imediatos dos metalúrgicos (reposição da inflação, pequenos ganhos com a PLR) e do próprio sindicato (expansão patrimonial e dos negócios sindicais).

II.1 A tradição conservadora do SMSP – origem e trajetória até os anos 80

Os metalúrgicos de São Paulo iniciaram sua organização sindical na Primeira República. Eles foram ativos na criação da União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, organização de orientação anarco-sindicalista que exercia uma ação autônoma frente ao Estado e que lutava pela liberdade sindical. Com a instituição do decreto 19.770, em março de 1931, criou-se o sindicalismo oficial, cuja principal finalidade era o controle do movimento operário pelo Estado (Boito Jr., 1991a). Apesar da adesão ao sindicato de Estado ter ocorrido entre as categorias de trabalhadores com pouca tradição organizativa e, majoritariamente, de classe média, a classe operária paulistana, a despeito da resistência inicial, não ficou imune ao processo de oficialização sindical. O SMSP, a exemplo do que dissemos, solicitou, então, seu reconhecimento junto ao

Ministério do Trabalho, em dezembro de 1932 – conseguindo seu registro cinco meses depois (Paes, 1979).

Por conta da tradição operária, até aproximadamente 1934, o sindicato oficial não contou com a participação de um grande contingente de metalúrgicos, na medida em que a maioria dos militantes permaneceu ligada à União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo. Contudo, a estratégia varguista de vincular os recém criados direitos sociais à sindicalização foi decisiva na atração de setores mais organizados da classe operária para o sindicalismo oficial e, no caso em pauta, de um contingente maior de metalúrgicos para as fileiras do SMSP¹³⁴.

Em seus primeiros anos, o SMSP – representante de uma categoria geograficamente dispersa, numericamente reduzida e pertencente a um setor tecnologicamente tradicional – caracterizou-se por uma luta limitada às reivindicações econômicas (aumento salarial) e sociais (instituição do salário mínimo e de um sistema de aposentadoria e pensões, por exemplo), enquanto no terreno político é digno de nota a recusa a integrar a Aliança Nacional Libertadora em 1935¹³⁵. Durante o Estado Novo, a luta sindical reivindicativa no País praticamente inexistiu, pois, sob controle oficial e repressão policial, poucas greves foram organizadas. O SMSP, neste período, foi dirigido por um sucedâneo de sindicalistas integralistas, ministerialistas e trabalhistas, em outras palavras, por variados tipos de pelegos. Salvador de Luttis, interventor,

¹³⁴ A redução no número de greves após 1930 é notória, especialmente após 1937, durante a ditadura de Vargas. Dados disponíveis informam que a ocorrência de greves na cidade de São Paulo caiu de 75, no período compreendido entre os anos de 1915–1929, para 59, entre os anos 1930–1940. Mesmo fenômeno ocorreu com os metalúrgicos de São Paulo que realizaram 10 paralisações entre os anos de 1901–1929 e apenas 6 na década de 1930 (Cf. Simão, 1981).

¹³⁵ A Aliança Nacional Libertadora surgiu em 1935 e constituiu-se como um movimento político formado por uma frente liderada por comunistas, cujas bandeiras mais importantes eram: o combate ao sistema capitalista, ao imperialismo e à grande propriedade rural no País. Sobre a recusa do Sindicato a participar da Aliança Nacional Libertadora – questão desconsiderada pela maioria da bibliografia – ver Antunes (1982).

promovido em 1937 e afastado em 1939 pelo DET (Departamento Estadual do Trabalho), participou da "Frente sindical contra os extremismos", frente cujo objetivo era disseminar os princípios do integralismo no meio operário e combater o comunismo¹³⁶. É preciso ressaltar que, a despeito do governismo da direção do SMSP e de sua distância em relação à base, cresceu – provavelmente atraídos pela oferta de serviços médicos e jurídicos – o número de associados, de 1.689 (1936) para 1.738 (1938). A segunda intervenção no sindicato levou, a partir de 1939, à condição de diretores do sindicato outro grupo de pelegos, chamado de "ministerialistas", que aprofundou a burocratização do sindicato, afastou-se ainda mais das reivindicações dos metalúrgicos e implementou um conjunto de práticas sindicais que, desde então, tem sido um distintivo do SMSP: referimo-nos, em especial, aos serviços assistenciais e à repressão, muitas vezes violenta, às ações espontâneas espocadas nas fábricas de São Paulo. Vale também assinalar a ascensão das lideranças do SMSP nos graus superiores da burocracia do sindicalismo oficial, na Federação e na Confederação da Indústria, tradicionais redutos do peleguismo (Cf. Rodrigues, 1968).

Por conta da criação do estatuto padrão em 1939 e do imposto sindical em 1940, nos anos seguintes ocorre o enriquecimento do sindicato, cujo ícone foi a compra do prédio da rua do Carmo, onde passou a funcionar a sede do SMSP até 2002. Há também a ampliação dos serviços médico-ambulatoriais, iniciativa que atrai um contingente maior de metalúrgicos para as fileiras do sindicato – pelo menos é o que se pode concluir pela diferença entre o número de metalúrgicos que participavam das assembléias (60 e 157 participantes nas duas assembléias realizadas) e

¹³⁶ A primeira medida tomada pela nova diretoria foi eliminar sócios que faziam oposição ao governo Vargas e implementar uma política de perseguição aos comunistas. A essas medidas seguiram-se outras como a expulsão de três membros da própria diretoria que faziam oposição ao grupo integralista: Armando Suffredini, João Peramezza e Lauro Porta (Cf. Paes, 1979).

aqueles que utilizavam os serviços médicos (7.652 consultas), em 1943 (Cf. Paes, 1979). Nesta ocasião, o sindicato lança o jornal *O Metalúrgico* que se definiu, desde sua origem, como um órgão defensor da conciliação de classe e, naquela conjuntura, de apoio público ao populismo de Vargas.

Embora o movimento operário e sindical em geral tenha revertido o quadro de descenso grevista e reivindicativo na conjuntura de democratização política (1945–46)¹³⁷, o SMSP, ainda que pressionado por segmentos de sua base a apoiar a greve geral de 1946, acabou por solicitar a intervenção do Ministério do Trabalho, quando cerca de 20 mil metalúrgicos de médias e grandes empresas em sua base decidiram manter a greve até que suas reivindicações imediatas fossem atendidas (Maranhão, 1979). Não se pode negar a movimentação dos metalúrgicos paulistanos nas fábricas, nem o aumento da pressão destes sobre o sindicato, mas tão clara quanto esta movimentação na base foi a resposta do SMSP, boicotando a quase totalidade dos pedidos de dissídio e as iniciativas grevistas, bem como apoiando – a despeito de uma década sem campanhas salariais – a política de arrocho de Vargas¹³⁸. Entre os anos de 1947 e 1951, o SMSP foi alvo de disputas políticas dentro da diretoria, enquanto nas fábricas continuaram sendo tomadas iniciativas para instaurar dissídios que garantissem aumentos salariais aos metalúrgicos. Mas, o SMSP recrudescer a repressão à oposição, censurou o jornal, manipulou assembléias e

¹³⁷ Mesmo com o controle estabelecido pela estrutura sindical oficial, criou-se o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) – organizações que contrariavam a legislação sindical vigente –, bem como organizações no local de trabalho – as quais foram responsáveis por greves por empresa e pela greve geral de fevereiro de 1946 (Cf. Nogueira, 1997).

¹³⁸ Cf Maranhão (1979). Um episódio que expressa bem o apoio à Vargas foi a construção de um busto do então presidente e a organização de uma grande festa para sua inauguração (Paes, 1979).

permitiu a corrupção interna – prática que, pelas denúncias surgidas nas décadas seguintes, se tornaria um traço comum na história deste sindicato¹³⁹.

Foi somente a partir de 1951 que, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a luta reivindicativa dos metalúrgicos por melhores condições salariais e por reformas sociais foi assumida pelo SMSP. O sindicato, em função do crescimento do parque industrial metalúrgico na capital, bem como da influência das novas lideranças comunistas, passa a apoiar várias greves organizadas em sua base, inclusive o movimento que deflagrou a "greve dos 300 mil" em São Paulo, em 1953¹⁴⁰. O SMSP participou da movimentação grevista na capital paulista nos anos seguintes, movimentação que culminou com a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1963, os metalúrgicos participaram da "greve dos 700 mil", que paralisou diversos setores operários, entre eles o têxtil, o de sapatos, o químico, o de papel e papelão, o gráfico e o alimentício. Entre as principais reivindicações da "greve dos 700 mil", encontram-se aquelas voltadas para a organização dos trabalhadores: a unificação da data-base dos acordos coletivos de todas as categorias, a instituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) como instância negociadora com o patronato, o reajuste quadrimestral de salários e a liberdade de organização sindical nos locais de trabalho. Contudo, como afirmam Leite e Solis (1978), os metalúrgicos – como de resto as demais categorias que participaram daquela greve – estariam mobilizados por conta do quadro inflacionário e em defesa das reivindicações imediatas, apesar da unificação do movimento sindical ter sido também um importante motivador. Outro limite, destacado por

¹³⁹ Lembremos que nos anos de 1947–48, o governo Dutra interviu em inúmeros sindicatos, ao estabelecer uma política de confrontação com os comunistas (Cf. Telles, 1962).

¹⁴⁰ Essa greve, que durou 29 dias, teve como reivindicações principais o aumento de salário e a redução do custo de vida (Cf. Moisés, 1978).

aqueles estudiosos, é o legalismo das lideranças que, apesar de lutarem por uma reivindicação que ultrapassava os limites da estrutura sindical – questão que não deve ser desconsiderada –, não estiveram articuladas à organização das bases, o que teria levado ao fracasso a reivindicação política do movimento.

A ausência de pesquisas sobre a atuação das lideranças sindicais metalúrgicas no pré-64 não nos permite avaliar o quanto, de fato, elas estiveram envolvidas na luta política mais geral. Enquanto alguns autores procuram ressaltar a atuação dos comunistas na liderança do SMSP (Nogueira, 1997), há outros que mostram que, a despeito da presença de comunistas e socialistas, o SMSP apoiou o Movimento de renovação sindical (Costa Neto, 1960; Martins, 1989) – movimento de natureza anti-comunista, cujo lema era "menos política, mais sindicalismo". Este movimento opunha-se aos sindicalistas "amarelos" e aos "vermelhos" e estava vinculado politicamente ao janismo.

Destacam-se, até este período, algumas características do sindicalismo metalúrgico de São Paulo: até 1951, o SMSP representou o típico sindicato pelego, dando apoio ao populismo e boicotando a maioria das lutas econômicas imediatas dos metalúrgicos. De 1951 até 1964, com a presença de lideranças comunistas na direção, o SMSP procurou ativar a luta reivindicativa; contudo, não ultrapassou – como de resto todo o movimento sindical no período – os limites do sindicalismo oficial. O crescimento do setor metalúrgico paulistano, a partir das décadas de 50 de 60, a instalação de algumas grandes empresas na capital e o incremento de mão-de-obra ativaram os metalúrgicos nas fábricas e o SMSP ascendeu na luta reivindicativa¹⁴¹. Mas, após o golpe

¹⁴¹ Segundo dados do IBGE, em 1920 havia 509 indústrias metalúrgicas no país que empregavam cerca de 14.146 trabalhadores. Em 1939, o número de estabelecimentos mais que duplica, chegando a 1.155 unidades. O número de metalúrgicos chega a 61.338 (Cf. Martins, 1989). Em 1975, o ramo metalúrgico era composto por 442.379 trabalhadores e, em 1980, por 531.729.

militar, o SMSP voltou à retaguarda, transformou-se num dos principais expoentes do peleguismo e numa das principais bases de apoio dos governos militares.

Entre as lideranças sindicais que se destacam naquele período estavam Ary Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Antônio Pereira Magaldi, então presidente da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo e o interventor no SMSP, Joaquim dos Santos Andrade¹⁴². Afinadas com o regime militar, estas lideranças exemplificam o peleguismo declarado, ou seja, um tipo de gestão sindical que se coloca, sem contestação, no terreno governista e que tem como propósito reprimir as eventuais correntes reformistas ou revolucionárias no interior do movimento sindical.

A trajetória de Joaquim dos Santos Andrade no SMSP é, pois, expressão do governismo. Iniciou em 1964, com a ajuda da repressão policial e das verbas do Ministério do Trabalho¹⁴³. Interventor em 1964, Joaquinzão foi eleito em 1965 e reeleito nos pleitos que ocorreram nas duas décadas seguintes: 1967, 1969, 1972, 1975, 1978, 1981 e 1984 (Cf. Sader, 1988). Foram 20 anos no poder, durante os quais o SMSP foi reduzido a um órgão de repressão política e de conciliação com a ditadura militar. O SMSP transformou-se num órgão de delação e de prestação de serviços assistenciais para a restrita base de associados que, então, garantia as vitórias eleitorais¹⁴⁴. Além da repressão política, praticamente cessaram as greves, pois o sindicato cerceava as iniciativas de

¹⁴² Joaquim Andrade e Orlando Malvezi, vice-presidente do SMSP, eram participantes ativos do Movimento Sindical Democrático, vinculado ao Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL).

¹⁴³ Segundo relata um pesquisador do SMSP desse período, a primeira tarefa do grupo comandado por Joaquinzão foi ajudar a polícia a localizar, nas empresas da capital, os 1.800 delegados sindicais de orientação comunista (Faria, 1986).

¹⁴⁴ A política sindical assistencial foi construída com a ampliação da infra-estrutura ambulatorial médica, dentária e da assistência jurídica, bem como com a concessão de bolsas de estudos aos filhos dos associados e oferecimento de infra-estrutura de lazer aos sócios.

reivindicação salarial¹⁴⁵. As lideranças conservadoras do SMSP tiveram que enfrentar, entretanto, o movimento de oposição mais importante e organizado de sua história, o MOMSP.

Como assinalou Sader (1988), desde o início da intervenção em 1965, a repressão no SMSP tinha gerado uma oposição que reunia simpatizantes da antiga diretoria cassada e uma corrente que vinha se formando em torno da Juventude Operária Católica (JOC) – cuja concepção era crítica à estrutura sindical. No ano de 1967, formou-se uma chapa de oposição encabeçada por Waldemar Rossi, composta por uma dissidência do PCB, por setores católicos, por sindicalistas que haviam se desentendido com a diretoria e por pequenos grupos de esquerda. Nesse e nos dois pleitos seguintes (1969 e 1972), a oposição sindical metalúrgica voltou a ser derrotada pela situação. Em 1975, a repressão por parte da diretoria e a fragmentada luta no interior das fábricas dificultaram a proposição de uma chapa de oposição. Porém, em 1976, a oposição metalúrgica reorganizou-se, impulsionada pela experiência acumulada com as mobilizações nos locais de trabalho, particularmente nas grandes empresas¹⁴⁶. Com a criação do jornal *Luta Sindical*, o MOMSP recrudescer a luta pela formação de comissões de fábrica e passa a explicitar seus objetivos políticos e ideológicos – entre eles a defesa da liberdade e autonomia sindicais. Naquela conjuntura, as condições materiais dos metalúrgicos paulistanos – agravadas com as perdas salariais produzidas pela política de arrocho salarial do governo militar e pelo despotismo patronal nas fábricas –, a fermentação política das oposições sindicais e do "novo

¹⁴⁵ Segundo Martins (1989), as raras greves de metalúrgicos deflagradas, no período da ditadura militar, tinham as mesmas características: greves por empresa, geralmente motivadas por atraso no pagamento de salários e ocorriam em pequenas ou médias empresas, cujos problemas financeiros eram crônicos e os conflitos reincidentes.

¹⁴⁶ Era sempre com muita dificuldade, e sob forte repressão, que o movimento de oposição se estruturava. Um exemplo foi a paralisação na empresa Villares em 1973. Por vários dias os operários realizaram paralisações de 20 minutos, em horários alternados, e uma operação tartaruga – o que lhes rendeu um aumento salarial de 24%, parcelado em três anos, mas também a demissão de muitos ativistas.

sindicalismo" e o avanço do movimento de democratização política foram componentes que, de um lado, levaram ao avanço do MOMSP¹⁴⁷, mas, de outro, determinaram algumas mudanças de rota na direção política de Joaquinção. No plano doméstico, a direção de Joaquinção acabou sendo impelida a negociar com os grupos grevistas e, no plano mais geral, a fazer – como vimos no capítulo anterior – novas alianças no interior do sindicalismo de direita. É, pois, nesta conjuntura de rearticulação do sindicalismo de direita que Medeiros assume a direção do SMSP. Egresso do PCB em 1980 e membro da diretoria desde 1981, Medeiros levaria para o SMSP essa dupla determinação: fora um quadro do PCB e conhecia tanto o trabalho com a base metalúrgica, quanto as artimanhas da estrutura oficial. Medeiros chega à presidência, como mostramos anteriormente, com uma concepção sindical que combinava, nos mesmos moldes do *tradeunionismo* de tipo norte-americano, uma atuação conservadora no plano político a uma prática reivindicativa no plano econômico.

II.2 Rumo à mobilização – ação grevista e reivindicativa do sindicalismo de resultados

À frente do SMSP, Medeiros tratou de combater o avanço do MOMSP em São Paulo e, na luta mais geral, o crescimento da CUT. Para tanto, foi preciso diferenciar sua direção daquela empreendida por Joaquinção, aproximar-se da base e acrescentar novas formas de organização e de luta dentro do sindicato. Como é sabido, as sucessivas gestões de Joaquinção (1965–1986) limitaram a negociação salarial aos períodos da data-base, após negociações de cúpula com o

¹⁴⁷ O MOMSP, a despeito das dificuldades de romper com o esquema de controle e de delação arquitetados pelo SMSP, avançou no interior das fábricas e organizou as históricas greves de 1978 e de 1979. Sobre estas greves ver: Sader (1988); Nogueira (1997); Cardoso (1999).

patronato (Renner, 2002). A maioria das greves que ocorreram no período foram deflagradas pela oposição e, quando muito, o sindicato assumia a negociação de algumas delas. No plano organizativo, o SMSP funcionava dentro do conhecido esquema assistencial, restrito a uma pequena base de associados, dentre eles os aposentados, que usufruíam dos serviços assistenciais de saúde, lazer e assistência jurídica¹⁴⁸.

Ao assumir a direção do SMSP, contudo, Medeiros imprimiu algumas mudanças tanto na forma de luta, quanto na organização dos metalúrgicos. O sindicato passou a realizar campanhas de sindicalização e aumentou, em apenas um ano, seu quadro associativo em 20 mil novos sócios – de 60.000 para 80.000 filiados¹⁴⁹. Colocou, também, em prática uma nova estratégia de organização, desta feita para formar o que ele próprio chamou de "nossa tropa". Com o intuito de aproximar o sindicato dos trabalhadores nos locais de trabalho e de ocupar os espaços – até então território, e sob influência, do MOMSP –, o sindicato passou a formar, no Sítio de Mogi das Cruzes, novos delegados sindicais. Em seu primeiro ano de mandato, Medeiros teria formado 3.000 novos representantes do sindicato e, em 1991, este número chegaria a 6.000 (Cf. Cardoso, 1999). A divisão da cidade em zonas de atuação também permitiu, além de um controle maior sobre as pequenas e médias empresas, uma aproximação da base, através da mobilização fábrica por fábrica. Outro recurso inovador foi a realização de assembleias, passeatas, mobilizações e piquetes em portas de fábrica que, segundo relatos divulgadas pela imprensa, contavam com cada

¹⁴⁸ O primeiro pesquisador a mostrar que estratégias Joaquinção utilizava para vencer as eleições foi Reginaldo Moraes. Joaquinção "'ganhava' as eleições com fraudes ou graças ao clientelismo junto a pequenas oficinas, fabriquetas e sócios-aposentados" (Moraes, 1986: 99).

¹⁴⁹ De acordo com uma liderança do SMSP, em 1987 o sindicato teria conseguido alcançar cerca de 138.000 sócios, para uma base de aproximadamente 334.000 metalúrgicos, segundo dados da RAIS. Entrevista realizada com Juruna, realizada em São Paulo, em julho de 2000.

vez mais trabalhadores¹⁵⁰. Além de reformar as estratégias de organização sindical, o SMSP incrementou a prática grevista.

Os números de greves e de jornadas não-trabalhadas na cidade de São Paulo mostram o contraste entre a atuação sindical na gestão Joaquinção, 1983–85, e a atuação do sindicato na gestão Medeiros, 1986–89 (Tabela I). Mais ainda, se fizermos uma comparação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, as greves na cidade de São Paulo, no período 1986–87, ultrapassam em número as greves deflagradas no principal reduto cutista. Enquanto no biênio 1986–87, os metalúrgicos de São Paulo deflagraram 216 e 118 greves, respectivamente, o sindicato de São Bernardo realizou 89 e 49 paralisações (Cf. Renner, 2002). No biênio 88–89, o SMSP chegou a ultrapassar São Bernardo em número de jornadas não-trabalhadas (Cf. Cardoso, 1999).

Tabela I

Metalúrgicos de São Paulo, segundo número de greves, de greves por empresa e de jornadas não-trabalhadas (1983–1989)

Ano	Número de greves	Greve por empresa (em %)	Média de jornadas não-trabalhadas
1983	34	97,1 = 33	2.311,61
1984	76	97,4 = 74	1.618,94
1985	45	97,8 = 44	2.418,95
1986	216	100 = 216	3.255,57
1987	118	100 = 118	2.949,80
1988	63	98,4 = 62	2.457,70
1989	456	99,1 = 451	3.164,96
Total	1008	Média total = 98,5	Média total = 2596,75

Fonte: Nepp/Unicamp, tabulações especiais (Cf. Cardoso, 1999: 157).

No período 1983–1985, foram deflagradas em média 51 greves, contra 213 da gestão de Medeiros. Em 1986, foram realizadas 216 paralisações, número superior à soma dos três últimos anos da gestão de Joaquinção. Se colocarmos o foco de nossa atenção apenas no ano de 1989,

¹⁵⁰ Cerca de 10 mil trabalhadores teriam participado da assembléia de campanha salarial em 1988. Ver

veremos que o SMSP realizou 456 paralisações – um número que intriga quando analisado retrospectivamente. O crescimento no número de jornadas não-trabalhadas, durante a gestão de Medeiros, mostra também que ele foi mais mobilizador do que Joaquinção – feito possível graças à ampliação da estrutura do SMSP e da "tropa" de delegados sindicais. O intuito era expandir os resultados da convenção coletiva para aquelas empresas, médias e pequenas, tradicionalmente refratárias à negociação. E, segundo nossa análise, o seu maior trunfo foi aproximar o sindicato da "peãozada" e legitimar uma prática sindical caracterizada pela mobilização para a luta salarial.

Sobre as estratégias utilizadas pelo sindicato para se aproximar dos metalúrgicos, assim se expressou uma das lideranças do SMSP:

"Fazíamos greve numa fábrica e passando a greve nós perguntávamos quem era sócio, quem gostaria de ficar de sócio. Tínhamos vitórias conjuntas; então a turma começava a ver o sindicato de outro jeito. O que precisava para ser sócio? Você tinha que levar carteira profissional, identidade, fotografia e vinha aqui na sede. Nós eliminamos tudo isso. Começamos no primeiro momento, levamos o fotógrafo para dentro da fábrica; então para facilitar ele anotava o nome da pessoa. Como tinha acontecido um processo de greve, o sindicato saía também fortalecido perante a empresa. Então a empresa também cedia para nós. Ao invés de pedir documento, você tinha essa garantia da empresa de que ela forneceria isso para nós. Fazia parte da luta política. Como demonstramos força, a empresa aceitava que pudéssemos fazer sindicalização ali. Ainda [mais] que dentro do acordo coletivo você tinha um dia para você entrar dentro da fábrica para fazer associação. Se você pega 44.000 sócios... quando nós chegamos em 87, nós estávamos com 140.000 – para falar o número expressivo, 138.000 sócios. Então foi um crescimento positivo, várias pessoas de oposição ajudaram nisso também, mas o sindicato começou a correr por todos os lados porque um setor, quase 12 diretores mais os assessores, começaram a trabalhar essa idéia que eu relatei antes. Então, os outros também conservadores começaram a fazer também para não perder a disputa"¹⁵¹.

Apesar de mais mobilizadora e negociadora, a nova direção manteve as greves no varejo como tática predominante, como mostrou a tabela acima. No biênio 1986–87, todas as 334 greves realizadas pelo SMSP foram por empresa. A pulverização da luta grevista era a opção defendida pelo SMSP e, neste sentido, o limite dentro do qual a luta sindical foi construída naquela

"Recado aos metalúrgicos". *Notícias populares*, 16 de set. de 1988.

conjuntura¹⁵². Além de ser um limite político ideológico – na medida em que marcava o caráter corporativista e conservador do SMSP –, a prática dominante da greve por fábrica tinha resultados também limitados. Muito embora o SMSP tenha se tornado um sindicato ativo, os resultados das "badaladas" negociações eram limitados em geral às grandes e médias empresas. Vejamos porquê.

A estrutura industrial metalúrgica na cidade de São Paulo é tradicionalmente dispersa. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que, em 1989, 78% das empresas metalúrgicas de São Paulo eram de pequeno porte (até 49 empregados), 16% de médio porte e apenas 1,5% delas tinha mais do que 500 empregados. Mostram também que as pequenas empresas eram responsáveis por apenas 18,5% do total de empregos, como mostra a tabela abaixo (Tabela II). A maior concentração de metalúrgicos encontrava-se nas empresas de médio porte, entre 50 e 499 trabalhadores, que correspondem a 45,5% do total, seguido das grandes empresas, que empregavam 36% da força de trabalho. Pois bem, se supusermos que a greve por empresa era a condição para que os metalúrgicos das médias e pequenas empresas fossem beneficiados com os acordos negociados, principalmente fora da data-base, teria sido necessário paralisar milhares delas para garantir as mesmas reivindicações conquistadas. Não foi este o caso. No ano de maior atividade grevista, em 1989, foram realizadas 465 paralisações por empresa, num universo de cerca de 7.824 estabelecimentos, segundo dados da RAIS. Além disso, os rendimentos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas não conseguiram acompanhar, na

¹⁵¹ Entrevista realizada com João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força Sindical, realizada em São Paulo, jul. de 2000.

¹⁵² As greves de categoria ou gerais eram, em geral, combatidas e concebidas como o último recurso. Por sua vez, a greve isolada, baseada em reivindicações localizadas, permitia o controle sobre os trabalhadores. A opção pelas greves no varejo expressava também uma posição ideológica, na medida

mesma proporção, os rendimentos dos trabalhadores das grandes empresas, aprofundando assim a hierarquia salarial¹⁵³.

Tabela II

Número de estabelecimentos do setor metalúrgico e de trabalhadores, por tamanho do estabelecimento, em 1989 – Município de São Paulo

Tamanho do estabelecimento	Número de estabelecimentos	% de estab.	Número de trabalhadores	% de trab.
Sem empregados	345	4,5	–	–
Até 49	6.083	78	74.945	18,5
De 50 a 499	1.263	16	185.277	45,5
Acima de 500	133	1,5	146.035	36
TOTAL	7.824	100	406.257	100

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet Elaboração própria¹⁵⁴.

Para avançar a regulamentação das conquistas para os trabalhadores das pequenas e médias empresas, o SMSP teria que superar a luta economicista que caracterizava o "sindicalismo de resultados" e organizar os trabalhadores para ações mais amplas, como greves mais longas, e ações políticas progressivas. Não foram estas, contudo, as opções daquela corrente sindical.

O SMSP acrescentou às negociações "com quem decide" a mobilização fábrica por fábrica, incrementou as greves por empresas, aumentou o número de filiados, formou inúmeros delegados sindicais e passou a ocupar os espaços da oposição metalúrgica. Rompeu, assim, o isolamento que caracterizara a gestão de Joaquinão. Mas o "sindicalismo de resultados" não propunha a organização política e autônoma dos trabalhadores. Ao contrário, estava comprometido com um modelo, segundo o qual apenas a aliança entre capital e trabalho traria resultados e benefícios aos trabalhadores. Diferentemente do sindicalismo combativo da CUT,

em que se baseava no reconhecimento, segundo o qual, o "sindicato luta por você" e não de que se trata de uma organização livre e autônoma dos trabalhadores.

¹⁵³Até 1982, o piso salarial era único para toda a categoria. A partir daquele ano, o piso salarial passou a ser definido de forma escalonada, segundo o tamanho da empresa (Cf. Renner, 2002).

defendia a conciliação entre capital e trabalho, bem como a "identidade" de interesses entre trabalhadores e o patronato. Explicitava, portanto, no plano político, sua opção conservadora.

II.3 O SMSP – consolidação da luta reivindicativa nos anos 90

A política neoliberal suscita, para dizer algo breve, reações muito heterogêneas das classes e frações de classes em presença no processo político. No interior do bloco no poder, ela desencadeia alianças, impõe recuos, realiza interesses que não podem satisfazer ao conjunto das classes dominantes, na medida em que ao garantir interesses imediatos de uma fração, frustra interesses de outras. A política de abertura e de juros altos, por exemplo, fere os interesses do capital industrial, inclusive dos grandes grupos desse setor, mas interessa às multinacionais, ao capital financeiro internacional e aos bancos brasileiros. O capital industrial, na medida em que é afetado por aquelas políticas, procura pressionar e defender outras "reformas", entre as quais a desregulamentação das relações de trabalho, a redução dos direitos sociais, a privatização das empresas e dos serviços públicos. Mas a principal resposta prática do capital industrial às perdas – que têm acumulado com a política de abertura e de juros – tem sido a demissão dos trabalhadores, ou seja, o desemprego. Neste sentido, aquilo que interessa sobremaneira ao capital industrial – a desregulamentação dos direitos trabalhistas (em particular da jornada e do contrato de trabalho, que facilitam a demissão, a contratação precária e provisória), bem como a redução de encargos sociais – é, inversamente, o principal aspecto que afeta negativamente os operários (Boito Jr., 1999).

¹⁵⁴ Dados extraídos da RAIS/MTb, através do Programa de disseminação estatística do Ministério do Trabalho e emprego, acessível *on-line*.

No campo das classes dominadas também ocorrem clivagens, pois o neoliberalismo não afeta o conjunto dos trabalhadores da mesma forma. A forma como os trabalhadores são atingidos e a intensidade das perdas sofridas variam. Elas variam segundo o setor econômico em questão – público e privado –, as frações das classes dominadas em pauta – operariado urbano, segmentos da classe média, assalariados rurais – e na proporção dos benefícios aos quais os trabalhadores fazem jus. Varia também a capacidade de resposta ao impacto do neoliberalismo, mas esta questão será discutida posteriormente. O que nos interessa destacar, neste momento, é que a implantação do neoliberalismo no Brasil agravou as condições econômicas e sociais da grande maioria dos trabalhadores. A política de juros altos e a contenção do crescimento econômico, a drástica redução das tarifas alfandegárias, a privatização dos serviços públicos, a redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais compuseram os principais eixos da política econômica e social neoliberal, os quais têm concentrado a renda, degradado o emprego e gerado a queda dos salários. Além disso, tal política vem desmontando o modelo populista e desenvolvimentista que concedeu direitos e benefícios, ainda que restritos e gradativos, aos trabalhadores, principalmente aos urbanos. A ideologia neoliberal procurou atacar os direitos dos trabalhadores do setor público responsabilizando-os pela crise econômica e pelas disparidades sociais. Procurou, como ficará mais claro no próximo capítulo, instigar o conflito entre trabalhadores do setor público e privado e ocultar que, com tais políticas, todos perderiam direitos.

Tentaremos mostrar, agora, que o operariado metalúrgico de São Paulo foi especialmente afetado pela política econômica neoliberal, em especial pela abertura. O SMSP respondeu aos "constrangimentos econômicos" com ações reivindicativas, de um lado, mas com propostas de apoio aos demais eixos da plataforma neoliberal, de outro – o que poderíamos, metaforicamente,

chamar de um "tiro no próprio pé", já que tais propostas foram não apenas insuficientes para reverter o quando do desemprego e contribuíram para aprofundá-lo.

O desemprego constitui um dos efeitos mais perversos da política neoliberal. Em 1999, o Brasil passou a ocupar a 3ª posição no *ranking* do desemprego mundial. Alcançou a cifra de 7 milhões de pessoas em 1998, enquanto na década de 1980, o volume de desempregados não superava a cifra de 2 milhões de pessoas. A situação sócio-econômica da capital de São Paulo, que já havia se ressentido com as crises econômicas dos anos 80 e com a reestruturação produtiva levada a efeito pelas grandes empresas, tornou-se especialmente dramática. A indústria da transformação no estado de São Paulo perdeu 5.282 estabelecimentos, 16,5% do total, entre 1990 e 2000 (Tabela III). A queda no número de empresas foi constante, mas especialmente acentuada no biênio 92-93 e após 1998. No setor metalúrgico da cidade de São Paulo, que, obviamente, compreende as empresas da base do SMSP, o processo de desindustrialização também acompanhou a trajetória da indústria de transformação. Houve uma variação negativa de 12% no número de estabelecimentos, conforme podemos comprovar pela tabela abaixo.

Tabela III

Número de estabelecimentos na indústria da transformação e no setor metalúrgico, no período 1990-2000
- Município de São Paulo

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var. %
Ind. Da transf.	31.410	31.170	28.831	27.822	29.034	30.483	29.308	28.892	27.382	26.529	26.229	- 16,5%
Setor metalúrgico	7.791	7.765	7.190	6.791	7.407	7.718	7.578	7.420	7.115	6.982	6.863	- 12%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

O que torna, contudo, a desindustrialização no setor metalúrgico um fenômeno especialmente grave é a sua ocorrência nas médias e nas grandes empresas da capital paulista, exatamente nas empresas que tradicionalmente empregavam a maioria dos metalúrgicos. Mais à frente veremos que o SMSP teve que intensificar a mobilização com campanhas, passeatas e

greves contra o fechamento de importantes empresas em sua base, bem como contra a transferência de algumas delas para outros Estados, cujo caso mais notório foi o da Ford, em 1999. Por enquanto, acompanhem os números indicados na tabela abaixo (Tabela IV). Verifica-se, ali, que o número de estabelecimentos de pequeno porte teve uma pequena retração na década. A partir de 1990, há uma queda constante, mas estável, até 1993: são fechados 746 estabelecimentos. A partir de 1994, este fenômeno inverte-se: o número de pequenas empresas volta a crescer até 1995, quando, então, há novo declínio. Houve, objetivamente, uma redução de 5,5% no número de pequenas empresas. Queda mais acentuada tiveram as empresas de médio e grande porte na cidade de São Paulo.

Tabela IV

Número de estabelecimentos no setor metalúrgico, por tamanho do estabelecimento, no período 1990–2000, Município de São Paulo

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var. %
Sem empregados	374	511	578	422	433	496	529	446	471	438	383	
Até 49	6.230	6.127	5.679	5.484	6.039	6.382	6.252	6.273	6.088	5.978	5.898	– 5,5%
De 50 até 499	1093	1038	866	825	871	784	749	653	527	536	548	– 50%
Acima de 500	94	89	67	60	64	56	48	48	29	30	34	– 64%
Total	7.791	7.765	7.190	6.791	7.407	7.718	7.578	7.420	7.115	6.982	6.863	– 12%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

Quando tomamos o número de estabelecimentos de médio (entre 50 e 499 trabalhadores) e de grande porte (acima de 500 trabalhadores), assistimos a uma redução drástica: a metade das empresas de médio porte desapareceu da cidade de São Paulo, enquanto as grandes empresas tiveram uma redução ainda maior: 64% (caíram de 94 para 34). Se considerarmos que a maioria relativa dos metalúrgicos trabalhava em empresas de médio porte, podemos, de antemão, vislumbrar o impacto da desindustrialização sobre o emprego. Os dados mostram que, na década neoliberal, se acentuou a dispersão industrial na própria cidade de São Paulo: as indústrias de grande porte, que empregavam cerca de 36,5% da mão-de-obra metalúrgica em 1990, passam a

ser responsáveis por apenas 19% em 2000 (Tabela V). No que diz respeito às empresas de médio porte, ao final da década, não houve mudança, pois 43,5% dos metalúrgicos continuam trabalhando nessas empresas. As pequenas empresas, contudo, que respondiam por apenas 20,5% dos trabalhadores, em 1990, passaram a ocupar 37,5% da mão-de-obra metalúrgica, em 2000 – fenômeno nada desprezível. Estes dados mostram que o perfil industrial paulistano se tornou, após a primeira década neoliberal, ainda mais disperso.

Não dispomos de indicadores precisos sobre o padrão de mudança ocorrida no setor metalúrgico paulistano: quantas indústrias foram fechadas?; quantas foram abertas? É contudo plausível supor que, além do fechamento de muitas delas, a redução do número de funcionários tenha alterado o enquadramento das empresas junto ao Ministério do Trabalho – de onde estes dados foram levantados. Assim, algumas empresas de grande porte podem ter se tornado de médio porte, enquanto outras de médio porte podem ter sido enquadradas como de pequeno porte. O que nos interessa, todavia, é indagar: como tais mudanças afetaram os metalúrgicos?

Tabela V

Número e porcentagem de metalúrgicos, por tamanho do estabelecimento – Município de São Paulo

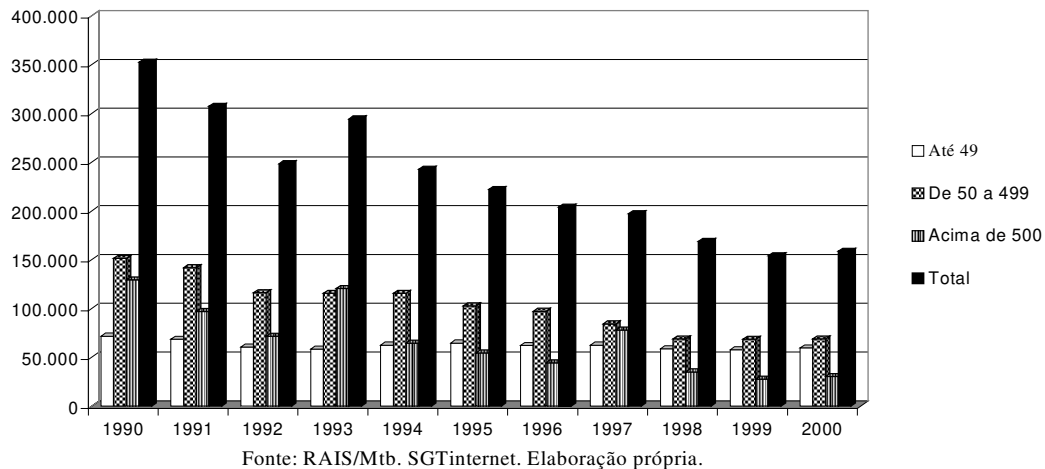
	1990	1995	2000	Varição 1990-2000
Até 49	71.750	64.722	59.677	- 12.073
	20,5%	29%	37,5%	- 17%
De 50 a 499	151.318	102.782	68.817	- 82.501
	43%	46%	43,5%	- 55%
Acima de 500	129.383	54.606	30.260	- 99.123
	36,5%	24,5%	19%	- 77%
Total	352.451	222.110	158.754	- 193.697
	100%	100%	100%	- 55%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

O resultado deste processo de desindustrialização foi, como temos afirmado, a explosão do desemprego. Se na cidade de São Paulo, os números já eram elevados, no setor metalúrgico a situação foi especialmente dramática. Neste setor foram perdidos 193.697 empregos no período

1990–2000. Houve uma variação negativa de 55%. Somente no biênio 1990–92 foram perdidos 104.002 empregos. Em 1993, houve uma pequena recuperação, quando foram criados 45.886 novos empregos. Mas, até o final da década, houve queda no nível de emprego¹⁵⁵. As empresas de grande porte demitiram 99.123 trabalhadores ao longo da década: 77% do total dos demitidos. Este dado, além de devastador, indica outro fenômeno: a tendência à precarização do emprego, já que as condições de trabalho nas médias e pequenas empresas são, relativamente, mais precárias (os salários tendem a ser mais baixos e as condições de trabalho piores; o trabalhador das pequenas empresas vive, no cotidiano, a pressão patronal e ocorrem muitas irregularidades trabalhistas). O gráfico I, abaixo, mostra os dois fenômenos principais que ocorreram no setor metalúrgico da cidade de São Paulo.

Gráfico I
Número de empregados metalúrgicos da cidade de São Paulo, por tamanho de estabelecimento (1990-2000)



¹⁵⁵ No triênio 1990–92, a recessão elevou o patamar do desemprego na cidade de São Paulo de 10,3%, em 1990, para 15,2%, em 1992, o que correspondeu a um crescimento do contingente de desempregados de 614.000 para 1.175.000 pessoas. No triênio 1993–95, a retomada do crescimento do nível de atividade industrial e a estabilização da moeda reduziu o ritmo de aceleração do desemprego. O patamar do desemprego decresceu 2%, chegando a 13,2% da PEA paulista, em 1995. No período 1996–99, em decorrência da política de juros altos, bem como do incremento da política de abertura e de privatização, o desemprego voltou a crescer e atingiu, em 1999, o maior patamar da década: 19,3%, o equivalente a 1.715.000 de trabalhadores desempregados.

Outro agravante das políticas neoliberais tem sido a queda na renda do trabalho (DIEESE, 2001c). O salário dos trabalhadores em São Paulo, que vinha declinando nos anos 80, caiu ainda mais na década de 90, mesmo com a estabilização dos preços alcançada com o Plano Real, em 1994¹⁵⁶. Os dados que levantamos sobre a remuneração média anual dos metalúrgicos paulistanos mostram que a média salarial deles, em 1985, era de 5,64 salários mínimos (SM). Em 1990, esta média passa para 8,08 e, em 1994, sobe para 9,51 SM. A partir de então, inicia-se uma trajetória de queda e, em 2000, a remuneração dos trabalhadores do setor metalúrgico chega ao patamar de 7,66 SM (Tabela VI).

Tabela VI

Remuneração média anual em salários mínimos, por sub-setor metalúrgico – Município de São Paulo.

	1985	1990	1994	1995	2000
Metalúrgica	4,6	6,62	7,23	7,03	5,86
Mecânica	6,41	8,79	11,30	10,81	8,88
Material elétrico e comunicação	6,15	8,50	10,58	10,82	8,54
Material de transporte	5,99	8,87	10,28	10,50	8,33
Total geral	5,64	8,08	9,51	9,40	7,66

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

A deterioração dos rendimentos dos metalúrgicos também fica evidente quando analisamos a queda na proporção de trabalhadores que, no período 1990–2000, ganhavam na faixa entre 5 a 10 SM (de 24 para 20%) e na faixa cima de 10 SM (de 31 para 27,5%). Houve um aumento na porcentagem dos metalúrgicos apenas na faixa entre 2 a 5 SM (de 39 para 49,5%) (Tabela VII).

¹⁵⁶ Os dados do DIEESE mostram que, no período 1989-1992, o rendimento médio dos trabalhadores perdeu 30% do seu valor. Este movimento negativo resultou da incapacidade das políticas salariais de preservar o poder de compra dos salários, face à escalada da inflação e das perdas do Plano Collor. No triênio seguinte, houve pequena recuperação dos rendimentos de modo que, se, em 1992, a média era de R\$649,00, em 1995, ela sobe para R\$874,00. No biênio 96–97, os resultados negativos do crescimento da economia fizeram com que o rendimento tivesse nova queda, de forma que, em 1997, o rendimento médio dos ocupados em São Paulo representava 88,6% em relação a 1989. Ainda assim, o salário dos

Tabela VII

Número e porcentagem de metalúrgicos, por faixa salarial – Município de São Paulo

	1990	%	1995	%	2000	%
Até 2 SM	15.044	4	3.087	1	3.821	2,5
Entre 2 e 5 SM	138.094	39	82.893	37	78.338	49,5
Entre 5 e 10 SM	110.621	31	70.452	32	44.067	27,5
Acima de 10 SM	84.258	24	63.488	29	31.799	20
Não informaram	4.434	1	2.190	1	729	0,5
TOTAL	352.451	100	222.110	100	158.754	100

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

Perguntamos, então, diante deste quadro e dos constrangimentos econômicos gerados por ele, como reagiu o SMSP no plano reivindicativo?

Relativamente ao final da década de 80, a mobilização grevista do SMSP perdeu intensidade, mas permaneceu um instrumento recorrente na luta reivindicativa. No período 1991–99, os metalúrgicos realizaram, em números absolutos, 593 greves. Foram em média 65,8 paralisações ao ano (Tabela VIII). O triênio 1994–96 foi o período de maior ativismo grevista. Neste período ocorreu a maioria das greves, entre elas a única greve geral que contou, na década de 90, com a participação do SMSP e da Força Sindical. Este incremento grevista foi condicionado por alguns fatores: pela escalada do desemprego, pela mudança na estratégia da FIESP, que passou, a partir de 1993, a negociar com o SMSP acordos setoriais, e, sobretudo, pelas perdas ocasionadas pelo Plano Real, em 1994¹⁵⁷. A partir de 1997, seguindo a tendência nacional, o número de greves de metalúrgicos na capital de São Paulo declinou¹⁵⁸.

trabalhadores na indústria paulistana continuou superior ao salário de outras capitais, como Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal.

¹⁵⁷ A partir de 1993, o SMSP passou a negociar com cinco setores da FIESP: setor automotivo, setor de máquinas, setor esquadrias, setor de fundição e setor de lâmpadas. Segundo avaliação do sindicato na ocasião: "a estratégia seria tentar arrancar mais dos grupos da FIESP em negociações isoladas. Seria,

Tabela VIII

Greves de metalúrgicos de São Paulo, segundo tipo da greve (1991–99)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Greve por empresa	73	21	30	97	115	118	53	32	37	578
Greve por grupo de empresa	–			1	4	1	1			7
Greve por categoria	1	1	–	2	2	–	–	1	2	9
Greve geral						1				
Total	74	22	30	100	121	120	54	33	39	593

Fonte: Boletim do DIEESE (1991-1999). Elaboração própria.

Do total de greves deflagradas pelo SMSP no período 91–99, 97,5% foram greves por empresa, 1,2% por grupos de empresa e 1,5% de categoria. As negociações no varejo, ou seja, empresa por empresa, continuaram como estratégia prioritária do SMSP. Mas, por conta do desmonte de parte do parque industrial paulistano e do desemprego, novas estratégias de luta e de mobilização passaram a ser praticadas. Muito embora a estratégia de greves por empresa tenha predominado, o SMSP passou a organizar greves de categoria ao longo do período. Foram nove greves da categoria metalúrgica, algumas envolvendo todo o estado de São Paulo. Além delas houve a inédita participação na greve geral de 1996. O sindicato também intensificou a realização de campanhas unificadas com outras categorias – num primeiro momento, com aquelas que eram filiadas à Força Sindical, mas, a partir do ano 2000, também com a CUT. Acompanhemos estes movimentos, sob a direção da Força Sindical.

Em outubro de 1991, os metalúrgicos realizaram uma greve por aumento salarial e estabilidade no emprego. A greve ocorreu entre os dias 29 e 31, durante a data-base. As reivindicações principais foram reajuste salarial de 70%, mais reposição de 84,2% referente a

em resumo, quase a mesma estratégia das conquistas por fábrica que o sindicato alcançou nos últimos anos". Ver "Categoria discute estratégia de negociação", *O metalúrgico*, no. 394, abr. de 1993.

¹⁵⁸ Ver "O movimento grevista nos anos 90". *Anuário dos Trabalhadores*, set. de 1998.

março de 1990 e 30% de aumento real¹⁵⁹. No início de 1992, o crescimento do desemprego e o fechamento de algumas indústrias voltaram a mobilizar os metalúrgicos paulistanos. Em fevereiro, o SMSP deflagrou uma greve da categoria em protesto pelo não cumprimento do acordo firmado no final de 1991¹⁶⁰. Para incrementar a luta, o sindicato unificou a campanha "*Defenda seu emprego. Pare!*" com os metalúrgicos de Guarulhos e de Osasco. As principais reivindicações foram estabilidade no emprego por 180 dias e aumento salarial. Em troca, o sindicato propunha a "flexibilização" da jornada de trabalho com variação salarial – "embrião" do "banco de horas"¹⁶¹. A mobilização para a greve foi intensa e contou com a estrutura das sub-sedes do sindicato para organizar a categoria. A greve ganhou as ruas de São Paulo com uma marcha dos metalúrgicos pelo centro até a sede da FIESP, onde se realizou uma manifestação com cerca de 15 mil metalúrgicos. O sindicato conseguiu negociar parte das reivindicações. No acordo fechado com a FIESP, os metalúrgicos teriam estabilidade até o final de março – cerca de

¹⁵⁹ A primeira proposta do grupo 19 da FIESP (54% parcelado) foi recusada pelos metalúrgicos que entraram com pedido de dissídio coletivo no TRT. A proposta de conciliação do TRT, de 78,48%, foi rejeitada pelo grupo 19 da FIESP. Diante do impasse, o setor patronal apresenta uma contraproposta de 80%, em duas parcelas, novamente rejeitada pela categoria. O TRT julga a greve não abusiva, determina um reajuste salarial de 113% e estabilidade de 120 dias. Diante disso, os metalúrgicos retornaram ao trabalho. Após o término da greve, a FIESP recorre ao TRT, que concede uma liminar favorável a ela, determinando um reajuste de 75,58% sobre os salários de out. de 1991. Em negociação posterior por intermédio do TRT fica acordado um reajuste de 100% sobre outubro de 1991 e estabilidade de 90 dias.

¹⁶⁰ 25 mil metalúrgicos teriam perdido o emprego, em 1990, em São Bernardo e Diadema. Ver *Notícias Populares*, 22 de jan. de 1992. Em dezembro de 1991, a Gradiente teria despedido 1.500 trabalhadores e, em janeiro, a onda de demissões teria afetado as seguintes empresas: Black & Decker (300), Panasonic (159) Sharp (1.000). Ver *Folha de S. Paulo*, 21 de jan. de 1992.

¹⁶¹ Durante os meses de fevereiro a julho, os metalúrgicos deveriam cumprir 1.140 horas de trabalho: 190 por mês. O salário seria variável, segundo as necessidades da produção, mas ao final do período deveria ser recomposto.

45 dias – e reposição salarial de 20%, para os trabalhadores que ganhavam até 3 SM, e de 17% para os demais¹⁶².

O ano de 1994 marca a retomada de campanhas e reivindicações voltadas para a defesa do salário e do emprego. Foram realizadas duas greves de categoria: a primeira, em março, também partiu de uma da campanha unificada com os sindicatos de Guarulhos e Osasco, em protesto contra a conversão dos salários para URV pela média. Foram realizadas 43 passeatas na capital, um ato no Largo Santo Amaro, envolvendo 3.000 metalúrgicos, e outro em Osasco, com a presença de 6.000 metalúrgicos¹⁶³. A segunda greve daquele ano ocorreu na data-base, em outubro. De acordo com os dados do Dieese, 119.600 metalúrgicos vinculados à Força Sindical, em todo o estado, paralisaram suas atividades em defesa da estabilidade no emprego, em protesto contra o aumento nas demissões, por reajuste salarial, reposição mensal e piso salarial único¹⁶⁴. Esta greve foi batizada de "greve andorinha", pois a estratégia utilizada foi paralisar cada região do estado durante 24 horas, por 5 dias consecutivos¹⁶⁵. A mobilização para esta greve envolveu 200 carros de som, uma carreta, 2 milhões de boletins, 200 mil cartazes, 500 mil adesivos, 1.000

¹⁶² Os jornais do sindicato valorizaram o acordo feito na época. Ver "Metalúrgicos fecham acordo maior que a lei salarial", *O metalúrgico*, no. 380, mar. de 1992. Contudo, a garantia de emprego de 45 dias era muito questionável dado que o acordo abria a possibilidade de demissões durante o período.

¹⁶³ Ver: *Boletim DIEESE*, no. 157, Ano XIII, abr. de 1994. Segundo dados do DIEESE, a greve dura um dia e conta com a participação de 190.000 metalúrgicos. A greve foi julgada pelo TRT que determina que no dia do pagamento dos salários individuais de março, deveria prevalecer o maior valor, entre aquele obtido mediante a conversão para URV e o previsto no acordo coletivo da categoria. O Tribunal também considerou a greve não abusiva e determinou o pagamento das horas paradas, deixando a critério das empresas a compensação.

¹⁶⁴ Ver *Boletim DIEESE*, no. 164, Ano XIII, nov. de 1994.

¹⁶⁵ No primeiro dia de greve, a paralisação atingiu empresas da região sul da capital paulista. No dia 1º de novembro, 19.500 metalúrgicos das cidades de Americana, Santa Bárbara e Piracicaba paralisaram suas atividades. No dia 3, foram 42.000 de Guarulhos; em 7 de novembro 48.500 metalúrgicos paralisaram as empresas de Osasco e região. No dia 10 foram as cidades de Suzano, Bragança Paulista, Ferraz de Vasconcelos e no dia 11, 50.000 metalúrgicos da zona oeste. No dia 11, o acordo foi fechado com o grupo 3 e 19 da FIESP, que concedeu reajuste de 19%.

piqueteiros e até um helicóptero, segundo dados divulgados pelo próprio sindicato¹⁶⁶. O resultado da primeira greve de categoria depois do Plano Real foi significativo: o SMSP conseguiu obter reajustes acima da política salarial do governo¹⁶⁷. Este feito nos ajuda a compreender, ao menos em parte, o impacto ideológico da estabilização do Plano Real sobre aqueles trabalhadores.

Em fevereiro de 1995, no início do governo FHC, os metalúrgicos fizeram uma greve curta, "de advertência", contra as propostas de extinção da aposentadoria por tempo de serviço e de mudanças no FGTS – então apresentadas pelo governo recém eleito. Apesar de curta, esta greve tem um interesse especial para nosso estudo, na medida em que partiu de uma reivindicação política – a manutenção de alguns direitos trabalhistas conquistados na Constituição de 1988, ameaçados com a proposta de Reforma da Previdência – e de um protesto contra o aumento salarial concedido pelo Congresso aos parlamentares, ao presidente e aos ministros. O aumento de salário do Executivo e Legislativo federal foi duramente criticado pelas lideranças do SMSP que organizou um protesto e moveu uma ação popular contra essa medida. As passeatas organizadas pelo sindicato também pretenderam abrir o diálogo com o governo sobre a reforma constitucional. O SMSP propôs, de um lado, a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço, da aposentadoria por idade (respeitando a diferença entre homens e mulheres) e da aposentadoria especial por insalubridade e periculosidade. De outro, defendeu o fim da aposentadoria integral do setor público e a extinção da aposentadoria especial dos parlamentares, iniciando assim uma campanha mais direta pelo desmonte dos direitos dos trabalhadores do setor público.

¹⁶⁶ Ver: "Metalúrgicos rompem política de arrocho salarial". *O metalúrgico*, no. 404, nov. de 1994.

¹⁶⁷ Ver "Metalúrgicos fecham acordo e têm reajuste acumulado de 52,64%". *Folha de S. Paulo*, 11 de nov. de 1994. Sobre o apoio de outras categorias ver: "Vicentinho apóia hoje Metalúrgicos em Osasco". *Folha de S. Paulo*, 7 de nov. de 1994.

No final de 1995, os metalúrgicos de São Paulo realizaram uma paralisação na data-base. A pauta de reivindicações daquele ano incluía reajuste salarial de 26,79% e estabilidade no emprego¹⁶⁸. Destaca-se nesta campanha salarial, a mobilização iniciada pelo SMSP desde o mês de agosto. Segundo informações divulgadas pelo sindicato, reuniões nas sub-sedes e assembleias com delegados sindicais foram realizadas até a deflagração da greve. No dia 8, a greve foi julgada não abusiva pelo TRT, que concedeu 26,79% de reajuste e 90 dias de estabilidade. Houve negociação com setores da FIESP, mas, diante da recusa do Sindipeças em aceitar a proposta e do recurso impetrado no TST contra o aumento salarial, os metalúrgicos de São Paulo retomaram as greves no dia 30 de novembro, desta vez com paralisações por empresas. Os problemas enfrentados pelo SMSP nesta greve de categoria – recrudescimento da FIESP nas negociações, crescimento do desemprego ao patamar de 16% na cidade de São Paulo – tiveram, no nosso entender, consequências sobre a prática reivindicativa do SMSP, já que, doravante, o SMSP, mesmo com a estabilização da inflação, teria dificuldades ainda maiores em negociar seus acordos salariais. Mais agitador, mas nem por isso mais eficaz, os metalúrgicos passaram a sofrer os efeitos perversos da política que o SMSP apoiava.

A greve geral de 1996, convocada para o dia 21 de junho, como já dissemos, também contou com a participação do SMSP e da Força Sindical. O aumento do desemprego, que já vinha impulsionando a maioria das greves isoladas dos metalúrgicos, foi, mais uma vez, o principal motivador daquela paralisação. As críticas feitas pelas lideranças da Força Sindical à política econômica do governo FHC explicitaram que o apoio da central ao neoliberalismo não era

¹⁶⁸ Reivindicavam reposição das perdas, redução da jornada para 40 horas, aumento real de 15%, piso único de R\$400,00, contrato coletivo com delegados e Participação nos Lucros e nos Resultados. É importante ressaltar que a PLR fazia, pela primeira vez, parte da pauta de reivindicações. Ver: "Metalúrgicos da Força Sindical começam a campanha salarial 95", *O metalúrgico*, edição extra, ago. de 1995.

incondicional. Paulo Pereira do Silva e Medeiros tornaram públicas suas insatisfações com a política de juros altos e com os efeitos da abertura econômica, cujo impacto sobre as empresas metalúrgicas da capital era significativo¹⁶⁹. As lideranças da Força Sindical chegaram a pedir a nacionalização de 70% das peças e o aumento da alíquota de importação de produtos para a indústria automobilística. Desta feita, o SMSP reagia a uma realidade ineludível: o fechamento de empresas e o crescimento no número de demissões – avaliadas por Paulinho em 33 mil metalúrgicos na cidade de São Paulo, desde o início do Plano Real¹⁷⁰. A greve geral colocou em pauta a luta pela reforma agrária, a necessidade de uma política de geração de empregos e de melhores salários, a luta por uma "aposentadoria digna" e pela manutenção dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores. Interessava ao SMSP incluir na pauta de reivindicações a concretização das Reformas, em particular a Administrativa e a da Previdência; mas, sob pena de desandar a aliança com a CUT, Medeiros e Paulinho recuaram. Contudo, não deixaram de defender, nas manifestações que fizeram no dia 21 de junho, a Reforma Administrativa e da Previdência, além do avanço do programa de privatizações.

A participação do SMSP na greve geral revelou que o apoio ao neoliberalismo não podia ser incondicional. Se, no início da década, Medeiros e Paulinho proferiram discursos entusiasmados com a "liberalização da economia" e condicionaram o desenvolvimento e a

¹⁶⁹ É importante destacar que setores da burguesia industrial paulista aventaram a possibilidade de apoiar publicamente a greve geral. Diante de resistências da direção da FIESP, a estratégia dos empresários foi realizar um protesto em Brasília duas semanas antes da greve geral. As lideranças da CUT e da Força Sindical não deixaram, contudo, de registrar o apoio tácito dos empresários à greve geral. "A maioria dos empresários do ABCD vai apoiar a greve, mas sem se pronunciar abertamente. Alguns até ligaram para o Vicentinho comunicando o apoio", disse Luiz Marinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD. "Os empresários apóiam a greve, mas preferem não se pronunciar por medo de retaliação do governo ou até da FIESP, disse Paulo Pereira da Silva. Ver: "Setores em crise dão apoio em silêncio", *Folha de S. Paulo*, 19 de jun. de 1996.

¹⁷⁰ Importantes empresas da base metalúrgica de São Paulo como Sofunge, Eries, Mafersa e Vicunha ameaçavam fechar suas portas por causa da abertura econômica.

modernização do País à política de abertura, a partir de 1994, a dura realidade dos fatos exigiu que eles revissem sua posição inicial. Contudo, a crítica à política da abertura, longe de significar um rompimento com o neoliberalismo, propunha – em consonância com os interesses da burguesia industrial paulista – o incremento da renúncia fiscal:

"É bom que fique claro que a abertura econômica é essencial, mas não da forma descabelada como está sendo executada. Não queremos reserva de mercado, ou qualquer tipo de proteção xenófoba à indústria nacional. (...) Para se fazer uma política de abertura séria, o governo deve primeiro rever os seus impostos internos, que encarecem os nossos produtos. Deve diminuir as taxas de juros, que também encarecem a nossa produção e desburocratizar a aplicação da lei *antidumping*. (...) estamos preparados para discutir o peso dos encargos sociais na folha de pagamento e o contrato coletivo de trabalho"¹⁷¹.

O SMSP passou, então, a fazer um apoio crítico ao neoliberalismo, na medida em que a abertura desregrada afetava sua base e, conseqüentemente, o número de filiados. Além de reivindicar aumentos salariais para trabalhadores e aposentados, o sindicato pedia pequenas reformas na plataforma neoliberal: abertura controlada e redução de impostos para a indústria nacional. Pois bem, como tais críticas não implicavam romper, mas radicalizar, o modelo neoliberal, o sindicato passou a pressionar e a apoiar, a partir de então, todas as iniciativas tomadas pelo governo FHC no sentido de desregular as relações de trabalho. O desemprego deveria ser combatido, no entender das lideranças, com políticas compensatórias e com medidas de geração de emprego que, no dizer do SMSP, poderiam ser alcançadas com a "flexibilização" do contrato, da jornada de trabalho e da CLT. Além disso, participar da greve geral não significava romper com o estilo de fazer greve, tão tradicional no SMSP. Ao menos é o que pode ser visto pelo tipo de participação do SMSP no dia da greve, bem como pelo panfleto distribuído pelo sindicato nos dias que antecederam a paralisação para divulgar a greve geral:

"A política econômica e o Plano Real, para sobreviver, necessitam de reformas. Você muito bem

¹⁷¹ Ver "Importação é assunto sério", *Folha de S. Paulo*, 11 de out. de 1994.

sabe que o governo não conseguiu realizar nenhuma reforma estrutural para que o País volte a crescer, e por isso mesmo a estabilização da moeda tem sido sustentada no arrocho salarial, nas altas taxas de juros e na abertura indiscriminada das importações, que acabam tirando milhares de empregos. (...)

Para nós trabalhadores o momento é mais do que difícil. Milhões perdem o emprego e quem está empregado não tem aumento de salário. Há oito meses os metalúrgicos não têm salários, e os patrões usam a política econômica como escudo. Mas todos os preços estão subindo. Subiram as tarifas públicas, como água e luz, e até combustíveis, em quase 30%. Os planos de saúde bateram recorde em reajuste, e apenas os salários continuam sendo reajustados abaixo da inflação. Além do mais, os nossos aposentados tiveram um vergonhoso reajuste de apenas 15%. (...)

Por isso pare no dia 21. Vamos parar e dizer um NÃO bem grande contra a falta de salários dignos e por um País mais justo. A greve é pacífica, mas evite sair de casa nesse dia. Os metalúrgicos desta vez vão contribuir, desta vez de braços cruzados, para dar um basta nesta situação e dar um novo rumo para o Brasil¹⁷².

Um novo enfrentamento com o governo ocorreu no mês de agosto de 1996, quando o SMSP organizou uma manifestação contra o fechamento de duas tradicionais empresas metalúrgicas da capital, a Sofunge e a Vicunha. A demissão de cerca de 2.800 metalúrgicos levou o sindicato para as ruas, bem como a ocupar o prédio do Ministério da Fazenda, num episódio bastante divulgado pela imprensa por conta das agressões sofridas por alguns diretores do sindicato. Os trabalhadores estavam mobilizados, segundo Paulinho, para reivindicar que o "governo, além de criar uma política de geração de empregos, idealize uma política compensatória aos trabalhadores no caso das demissões"¹⁷³. O SMSP criticava e responsabilizava a política econômica – abertura indiscriminada e altas taxas de juros – pelo crescimento do desemprego. Apesar desta avaliação, o SMSP propunha além de medidas protecionistas, o incremento da desregulamentação das relações de trabalho. Ou seja, defendia a política mais perversa: diminuição da carga tributária para o capital industrial e desregulamentação para o

¹⁷² Editorial "Vamos parar para o Brasil crescer", *O metalúrgico*, edição extra, jun. de 1996. O apelo à greve pacífica chamou nossa atenção, particularmente, porque mostra o medo de que a greve geral ultrapassasse os limites da "civildade".

¹⁷³ Ver: "Sindicato e trabalhadores dizem não ao desemprego e são agredidos pela política", *O metalúrgico*, edição extra, ago. de 1996.

trabalhador na indústria. Lembremos que, desde o início da década, o sindicato procurava implementar medidas voltadas à desregulamentação em sua base, como a "flexibilização da jornada ", em 1991, – um embrião do Banco de Horas –, a "flexibilização do contrato de trabalho", em 1996, – um embrião do Contrato Temporário por Tempo Determinado que seria oficializado em 1998 – e a redução da jornada de trabalho para 40 horas, com redução de impostos e salários – oficializada através de acordos com algumas empresas, em 1997, e no acordo do Setor Automotivo, em 1998.

Os metalúrgicos continuaram mobilizados para fazer frente à política de abertura, mas, contraditoriamente, pressionavam o governo a realizar outras "reformas". Um mês depois da greve geral, o presidente do SMSP previa um "festival de greves" até o mês de novembro, quando ocorreria a data-base. "Além da âncora cambial e dos juros altos, o governo quer manter a inflação baixa às custas do arrocho salarial", dizia Paulinho¹⁷⁴. A CUT e a Força Sindical ensaiaram ainda naquele ano uma campanha salarial unificada. O SMSP deflagrou a "greve canguru", em princípio por regiões e depois por empresa. Na pauta constava: o aumento na alíquota de importação de autopeças, incentivo fiscal para exportadores ("*Proer para a indústria já!*" era a palavra de ordem nas manifestações) e ampliação do seguro desemprego para 12 meses.

Em novembro 1998, uma estratégia semelhante à greve andorinha foi utilizada pelo SMSP na campanha salarial. Foram realizadas diversas paralisações, chamadas pelo sindicato de "greves de advertência", de duração curta, entre 1 e 3 horas, em diversas empresas, em dias diferenciados. Iniciada como greve de categoria, a paralisação acabou acontecendo de forma

¹⁷⁴ "Greve contra demissões pára Ford de SP", *Folha de S. Paulo*, 05 de jul. de 1996.

pulverizada e as negociações feitas empresa a empresa. As reivindicações incluíam reabertura das negociações, reajuste de 2,5 a 3% e renovação da convenção coletiva.

No final de 1999, o SMSP participou do "festival de greves" com a CUT, configurando, assim, uma tendência construída desde o início da década quando passou a fazer campanhas salariais unificadas com outros sindicatos de metalúrgicos. Desde 1991, São Paulo vinha negociando em conjunto com os metalúrgicos de Guarulhos e Osasco, e a partir de 1996, estende as campanhas unificadas para outras categorias. O "festival de greves" foi motivado pela ameaça de fechamento, e de transferência, da fábrica da Ford-Ipiranga para Camaçari, na Bahia. Teve como principal demanda o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho nas montadoras no País. Foram realizadas várias paralisações e mobilizações dos trabalhadores no estado (capital, ABC paulista, Vale do Paraíba, Indaiatuba, Sumaré) assim como nos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro (Jácome Rodrigues, 2001). O movimento foi, em parte, vitorioso, na medida em que, apesar da guerra fiscal e da transferência de parte da produção da Ford-Ipiranga para a Bahia, a fábrica situada na capital paulista não foi fechada. Em novembro de 2000, as duas centrais fariam, novamente, uma greve de advertência, confirmando assim a tendência de, ao menos no plano econômico, convergirem para algumas campanhas e reivindicações em torno do desemprego e do aumento salarial, apesar das divergências que surgiram em torno das estratégias de mobilização¹⁷⁵. Em 2001, a "campanha unificada" envolveu 14 categorias e no primeiro semestre de 2002, entre sindicatos e federações, 20 categorias¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Enquanto a CUT propunha greve geral, a Força Sindical falava em greves localizadas por setor. Ver "Divergência geral afeta campanha unificada", *Folha de S. Paulo*, 5 de nov. de 2000.

¹⁷⁶ A campanha Unificada da Força Sindical envolveu, em 2001, catorze categorias que tinham a data base no segundo semestre de 2001: aeroviários, trabalhadores da indústria da alimentação, de brinquedos, de cargas próprias, comerciários, joalheiros, metalúrgicos, gráficos, papel e papelão, químicos, rurais,

Além desse ativismo grevista, o SMSP sedimentou algumas estratégias de mobilização de trabalhadores e aposentados. Protestos nas portas de fábrica, nas ruas da cidade de São Paulo, atos em frente da FIESP e órgãos do governo, passeatas e marchas à Brasília tornaram-se parte do cotidiano do sindicato. A partir de 1998, a comemoração do Dia do Trabalhador tornou-se um evento de natureza variada, com *shows* de artistas populares, sorteios de prêmios e "feira de serviços"¹⁷⁷. À parte o caráter espetacular que muitos destes "eventos sindicais" assumiram, neles não se deixou de manifestar a insatisfação com os efeitos da recessão, do desemprego e da situação dos aposentados brasileiros.

A leitura do Jornal *O Metalúrgico*, órgão de divulgação do SMSP, mostra o ímpeto reivindicativo daquele sindicato. Ao longo da década, o jornal divulga mensalmente informações sobre as negociações com a FIESP, sobre as lutas e conquistas salariais dos metalúrgicos e as marchas à Brasília em defesa dos direitos dos aposentados (campanha dos 147%, aumento da aposentadoria), pela realização de políticas pelo emprego, pela redução da jornada de trabalho, pela criação de frentes de trabalho e pelo pagamento do FGTS¹⁷⁸.

Apesar do ativismo no plano reivindicativo (aumento das greves e incremento da mobilização), as respostas do SMSP aos problemas políticos e econômicos mais gerais refletem

telefônicos, têxteis, vestuários, totalizando 2.690.900 trabalhadores. Ver "Força Sindical faz panfletagem no Viaduto do Chá na próxima segunda-feira", *Folha de S.Paulo*, 31 de ago. de 2001.

¹⁷⁷ *Estação Cidadania* foi o nome dado pela Força Sindical ao evento organizado no dia do trabalhador em 2002 (em São Paulo e posteriormente no interior do estado). Nestes eventos, vários serviços eram oferecidos gratuitamente aos presentes: barbearia, cabelereiro, tratamento de podologia, exame de glicemia, catarata, pressão arterial, ultra-som, consultas sobre DST (doenças sexualmente transmissíveis), informações sobre dengue, tuberculose, leptospirose e sobre o meio ambiente. Além disso, poderiam dar entrada em documentos de identidade, carteira profissional, certidão de nascimento, entre outros.

¹⁷⁸ A Força Sindical organizou junto com o SMSP marchas a Brasília: entre elas, em junho de 1999, – "A grande marcha do aposentado" – que pressionava pela aprovação do Novo Plano de Aposentadoria.

uma atuação política conservadora que acabou limitando as parcas e precárias conquistas econômicas. O SMSP aceitou o diagnóstico neoliberal sobre o desemprego e implementou políticas de desregulamentação da jornada e do contrato de trabalho. O sindicato chegou a pressionar o governo a adotar algumas políticas de enfrentamento do desemprego que ultrapassavam aquele diagnóstico, como o aumento do seguro desemprego, a criação de frentes de trabalho e a redução da jornada de trabalho. Mas, no geral, suas propostas de enfrentamento do desemprego acabaram representando um "tiro no próprio pé" – o que pode ser concluído, inclusive, ao analisarmos as defensivas reivindicações dos metalúrgicos ao longo da década.

Estudiosos do tema têm apontado que houve, no Brasil, além de uma alteração no padrão das greves nos anos 90, mudanças nas reivindicações. As greves por categoria perderam importância para as paralisações por empresas. O predomínio de greves por empresa e, conseqüentemente, a pulverização das negociações foi acompanhado, no que diz respeito às reivindicações, de um processo progressivamente defensivo. As reivindicações salariais, dominantes na década de 1980, mantiveram sua importância, sobretudo, durante o período inflacionário, mas a partir de 1996 deixaram de ser a principal causa das greves brasileiras¹⁷⁹. Ao invés de reivindicar reajuste e reposição salarial, o principal embate das greves passou a ser o descumprimento de obrigações trabalhistas por parte do empresariado, o que levou os trabalhadores brasileiros a uma situação defensiva: lutar para manter direitos adquiridos ou acordados¹⁸⁰. Muitos fatores contribuíram para o perfil defensivo das greves: a diminuição e a degradação do emprego, o aumento da informalidade. O abandono do sindicalismo combativo e a

¹⁷⁹ Ver: Boletim *DIEESE*, "Anuário de Trabalhadores", set. de 1998.

¹⁸⁰ Enquanto em 1994, as greves por aumento salarial representavam 76,8% do total, em 1995, elas caem para 49,3%; para 40%, em 1996; e 32,4%, em 1997. Por sua vez, as paralisações motivadas pelo

adoção de uma estratégia propositiva por parte da CUT também explicam o quadro de descenso da luta sindical no país. Além do descumprimento dos direitos trabalhistas, as greves cujo motivo era a implantação da PLR – ausentes até 1994 – passaram a ocupar posição de destaque na segunda metade da década, quando representam 9,2% do total das paralisações – percentual que chega a 17,7% em 1996 e a 15,1% em 1997. E os metalúrgicos de São Paulo?

O quadro de reivindicações durante as greves do SMSP, no período 1991–1999, acompanha as tendências das greves nacionais acima mencionadas¹⁸¹. Entre os metalúrgicos, as reivindicações relacionadas aos salários predominaram. Se somarmos às reivindicações por reajustes, aquelas relacionadas ao atraso no pagamento de salários, bem como à PLR, concluiremos que: nada menos do que 80,7% das greves tiveram como meta a questão salarial. Uma análise da natureza das reivindicações revela que, apesar de "agitador", o SMSP comandou uma luta defensiva e regressiva. Defensiva pois: 1) priorizou a greve por empresa e 2) a luta por reajuste salarial arrefeceu no momento em que o sindicato elevou a PLR à condição de bandeira principal (Tabela IX)¹⁸². Como bem expressou Paulinho: "a participação nos resultados não se trata apenas de um salário a mais para os trabalhadores. É uma nova filosofia na relação capital

descumprimento de direitos aumentam de 18,6% em 1994, para 36,8% em 1995, chegando a 43% em 1997 (DIEESE, 1998).

¹⁸¹ Os dados relativos às reivindicações das greves deflagradas pelo SMSP foram retirados do Boletim do DIEESE.

¹⁸² Vale destacar que a PLR, a partir de então, passou a compor a pauta de reivindicações do SMSP na campanha salarial. Algumas iniciativas foram tomadas pelo sindicato na tentativa de incrementar a PLR nas empresas: além de cursos com os delegados sindicais sobre o tema, o sindicato, em 1995, encaminhou cartas aos grupos patronais, na expectativa de convencê-los a realizar acordos. Ver *O metalúrgico*, edição extra, jun. de 1995. Tais iniciativas tiveram, contudo, efeito reduzido, ao menos é o que podemos concluir de um estudo realizado pelo DIEESE em que 66% dos acordos realizados tinham como objetivo resolver problemas anteriores à negociação "como o não pagamento da PLR em anos anteriores ou o pagamento, já realizado, de algum tipo de abono como antecipação ao que viria a ser pago na forma de PLR" (DIEESE, 1998).

trabalho, na qual ganha o trabalhador e a fábrica em que ele trabalha"¹⁸³. Em 1995, após a implantação do Real, as reivindicações salariais ainda predominam. Mas, nos anos seguintes, a PLR, os problemas relativos ao atraso no pagamento de salários e as demissões passam à condição de reivindicação dominante – o que indica que de uma ação grevista ofensiva, os metalúrgicos passam a uma ação defensiva. Uma das entrevistas que realizamos com um dos diretores da Força Sindical foi paradigmática:

"Hoje em dia é muito difícil você ganhar uma greve, é muito difícil você paralisar uma fábrica. É muito mais fácil você conseguir parar uma fábrica, dar uma palestra, falar junto com os patrões sobre PLR, sobre flexibilização para não estar gerando desemprego, tentando garantir o mínimo possível, do que (...) antes, [quando] você parava uma fábrica ficava 3, 4 dias da semana parado. Um mês tentando negociar"¹⁸⁴.

Apesar de "colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador", a PLR é uma forma de remuneração variável e desvinculada da remuneração contratual: variável porque dependente da produtividade e da capacidade de organização e negociação dos trabalhadores de uma determinada empresa; desvinculada da remuneração contratual porque nela não incidem encargos e direitos trabalhistas. Trata-se por tudo isso, de uma medida que beneficia econômica e politicamente os empregadores. Economicamente, desonera a transferência de recursos das empresas para os empregados a um custo mais baixo, já que o valor acertado na PLR não entra no cálculo das contribuições (FGTS, por exemplo) e dos direitos trabalhistas (Férias e 13º salário) (Cardoso Jr., 2002). Politicamente, ainda que não estejam vetadas ações amplas que reivindiquem a participação nos lucros das empresas, elas são mais difíceis e sua implementação é pulverizada, já que a aferição dos lucros e resultados é feita por empresa (Galvão, 1999). Ideologicamente, a introdução da PLR acaba por estimular o aumento da produtividade, reforça a noção de parceria e

¹⁸³ Ver *O metalúrgico*, edição extra, ago. de 1995.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, realizada em São Paulo, ago. de 2000.

oculta a natureza de classe da relação entre capital e trabalho. O operário é insuflado a "vestir a camisa da empresa" e a concorrer com operários de outras empresas, no estilo "meu time". O que é considerado pelo SMSP como uma saudável "concorrência" entre trabalhadores é, de fato, um insuflamento ao corporativismo, ao divisionismo e à rivalidade entre os próprios trabalhadores – questão da maior importância para compreendermos a eficácia das idéias neoliberais. Além disso, trata-se de um "bônus" e, simbolicamente, de um alento providencial ao governo FHC que estabelecia a desindexação salarial, subordinando a negociação coletiva aos objetivos do Plano Real (Krein e Oliveira, 1999).

Outra tendência é o abandono da reivindicação por estabilidade no emprego. Apesar de defender a "flexibilização" da jornada de trabalho e do contrato de trabalho desde o início da década, o SMSP deflagrou algumas greves por empresa e de categoria em defesa da estabilidade no emprego, como vimos. Contudo a partir de 1996, o SMSP rende-se à tese da inexorabilidade do desemprego, na medida em que abandona as reivindicações por estabilidade e coloca na ordem do dia medidas voltadas para a desregulamentação – contrato temporário, suspensão temporária, "flexibilização" da CLT. Mas, sobretudo depois de 1997, o SMSP, afirmando-se engajado na luta contra o desemprego, passará a oferecer cursos de qualificação e requalificação, a intermediar a colocação de mão-de-obra no mercado e a inscrever os trabalhadores no seguro desemprego e no PROGER. Dentre as medidas mais perversas, chama a atenção a proposta de redução da jornada de trabalho e de salários, aprovada pelo SMSP em dezembro 1997. Acuados pelo desemprego e pela informalidade, advertia Paulinho na ocasião em que esta proposta esteve em pauta: "nós entregamos o dedo para não perder a mão"¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Ver, "Tudo pelo emprego – Força Sindical topa a redução de salários, isola a CUT e muda a negociação entre patrões e trabalhadores". *Isto é*, 17 de dez. de 1997.

Tabela IX

Principais reivindicações das greves de metalúrgicos/São Paulo, por ano 1991–99.

Ano / Reivindicação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total N e %
Reaj. ou reposição salarial	55	6	2	81	46	11	1	1	1	204 – 34,5%
Atraso nos salários	2	3	13	5	39	45	27	23	18	175 – 29,5%
PLR					26	24	5	4	3	62 – 10,5%
Atraso PLR						24	12	1		37 – 6,2%
Estabilidade	3	1	–	2						6 – 1%
Demissões	1	8	5	4	2	8	6	1	10**	45 – 8,5%
Benefícios e direitos ***	4	1	7	3	3	4	1	1	5	29 – 4,9%
Cumprim. Acordo Coletivo	6	–	–		1	1				8 – 1,4%
Insalub./segur. no trabalho	–	1	1	2		1		2		7 – 1,2%
Fechamento da empresa				1	1					2 – 0,3%
Retirada de direitos		1	1		1	1			1	5 – 0,8%
Favorável à privatização					1*					1 – 0,1%
Outros		1	1	1	1		2			6 – 1%
Sem informação	3			1		1			1	6 – 1%
Total	74	22	30	100	121	120	54	33	39	593

Fonte: Boletim DIEESE, (1991–1999).

* Privatização da Mafersa

** as duas greves de categoria foram motivadas pelo aumento nas demissões

*** Vales, uniforme, cesta básica

Façamos um breve balanço da atuação do SMSP: até 1994, as greves foram motivadas, no fundamental, por reajuste salarial – o que pode ser explicado pela crescente inflação. A partir de 1995, o cenário de desemprego crescente e de controle da inflação colocou o SMSP diante de um desafio: radicalizar os movimentos ou aceitar a lógica inexorável do desemprego e, neste sentido, lutar por políticas compensatórias e por mudanças pontuais na política econômica industrial

A necessidade de responder a demandas imediatas dos metalúrgicos, num cenário sindical de constantes perdas de emprego e de filiados, levou o SMSP a criticar a política de abertura, os juros altos e a reivindicar redução da carga tributária e nos encargos trabalhistas, sem, contudo, romper com a plataforma neoliberal. Ao contrário, estimulou a contratação "flexível", multiplicou a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional em sua sede e no Palácio do Trabalhador

No que diz respeito às reivindicações econômicas, podemos concluir que elas foram predominantes e que, após a implantação do Plano Real, estiveram direcionadas para a negociação da PLR com as empresas. A luta por reivindicações econômicas, cada vez mais fragmentadas, foi o limite dentro qual os operários metalúrgicos de São Paulo empreenderam sua luta. Mesmo as campanhas realizadas com as outras centrais ficaram circunscritas à luta contra o desemprego e pela adoção de políticas compensatórias: refiro-me aos acordos do setor automotivo, aos programas de qualificação profissional, às campanhas pela redução da jornada de trabalho para 40 horas e por políticas emergenciais de emprego.

O sindicalismo de Estado, instituído no Brasil na década de 30, tem cumprido a função de moderar e amortecer a luta sindical. A estrutura sindical permite a existência de milhares de sindicatos de "carimbo" que tem uma relação artificial com o conjunto dos trabalhadores que representa. Ela determina que as negociações coletivas sejam feitas na data-base, dificultando, assim, não apenas, a deflagração de greves em outros períodos, como também o estabelecimento de novos acordos. No limite, ela permite que cheguem ao mesmo patamar de negociação categorias cujas atuação e mobilização são muito distintas. É o que mostrou o trabalho de Renner (2002) sobre os acordos coletivos firmados pelo SMSP e pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no período 1978-88. Apesar das diferenças políticas e sindicais, houve uma tendência a nivelar os salários e a homogeneizar os acordos assinados pelos dois sindicatos. De forma surpreendente, conclui a autora, o SMSP firmou acordos mais avançados que São Bernardo – feito possível graças à estrutura sindical e, segundo a autora, à estratégia da FIESP de conciliar com São Paulo e de enfrentar São Bernardo. Os dados apresentados por Renner (2002) mostram que os metalúrgicos de São Paulo tiveram, por conta dos acordos coletivos, menos perdas. Colocamos, agora, uma última questão: a intensa mobilização dos metalúrgicos ao longo

da década de 1990 teria garantido, a despeito do quadro de desemprego e de redução dos direitos, ganhos salariais aos metalúrgicos?

Realizamos um levantamento das convenções coletivas assinadas pelo SMSP, no período 1989–2000, cujo intuito foi comparar os índices salariais acordados, entre o sindicato e a FIESP, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) e ao Índice de Custo de Vida (DIEESE). Para tanto, pesquisamos junto ao sindicato e ao Boletim do Dieese informações sobre os acordos coletivos celebrados. Duas questões nos interessavam: 1) se após o Plano Real os acordos salariais foram superiores à inflação e 2) de que forma as políticas neoliberais se refletiram sobre os acordos salariais. Vejamos.

A maior perda dos metalúrgicos na década neoliberal ocorreu em 1990, em função do Plano Collor. Se considerarmos o índice do IBGE, o expurgo foi de 39,64%. Nos anos que se seguiram (1991-1993), os metalúrgicos procuraram recuperar parte destas perdas, realizando acordos acima da inflação, medida pelo IBGE. Em 1991, o índice ficou 18,46% acima da inflação; em 1992, ficou 3,36% acima da inflação e, em 1993, 7,17%. Após a implantação do Real, em junho de 1994 e no ano seguinte, o sindicato também consegue fechar acordos superiores à inflação, 4,88% e 2,43%, respectivamente. Todavia, nos anos seguintes, o sindicato oscilou entre acordos superiores e inferiores à inflação (Quadro I).

Quadro I

INPC-IBGE, ICV- Dieese e índice de reajuste dos metalúrgicos de São Paulo, por ano, período 1989-2000

Período	Nov 1988/ out 1989	Nov 1989/ out 1990	Nov 1990/ out 1991	Nov 1991/ out 1992	Nov 1992/ out 1993	Julho/ out 1994	Nov 1994/ out 1995	Nov 1995/ out 1996	Nov 1996/ out 1997	Nov 1997/ out 1998	Nov 1998/ out 1999	Nov 1999/ out 2000
INPC	1339,16	2617,19	410,18	1170,91	2033,14*	14,41**	23,78	11,84	4,28	2,3	6,88	6,15
Índice***	1453,98	1540,00	504,36	1213,68	2186,29	20,00	26,79	9,00	4,00	2,50	6,50	8,00
Diferença	+ 7,9	- 39,64	+ 18,46	+ 3,36	+ 7,17	+ 4,88	+2,43	- 2,53	- 0,26	+ 0,20	- 1,29	+ 1,74
ICV	1395,13	3009,40	424,40	1147,04	2192,71*	15,67**	26,07	13,98	6,44	1,07	7,72	8,25
Índice***	1453,98	1540,00	504,36	1213,68	2186,29	20,00	26,79	9,00	4,00	2,50	6,50	8,00
Diferença	+ 3,95	- 47,24	+ 15,25	+ 4,25	+ 2,81	+ 3,74	+ 0,57	- 4,37	- 2,3	+ 1,41	- 1,13	- 0,23

Fonte: Tabulação própria

* A partir de 1993 tomamos como referência o Grupo 10

** INPC de julho a outubro de 1994 (inflação em reais)

*** Índices informados pelo SMSP

Tais perdas, contudo, quando comparadas às demais categorias da indústria paulista, são menores, o que nos leva a concluir que apesar de incapazes de negociar os índices de desemprego, o SMSP foi eficaz nas negociações salariais que levou a cabo durante a primeira metade da década. A partir de 1996, a luta defensiva e no varejo, adotada pelo SMSP, aliada ao fato das lideranças terem priorizado a negociação variável e pulverizada da PLR, teve conseqüências sobre as negociações coletivas – tanto é que, apenas em 1998 (índice Dieese) – ou em 1998 e 2000 (índice IBGE) – o sindicato consegue recompor a inflação anual, ficando as demais datas-bases com índices inferiores à inflação¹⁸⁶.

Tiremos algumas conclusões, antes de passarmos ao próximo item do capítulo, qual seja, a ação assistencialista do SMSP.

¹⁸⁶ Segundo dados do DIEESE (2002), em 1996, 60% das categorias conseguiram reajustes maiores ou iguais ao INPC, em 1997, 55%, em 1998, 65% e, em 1999, 50%.

A partir de 1986, o SMSP gestou uma nova corrente no interior do sindicalismo de direita. Esta nova corrente – uma resposta ao avanço da CUT, inclusive sobre sua base – guardava diferenças relativamente ao peleguismo tradicional, mais precisamente ao modelo ditatorial de gestão dos sindicatos, dominante no período de estabilidade da ditadura militar. As diferenças fundamentais eram: o "sindicalismo de resultados" fazia a crítica à intervenção do Estado nas negociações e nos sindicatos, assumia a ação grevista – ainda que fossem greves isoladas e defensivas –, organizava a base e incrementava a representação dos trabalhadores junto ao sindicato, ao formar uma "tropa" de delegados sindicais. Com tais estratégias, o SMSP passou a implantar uma prática sindical tipicamente *trade-unionista*, que satisfazia, a nosso ver, o obreirismo dos metalúrgicos, de um lado, enquanto isolava as oposições, de outro. Desta forma, o SMSP soube rechaçar o aspecto mais impopular do modelo ditatorial (inércia, passividade e controle direto dos governos sobre os sindicatos), enquanto no plano político ideológico defendia um discurso apolítico, favorável ao capitalismo tal qual ele se configurava no país e, por isso, conservador.

O SMSP encontrou assim uma fórmula para satisfazer os interesses imediatos de seus representados: combinou *tradeunionismo* no plano econômico, assistencialismo no plano sindical e conservadorismo no plano político. Ao menos no período que estudamos, o SMSP tem sido *trade-unionista* na hora de fazer greve, mas conservador na hora de negociá-la, na hora de fazer política e, sobretudo, na hora de tirar vantagens, políticas e econômicas, da estrutura sindical oficial. É o que veremos a seguir.

II.4 O SMSP diante do neoliberalismo – "novo assistencialismo" e "sindicalismo de serviços"

Reivindicações e iniciativas contra as mazelas do capitalismo não são novidade na história do movimento operário. Na Primeira República, por exemplo, os operários, por estarem desprovidos de direitos elementares como previdência social e saúde pública, fundaram associações mútuas com o objetivo de garantir, a seus membros, benefícios no presente ou para o futuro. As associações de auxílio mútuo ou de socorro mútuo baseavam-se, no fundamental, na solidariedade e no princípio mutual, ou seja, de que todos contribuíssem e, por isso, todos usufruíssem dos benefícios assistidos.

Criado pelo sindicalismo de Estado, o assistencialismo sindical é distinto. Como forma de moderar a luta dos trabalhadores, a criação do imposto sindical, em 1940, acabou por oficializar o assistencialismo sindical, pois condicionou a utilização dos recursos arrecadados à prestação de serviços tais como "agências de colaboração, assistência a maternidade, médica, dentária e jurídica, escolas de alfabetização ou pré-vocacionais, cooperativas de consumo ou de crédito, colônia de férias, bibliotecas e finalidades esportivas" (Martins, 1989: 63–64). Durante o período populista, a oferta de serviços assistenciais ainda convivia com ações sindicais grevistas e reivindicativas, mas, durante o período de estabilidade da ditadura militar (1968–78), impôs-se um controle ditatorial sobre a ação sindical, tornando o assistencialismo praticamente a única atividade corriqueira de milhares de sindicatos. As sedes dos sindicatos transformaram-se em ambulatórios, barbearias, escritórios para inscrição nos clubes de campo e colônia de férias, entre outras atividades culturais ou de consumo. Formou-se, então, uma espécie de "agência de previdência social", cujos benefícios eram usufruídos por uma pequena porcentagem dos associados, enquanto o custo com a manutenção destes serviços era universalmente distribuído

por toda a base. O assistencialismo serviu, com bastante eficácia, para expandir o sindicalismo oficial, moderar a luta sindical, criar uma base fiel às diretorias governistas e, da perspectiva dos sócios usuários, resolver carências sociais imediatas (saúde, lazer e consumo, especialmente).

Nos anos 80, a crítica ao peleguismo e ao seu principal aliado, o assistencialismo, ganhou força com o "novo sindicalismo". No combate ideológico aos sindicatos pelegos, as oposições denunciavam o caráter conservador do assistencialismo, no fundamental porque ele desviava os trabalhadores da luta contra a exploração capitalista e da luta pela implementação de políticas sociais públicas e universais¹⁸⁷. Além disso, as oposições e as direções combativas questionavam a própria eficácia do assistencialismo sindical, na medida em que se tratava de um mecanismo de assistência precário e injusto¹⁸⁸. Pois bem, nos anos 80, muitas oposições tornaram-se direções; alguns sindicatos "combativos" reduziram ou praticamente extinguiram a prestação de serviços assistenciais; a CUT se envolveu na luta pela ampliação dos direitos sociais durante a Assembléia Constituinte.

¹⁸⁷ Para uma análise da posição, muitas vezes ambígua, das oposições sindicais sobre do assistencialismo ver Godinho (1981). Segundo este autor, as oposições sindicais criticavam o assistencialismo como uma forma de tutela do Estado e condenavam-no, mas encontravam dificuldade de defender esta posição na hora de divulgar suas propostas para os trabalhadores. Este autor cita um trecho de um documento de propaganda da chapa de oposição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1978: "A assistência que parece uma benfeitoria é uma faca de dois gumes: primeiro, porque os serviços de assistência não são obrigação do sindicato, mas sim do governo. Se o trabalhador já paga o INPS, que mesmo dando lucros fabulosos, cumpre pouco seu verdadeiro papel, é do governo que devemos cobrar uma maior e melhor assistência aos trabalhadores. Em segundo lugar, a prestação da assistência cria privilégios dentro da classe, pois apesar de todos pagarem Imposto Sindical, é só uma minoria (os associados) que podem utilizar destes serviços. (...) A chapa 1 sabe que, hoje, não se pode acabar com o serviço assistencial do sindicato, pois isso seria prejudicar aqueles que recorrem a ele na falta de outra alternativa (...)" (Godinho, 1981: 16).

¹⁸⁸ O assistencialismo consiste em fazer da assistência jurídica, médico-odontológica e das atividades de cultura e lazer, financiadas por todos os trabalhadores da base e usufruídas por uma minoria de associados, uma das práticas principais – quando não a única – desenvolvidas pelo sindicato, desviando assim a ação e o trabalho das lideranças da luta por melhores condições de trabalho. Tem sido, desde a origem, um importante recurso do sindicato de Estado para amortecer a ação sindical e criar vínculos pessoais entre sindicatos e filiados.

A Constituição de 1988, porém, manteve a estrutura sindical intacta: o monopólio da representação, a estrutura básica da Justiça do Trabalho e sua função de arbitragem, bem como o imposto sindical. Este último não apenas foi mantido como foram ampliadas as fontes compulsórias de recursos, por meio da instituição da taxa confederativa¹⁸⁹. Com a ampliação das fontes de contribuição, ficaram abertas as possibilidades de manutenção ou, até mesmo, de ampliação das atividades assistenciais¹⁹⁰. E foi exatamente o que ocorreu quando, nos anos 90, o movimento sindical se defrontou com o aumento do desemprego e com as políticas neoliberais de privatizações dos serviços públicos e de redução dos gastos sociais.

Superar o assistencialismo é uma tarefa mais complexa do que suspender voluntariamente o oferecimento de serviços. Alguns sindicatos o fizeram, após conquistarem as direções. Mas a manutenção do imposto sindical, mesmo após a abolição do estatuto padrão que predefinia a forma de utilização dos recursos arrecadados, acabou por estimular a criação de sindicatos de carimbo, bem como o assistencialismo sindical, em novos moldes. A reforma de um dos aspectos do aparelho sindical, sem a consequente ruptura da estrutura sindical oficial que lhe conforma,

¹⁸⁹ A contribuição sindical obrigatória substituiu o antigo imposto sindical. Ela se refere à contribuição devida compulsoriamente por todos os trabalhadores que compõem uma determinada categoria econômica ou profissional, independente de serem, ou não, filiados ao sindicato que os representa. A contribuição assistencial ou negocial (taxa assistencial) corresponde à contribuição paga pelos membros da(s) categoria(s) profissional(is) ou econômica(s), filiados ou não à entidade sindical que os representa, desde que aprovada em Assembléia Geral. Ou seja, votada a contribuição assistencial por uma Assembléia Geral, ela torna-se compulsória. Esta receita pode ser aplicada em serviços de interesse do sindicato ou em seu patrimônio, podendo, ainda, ter outro destino. Já a contribuição confederativa é de natureza compulsória, extensiva a toda a categoria (profissional ou econômica) que o sindicato representa ou somente aos seus associados. Aqui também há a possibilidade de que o custeio da contribuição confederativa seja universal. É um indicador do custeio do sistema confederativo de representação sindical, composto pelos sindicatos, federações e confederações.

¹⁹⁰ Segundo dados do IBGE, 52% dos sindicatos urbanos no Brasil oferecem algum tipo de serviço ou de atividade assistencial aos seus associados. Entre os serviços oferecidos pelos 7.443 sindicatos urbanos, em 2001, destacavam-se: os serviços jurídicos (77%), seguido pelos serviços médicos (45%) e odontológicos (42%) e, por fim, as atividades educativas, de formação sindical, esportivas, culturais e sociais (39% do total)

acabou produzindo efeitos ainda mais perversos que os setores mais críticos do movimento sindical foram deixando, ao longo dos anos 90 e cada vez mais, de denunciar.

Se o debate em torno do imposto sindical continua presente na pauta dos sindicatos, a polêmica sobre o "dilema do assistencialismo" foi praticamente abandonada (Cf. Godinho, 1981)¹⁹¹. Chama atenção também o fato de que alguns estudos recentes têm procurado justificar a manutenção da prestação de serviços assistenciais pelos sindicatos, argumentando, para tanto, que tais serviços fazem parte das estratégias de sobrevivência ou de "solidariedade" dos trabalhadores (Souto Jr., 2000). A nosso ver, as direções dos sindicatos não apenas deixaram de conceber o assistencialismo como um "dilema" a ser superado como passaram a defendê-lo como tarefa sua¹⁹². Mas, por que?

Num contexto de aumento do desemprego e, conseqüentemente, de redução de trabalhadores da base, a oferta de serviços assistenciais acaba se tornando um chamariz para a sindicalização¹⁹³. Mas não é apenas a crise econômica dos anos 90 que afeta os sindicatos lhes impondo outros rumos e estratégias; sob impacto do – e atraídas pelo – neoliberalismo, as

¹⁹¹ Sobre a polêmica em torno da reforma trabalhista e sindical ver: revista *Debate Sindical*, no.47, dez./fev. de 2004. Para uma análise da posição das centrais sindicais sobre a estrutura sindical, ver Galvão (2003).

¹⁹² A Força Sindical, por exemplo, em seu livro-programa, assim definiu o papel dos sindicatos: "cabe aos sindicatos, através de seus delegados nas empresas, negociar os serviços assistenciais (planos de pensão e aposentadoria, seguros de saúde e de vida, etc.)" (Força Sindical, 1993: 522). Sobre a posição da CUT e da CGT sobre o imposto sindical, ver Galvão (2003).

¹⁹³ Uma rápida pesquisa pelas páginas de alguns sindicatos da Força Sindical e da CUT (entre eles, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dos Químicos do ABC e dos Petroleiros) na Internet mostra que a publicidade em torno da sindicalização está vinculada ao oferecimento de serviços. O Sindicato dos Químicos do ABC, por exemplo, oferece um rol de dez vantagens para que o trabalhador se associe. Por ordem de importância (atribuída pelo próprio sindicato) estão: 1) direito à colônia de férias, 2) convênio com o Pargos Club, 3) direito à assistência jurídica, 4) convênios com dentistas e escolas de inglês, 5) direito à revista *Sindiquin*, 6) direito à assistência médica, 7) filiação à CUT, 8) formação profissional, 9) ter o currículo cadastrado na Central de Trabalho e Renda e 10) ter o direito

centrais sindicais, por exemplo, acabam buscando novas formas de atuação (assumindo tarefas relegadas pelo Estado) e de financiamento.

Duas são, no nosso entender, as novas formas de atuação e de financiamento que os sindicatos vêm buscando na conjuntura neoliberal. Uma delas é a criação de um assistencialismo de novo tipo – que doravante chamaremos de "novo assistencialismo" – do qual dependem cada vez mais as centrais sindicais e seus filiados. Esse "novo assistencialismo" difere-se do tradicional quanto à origem dos recursos arrecadados e ao destino dos serviços oferecidos. Enquanto o assistencialismo tradicional é financiado com recursos dos trabalhadores da base, filiados ou não, o novo assistencialismo tem parte de seu financiamento advindo de verbas públicas, no fundamental do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O sindicato torna-se uma espécie de ONG que se credencia junto ao governo para executar serviços públicos relegados pelo Estado (Galvão, 2003). Os sindicatos, assim, acabam não apenas apoiando – política e ideologicamente – as políticas compensatórias, mas crescem graças a elas. No que diz respeito ao destino, enquanto no assistencialismo tradicional apenas os associados podiam usufruir dos benefícios, o novo assistencialismo está voltado para a população (trabalhadores, desempregados) em geral. Os serviços assumidos pelos sindicatos são diversificados, na medida em que atuam nas áreas de educação e assistência social, mas seu foco principal são as políticas de emprego: intermediação de mão-de-obra, formação de cooperativas de trabalhadores e oferecimento de cursos de qualificação e requalificação profissionais¹⁹⁴.

de participar e opinar nas assembléias do sindicato. Ver: www.quimicosabc.org.br, página consultada em 30 de dez. de 2003.

¹⁹⁴ A CUT tem chamado esse novo assistencialismo de "sindicato cidadão", o que é, na verdade, uma forma de ocultar o assistencialismo que lhe é próprio, o abandono de lutas mais gerais pela universalização dos direitos e contra o desemprego, bem como a conciliação com os governos, na

Se o assistencialismo sindical tradicional já era, para os governos, uma atividade funcional, na medida em que continha as demandas sociais e funcionava como forma de controle dos sindicatos, com a privatização dos serviços sociais, a redução de gastos sociais e a precarização da oferta de serviços públicos, o novo assistencialismo torna-se providencial. Para os governos neoliberais, tanto melhor se os sindicatos passam a atuar nas brechas do Estado, já que assim eles deixam de lado a luta pela universalização dos direitos, conciliam com as políticas neoliberais e, por isso, acabam abandonando a perspectiva de uma luta sindical classista. Além dos efeitos pragmáticos – resolver carências e necessidades imediatas de filiados ou de trabalhadores em geral – os sindicatos colaboram política e ideologicamente com os governos neoliberais, ao apoiarem a implementação de suas políticas e disseminarem esta ideologia para os trabalhadores. Ao assumir a função de prestadores de serviços públicos, os sindicatos deixam de lutar pela universalização dos mesmos e, como assinalou Galvão (2003: 269), "não apenas colaboram para a privatização da política pública como também para a disseminação de teses associadas à ineficiência do Estado e à incompetência de seus servidores". Tão importante quanto, tem sido a atuação dos sindicatos na divulgação da concepção sobre o desemprego. Isto é, tem sido providencial o fato dos próprios sindicatos disseminarem a ideologia da empregabilidade – que responsabiliza o próprio trabalhador, mais precisamente a falta de qualificação profissional dele, pela sua condição de desempregado. Esta função de agente da política de emprego foi pioneiramente encampada pela Força Sindical e seu principal baluarte, o SMSP, em 1998, quando criou o Centro de Solidariedade do Trabalhador.

medida em que os recursos do FAT podem perfeitamente funcionar como instrumento de cooptação sindical. Ver Zarpelon (2002).

A outra forma de atuação, até então pouco conhecida do sindicalismo brasileiro, é o sindicalismo de serviços, ou seja, a transformação dos sindicatos em "patrões ou gestores capitalistas"¹⁹⁵. Os primeiros sinais de que este novo modelo de atuação já estava em gestação surgiram quando as lideranças da Força Sindical passaram a estimular a participação dos trabalhadores da USIMINAS e da CSN nos Clubes de Investimentos. Estes clubes não eram diretamente ligados aos sindicatos, nem à central, mas o envolvimento de alguns sindicalistas na formação e divulgação dos Fundos de Investimentos e, posteriormente, o incentivo à participação dos trabalhadores no mercado de capitais atestam o que estamos falando¹⁹⁶. Não obstante, o papel capitalista da Força Sindical e do SMSP fica mais evidente quando eles passam a administrar uma série de instituições, tais como uma cooperativa de serviços, uma agência de intermediação de mão-de-obra, um clube de Futebol, uma instituição financeira para empréstimo aos trabalhadores, um Fundo de Pensão (em que os sindicatos entram como 'instituidores'), entre outras atividades que arrolamos mais a frente¹⁹⁷.

O sindicalismo de serviços subsiste com base em novas formas de financiamento. Além das verbas públicas, estas atividades passam a ser mantidas com os rendimentos proporcionados por transações comerciais ou financeiras. Esta nova forma de atuação tem, igualmente, implicações sobre o papel e o funcionamento dos sindicatos. Ainda que os sindicatos continuem a negociar o preço da força de trabalho, eles são funcionais à medida que aceitam como dado

¹⁹⁵ Em setembro de 2003, uma entrevista do sociólogo Francisco de Oliveira reabriu o debate sobre a participação de dirigentes do PT – entre os quais, alguns sindicalistas – na gestão de fundos de pensão. Ver "Nova classe social comanda governo Lula", *Folha de S.Paulo* – 22 de set. de 2003.

¹⁹⁶ A Força Sindical passou a incentivar a participação dos trabalhadores na compra das ações da Companhia Vale do Rio Doce e depois da Petrobrás. Para participar dos Fundos de investimentos, os trabalhadores poderiam utilizar parte do FGTS (Petrobrás, por exemplo).

¹⁹⁷ Ver "Fundo de pensão da Força Sindical". *O Dia*, 30 de out. de 2002.

natural a parceria entre capital e trabalho, abandonam a perspectiva de classe (ao tratar a relação entre capital e trabalho não como uma relação desigual, mas de parceria) e a denúncia das novas, e mais perversas, formas de exploração que se desenvolvem na atual fase da economia capitalista, sob hegemonia do capital financeiro. Mas são funcionais, sobretudo, porque passam a difundir as supostas vantagens do mercado de capitais para os trabalhadores. Os sindicatos passam a difundir a ideologia do trabalhador empreendedor – que investe, poupa, negocia e compra bens e serviços – ocupando, assim, o lugar (tolerado e incentivado) que lhes cabe, conforme denunciou Bridges (1995), em uma sociedade de livre mercado.

João Bernardo (1997) mostra que o "capitalismo dos sindicatos" não é um fenômeno tão raro quanto, em princípio, se imagina. Ao analisar a prática de sindicatos e centrais em alguns países, este autor destaca a participação deles como acionistas ou proprietários de empresas. É o caso, por exemplo, da DGB (Confederação Sindical Alemã) que, em 1974, formou uma *holding*, cujos acionistas eram os próprios sindicatos e as cooperativas de consumo controladas por eles¹⁹⁸. Faziam parte desta *holding* o banco BfG (*Bank für Gemeinwirtschaft AG*), a companhia de seguros *Volksfürsorge Lebensversicherung AG*, a companhia de comércio varejista *Co-op Zenrale* (a 2ª maior empresa do ramo no país), entre outras empresas (Bernardo, 1987). Em Israel, a *Histadrut* (Federação Geral do Trabalho) é, depois do Estado israelense, o segundo maior empregador, pois é responsável pelo controle da *holding Hevrat Ovdium*, que emprega 250.000 trabalhadores e tem 600 fábricas de diversos setores da atividade econômica (indústria pesada, construção civil, bancos, transportes marítimos, navegação aérea, comércio varejista e produção agropecuária). Na Suécia, a *Landsorganisation* (Confederação Sindical), embora tenha

inicialmente encontrado a resistência do patronato quando, em 1975, apresentou um projeto de constituição de fundos de ações administrados pelas direções sindicais, a partir de 1983, com o apoio do Partido Social Democrata conseguiu a aprovação de um projeto de criação de cinco fundos regionais, cujos recursos adviriam de um imposto de 20% sobre o lucro das grandes empresas. Nos EUA, as atividades empresariais dos sindicatos são, provavelmente, as mais antigas e radicais. Neste país, os sindicatos, além de proprietários de empresas – como é o caso, por exemplo, do sindicato dos mineiros (*United Mine Workers of America*), proprietário do *National Bank of Washington* –, têm investido, a partir da década de 1970, na criação de fundos de pensão e em outros "negócios", muitos dos quais com fortes indícios de vinculação com a máfia e com ações criminosas (Bernardo, 1987: 24–25). Tem crescido também entre os sindicatos estadunidenses a constituição de planos para a aquisição de ações pelos empregados, os chamados ESOP (*Employee Stock Ownership Plan*), "um sistema mediante o qual os sindicatos se encarregam de convencer os trabalhadores a aceitar limitações salariais, ou a perda de quaisquer regalias, e em troca disso os trabalhadores recebem a propriedade nominal de ações, depositadas num fundo administrado, parcial ou totalmente, por representantes sindicais" (Bernardo, 1997: 124). Um sistema semelhante tem se tornado cada vez mais frequente nos países do leste europeu e na Rússia, onde os trabalhadores têm sido incentivados a comprar lotes de ações de empresas privatizadas. Nos países menos industrializados, este fenômeno também tem crescido. Na Venezuela, por exemplo, a central sindical CTV (*Confederación de Trabajadores de Venezuela*) é sócia majoritária do BTV (*Banco de los Trabajadores de*

¹⁹⁸ A DGB participou do financiamento da Associação Escola Sul, da CUT, em Santa Catarina, um complexo empresarial composto, além da Escola, por hotel, restaurante, bar, agência de turismo e uma escola comercial na área de hotelaria e turismo, cujo objetivo era produzir e vender mercadorias.

Venezuela). No México, o STPRM (Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo da República do México) é proprietário de empresas nas áreas de produção de oleodutos e de construção civil.

A análise deste espectro de atividades do "capitalismo dos sindicatos" em termos mundiais, leva-nos a concluir que no Brasil tais atividades são, relativamente e até certo ponto, recentes. Se o assistencialismo sindical é uma prática que aqui se disseminou a partir da instituição do imposto sindical, a transformação dos sindicatos em "gestores e administradores do capital" constitui um fenômeno em expansão com a implantação do capitalismo neoliberal. Na impossibilidade de suprimir os sindicatos – como prega a ideologia teórica neoliberal – os governos neoliberais acabaram financiando e incentivando a atuação empresarial dos mesmos, cujo exemplo mais cabal no Brasil é o SMSP e a Força Sindical¹⁹⁹. Acompanhemos então o crescimento do assistencialismo sindical do SMSP e da Força Sindical.

O SMSP tem uma longa tradição de prestação de serviços. As primeiras informações sobre o oferecimento de assistência jurídica, convênios médicos e a formação de uma agência de empregos, datam dos primeiros anos de sua existência. A partir de 1939, com a instituição do estatuto padrão que oficializava a oferta de serviços e a instituição do imposto sindical, o sindicato praticamente duplica a arrecadação e inicia o investimento no patrimônio: em 1941, inicia a construção de um gabinete dentário e consegue comprar a sede da rua do Carmo, em 1942 (Cf. Paes, 1979). Em 1954, ocorre a inauguração da sede própria, um prédio de cinco andares e dois subsolos, onde foram instalados os departamentos jurídico, médico, odontológico, a cooperativa, a farmácia e outros setores de assistência e administração do sindicato. Durante a ditadura militar, a política assistencial expandiu-se e tornou-se praticamente a única atividade

¹⁹⁹ Segundo Tumolo (2002), a área de formação da CUT foi a porta de entrada da central nas atividades empresariais, através da criação da Escola Sul.

corriqueira do sindicato. Houve expansão do patrimônio, com a construção do Ambulatório médico e da Colônia de férias, aumento do número de atendimentos aos filiados e do número de funcionários do sindicato (Cf. Martins, 1989).

A partir da chegada de Medeiros à presidência, em 1986, ocorre uma nova frente de investimentos relacionados ao patrimônio fundiário do sindicato (retomada das obras para construção do Palácio do Trabalhador, na rua Galvão Bueno), construção das sub-sedes (Santo Amaro, Lapa, Itaquera e Tucuruvi), ampliação do clube de campo em Mogi das Cruzes e a expansão da prestação de serviços, com a construção do ambulatório médico e oferecimento de cursos profissionalizantes. Com a criação da Força Sindical, tanto o patrimônio, quanto o sindicalismo de serviços passam para um outro patamar. Arrolemos a expansão do sindicalismo de serviços (que poderíamos chamar também de sindicalismo de negócios) do SMSP:

- Em 1992 - O Palácio do Trabalhador é inaugurado. Ali passa a funcionar a Sede-escola de formação profissional dos metalúrgicos de São Paulo e o ambulatório médico e odontológico da categoria.
- A partir de 1995, a Sede-escola orienta-se, fundamentalmente, para a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissionais, cujo propósito, justificado pelo sindicato, seria a prevenção e o combate ao desemprego.
- Em 1996, a Força Sindical assina com o Secretário de Relações do Trabalho, Walter Barelli, um acordo entre o SMSP e a SERT, para transformação do Palácio do Trabalhador em um centro de qualificação profissional.
- Em 1997, o Palácio do Trabalhador passa a ser ponto de inscrição para o PROGER – programa de geração de renda para micro e pequena empresa. Com financiamento do

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Sistema Nacional de Empregos (SINE) inicia-se o *Programa de Educação Profissional*, organizado em três linhas: Cursos de Qualificação Profissional, Projetos Especiais e Seminários²⁰⁰.

- Em 1997, a Força Sindical cria o *Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri*, uma espécie de ONG, cujo projeto, custeado mediante um sistema de doações, está voltado para a educação de crianças carentes.
- Cria-se, em 1998, o *Centro de Solidariedade do Trabalhador* voltado para a intermediação gratuita de mão-de-obra²⁰¹. O Centro funciona como uma espécie de balcão de emprego, onde os trabalhadores se cadastram e as empresas se inscrevem e informam as vagas disponíveis. Além da agência, a Força Sindical cria a *Cooperforça*, uma cooperativa de prestação de serviços que qualifica os trabalhadores desempregados e presta serviços para terceiros²⁰². Trata-se de uma empresa de prestação de serviços e de terceirização de mão-de-obra.
- Em 2001, a Força Sindical cria a Força Esporte Clube, um clube-empresa de futebol em parceria com o clube italiano Inter de Milão. O clube de futebol treinava 50 garotos divididos em duas categorias – júnior e juvenil. Esses garotos moram em um

²⁰⁰ Sobre este Programa, ver Manfredi (2002).

²⁰¹ O Centro está presente na Grande S. Paulo (centro da capital e Santo Amaro, Guarulhos, Osasco, Santo André, Suzano), em Recife (PE) e, dentro de alguns meses, em Camaçari (BA). Em 2002, a média de trabalhadores que diariamente passavam pelo CST era de 5.000.

²⁰² Segundo dados divulgados pela Força Sindical, a Cooperforça terceiriza os serviços de trabalhadores cadastradas e retém 25% do salário recebido pelo trabalhador. Durante o período de espera pelo serviço, os trabalhadores frequentam os cursos de qualificação profissional. A empresa que contrata esses cooperados tem redução nos gastos com encargos sociais.

alojamento localizado no clube de campo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, Centro de Treinamento do time.

- Força da Terra - programa criado em 2001, em parceria com o Ministério da Reforma Agrária para implantação do Banco da Terra.
- Clube de Investimento da Força Sindical - A Força Sindical criou o Clube de Investimentos "Força 1" voltado para a administração de parte do Fundo de Garantia em aplicações no mercado de ações das empresas privatizadas. Em 2002, a central pôde criar o "Fundo Força Bradesco", voltado para viabilizar a formação de um fundo de previdência privada.
- Em 2002, o SMSP cria a Metalcred - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos metalúrgicos de São Paulo; trata-se de uma instituição financeira, cujo objetivo é realizar empréstimos aos trabalhadores e "despertar no associado os benefícios e o hábito de poupar".

O SMSP até sofrer uma drástica redução em sua base, apresentava-se como "o maior sindicato da América Latina". Contudo, para reverter a conseqüente queda na arrecadação, o SMSP traçou duas estratégias. A primeira foi promover campanhas de sindicalização e a segunda foi ampliar o leque de negócios e investimentos do SMSP.

A partir de 1992, o SMSP passa a investir em campanhas de sindicalização em massa²⁰³.

Para isso, contou com o trabalho realizado pelos delegados e representantes sindicais, cujo

²⁰³ Segundo dados divulgados pelo sindicato, no início de 1990 o SMSP tinha 450 mil trabalhadores na base e 120 mil associados, enquanto que, em 1997, para uma base de 300 mil, após uma intensa campanha de sindicalização, o número de associados teria subido de 90 para 108 mil.

resultado teria sido a filiação de 30 mil novos sócios²⁰⁴. Em meados de 1997, o sindicato realizou uma campanha de sindicalização que implicava na diferenciação entre sócios e não-sócios. A assembleia de campanha salarial aprovava uma proposta, segundo a qual os não-sócios teriam que pagar 10% para o sindicato, caso fossem conquistados itens como PRL, cestas básicas e convênios médicos. Para atrair novos filiados foi organizada uma campanha que culminou com o sorteio de prêmios para associados e premiação aos delegados que conseguissem um certo número de filiados. A nova campanha de sindicalização teria surtido efeitos positivos, tanto é que, segundo informações divulgadas pelo sindicato, em dois meses cerca de 22.000 novos metalúrgicos teriam se associado ao sindicato²⁰⁵. Dentro desta estratégia de ampliação do número de contribuintes do sindicato, o SMSP criou o "sócio usuário" para não metalúrgicos. O sócio usuário tem direito, mediante pagamento de mensalidade, a alguns benefícios como: lazer, assistência médica e odontológica, seguros e curso de qualificação.

A partir de 1995, a atuação da Força Sindical volta-se, prioritariamente, para a expansão das atividades assistenciais e de negócios sindicais. Ainda que a central tenha organizado, junto ao SMSP, ações de protesto contra o desemprego e proposto formas de, supostamente, atenuá-lo (redução dos juros, da jornada de trabalho, contratos flexíveis, renúncia fiscal), as dificuldades de reposição salarial e o recrudescimento dos índices de desemprego tornavam os sindicatos inócuos: "com a queda da inflação, as pessoas começaram a perguntar para que serviam os

²⁰⁴ Ver *O Metalúrgico*, no. 386, out. de 1992. O valor da mensalidade para o sócio titular era de R\$20,00 por mês, em 2003; para o cônjuge R\$10,00 por mês e para os filhos com até 16 anos R\$5,00 por mês.

²⁰⁵ No início de 1998, o sindicato realizou nova campanha de sindicalização e, em 2000, lançou a campanha "Fique sócio e concorra a cinco apartamentos e dez carros 0 KM". Ver *O Metalúrgico*, no. 439, fev. de 1998 e no. 461, mar. de 2000.

sindicatos", explicitou Paulinho em uma entrevista. "Afinal, os trabalhadores acabavam pagando mais para ser sindicalizados do que o aumento real que conseguiam", resumiria ele²⁰⁶.

Tratemos, a seguir, da atuação das lideranças sindicais no processo de propagação da ideologia neoliberal.

²⁰⁶ Ver "Sindicalismo de serviços e crescimento sem luta". *Revista Update*, no. 364, set. de 2000.

CAPÍTULO III

O discurso das lideranças e a propagação das idéias neoliberais no meio operário

Que aspectos da ideologia prática neoliberal foram privilegiados pelas lideranças sindicais? Como ocorreu a propagação das idéias no meio metalúrgico de São Paulo?

As questões colocadas acima exigem, ainda que de forma esquemática, que apresentemos os pressupostos com os quais tratamos a questão da propagação da ideologia neoliberal. Na análise marxiana, a ideologia expressa a forma como os indivíduos vivem as suas condições de existência. A tradição althusseriana reelaborou esta formulação geral e definiu que a ideologia é a forma como os indivíduos representam as relações vividas (relações de classe) que são simultaneamente representações imaginárias (ilusão) e representações reais (alusão). Por se constituir em um fenômeno relacional (envolvendo as classes sociais em luta), na concepção de Poulantzas, a ideologia expressa menos "como uma classe vive as suas condições de existência do que como as vive em relação à experiência vivida de outras classes", o que faz com que a ideologia típica de cada classe seja constituída "até as raízes pela ideologia de sua antagonista" (Cf. Eagleton, 1997: 96). Neste sentido, o discurso da ideologia dominante "apresenta freqüentemente elementos importados de modos de vida diferentes do da classe dominante" (Poulantzas, 1986: 204), pois este mecanismo de importação, apropriação e ressignificação, próprio da luta ideológica de classes, é, a um só tempo e de uma só vez, a condição de "dominação" da ideologia dominante. Dito de outro modo, a propagação ideológica é um processo de luta intensa, tensa, um "leva e traz", cuja função é realizar a dominação de classe.

A propagação da ideologia neoliberal é um processo ainda mais complexo, pois se trata de pensar como uma ideologia antipopular pode se tornar dominante. Compreendê-lo, em sua totalidade, exige do pesquisador uma análise do papel dos vários aparelhos ideológicos (meios de comunicação, partidos, igreja, escola, meios acadêmicos etc) que, como assinalou Althusser (1996), reproduzem/transformam as ideologias²⁰⁷. Tais aparelhos não têm por função criar as ideologias, mas "elaborá-las" e "inculcá-las" (Poulantzas, 1978).

Neste capítulo, analisaremos, tão somente, o papel do aparelho sindical, em especial os discursos das lideranças sindicais na propagação da ideologia neoliberal. Nossa intenção é compreender as formas através das quais as lideranças *interpelam*, ao mesmo tempo em que se apropriam das aspirações, demandas e símbolos formulados pelos trabalhadores, buscando legitimar as políticas neoliberais e, assim, reproduzir a dominação. Tentaremos mostrar que o aparelho sindical se apropria da palavra operária – da crítica (difusa) às práticas clientelistas, das alusões ao Estado cartorial, empreguista e ao parasitismo – para transformá-la, reelaborá-la, invertê-la e retransmiti-la como "mística"; isto é, como discurso que – em nome da "modernidade", da inserção do País na ordem internacional, "do bem" do setor privado, da eficiência empresarial, da justiça aos "descamisados" e aos assalariados que "pagam impostos" e "sustentam o País" e, sobretudo, em nome do combate ao desemprego – promete o "fim dos privilégios", mas que, na realidade, acaba ocultando a redução de direitos, de gastos sociais, a intensificação das formas de exploração do trabalho e, conseqüentemente, a concentração do capital.

²⁰⁷ Para uma análise do discurso do jornal *Folha de S. Paulo* sobre as privatizações, ver o trabalho de Barros (1996). Segundo Barros a maioria dos textos publicados pelo jornal, no período de 1990-1994, pode ser sintetizada através do *slogan*: "sem privatização não há solução".

A propagação da ideologia neoliberal no meio metalúrgico de São Paulo é um processo cuja datação não é exata, mas que se inicia com os discursos dos expoentes do "sindicalismo de resultados" durante a Constituinte e que se amplifica, de forma crescente e cada vez mais elaborada, durante os anos de 1990. No fundamental, as lideranças procuraram atrair os metalúrgicos propagando algumas idéias: ora difundiam a crítica ao Estado cartorial, o estigma do funcionário público, a soberania do consumidor, as vantagens do livre mercado, ora difundiam que as políticas de qualificação profissional e de "flexibilização" das relações de trabalho combateriam o desemprego.

Para compreender este processo, dividimos nossa exposição em duas partes: na primeira parte, analisamos o discurso das lideranças no processo Constituinte e na segunda parte tomamos os discursos das lideranças depois que o modelo neoliberal se converteu em política de Estado no Brasil.

III.1 Os pioneiros na transição neoliberal

A conjuntura em que a ideologia neoliberal se difunde no Brasil é marcada pela crise do Estado desenvolvimentista. O cenário dos anos 1970, com abundância de crédito para o setor privado, taxas de crescimento constantes e retomada da industrialização, reverteu-se no final da década. A partir daí se configurou – impulsionada pela elevação das taxas de juros internacionais, pela recessão da economia mundial, deterioração das finanças públicas e interrupção do financiamento externo – uma severa crise do balanço de pagamentos, o que levou os governos da década de 80 ao controle das importações, justamente na contramão das idéias e receitas neoliberais ditadas pelas agências internacionais. Com o crédito externo dificultado e sem

reservas nacionais para fazer frente à recessão, menos capacidade teve o Estado de retomar a política desenvolvimentista. Os resultados deste processo foram o recuo das taxas de crescimento e a disparada da inflação (Fiori, 1995). Como último recurso para retomar a política desenvolvimentista, os governos instituíram planos "heterodoxos" de estabilização que, fracassados, fomentaram, além do retorno da inflação, resistências ainda maiores ao modelo intervencionista²⁰⁸.

Os sucessivos fracassos dos planos de estabilização contribuíram para que crescesse na mídia, entre os políticos e, em certa medida, entre os trabalhadores uma crítica, mais ou menos difusa, à "incompetência econômica" e à "incapacidade administrativa" não apenas dos governos, mas do próprio Estado. Se somarmos o descrédito com a capacidade "administrativa" do Estado em controlar a inflação aos escândalos de corrupção no setor financeiro, na previdência social e na política, pode-se indagar se não estariam dadas, na conjuntura dos anos de 1980, algumas condições para a disseminação da crítica neoliberal ao padrão vigente de intervenção do Estado na economia.

É provável que este cenário de reticência para com as políticas intervencionistas e de descrença com a retomada do crescimento econômico só não foi mais "substantivo" porque, durante o período Constituinte, os debates sobre a necessária intervenção, social e econômica, do Estado ganharam novo fôlego.

²⁰⁸ A difusão do pensamento econômico liberal não se restringe à conjuntura de crise do Estado desenvolvimentista. A crítica à intervenção do Estado na economia e a defesa da liberdade de mercado têm sido periodicamente clamadas por frações da burguesia, tanto quanto por alguns acadêmicos e políticos, entre os quais tiveram destaque Eugênio Gudín, Roberto Campos, José Merquior, Delfim Neto, entre outros. Segundo Fiori (1995), desde os anos de 1940, o pensamento conservador vinha repondo a cada crise econômica ou política a necessidade de desestatização da economia e da sociedade brasileira. A campanha anti-estatizante, desencadeada por setores do empresariado brasileiro em 1976, foi um exemplo (Cruz, 1997).

A Constituinte polarizou os interesses das classes e frações na medida em que definiria a conformação das relações de poder da sociedade brasileira. No campo das classes dominantes, as frações da burguesia, cuja tendência dominante era o apoio à democratização política, passavam a exigir abertura econômica e redução do papel do Estado na economia. No campo das classes dominadas, além da redemocratização, alguns segmentos de trabalhadores organizados lutavam pela constitucionalização dos direitos trabalhistas e sociais. Se utilizarmos a metáfora direita X esquerda, o quadro na Constituinte seria, grosso modo, o seguinte. Para os setores à esquerda, tratava-se de "pagar a conta social", herdada da ditadura, e avançar na universalização dos direitos dos trabalhadores – o que seria possível, apenas, com ampliação do intervencionismo estatal e com desenvolvimento econômico. Para os setores à direita, tratava-se de preservar os pilares da ordem econômica; de um lado, garantir a livre iniciativa e a definição do direito de propriedade e, de outro, enfrentar o avanço político e social dos trabalhadores organizados²⁰⁹.

No *front* de batalha, porém, tais setores não se manifestavam em bloco, não havia unidade em torno de projetos políticos predefinidos e as disputas entre as frações da burguesia e entre elas e os representantes dos partidos de esquerda eram intensas (Lima, 2002; Dreifuss, 1989). Notadamente, processa-se, na fase de votação, a formação de uma articulação à direita, conhecida como "Centrão", cuja unidade política poderia ser definida pela defesa dos interesses das frações do grande capital²¹⁰. O "Centrão" passou a direcionar e a representar, em particular

²⁰⁹ Na "Subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do solo e atividade econômica", os setores à esquerda defendiam o capital nacional e maior intervenção do Estado na economia, enquanto a articulação à direita defendia os princípios neoliberais: "a limitação da intervenção do Estado na economia ao caráter estrito de excepcionalidade e à abertura para o capital estrangeiro a partir de conceitos amplos, como por exemplo, o de empresa nacional" (Cf. Lima, 2002).

²¹⁰ O "Centrão" era composto por constituintes do PMDB, PFL, PL, PDC, PTB, PSC e PDS, além de cinco deputados do PDT. Surgira de um manifesto pela mudança no regimento interno da Assembléia

nos capítulos referentes aos direitos trabalhistas (que discutiam a regulamentação das relações de trabalho) e à ordem econômica (abertura econômica e desestatização), os interesses neoliberais. Formou-se então uma frente conservadora dentro da Constituinte, frente que encontrou o apoio, político e financeiro, de organizações representativas dos interesses do grande capital como a FIESP, Associação Comercial do Estado de São Paulo, da Confederação das Associações comerciais, Sociedade Rural Brasileira, Federação da agricultura de São Paulo, do Instituto Liberal (Gros, 2002), entre outras, mas encontrou também um importante aliado político no interior do movimento sindical: o "sindicalismo de resultados".

Na conjuntura que antecede as eleições para o Congresso Constituinte se disseminam, através de associações de classe e de outras instituições, os preceitos do neoliberalismo entre setores da burguesia brasileira. Além das associações patronais oficiais como a FIESP²¹¹, foram atuantes a Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos (CEDES), o Instituto Liberal (IL), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), A União Brasileira de Empresários (UB) e a União Democrática Ruralista (UDR) (Cf Dreifuss, 1989)²¹². A principal estratégia destas instituições era fazer propaganda neoliberal (defesa das teses desestatizantes, fundamentalmente) e eleger o maior número possível de representantes para o Congresso

Nacional Constituinte. Participaram do agrupamento político 319 congressistas, cujo objetivo era tentar conter, diminuir ou extirpar do futuro texto constitucional as poucas conquistas populares aprovadas nas fases anteriores. Liderado pelos deputados José Bonifácio de Andrada e Roberto Cardoso Alves, o grupo pretendia liquidar as propostas de estabilidade no emprego, da jornada de trabalho de 40 horas e da nacionalização da distribuição do petróleo (Cf. Lima, 2002).

²¹¹ A revitalização das entidades corporativas patronais foi outra estratégia da burguesia brasileira para disseminar e propor reformas inspiradas no ideário neoliberal. A FIESP, por exemplo, ao longo da década de 80, passa a propor uma série de reformas de caráter neoliberal. Para uma análise das propostas da FIESP, ver Galvão (2003).

²¹² Deve-se destacar também a criação do PSDB em julho de 1988, partido que, como sabemos, assumiria o governo a partir de 1995 e que implementaria de forma sistemática o programa político neoliberal no Brasil.

Nacional, em 1986. Criadas no "calor da hora", a CEDES, a CNF e a UB viram naquele momento a oportunidade histórica de promulgar uma "carta liberal". A CEDES, cujo principal líder e mentor era Delfim Neto, tinha como objetivo "unir o empresariado no sentido de demonstrar que o neoliberalismo não é um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social" (*apud* Dreifuss, 1989: 52). A principal estratégia da CEDES era fomentar campanhas de candidatos identificados com as teses neoliberais e formar, durante a Constituinte, um bloco parlamentar identificado com a tese de que era preciso "conter a ação econômica do Estado" (Dreifuss, 1989: 53). Num dos encontros organizados pela instituição foram sistematizadas as seguintes recomendações aos empresários: "abertura ao exterior, na forma de incremento das exportações e atração de capitais estrangeiros; abandono da excessiva proteção contra as importações; redução do déficit orçamentário e redução do papel do Estado, além da 'desregulamentação' da economia, como meios de promover um desenvolvimento sustentado"²¹³. A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) foi outra instituição criada no preâmbulo da Constituinte por representantes do capital financeiro. A CNF tinha como objetivo assegurar diretrizes (leis) que atendessem aos interesses do setor e que reduzissem a presença da máquina estatal na economia, avançando, se possível, no processo de privatização. A UB, criada em 1986, a partir de esforços da CNI e com apoio de outras seis confederações, teve, como as demais instituições, o objetivo de apoiar – na impossibilidade de se fazer representar através de um partido totalmente identificado com as idéias liberais – quaisquer candidatos que defendessem a livre iniciativa.

²¹³ Num dos eventos mais importantes organizados pelo CEDES, com a presença de mais de uma centena de expressivas lideranças empresariais, o então ministro–chefe do gabinete civil, Marco Maciel, resumia a preocupação com a Constituinte: "Não dá para tirar uma linha do que será a Constituinte, nem se uma proposta liberal será tendência majoritária" (*apud* Dreifuss, 1989: 53–54). Mas alertava que as eleições para o Congresso constituinte seriam mais importantes que para a Presidência da República.

Se o empresariado procurou criar algumas instituições no "calor da hora", um legítimo *think tank* neoliberal já vinha assumindo, desde o início da década de 80, o papel de difusor do neoliberalismo. O Instituto Liberal (IL) tinha um objetivo mais ambicioso do que alcançar apenas o empresariado brasileiro; pretendia disseminar a doutrina liberal, em especial os preceitos da Escola Austríaca de Economia, entre os formadores de opinião – jornalistas, universitários, políticos, militares, juristas e intelectuais em geral –, bem como formular estudos e propostas de políticas públicas de cunho neoliberal²¹⁴. Criado em 1983, com sede no Rio de Janeiro, o IL conheceu seu maior desenvolvimento durante a Constituinte quando se transformou em uma rede de institutos espalhados por vários estados brasileiros²¹⁵. Segundo o diretor do IL do Rio de Janeiro, à Constituição caberia a função específica de assegurar a

"liberdade de mercado, isto é, a de garantir a ausência de coerção entre os agentes econômicos; e que ao mercado, ao livre intercâmbio dos particulares, caberia a solução dos problemas econômicos do País, restando ao Estado a responsabilidade pela manutenção da ordem concorrencial e a administração dos problemas que legitimamente lhe cabem resolver numa organização econômica liberal" (*apud* Gros, 2002: 201).

Entre as propostas feitas pelo IL, ganha especial destaque a de "flexibilização da legislação trabalhista". As partes contratantes devem negociar as condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado. Quando isso não ocorre, os próprios cidadãos acabam arcando com as perversas consequências da excessiva intervenção, isto é, com o desemprego e

²¹⁴ Entre as estratégias de ação do Instituto Liberal uma chamou nossa atenção. O IL fez algumas investidas no meio sindical através da realização de cursos de formação de lideranças promovidos em convênio com o Instituto Cultural do Trabalho (Cf. Gros, 2002).

²¹⁵ Em junho de 1987, apoiou o *Manifesto pela liberdade empresarial*, bem como a campanha do empresariado gaúcho pela conquista de assinaturas para a formalização de uma proposta de emenda popular contra a aprovação da estabilidade, da redução da jornada de trabalho e do direito irrestrito de greve no texto da nova Constituição. Neste período, o IL atuou junto ao "Centrão" com o objetivo de garantir a formulação de uma Constituição alicerçada nos seguintes princípios: a) supremacia do indivíduo sobre a sociedade, b) liberdade econômica que os indivíduos devem ter para perseguir a satisfação de seus desejos e necessidades individuais através de um mercado livre, e c) papel meramente garantidor da ordem e da justiça que o Estado deve desempenhar.

com o pagamento de serviços que não usufruem. Com este princípios em pauta, os estudos publicados pelo IL enfatizavam a necessidade de "liberar" os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultavam o livre jogo do mercado, provocavam desemprego e aumento da informalidade.

Se a legislação trabalhista herdada dos anos 30 já era alvo de severas críticas, quando algumas das propostas trabalhistas foram aprovadas pela Comissão de Sistematização, os membros do IL se agitaram. Aprofundaram-se as pressões sobre os membros do "Centrão" e foram amplificadas as críticas à Constituição, que corria o risco de, segundo o ex-presidente do IL de São Paulo, se tornar "utópica", "demagógica", "corporativista", "socialista", "estatizante", "paternalista", "assistencialista", "fiscalista", "recessiva" e "xenófoba". É, pois, neste quadro que entra em cena o "sindicalismo de resultados".

III.2 A introdução das idéias neoliberais no meio operário

Em julho de 1987 – uma semana após ter sido eleito para a direção do SMSP –, Medeiros fez um pronunciamento sobre a Constituinte que teve grande repercussão. Suas idéias foram aplaudidas pelo, então, relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, por peemedebistas e liberais. Na ocasião, o deputado Guilherme Afif Domingues disse o seguinte: "enfim a oportunidade do diálogo franco, com a substituição do confronto pela cooperação"²¹⁶. As manifestações de apoio ao "Centrão" passaram a pautar editoriais e matérias dos principais jornais liberais e conservadores do País que viam, com entusiasmo, Medeiros defender a

²¹⁶ Ver: "Palavra de Medeiros, uma alerta". *O Estado de São Paulo*, 07 de jul. de 1987.

negociação direta entre patrões e empregados como única reivindicação que os trabalhadores teriam que fazer junto aos constituintes²¹⁷. Mas, afinal, o que teria dito?

Medeiros condenara a Constituinte. Chamando a proposta de uma "colcha de retalhos", rejeitava a reivindicação principal do movimento popular: a constitucionalização dos direitos trabalhistas e sociais. Defendendo um texto enxuto, sem muitas regulamentações, os discursos de Medeiros convergiam para a crítica que os ideólogos neoliberais denominavam *coerção da lei*. Dizia: "não vejo a Constituição como uma panacéia, como um Frankenstein, em que se oferece tudo no papel, para evitar que aconteça na vida prática. (...) Para mim, uma Constituição serve apenas para definir as regras do jogo, dentro da liberdade. Esta é a única forma de se fazer um texto duradouro e que seja respeitado"²¹⁸.

Medeiros defendia a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, que o resultado da negociação direta entre patrões e empregados deveria prevalecer sobre a legislação trabalhista. Quanto à estabilidade no emprego, afirmava que "num período de crescimento, a estabilidade no emprego é um instrumento contra o trabalhador, pois cria empecilhos e até evita que, mudando de emprego, o operário possa vender mais caro sua força de trabalho"²¹⁹. Enquanto Antônio Rogério Magri posicionava-se favoravelmente à privatização das estatais e à quebra dos monopólios, a posição de Medeiros era mais criteriosa. Medeiros preservava as estatais produtivas e condenava aquelas empresas chamadas deficitárias. Porém, o aspecto mais importante do discurso de Medeiros, naquele momento, era a crítica ao Estado interventor, "cartorial", "corrupto", ao

²¹⁷ Ver: "Lucidez sindical". *Folha de S. Paulo*, 07 de jul. de 1987.

²¹⁸ Ver: "Líder operário condena a estabilidade". *O Estado de São Paulo*, 05 de jul. de 1987.

²¹⁹ *Idem, ibidem*.

"cabide de emprego", que limitava a iniciativa privada e disseminava "privilégios e desperdícios".

Afirmara, a este respeito, que:

"O Estado é o pior patrão que existe. Ninguém é contra as estatais produtivas, mas também nenhum brasileiro pode ser a favor desse grande cabide de empregos que é a administração pública federal, com seus gastos exorbitantes e a corrupção toda que campeia.(...) Estamos vivendo não apenas a transição da ditadura para a democracia. (...) Essa transição é mais profunda. Estamos vivendo também a transição do estado colonial para um País livre. Este Estado cartorial é o maior empecilho, hoje, à ascensão do Brasil ao primeiro mundo da liberdade e da prosperidade (...) Neste Estado de favores e privilégios, o empresário não tem iniciativas livres, é um eterno dependente, que alienou, em troca de privilégios, sua soberania ao Estado"²²⁰.

"Acontece que é a empresa privada que se desenvolve e pode pagar mais quando está em crescimento. A empresa pública não evolui. O governo é deficitário, preguiçoso e depende da classe política. Está provado que ele não é um bom empresário, não sabe administrar. Isso acaba prejudicando o trabalhador da estatal e todos os operários. Afinal, é a empresa privada que cria a maior parte dos novos empregos, e não o setor público"²²¹.

Quanto aos direitos trabalhistas, é preciso frisar que Medeiros inicia uma cruzada contra a proposta de estabilidade e redução da jornada de trabalho para 40 horas quando a tendência tanto na *Subcomissão dos direitos e garantias dos trabalhadores* quanto na *Comissão Temática da ordem social* era favorável à proposta²²². No início de 1988, o que era apenas um apoio público torna-se, na prática, uma aliança. As lideranças do "sindicalismo de resultados" aproximam-se, de fato, do "Centrão" e passam a atuar junto aos congressistas contra as propostas mais avançadas apresentadas pelos movimentos sociais organizados. Esta aliança, além do impacto político, teve consequências práticas para o campo progressista, já que a proposta pactuada entre Medeiros e o

²²⁰ Ver: "Líder operário condena a estabilidade". *O Estado de São Paulo*, 05 de jul. de 1987.

²²¹ Ver: "O inimigo é o governo". *Veja*, 8 de jul. de 1987.

²²² Ver: "Os deputados e o alerta de Medeiros". *Jornal da Tarde*, 07 de jul de 1987. O texto da *Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos* (Subcomissão I) propunha salário noturno de, no mínimo, 50% a mais do que o diurno; participação nos lucros; alimentação gratuita custeada; licença maternidade de, no mínimo, 120 dias; proibição do trabalho do menor de 14 anos; isenção do imposto de renda para remuneração pessoal de até 20 salários mínimos; aposentadoria aos 30 anos de trabalho para homens e 25 anos para mulheres e por velhice aos 60 anos; aposentadoria para donas de casa; obrigatoriedade de negociação coletiva na regulação do uso do trabalho.

"Centrão", de transformar a estabilidade em indenização progressiva, foi vitoriosa. Que conclusões podemos tirar até aqui?

O texto constitucional, aprovado em 1988, frustrou as expectativas dos neoliberais organizados e sofreu inúmeras críticas das frações da burguesia identificadas com o neoliberalismo (Lima, 2002). Mas se a Constituinte não garantiu uma vitória política dos grupos interessados na "carta liberal", a luta ideológica travada em seu entorno teve o condão de propagar entre empresários e entre alguns trabalhadores as máximas da eficiência do mercado e dos supostos males do intervencionismo econômico estatal – contribuindo, assim, para a emergência de uma crítica, ainda que difusa, contra "os privilégios do setor público" entre os metalúrgicos.

III.3 A amplificação das idéias neoliberais no meio metalúrgico

Para compreender o processo de propagação ideológica na década de 1990, dividimos nossa exposição em duas partes, correspondentes a diferentes "meios" utilizados pelas lideranças sindicais na difusão de suas propostas e idéias.

Na primeira parte, examinaremos alguns documentos da Força Sindical, mais precisamente as resoluções e publicações dos quatro Congressos nacionais e dois textos internos difundidos nos cursos para formação de dirigentes e delegados sindicais. Entre eles, tem especial destaque o livro-programa da Força Sindical, intitulado *Um projeto para o Brasil, a proposta da Força Sindical*, lançado oficialmente durante o 2º Congresso (1993), aprofundado no 3º Congresso (1997) e referendado no 4º Congresso (2001). Muito embora – pela sua natureza

acadêmica e, também, pelo seu volume²²³ – o livro-programa não possa ser tomado como o principal documento de vulgarização da central, nem por isso deixa de ser importante, na medida em que evidencia, ao menos no plano programático, a correspondência entre as propostas da central e a plataforma neoliberal. Apesar da linguagem jornalística que caracteriza a publicação, seu limitado alcance fez com que a direção da Força Sindical publicasse um resumo (apostilado) do livro.

Na segunda parte, tomaremos os discursos das lideranças "no calor da hora", ou seja, os pronunciamentos das lideranças em momentos decisivos de implementação da plataforma neoliberal no Brasil: nos processos de privatização da USIMINAS e da CSN, durante a greve dos Petroleiros, no episódio da extinção dos monopólios, e durante a votação da proposta de flexibilização da CLT. Utilizaremos também as entrevistas que realizamos com as lideranças sindicais de primeiro e segundo escalão – membros de comissões de fábrica, delegados sindicais e assessores²²⁴. São os discursos "no calor da hora" e as entrevistas que realizamos com as lideranças que constituem a principal fonte para nossa análise. Mais colados à prática, aos interesses, aos dilemas e às aspirações dos metalúrgicos, estes discursos expressariam as tensões e embates que estiveram em pauta na luta pela hegemonia neoliberal. Vejamos.

No seu congresso de fundação, em 1991, a Força Sindical lançou a proposta de sindicalismo de "conquistas", "pró-capitalista", "contra os cartéis e monopólios (...) e contra os

²²³ Foi produzido por uma equipe de economistas, cientistas e quadros políticos de expressão nacional, sob coordenação de Antônio Kandir, ex-integrante da equipe da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante o governo Collor, e ex-ministro do planejamento de Fernando Henrique Cardoso. Além de Antônio Kandir, o livro contou com a supervisão de Willy Fischer e Luiz Fernando Emediato, assessores da Força Sindical, e de 26 especialistas. O livro tem 654 páginas.

²²⁴ As entrevistas com diretores do SMSP e da Força Sindical, delegados do SMSP e membros de três comissões de fábrica de São Paulo (MWM, Metal Leve e Rolamentos FAG) foram realizadas entre os

políticos demagogos, que só prometem, prometem, enganam o povo e nada fazem" (Força Sindical, 1991: 12)²²⁵. A tônica do congresso de fundação era a divulgação dos princípios da nova central e do seu modelo de sindicalismo. Seu principal desafio era romper as "resistências ideológicas e o patrulhamento" – numa clara referência à CUT –, tanto quanto sair do imobilismo, o que significaria negociar com o governo e com os empresários todas as questões nacionais: "(...) não queremos uma central que apenas proteste, mas que participe das decisões, que sente na mesa de negociação em igualdade de condições com os empresários e com os representantes do governo" (Idem, p. 7). Para tanto, propunha um sindicalismo "moderno, de conquistas, disposto ao diálogo". Entre os princípios da nova central destacam-se a parceria capital e trabalho, a participação do trabalhador nos lucros e nos resultados das empresas e a retomada do crescimento econômico sob novas bases.

Nesse congresso, as lideranças já faziam uma crítica ao Estado cartorial, ao excessivo protecionismo e às estatais como cabide de emprego. Um dos trechos da carta de princípios da central afirmava o seguinte:

"O capitalismo que se pratica no Brasil ainda é primitivo, selvagem, baseado na prática dos cartéis e monopólios, e na busca de favores e benesses do Estado. É um capitalismo autárquico sem riscos, que depende do protecionismo estatal e se beneficia do próprio processo inflacionário, por intermédio da especulação" (Idem, p. 37).

No "Programa de Lutas", a central propunha-se a lutar para que as empresas estatais das áreas estratégicas não fossem privatizadas, preservando a soberania e o patrimônio nacional. Não

anos de 1998 a 2001. Os discursos das lideranças foram coletados nos principais jornais da imprensa nacional ou nas publicações sindicais.

²²⁵ Ao analisarmos a história do SMSP, não deixa de chamar a atenção que tantos termos tenham sido forjados, nos últimos anos, pelas lideranças para designar o modelo de sindical que vinham defendendo: "sindicalismo de resultados" (no período constituinte), sindicalismo de parceria (termo usado na época das primeiras privatizações) sindicalismo de conquistas (no Congresso de Fundação da Força Sindical), sindicalismo de serviços e sindicalismo cidadão (a partir de 1997). São expressões que buscam afirmar, na luta ideológica, os valores e idéias de parceria, conquistas e cidadania.

obstante, reconheciam a necessidade de se rever a atuação do Estado em setores que só acarretam prejuízos para o povo, assim como "estatais que só servem como cabide de emprego" (Idem, p. 47).

No que diz respeito, por exemplo, à política salarial há uma ambigüidade nas resoluções da central. Se, de um lado, defendia a não participação do Estado nas relações entre empregados e empregadores e o estabelecimento da livre negociação, de outro, a central propunha a luta por uma política salarial que reajustasse automaticamente os salários de acordo com o índice de inflação (Idem, p. 42).

Em nossa avaliação, os discursos e documentos do congresso de 1991 estão, em primeiro lugar, dirigidos para a divulgação do modelo do "sindicalismo de conquistas" e estão condicionados pelos interesses da frente conservadora que criou a central (combate à CUT e conquista de novos filiados). Há incorporação de alguns pressupostos e defesa de algumas políticas neoliberais, mas elas não davam o tom do discurso dominante. Como analisamos no capítulo I, se na origem da Força Sindical é possível falarmos em conciliação, a adesão da central ao neoliberalismo ocorre depois das primeiras privatizações. Prova disso é a publicação do livro-programa e sua oficialização, em 1993, durante o 2º Congresso.

No 2º congresso foram centrais a divulgação das idéias do livro-programa e as discussões em torno do processo de revisão da Constituição federal previsto para ocorrer naquele ano. O livro aproxima-se muito de um programa de governo pela abrangência dos temas que analisa e pela forma apresentada: contém um diagnóstico do suposto colapso do modelo de desenvolvimento e detalhadas propostas de reformas para o País – assumidas pela central como

as únicas capazes de mobilizar forças políticas e sociais²²⁶. Na apresentação do livro, Medeiros afirma que as propostas ali contidas não poderiam ficar só no papel; deveriam ser debatidas com os trabalhadores da central por intermédio de seus sindicatos. O principal desafio era difundir uma nova doutrina para o movimento sindical e, sobretudo, "mudar a mentalidade do trabalhador".

Na introdução do livro, faz-se um diagnóstico da situação econômica e propõe-se um conjunto de reformas para modernizar o País. Por que reformar? Segundo Medeiros, o fracasso do "socialismo real", as crises cíclicas do sistema capitalista, a crise das ideologias e a nova ordem mundial levaram ao esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na era Vargas. As políticas econômicas intervencionistas, o Estado hipertrofiado e vulnerável a interesses "clientelistas", o parque industrial atrasado tecnologicamente e a centralização política eram os grandes responsáveis pela crise brasileira. Na década de 1980, este quadro teria se agravado com a promulgação da Constituição de 1988, que entravava a modernização do País. Vencer o corporativismo, o populismo, o fisiologismo, a ganância, a pernicioso promiscuidade entre a

²²⁶ O livro-programa *Um projeto para o Brasil - a proposta da Força Sindical* assemelha-se, na forma e no conteúdo, à publicação da FIESP (1990), intitulada *Livre para crescer – proposta para um Brasil moderno*. Títulos semelhantes, propostas correspondentes. A publicação da FIESP também apresenta propostas de reformas tributária, fiscal e previdenciária, articuladas a medidas como a privatização e a abertura comercial. O diagnóstico também é o mesmo: o modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado esgotara-se e para retomar o desenvolvimento era necessário privatizar empresas e serviços públicos e realizar uma reforma fiscal. A relação natural e de parceria entre capital e trabalho e as propostas de desregulamentação e de redução dos encargos e tributos também eram correspondentes. Para a FIESP, a regulamentação do mercado de trabalho brasileiro por meio de uma política salarial, de encargos sociais e da legislação trabalhista era considerada demasiadamente rígida e excessiva, o que dificultava a criação de novos empregos e/ou de empregos formais. As políticas salariais seriam as responsáveis pela inflação, por isso deveriam se pautar pela livre negociação. Até mesmo a avaliação da FIESP, segundo a qual, os sindicatos seriam responsáveis pela inflação, pela transferência de renda dos mais organizados para os menos organizados e por diferentes tipos de trabalhadores (formais, informais) é compartilhada pela Força Sindical, com a seguinte ressalva: para a Força Sindical, o sindicalismo cutista seria o responsável por estas desigualdades e, por isso, deveria ser "modernizado".

burocracia pública e os interesses privados, bem como a corrupção, eram os objetivos almejados com a proposta. Como alcançá-los?

Para superar o atraso do País, face às novas exigências, era preciso, afirmava Medeiros na apresentação do livro, modernizar a economia, a política e a sociedade, ou então involuir. Para tanto, dois desafios deveriam ser vencidos. Mudar a mentalidade do movimento sindical e do trabalhador e realizar as reformas. Tornava-se necessário abandonar a política de confronto entre empregadores e empregados, já que "o conflito entre capital e trabalho é um dado natural da relação entre estes atores sociais em uma economia de mercado" (*Idem*, p. 517). Assim, ao invés de focalizar as demandas trabalhistas nos aumentos salariais, o novo modelo produtivo deveria incentivar novas formas de pagamento, como prêmios de produtividade, por exemplo.

O segundo passo era estabelecer uma nova forma de gestão das relações trabalhistas e do próprio Estado. Tratava-se de desmontar "privilégios", cartórios e combater a ineficiência produtiva através das políticas de privatização, desestatização e desregulamentação. Resumidamente: pouco Estado, muita iniciativa privada e a conciliação entre capital e trabalho eram a receita contra o "falido" modelo desenvolvimentista. A privatização das empresas públicas e dos serviços públicos deveria ser coordenada com medidas de abertura comercial, de estímulo à competitividade, à modernização produtiva e recuperação financeira do setor público. A diminuição do tamanho do Estado seria fundamental para que as relações de "favorecimento" estabelecidas com grupos privados fossem superadas e passassem a ser orientadas pelo interesse público. A desregulamentação eliminaria entraves burocráticos que inibem a livre iniciativa, oneram empreendimentos, estimulam a sonegação e a burla, estabelecem cartórios, servem de instrumento de "favorecimento" e corrupção.

A reforma do Estado é compreendida como condição *sine qua non* para a modernização e o desenvolvimento do País. O Estado brasileiro exercera, a partir dos anos de 1930, o papel de articulador de interesses e de depositário dos custos e riscos envolvidos no processo de crescimento. Mas com a crise dos anos 80, o modelo de Estado desenvolvimentista caducou. Na avaliação da Força Sindical,

"financiando com crescente dificuldade o estoque de dívidas acumulado, hipertrofiado e crescentemente ineficiente e perdulário (em virtude do envolvimento de seu aparelho burocrático com interesses clientelistas, da sua 'privatização' e do fortalecimento de estruturas corporativas no seu interior), o Estado mostrou-se incapaz de assegurar a estabilidade econômica e de empreender a transição para um novo modelo de desenvolvimento" (1993: 47).

A reforma do Estado incluía também uma reforma tributária. A principal crítica ao sistema tributário é que ele seria abusivo: "poucos pagam muito, e a contrapartida oferecida pelo Estado na forma de serviços e bens públicos é insatisfatória" (*Idem*, p. 170). Ele inibe o investimento e o emprego formal, dificulta a integração competitiva do País à economia mundial e desestimula a "terceirização". O sistema tributário padecia dos seguintes problemas: incidência de vários tributos sobre o mesmo conjunto de atividades, tributação indireta excessiva e prejudicial à integração competitiva (crítica à tributação sobre faturamento e ao setor produtivo), concentração da carga tributária sobre os assalariados de renda média, peso excessivo dos encargos sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamentos, o que acabava levando muitas empresas ao emprego informal ou à subcontratação. Os objetivos da reforma do sistema tributário seriam então reduzir o número de impostos, diminuir-lhes a carga nominal, combater a sonegação, desagrar o lucro para estimular o investimento e a folha de pagamentos para estimular o emprego formal.

A reforma da previdência também estava condicionada à modernização econômica e das relações de trabalho. O déficit da previdência resultaria de contribuições elevadas que oneram a

folha de pagamento e o faturamento e, conseqüentemente, afetam o nível de emprego e estimulam o recurso à contratação informal nas relações de trabalho. Qual, então, o melhor regime previdenciário para o País? O regime de repartição ou de capitalização? O regime de repartição em vigor (o que é arrecadado da população economicamente ativa é transferido para a população inativa com direito ao benefício), deveria ser substituído, gradualmente, pelo de capitalização, que permite que se faça uma poupança de longo prazo, a qual estaria voltada para o desenvolvimento econômico. No final das contas, a Força Sindical propunha um sistema misto composto por três subsistemas: básico (público e restrito a uma determinada faixa de renda), complementar (público e/ou privado, custeado por contribuições compulsórias dos beneficiários e das empresas, administrado sob o sistema de capitalização) e por um sistema previdenciário suplementar, privado, custeado por contribuições voluntárias. A reforma da previdência deveria extinguir a aposentadoria por tempo de serviço, eliminar as aposentadorias especiais – exceção feita às profissões de salários baixos e aquelas que tenham alto grau de periculosidade – e incorporar o funcionalismo público à previdência básica pública, extinguindo seus direitos especiais. Há que se destacar que a proposta de previdência complementar estava condicionada à participação dos trabalhadores e à possibilidade de gestão dos sindicatos.

A educação profissional é também um tema importante para entendermos o ideário da central. A educação profissional é tratada em várias partes do texto e assume uma função instrumental, na medida em que é condição para a "modernização" da economia e para o desenvolvimento do País. A educação básica deve articular-se à educação profissional e responder às necessidades do mercado de trabalho, da reestruturação produtiva e da

modernização tecnológica²²⁷. A educação profissional é pensada a partir do conceito de empregabilidade, ou seja, como condição para o "ingresso, a permanência e o reingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho", o que deveria levar os sindicatos a lutar pela garantia de elaboração, "implantação e execução de uma política pública de educação profissional vinculada a políticas de emprego e a políticas regionais de desenvolvimento - regionais e setoriais" (*apud* Manfredi, 2002: 269). A qualificação profissional torna-se a principal arma que sindicatos (na condição de formadores) e os próprios trabalhadores têm para enfrentar as mudanças tecnológicas, as novas formas de contratação e o desemprego.

Ao conferir uma função instrumental à educação profissional, a Força Sindical contribui para difundir o discurso meramente ideológico da empregabilidade²²⁸. Este discurso difunde que o acesso ou permanência ao mercado de trabalho depende da capacidade individual do trabalhador, cabendo-lhe voltar aos bancos escolares, realizar os cursos de qualificação e se manter atualizado.

Já o 3º Congresso, realizado em agosto de 1997, ocorre em meio às Reformas Administrativa e da Previdência e numa conjuntura de incremento das privatizações e crescimento do desemprego²²⁹. Por isso, diferentemente do 2º Congresso, quando a abertura econômica era clamada pelas lideranças, no 3º a política econômica (juros altos, baixo

²²⁷ Na visão da central, a escola é entendida como um espaço de conformação técnica e política da força de trabalho, que deve ser capaz de operar as tecnologias transferidas dos Países desenvolvidos (Souza, 2000).

²²⁸ O caráter meramente ideológico do discurso da empregabilidade advém dos medíocres resultados alcançados com os programas de qualificação e requalificação profissional desenvolvidos no País. Segundo pesquisa realizada pela Rede Unitrabalho, contratada pela Sert-SP, apenas 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação, em 1996, conseguiram se inserir no mercado de trabalho (Cf. Segnini, 2000).

²²⁹ "3º Congresso Nacional da Força Sindical: emprego, educação e justiça". *Boletim do DIEESE*, no. 197, 1997.

crescimento) e a política de abertura passam a ser criticadas. Para combater o desemprego, a central propunha a retomada do crescimento econômico vinculada à desvalorização cambial, a diminuição dos juros, o aumento dos gastos na área social, a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas. Outras propostas ganharam também maior visibilidade: Educação profissional e treinamento de mão-de-obra, reforma da previdência "para acabar com os privilégios e tornar digna a aposentadoria para todos", reforma administrativa "para dar maior eficiência ao Estado e mais dignidade à função pública", reforma tributária e fiscal, cujos princípios eram, "menos impostos e menores alíquotas para que todos, pagando menos, possam pagar (...) conferindo eficiência e qualidade ao gasto público, assim como dignidade aos serviços públicos prestados aos cidadãos contribuintes". Destacamos também duas outras propostas baseadas na idéia de transformar o trabalhador em investidor:

1) FGTS livre escolha - Projeto pelo qual o trabalhador poderia optar por quem deveria administrar o seu Fundo de Garantia. A Força Sindical propunha a criação de um Fundo de Investimento da Força, com depósitos feitos livremente por cada trabalhador, gerenciado por consultores financeiros especializados, para complemento do pecúlio do cidadão;

2) Reforma econômica e social - Avanço das privatizações e melhoria em suas regras, de maneira que os cidadãos possam participar de seus benefícios, inclusive participando da compra de ações de estatais mediante fundo próprio para tal;

O 4º Congresso, realizado em 2001, reavaliou o livro-programa, publicado em 1993. As propostas apresentadas em 1993 foram, no seu conjunto, consideradas válidas mas inconclusas. A central reafirmava os princípios neoliberais do Estado mínimo, da não intervenção estatal da economia, a crença na superioridade do mercado, mas clamava por reformas consideradas

urgentes para garantir o crescimento econômico, como a reforma tributária, fiscal, da previdência, agrária etc. O sistema tributário deveria ser modificado visando "desagrar o lucro, para estimular o investimento, e a folha de pagamentos, de modo a estimular o emprego formal" (Força Sindical, 2001: 13)

Tanto quanto as políticas econômica e tributária, a política de privatizações também foi, em parte, contestada, pois ocorrera sem a desejável pulverização das ações, de tal forma que o patrimônio público pudesse ser democratizado socialmente²³⁰. Na reavaliação feita pelas lideranças, o capitalismo vencera o socialismo, mas "nem por isso poderíamos nos deixar levar pela corrente que, em quase todo o mundo, apregou os benefícios do neoliberalismo" (Idem, p. 11). Sem conotar um rompimento oficial ou uma mudança de rumo da central, esta declaração de Paulinho expressava, de um lado, a insatisfação com o baixo crescimento econômico, com os efeitos da abertura econômica e da crise do "apagão" que, naquela conjuntura imediata, afetava especialmente a indústria, e, de outro, a necessidade de assumir um discurso mais crítico diante dos filiados, entre os quais se encontravam grupos insatisfeitos com a direção nacional²³¹.

Além do livro-programa e das resoluções dos congressos, tomamos dois outros documentos, utilizados nos cursos de formação sindical, que elucidam as concepções vulgarizadas pelas lideranças sindicais. Publicado em 1995 e divulgado durante a campanha que a Força Sindical fez pela Revisão Constitucional, o documento intitulado "Porque os metalúrgicos querem as reformas na Constituição" expõe os principais argumentos utilizados

²³⁰ "Brasil 2001 - um novo projeto para o Brasil". *Revista da Força*, no. 4, 2001.

²³¹ No início de 2002, as insatisfações de sindicatos filiados culminaram, durante a votação da proposta de 'flexibilização' da CLT, na desfiliação de alguns sindicatos e na crítica pública de lideranças à atitude de Paulinho.

pelas lideranças na defesa da quebra dos monopólios²³². Para justificar o desmonte das empresas estatais e dos direitos sociais, as lideranças diziam que as estatais eram "deficitárias e quem paga os prejuízos é o povo". Imputavam ao Estado a responsabilidade pela crise econômica e pelos problemas sociais e incitavam a oposição entre público e privado, mais precisamente entre os funcionários das estatais e o "contribuinte do setor privado": "como os funcionários das estatais têm garantia e estabilidade nos empregos, eles podem fazer greve à vontade sem correr riscos, só quem paga as conquistas deles é o trabalhador contribuinte do setor privado". A incompetência do Estado na gestão das empresas estatais ocorre, pois, as estatais "são um cabide de empregos, porque são dirigidas por políticos e apadrinhados".

Além de responsabilizar os políticos profissionais e os funcionários públicos pelo déficit das empresas estatais, o documento aventa supostas vantagens da privatização para os consumidores. Para exemplificar, afirma que a gasolina no Brasil era "uma das mais caras do mundo", que o Estado "cobra o preço que quer", que "oferece gasolina ruim" e que se "houvesse mais empresas explorando o petróleo, ele seria mais barato". No caso da telefonia, cita como exemplo a cidade de São Paulo, onde "para ter um telefone é preciso pagar de R\$4 a R\$8 mil, ficar em filas nos programas de expansão 3 a 4 dias e noites no sol e na chuva, e depois esperar de 2 a 5 anos para a instalação na linha". Finaliza afirmando que se no Brasil houvesse mais empresas vendendo telefones, os mesmos seriam "muito mais baratos".

Ora, neste documento de vulgarização, mais próximo à linguagem coloquial, podemos perceber que, além da defesa genérica da privatização e da quebra do monopólios – condição *sine*

²³² "Porque os metalúrgicos querem as reformas na Constituição". mimeo, s/d.

qua non para a modernização da sociedade brasileira – as lideranças passam a fomentar uma rivalidade entre trabalhadores do setor público *versus* trabalhadores do setor privado.

O segundo documento relevante para compreendermos a propagação do neoliberalismo, intitula-se "Relações capital e trabalho". Também trabalhado durante os cursos de formação de delegados sindicais, apresenta os principais diagnósticos sobre o desemprego e sobre do papel conciliador do sindicato na luta salarial²³³. O texto avalia que, com o fim do fordismo, "o trabalhador é cada vez mais instado a desempenhar múltiplas tarefas dentro da fábrica e ter total conhecimento do processo de produção". Para tanto é necessário que o trabalhador seja "mais qualificado e mais consciente de sua importância dentro do processo produtivo". Trabalhador mais consciente é – ressalta o documento – "o trabalhador preocupado com a qualificação para não perder seu emprego e não aquele trabalhador que só se preocupa com reajuste salarial no final do mês". Diante de um novo quadro de queda da inflação e de abertura comercial, há questões mais graves que devem ser pauta das negociações entre patrão e empregado:

"emprego, terceirização, reestruturação produtiva, reorganização do trabalho, novas tecnologias, novas formas de gerenciamento, novas formas de contratação, jornada de trabalho, flexibilização da jornada, encargos sociais, etc, são assuntos que, necessariamente, devem constar da agenda dos sindicatos"²³⁴.

O documento afirma que a "substituição do homem pela máquina" e o processo de "globalização" são inexoráveis. Eles produzem o desemprego, que é, por sua vez, um fato sobre o qual "não há juízo de valores". As tarefas mais simples e mecânicas serão – sublinha o documento – as primeiras a serem substituídas pelas máquinas. Permanecerão as tarefas mais complexas e que exigem, em algum grau, tomada de decisão por parte do trabalhador. "Somente o trabalhador preparado e qualificado sobreviverá à nova estrutura produtiva", adverte.

²³³ "Relações capital e trabalho", mimeo, s/d.

Além de modificar o mercado de trabalho, a "globalização" também altera as relações entre capital e trabalho. Poder-se-ia pressupor – destaca o documento – que se a mão-de-obra perde importância no processo produtivo, o capital prevalecerá e submeterá o trabalho à sua lógica. Essa, porém, "não é uma verdade absoluta". Evidente que o trabalho fica numa situação desfavorável diante dessa realidade. Porém, a parcela de mão-de-obra que não pode ser sumariamente substituída na reestruturação, se torna qualitativamente importante para todo o processo. Torna-se mais capaz de dialogar e defender seus interesses. Por isso, a relação entre patrões e empregados tem que ser pautada pelo constante diálogo, conclui. Qual o papel do sindicato neste processo?

Os trabalhadores que perderem seus empregos "deverão se organizar para tentar reverter a situação. Através do sindicato, dos órgãos governamentais ou particularmente, deverão voltar aos bancos escolares para submeterem-se a uma requalificação profissional e voltar ao mercado de trabalho". Finaliza ressaltando a importância da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho para, entre outras funções, negociar a sua participação nos resultados das empresas.

"A participação nos lucros e resultados atende aos interesses tanto das empresas quanto dos trabalhadores. Significa uma remuneração extra pelo esforço do trabalhador de ter alcançado alguma meta de produção estabelecida pela empresa. Na busca do atingimento (sic) dessas metas ele produz mais e com maior qualidade, fazendo com que a empresa se torne mais competitiva e consiga mais vendas no mercado, aumentando, dessa forma, seus lucros"²³⁵.

O documento termina com a seguinte proposição: a própria forma de reajuste salarial e ganhos de produtividade deverão ser negociadas por prazos mais longos e as expectativas que se criam anualmente em torno das data-base deverão ser diluídas, dando, dessa maneira, mais

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

tranquilidade às partes para discutirem outros assuntos de igual importância. Que conclusões podemos tirar até aqui?

Os documentos e as resoluções dos Congressos mostram a progressiva adesão da central ao neoliberalismo. Enquanto no 1º Congresso, a questão de fundo é a divulgação do sindicalismo de conquistas" e o combate à CUT, no 2º Congresso já é evidente o apoio da Força Sindical à plataforma neoliberal, bem como sua opção em sistematizá-la, difundi-la, propagá-la e, ainda no atacado, "mudar a mentalidade do trabalhador". A adesão programática à plataforma neoliberal gerou, contudo, dissidências internas, sobretudo, porque a abertura criava transtornos aos próprios trabalhadores, fechava empresas, queimava postos de trabalho e ameaçava, inclusive, a "estabilidade" dos sindicatos. A defesa da política de abertura, tão necessária à "modernização", foi substituída pela defesa de uma reforma tributária que desonerasse o capital produtivo, diminuísse encargos, e pela implantação de contratos flexíveis, enquanto cobrava medidas emergenciais de emprego e políticas compensatórias. Mas, se um dos pilares do neoliberalismo passou a ser criticado, os documentos do 3º e do 4º Congresso mostram que a central incrementou o discurso favorável à "flexibilização" do contrato e da jornada de trabalho, bem como justificou a adoção de medidas, supostamente compensatórias e paliativas que se mostraram inconsistentes no combate ao desemprego. Através de que meios estas propostas foram difundidas?

A primeira edição do livro-programa saiu em junho de 1993, com 3.000 exemplares, e a 2ª edição, em setembro daquele mesmo ano, com 2.000 exemplares²³⁶. Trata-se de uma publicação, que procurou alcançar os sindicatos filiados, partidos, outras entidades sindicais e assessores principais, além de servir como uma espécie de "cartão de visita". Um resumo

²³⁶ Sobre as dificuldades de difusão do livro-programa ver "Força Sindical quer revisão da carta já", *Diário Popular*, 29 de ago. de 1993.

apostilado, correspondente à introdução do livro-programa, teve, contudo, maior divulgação. Este, sim, tornou-se um texto de difusão; foi publicado, ao que sabemos, como encarte nos jornais da central e do SMSP e trabalhado nos cursos de formação sindical²³⁷.

Um importante meio de divulgação das concepções do SMSP é o Jornal *O metalúrgico*, cuja tiragem, em 2003, era de 300.000 exemplares. Mas, pode-se afirmar – dado o número de eventos organizados e o número de representantes recrutados – que o discurso, a linguagem falada e o contato direto foram os meios privilegiados pelas lideranças na interlocução com os metalúrgicos. Esse contato ocorria durante as reuniões e assembléias organizadas pela diretoria do sindicato. Nem sempre tais eventos envolviam um número significativo de metalúrgicos, mas a participação deles nos eventos organizados pelo SMSP é, progressivamente, estimulada com *shows* de artistas populares (bastante expostos na mídia naquele momento) e sorteios de prêmios (eletrodomésticos, carros e apartamentos), cujo resultado – particularmente a partir de 1998 – é a realização de eventos que contam com a presença massiva dos trabalhadores. A política de formação de lideranças, de recrutamento de representantes do sindicato é outro indício da vinculação orgânica que o sindicato passou a ter com o conjunto da categoria.

Como sabemos, o SMSP vinha, desde meados dos anos de 1980, incrementando o recrutamento e a formação de delegados sindicais na sede Escola de Mogi da Cruzes, na Colônia de Férias na Praia Grande e, depois, no Palácio do Trabalhador²³⁸. Pelas informações divulgadas

²³⁷ Antes mesmo da publicação do livro-programa em 1993, a central iniciou a divulgação das idéias nele contidas. Em maio de 1992, por exemplo, publicou na forma de brochura a introdução do livro e traduziu-a para o inglês. Este material chegou a ser divulgado em palestras nos Estados Unidos e em debates organizados pela Força Sindical, inclusive nos cursos de formação de delegados. Ver "Sindicato discute o futuro do Brasil", *O Metalúrgico*, no. 381, mai. de 1992. Em junho de 1992, a Força Sindical lançaria o primeiro número do seu jornal, *Jornal da Força*, com um encarte contendo a introdução (resumo) do livro-programa.

²³⁸ Ver *O metalúrgico*, no. 382, jun. de 1992; no. 384, ago. de 1992; no. 404, mar. de 1995.

nos jornais do SMSP haveria, em 1992, 5.000 delegados, dos quais cerca de 1.500 poderiam ser considerados ativos²³⁹. Em 2002, segundo depoimento de um dirigente do sindicato, o SMSP teria cerca de 20.000 representantes sindicais (entre os quais se encontravam 6.000 delegados e ativistas)²⁴⁰. Este "exército" de representantes – sócios com algum vínculo com os delegados, diretores e assessores do sindicato – pode estar superestimado, mas não deve ser, de forma alguma, desprezado. A importância dos delegados sindicais pode ser mensurada pelas sucessivas tentativas de inclusão da estabilidade para o delegado sindical na pauta de reivindicações das campanhas salariais, bem como pela realização de seminários sobre a regulamentação da atividade do delegado sindical²⁴¹. Não dispomos de dados precisos sobre o número (ou média) de delegados que freqüentavam tais cursos, nem de farto material sobre os temas desenvolvidos, mas pelo levantamento que realizamos os temas seriam os seguintes: sindicalismo, relações capital-trabalho, Participação nos Lucros e nos Resultados, novas tecnologias, futuro do trabalho, Previdência Social, Reforma Constitucional e CLT²⁴².

²³⁹ Ver *O metalúrgico*, no. 400, maio de 1994. Os delegados ativos eram aqueles que, de fato, participavam dos cursos, das reuniões preparatórias para as assembleias gerais, campanhas salariais e manifestações/eventos organizados pelo sindicato – que como vimos no capítulo anterior mobilizaram o SMSP.

²⁴⁰ Depoimento colhido durante Assembleia convocada pelo SMSP para votação do projeto de "flexibilização da CLT", realizada em São Paulo, 17 de mar. de 2002.

²⁴¹ Ver *O metalúrgico*, no. 394, abr. de 1993; no. 396, jun. de 1993; no. 411, set. de 1995. Em 1997, o sindicato divulgaria a formação de 1000 negociadores da PLR, ver *O metalúrgico*, edição extra, jan. de 1997.

²⁴² As iniciativas da Força Sindical no campo da formação de formadores "restringem-se ao projeto Formação de Gerenciadores de Projetos de Formação Profissional e aos Seminários que abordam as temáticas relativas às reflexões e ações no âmbito da educação profissional" (Manfredi, 2002: 270). A análise de uma apostila trabalhada nos cursos de formação da Força Sindical mostra que alguns dos temas tratados eram: reestruturação produtiva, economia e política, legislação e flexibilização do mercado de trabalho, reforma da previdência, reestruturação sindical (Força Sindical, 1999).

Ora, se estes documentos evidenciam as idéias mais difundidas pela central, são os discursos proferidos no "calor da hora" e as entrevistas com as lideranças que melhor expressam as tensões próprias da luta ideológica.

A análise histórica evidencia que as lideranças procuravam selecionar as orientações mais adequadas aos interlocutores - se trabalhadores do setor público ou se trabalhadores do setor privado. Com a intenção de atrair o apoio dos trabalhadores das empresas estatais para a privatização, as lideranças prometiam "democratizar o capital", "enriquecer o trabalhador" e transformá-lo em "gestor das empresas". Mas, para atrair os metalúrgicos de sua base, as lideranças mudavam a linha de atuação e persuasão²⁴³: ora prometiam ganhos materiais (acesso aos bens públicos), ora prometiam emprego; contudo, a linha principal adotada – em defesa das políticas de privatizações e de desregulamentação dos direitos dos servidores públicos – foi vociferar contra os funcionários públicos e incitar "todos", em especial sua base, a combater os "privilégios" dos "improdutivos", "preguiçosos", "sanguessugas", "encostados", entre outros adjetivos. Vejamos, primeiramente, o discurso das lideranças para os empregados das estatais.

Durante o processo de privatização da USIMINAS (1991) e da CSN (1993), quando se dirigiam aos empregados destas estatais, as lideranças adotavam uma linha. Procuravam atrair o apoio dos operários para participar dos Clubes de Investimentos, o que os tornaria proprietários das ações, partícipes da gestão das empresas e investidores no mercado de capitais. Neste

²⁴³ Em entrevista com um dos dirigentes do primeiro escalão da Força Sindical, nota-se que a principal expectativa com as privatizações não era que os trabalhadores se tornassem donos, mas que se livrassem de um "problema". Disse, o Estado "desse tamanho (...) é uma herança, um castigo que a gente herdou dos militares. Sempre foi um cabide de emprego muito grande e (...) ainda servindo mal, quer dizer, não me interessa ser dono da CSN, me interessa saber o prejuízo de 1 milhão de dólares que ela dava por dia" (Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, ago. de 2000).

processo, foi eficaz a estratégia da empresa de fazer concessões materiais aos trabalhadores (como aumento de salário para que pudessem comprar ações). Mas, tão importante quanto estas concessões, foram os discursos forjados pelas lideranças na tentativa de atrair os trabalhadores a participar do leilão e, desta forma, legitimar o processo de privatização da empresa. Por sua vez, quando se dirigiam à "população", as lideranças mudavam a linha de atuação e persuasão. Neste caso, tratava-se de responsabilizar as estatais pelo "atraso" e "prejuízos" e pelos "privilégios" de seus funcionários, buscando, com isso, isolar os empregados das empresas e legitimar a realização dos leilões.

Em Ipatinga, levantamos algumas matérias publicadas no Jornal *Diário do Aço* e realizamos algumas entrevistas.²⁴⁴ Os depoimentos mostram que houve uma intensa luta ideológica em torno da privatização. Enquanto os setores de oposição organizavam manifestações, tentavam a suspensão do leilão e criticavam a atuação do sindicato, as lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), a direção da empresa e a imprensa local procuravam atrair setores da população e ganhar a adesão dos empregados da empresa incentivando-os a compor o Clube de Investimentos²⁴⁵.

Na opinião de Chico Ferramenta (PT), então prefeito de Ipatinga, além dos 5% de aumento prometido pela direção da empresa, também o medo da demissão influenciou na decisão dos funcionários em reservar a parte que cada um deles tinha direito nos 10% do capital votante: "há uma ameaça sutil das chefias das usinas a quem não reservar ações: demissão logo após a

²⁴⁴ Fizemos, em julho de 2001, uma entrevista com Luiz Carlos de Faria, presidente do sindicato na época da privatização, e com João Campanário, advogado da Força Sindical, na ocasião.

²⁴⁵ O presidente do sindicato foi um dos primeiros a reservar ações em seu nome. Além disso, o sindicato omitiu que os empregados estavam sendo ameaçados e constrangidos pelas chefias a integrar o Clube de Investimentos.

privatização"²⁴⁶, afirmou. Numa das matérias publicadas no Jornal *Diário do Aço*, intitulada, "O outro lado da privatização", políticos da prefeitura local criticavam a direção da empresa e o SINDIPA, respectivamente, pela manipulação de fatos e conivência com o processo:

"A compra das ações foi manipulada para fazer oposição aos ativistas sindicais e partidários que protestaram contra o leilão da Usiminas. O BNDES escondeu da opinião pública que a referida compra ocorreu após "aumento" de 5% concedido pela direção da empresa, que só poderia ser utilizado para aquele fim. Escondeu ainda as insistentes reuniões de pressão ocorridas que fizeram da aquisição um "direito obrigatório", e omitiu os meses que se passaram onde pouquíssimos trabalhadores adquiriram ações, apesar do preço baixo e do financiamento oferecido (...) caso houvesse no SINDIPA uma direção sindical preocupada com estas questões, este fato nunca passaria em brancas nuvens".

De fato, Luiz Carlos de Faria, principal liderança do SINDIPA, não apenas se omitiu frente à pressão e à ameaça de demissão, sofrida pelos operários, como fez um intenso trabalho de convencimento junto a eles, ao ressaltar os supostos benefícios da privatização: participação na gestão da empresa, possibilidade de ganhos como acionistas e de se tornarem "donos da empresa". O aumento de 5% concedido para compra das ações foi, inclusive, usado como exemplo da nova relação de parceria entre o trabalhador do setor privado e o "novo patrão". O sindicalista procurou transmitir aos empregados que a privatização era um fato consumado, um processo irreversível, e, sobretudo, uma vitória dos metalúrgicos: "nossa maior vitória foi a garantia da presença de um trabalhador com direito a voto no Conselho de Administração da empresa"²⁴⁷. Longe das mãos do governo, dizia o presidente do SINDIPA, "a empresa vai crescer e o trabalhador vai crescer junto, profissional e salarialmente"²⁴⁸.

²⁴⁶ Jornal *Diário do Aço*, 2 de out. de 1991.

²⁴⁷ "Luiz Carlos diz que privatização da Usiminas é vitória dos metalúrgicos", Jornal *Diário do Aço*, 26 de out. de 1991.

²⁴⁸ "Luiz Carlos toma posse hoje - presidente do SINDIPA critica o atraso ideológico e aposta na iniciativa privada", Jornal *Diário do Aço*, 10 de out. de 1991.

Perguntado sobre o processo de privatização da siderúrgica, Luiz Carlos explica porque, inicialmente, era contrário às privatizações. Segundo ele, "pela doutrina sindical, nós éramos contra a privatização porque (...) tinha um discurso que estatal era patrimônio do povo". No entanto, depois de conhecer as experiências de privatização em outros Países, especialmente na Inglaterra e na Espanha, diz: "me deparei que lá se privatizava tudo, dentro de uma ótica que o governo tem que cuidar do bem-estar social do povo. O governo tem que cuidar da segurança pública, da saúde, da educação (...) e não ser os donos das empresas".

Na seqüência de seu depoimento, Luiz Carlos explica que, o que antes era farsa – "a empresa estatal é patrimônio do povo" – se torna, com a privatização, uma realidade, já que os trabalhadores puderam se tornar acionistas e participar dos lucros e da gestão da empresa²⁴⁹. Diz:

"(...) porque, como era prática no Brasil, se tornava cabide de emprego. Qualquer deputado, senador ou governador que não se reelegesse do lado do governo, ele tinha um emprego garantido numa dessas empresas estatais no Brasil. Por convicção de entender que o trabalhador na verdade não participava das empresas, era um patrimônio do povo que ele não tinha acesso. Os salários eram baixos, não tinha PLR na empresa, não indicava gente para a direção das empresas. Era uma coisa falsa e continua sendo falsa porque tem esse discurso que a empresa estatal é patrimônio do povo. É patrimônio dos governantes, de quem está no poder massacrando o povo. Então por convicção eu mudei. Achei que o melhor caminho era privatizar as empresas, onde houvesse realmente a participação dos trabalhadores. Nós traçamos uma estratégia: de ver quem é que podia participar da privatização da Usiminas (...) Reivindicamos a nossa participação acionária, reivindicamos 10% de ações ordinárias e 10% de ações preferenciais e asseguramos um membro no conselho administrativo, indicado pelos trabalhadores. Então a empresa passou de uma farsa de que era do trabalhador, que era patrimônio do povo, para uma realidade, porque nós passamos a participar dos lucros da empresa, independente dos resultados, nós passamos a ter um representante no conselho de administração da empresa, coisa que quando era estatal nós não tínhamos".

O Jornal *Diário do Aço* também teve uma atuação propositiva no processo ao divulgar para seus leitores os supostos benefícios da privatização. A publicação de matérias que denunciavam as "mordomias nas estatais" (altos salários, benefícios especiais, Caixa dos empregados da Usiminas) e que qualificavam de "primatas", "girolas" e "doidivas" aqueles que

²⁴⁹ Entrevista realizada com Luiz Carlos de Faria, em Ipatinga, jul. de 2001. Grifos nossos.

resistiam à privatização, foi uma estratégia importante. Um dos editoriais, por exemplo, procurando convencer os "cidadãos de Ipatinga" a não temer a privatização, afirmava que "tudo que possui dono, produz riqueza e gera lucro", induzindo-os a pensar que a privatização geraria novos empregos e riqueza para todos. Ressaltava, também, que o Estado deveria cuidar apenas da política social - educação e saúde, o que beneficiaria, novamente, a todos. Outra estratégia utilizada pelo jornal foi publicar os resultados das pesquisas de opinião. Duas destas pesquisas – a primeira realizada com trabalhadores de outros setores da atividade econômica e a segunda com alguns empregados da siderúrgica – nos dão, ao menos em parte, uma medida do bombardeio ideológico ao qual os operários da USIMINAS foram submetidos.

Perguntados sobre "o que os operários da USIMINAS têm que você não tem?", os entrevistados responderam o seguinte:

"Acho que eles têm um bom salário, enquanto o meu é pouco. Com as privatizações haverá mudanças na empresa e acho que eles têm medo de perder as conquistas. Os operários têm casa melhor do que a minha, têm carro melhor e muitas outras coisas que não podemos ter" (Devair Soares, 42, vigilante)"

"Acho que eles têm assistência médica total e melhores condições de conseguir casa própria" (Maria Fernandes, 33, dona de casa)"

"Acho que eles têm assistência médica que eu não tenho. Se fico doente preciso recorrer ao INPS, enquanto que eles têm em Ipatinga o Hospital Márcio Cunha (Maira Dalva Lana, 37, vendedora)"

"Já muitas coisas que eu tenho que eles não tem. Eu tenho liberdade de sair do meu trabalho quando quiser e não necessito de autorização por escrito de chefe determinando a hora de voltar. Considero meu horário de trabalho bem melhor que muitos operários da Usiminas e faço meu próprio salário que é de acordo com as vendas. Por outro lado, eles têm estabilidade e conforto muito maior em áreas como saúde, educação e lazer (Eduardo de Carvalho, 18, comerciante)"

"Acredito que se eu me apresentasse a uma loja na tentativa de abrir crédito teria uma dificuldade bem maior do que alguém que trabalha na Usiminas (Belalúcia Andrade, 28, professora primária)"²⁵⁰.

²⁵⁰ "Opinião pública", *Jornal Diário do Aço*, 25 de out. de 1991.

Perguntados sobre a realização do leilão, alguns empregados da USIMINAS assim se manifestaram:

"Estou sabendo, através da imprensa, e acredito (...) que a maioria dos 13 mil empregados da Usiminas também adquiriram ações com o aumento de 5% que receberam. Estou de acordo com a privatização e acho que muita gente que é contra é apenas por ser "do contra" ou então só para fazer política. Comprei ações e não me arrependo"

"Já estou sabendo (...) Eu vou comprar ações com os 5% de aumento concedido pela empresa. Quem sabe se privatizar pode ser até melhor para os trabalhadores, principalmente para aqueles que têm qualificação profissional e que estão produzindo, gerando lucro. Acredito que com a privatização só os improdutivos serão demitidos. São os que estão sobrando na empresa"²⁵¹.

Antes de passarmos à privatização da CSN, fechemos nossa análise com um depoimento de uma funcionária pública, moradora de Ipatinga, sobre o impacto da privatização. Segundo ela, "o povo poderia ganhar com a privatização". Com a privatização da empresa, dizia ela, as micro-empresas, criadas ou beneficiadas com a privatização da empresa, poderiam absorver a mão-de-obra, eventualmente demitida da siderúrgica, ou então os próprios demitidos poderiam se unir e organizar pequenas empresas.

A privatização da CSN resultou de um complexo e conflitivo processo de alianças e de resistências. A vitória da chapa da Força Sindical nas eleições para o sindicato de Volta Redonda poucos meses antes do leilão, a ativa participação da direção da estatal e do sindicato na formação do Clube de Investimento e o predomínio de uma linha defensiva por parte da CUT (Graciolli, 1999) explicariam a privatização daquela siderúrgica. Mas o que chama nossa atenção tanto em Ipatinga, quanto em Volta Redonda, foi a eficácia da linha da Força Sindical de apoio à participação dos trabalhadores nos leilões. A Força Sindical bateu na tecla da "democratização do capital", ao instigar os trabalhadores a lutar pela ampliação de sua participação acionária; no caso da USIMINAS de 10 para 20% e no caso da CSN chegou-se a falar de 50% das ações.

O primeiro passo dado pelo sindicato e pela direção da CSN foi viabilizar a formação do Clube de Investimento, destinado a administrar as ações adquiridas pelos trabalhadores. Enquanto o então presidente da empresa, Lima Neto, se dirigia às famílias dos operários através de um documento escrito em primeira pessoa, em linguagem coloquial onde se afirmava que a privatização levaria à "democratização do capital da empresa", criaria novas frentes de trabalho (em atividades até então controladas pelo governo), criaria novos empregos e "melhoraria também a cidade" (*apud* Graciolli, 1999: 217-218), para as lideranças do sindicato "a única forma de proteger seus empregos, sua empresa e a tranquilidade de toda região é garantindo a democratização do capital" (*apud*, Graciolli, 1999: 251). Mas foi, contudo, a fala de Lima Neto, em entrevista a um jornal da grande imprensa nacional, que explicitaria, com rara clareza, a forma de interpelação do discurso neoliberal. Falando sobre seus planos de voltar à presidência da CSN, Lima Neto prometera que, com a recuperação da companhia, as ações estariam muito valorizadas "e, de simples peões, eles [os trabalhadores] vão passar a ser capitalistas" (Idem, p. 258).

Pois bem, o que chama a atenção nos casos estudados é a eficácia da linha da Força Sindical de apoio à participação dos trabalhadores no leilão. Em Ipatinga e em Volta Redonda, os trabalhadores foram impelidos (pelas chefias) e incentivados (pelos sindicalistas) a lutar pela ampliação de sua participação acionária nos Clubes de Investimento. Ainda que o estigma de "privilegiados" e "improdutivos" possa ter surtido algum efeito sobre os operários, foi decisivo o trabalho do sindicato e da direção da empresa interpelando-os a se tornarem "investidores e capitalistas". Vejamos, agora, o discurso das lideranças do SMSP para sua base.

²⁵¹ "Opinião pública", Jornal *Diário do Aço*, 25 de out. de 1991.

Após o leilão da CSN, as lideranças do SMSP passaram a difundir que o sindicalismo de parceria tinha acabado com as "mamatas e bandalheiras na siderúrgica". Diziam que

"a Força Sindical teve um papel fundamental na privatização da siderúrgica. Primeiro, a nossa central derrotou a CUT, que controlava o sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e impedia o saneamento da empresa e a sua privatização. Com a vitória da Força Sindical, os trabalhadores tornaram-se aliados da administração para acabar com as mamatas e bandalheiras na siderúrgica. (...) Os trabalhadores, liderados, pela Força Sindical participaram de todo o processo de privatização da empresa e conseguiram comprar 20% das ações da CSN. Foi uma vitória da união do trabalho e do capital"²⁵².

Foi também este o tom do artigo de Medeiros, publicado na sessão 'Tendências e Debates' do jornal *Folha de S. Paulo*, uma semana depois do leilão²⁵³. Segundo ele, a privatização da CSN tinha inaugurado uma saudável parceria entre capital e trabalho no Brasil e punha um fim "no símbolo do passado (...) no emblema do atraso, do empreguismo, da corrupção e da ineficiência estatal". Medeiros procurava, assim, tirar todas as consequências políticas daquela vitória, buscando atrair novos sindicatos para seu campo, bem como maior adesão de sua base, ao explorar, a partir de então e com cada vez mais ênfase, a crítica aos "privilégios" e "desperdícios" entre os trabalhadores.

Após o "sucesso das primeiras privatizações", o discurso contra o Estado cartorial e empreguista torna-se mais tenso e beligerante. No bojo das discussões sobre a Revisão Constitucional e, sobretudo, quando em 1995, ocorre a quebra dos monopólios e a Reforma da Previdência entra em pauta, as lideranças passam a explorar, com diferentes imagens e inúmeros recursos lingüísticos, o discurso contra os "privilégios" do funcionalismo público.

²⁵² "Trabalhadores e empresários compram a CSN", *O metalúrgico*, no, 394, abr. de 1993.

²⁵³ "Tetas de aço", *Folha de S. Paulo*, 14 de abr. de 1993.

A expectativa de que o governo Sarney convocasse uma Assembléia revisora levou as lideranças a incrementar a crítica ao funcionalismo público. Como afirmou o então presidente do SMSP, Paulo Pereira da Silva:

"nós que produzimos a riqueza do País e pagamos impostos para sustentar este *establishment* da incompetência, sofremos ainda mais a angústia e os reflexos maléficos da falta de uma Constituição sólida, devidamente regulamentada. O cidadão brasileiro não agüenta mais o peso desse Estado improdutivo em suas costas. Fala-se em uma campanha nacional contra o desemprego quando, na verdade, o maior gesto para começar a solucionar o grave problema seria uma ampla reforma fiscal e tributária que desse fôlego às pequenas e médias empresas. (...) Para se gerar mais emprego é preciso deixar de encarar o ingresso de capital estrangeiro como ameaça à "soberania nacional" e liquidar os monopólios estatais em alguns setores que precisam de maior eficiência, como é o caso do petrolífero (...) O trabalhador brasileiro não pode mais ser penalizado pelas conveniências e mediocridades de nossos políticos"²⁵⁴.

Quando a proposta de reforma da Constituição federal foi retomada, no início do governo FHC, em meio ao crescimento dos movimentos grevistas liderados pela CUT, as lideranças da Força Sindical radicalizaram ainda mais seu discurso. Propuseram "uma greve em defesa das reformas constitucionais, do fim do monopólio do petróleo e das telecomunicações, da privatização, da aposentadoria por tempo de serviço e contra 'os privilegiados'"²⁵⁵. Segundo Paulinho, os metalúrgicos estavam "cansados de levar o País nas costas" e paralisariam suas atividades "para acabar com os privilégios de um bando de vagabundos". Em referência às greves de petroleiros, eletricitários, telefônicos, funcionários públicos e do correio que estavam em curso, sob o comando da CUT, afirmaria Paulinho, durante um Ato realizado no dia 1º de Maio: "é uma greve dos privilegiados, que têm estabilidade no emprego, e contra a população"²⁵⁶.

²⁵⁴ Ver: "Um sopro de esperança", *Folha de S. Paulo*, 30 de abr. de 1994.

²⁵⁵ Ver "Força Sindical faz greve pela reforma dia 11", *Folha de S. Paulo*, 04 de mai. de 1995.

²⁵⁶ Apesar de não ser o objetivo de nosso trabalho, vale a pena citar a resposta pífia dada por Vicentinho, então presidente da CUT, às duras críticas feitas pelo presidente do SMSP. Vicentinho disse que "desconsidera as declarações da cúpula da Força Sindical, que tem sérios problemas éticos". Ver "Força Sindical promete paralisação pela reforma", *Folha de S. Paulo*, 2 de mai. de 1995.

Em um lance, ainda mais audacioso, em que procurava rachar o movimento dos funcionários públicos e atrair o que chamou de "peão do setor público", Paulinho procurou difundir, nas entrevistas que concedeu, que o trabalhador "da base" das categorias envolvidas na paralisação da CUT desconhecia o conteúdo político da greve e estaria paralisado por reajuste nos seus salários: "Só uma casta de privilegiados nas estatais é que está preocupada com o fim do monopólio do petróleo, telecomunicação e privatização", arrematava Paulinho. E acrescentou, "peão do setor público" não perde, "nada", com a privatização.

A análise das entrevistas realizadas com lideranças de segundo escalão (diretores e delegados ou assessores sindicais, respectivamente) são ainda mais profícuas. Emergem diferentes imagens e idéias que passam a legitimar as políticas neoliberais: as privatizações, o fim da estabilidade, os contratos flexíveis e as políticas de qualificação profissional. Difunde-se, que os grandes responsáveis pelo Estado cartorial, empreguista e improdutivo são seus funcionários: "o Estado é muito grande, o que dificulta uma administração eficiente e racional (...) As empresas estatais brasileiras são "um grande cabide de emprego"²⁵⁷. Para duas das lideranças entrevistadas, as privatizações seriam necessárias, pois,

"tem muita gente aí, por se tratar de funcionalismo público e de trabalhar nas empresas estatais, fica só mamando, o resto que se dane. É dessa maneira: alguns ganham bem enquanto outros passam necessidades porque a fatia do bolo não é dividida por igual" (Entrevista com Lasão, membro da Comissão de Fábrica da Metal Leve, ago. de 1998).

"toda estatal dá cabide de emprego, para os donos das estatais, que são o governo, né? Então todo mundo ali, qualquer um parente passa a trabalhar ali dentro. Então eu não vou comentar muito (...) a produtividade não vai para a frente. Muito neguinho (sic) vai lá só para sentar na cadeira, quando senta [ou] quando não senta recebe o salário em casa. Então a estatal só vai deixar no vermelho. Sempre vai existir o vermelho" (Entrevista com Pecivaldo, delegado do SMSF, set. de 1998).

²⁵⁷ Entrevista realizada com Paulo Barbosa, em São Paulo, set. de 1998.

E há, também, idéias e valores que apresentam o mercado como o lugar da eficiência, da concorrência, da redistribuição justa, de tal forma que privatizando ou deixando as atividades livres da interferência estatal haveria aumento no consumo de bens e serviços, melhora no atendimento ao cidadão, popularização do consumo e mais empregos. A concorrência é positiva para o consumidor, pois abaixa os preços dos produtos "que eram assim mais para a elite"²⁵⁸.

Segundo uma das lideranças,

"(...) quanto mais empresas abrir, você vai ter mais concorrência. E a concorrência é boa para o consumidor. (...) Então você privatizando, você está abrindo o mercado e você vai ter preços mais baixos" (Entrevista com Paulo Barbosa, delegado do SMSP, ago. de 1998).

Com o fim do monopólio e abertura para concorrência com outras empresas a gasolina poderia baixar de preço e "dar uma folguinha (sic) para o povo"²⁵⁹. Com as privatizações, as aumentaria o emprego e as oportunidades para o trabalhador. Afirmaria, neste sentido, uma das lideranças:

"Privatizando (...) vai ter emprego para todo mundo que puder trabalhar naquela função e a coisa vai andar mais administrada. Vai aumentar a produtividade, vai vender mais produto. A empresa vai melhorar de um modo geral. É bom para o trabalhador" (Entrevista com Pecivaldo, delegado do SMSP, set. de 1998).

Como dissemos, a linha discursiva dominante das lideranças é o combate aos direitos do funcionalismo público, em nome do quê procuravam desqualificar, de todas as formas e com todos os estigmas, as empresas estatais e o funcionalismo públicos. As lideranças incitavam a oposição, a "concorrência" e a "rivalidade" entre público e privado, ao afirmar que os prejuízos com as estatais, os "altos salários" e, sobretudo, "os privilégios" do setor público eram pagos pelos trabalhadores do setor privado: "muitas delas [empresas estatais] funcionam como cabide

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Entrevista com José da Silva, assessor do SMSP, realizada em São Paulo, ago. de 1998.

de emprego e quem banca estes empregos são os trabalhadores do setor privado"²⁶⁰. Vejamos, então, como uma das lideranças incitava, no plano ideológico, a luta de "uns contra os outros". Além de justificar as demissões, procurava também responsabilizar o trabalhador do setor público "por tirar dinheiro do setor privado":

"Por que, veja bem (...) você tem uma empresa tipo a Vale do Rio Doce, que teve uma privatização difícil. Ela tinha um número "x" de funcionários e tinha um nível de produção. Alegavam que não dava prejuízo. Não é verdade. Só que quando ela foi privatizada o número de funcionários caiu bastante. E continuou o nível de produção. E ela passou a dar mais lucro do que ela dava antes. Se ela tinha aquela quantidade de funcionários ali, e se caiu o número bastante, isso diz o quê para você? Que aqueles funcionários estavam ali, mas [que] não eram necessários. Se eles não eram necessários, o que acontece? Isso é um exemplo. Como acontece em várias empresas existe um inchaço muito grande no quadro (...) e quando a receita da empresa não cobre a despesa, esse dinheiro tem que ser buscado no governo para cobrir. E quem mantém o governo somos nós através de impostos. E o povo não agüenta. O dinheiro ao invés de ser aplicado em saúde, em educação, você tem que retirar dessas áreas para bancar uma empresa estatal. Eu vejo mais ou menos dessa maneira. E aí que o trabalhador fica prejudicado". (...) eu acho que elas devem ser vendidas sim! Porque os funcionários públicos são privilegiados! (...) No caso de uma aposentadoria do funcionário do setor privado, você se aposenta pela média dos últimos 36 meses. Então o seu salário já cai. O funcionário público se aposenta com o último salário dele mais um acréscimo de 20%. Você está tirando direito do trabalhador para manter o privilégio dos funcionários públicos. Você compreende? O ideal é que você cortasse esse privilégio e fizesse uma aposentadoria para todos. (...) se por este caminho não dá vamos privatizar tudo, todo mundo vai ser funcionário do setor privado." (Entrevista com José da Silva, assessor do SMSF, ago. de 1998).

Devemos assinalar, contudo, que não houve unanimidade entre as lideranças entrevistadas quanto à privatização. Algumas lideranças manifestaram críticas à forma e aos resultados alcançados, bem como divergiram sobre que empresas e que atividades deveriam ser privatizadas. Uma delas, referindo-se à privatização do sistema de telecomunicações, disse que havia a expectativa de que, com a privatização, o serviço prestado pela Telesp na instalação de telefones pudesse melhorar:

"A gente [vê que] eles trabalham tudo bem lento. Se pedem para instalar um telefone, quantos anos demora! No meu caso por exemplo, tive que comprar um telefone porque eu tinha que ter uma comunicação com o interior, minha mãe doente... Quantos anos e foi instalar só agora! Eu tive que comprar um financiado para instalar na minha casa. Vamos ver..." (Entrevista com Paulo 'Brucutu', assessor do SMSF, ago. de 1998).

²⁶⁰ Idem.

Outra liderança chegou a questionar o destino dos recursos arrecadados com as privatizações, pois, segundo ele, o dinheiro deveria ser investido em saúde, educação, treinamento de pessoas e na qualificação dos trabalhadores. As empresas estratégicas não deveriam ser privatizadas, como é o caso da Petrobrás. Mas, no caso da CSN e da Vale do Rio Doce, era favorável porque "quando eram controladas pelo capital estatal eram cabides de emprego"²⁶¹. Mas se há reticência de alguns delegados, há aqueles que manifestam uma posição radical em relação ao desmonte dos direitos sociais ao defenderem a privatização de outras atividades sociais, inclusive da educação básica, como podemos conferir pela citação abaixo:

"Porque, hoje, o meu filho não teve aula. Antes de ontem também não. O professor não foi. O salário lá é baixo. Desde que privatize, o cidadão [o professor] vai ser obrigado a comparecer. Porque se ele não aparecer, não vai ter salário no final do mês. O ponto dele é salário. Não sendo privatizado, o cidadão vai ver que o salário dele está normal" (Entrevista com Pecivaldo, delegado do SMSP, set. de 1998).

O discurso dominante – de combate ao funcionalismo público – propagado pelas lideranças torna-se ainda mais evidente quando se referem à estabilidade e à aposentadoria integral. Comparam valores, exploram as disparidades existentes entre a aposentadoria do setor público e do setor privado. Paradigmática foi, neste sentido, a frase, expressa por Medeiros – e destacada pela imprensa – sobre a Reforma da Previdência. Prometia Medeiros: "vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público"²⁶². Nesta direção, as lideranças forjam um discurso arguto que interpela os trabalhadores do setor privado a apoiar o desmonte dos direitos dos trabalhadores do setor público. Vejamos:

"(...) um outro cidadão – não sei o que o cara era – a lei protege o cara de um lado lá e esse cara ganha 8 mil reais. E o outro, 71 reais. Então essa discrepância têm que acabar. (...) Olha o trabalhador ia apoiar o governo se o governo fosse acabar com os marajás da previdência. O

²⁶¹ Entrevista com Licínio, membro da Comissão de Fábrica da FAG, realizada em São Paulo, set. de 1998.

²⁶² Ver "Governo e Força se unem para aprovar a Reforma", *Folha de S. Paulo*, 12 de mar. de 1996.

trabalhador ia apoiar o governo se o governo fosse acabar com aquela aposentadoria – eles têm uma aposentadoria que é de 8 anos, se não me engano." (Entrevista com Paulo Barbosa, delegado sindical do SMSP, ago. de 1998).

"A reforma que eu achava que deveria [ocorrer] é dos parlamentares que se aposentam com 8 anos, no setor na questão dos dividendos deles, porque eles se aposentam com altos salários. O setor privado, nós se aposenta com 10 SM, e o maior salário hoje é R\$930,00 (reais) então tem que trabalhar 35 anos para ganhar isso." (Entrevista com Licínio, membro da Comissão de Fábrica da FAG, set. de 1998)

"[O trabalhador do setor privado] tem que levar 35, 40 e 50 anos para pegar uma aposentadoria que vai ser único meio [de sobrevivência] e o outro que ficou o tempo todo parado tomando cerveja na beira da esquina tem uma aposentadoria privilegiada". (Entrevista com Lasão, membro da Comissão de Fábrica da Metal Leve, ago. de 1998)

A estabilidade é contestada porque transforma o funcionário público num trabalhador indolente, relaxado que atende mal ao público. Um depoimento é emblemático:

"A estabilidade do trabalhador público é outro caso complicado. Eu acho que (...) o trabalhador público ele tem que ser um trabalhador como eu também. Prestar o serviço dele, porque infelizmente existe no Brasil, você tem estabilidade você relaxa em algumas coisas (...) É verdade, você vai em qualquer setor público e você vê dez pessoas sentadas em um balcão e para você ser atendido ... é brincadeira. (...) Um País que não tem educação, não pode ter um povo com estabilidade. Eu acredito que está ruim, tudo volta à questão social. Para mim a educação é o ponto chave e eu acho que eles não estão merecendo ter estabilidade não. (...) Você não tem um atendimento público bom. É [quando você está] precisando de alguma coisa do Estado e da prefeitura que você vai sentir as dificuldades em conseguir e tem coisas para trabalhar. Então eu acho que a estabilidade está sendo injusta pelo serviço prestado. Se eles prestassem um serviço melhor até mereciam a estabilidade. Mas o serviço prestado é muito ruim" (Entrevista com Paulo Barbosa, delegado do SMSP, ago. de 1998)

Um dos entrevistados chega a defender que a estabilidade no emprego seja um direito, apenas, no setor privado, "no público não", diz. Perguntado porquê, responde que "o trabalho no setor privado depende de resultados. A empresa tem que cumprir metas. Já no setor público se você trabalhar, você ganha, se você não trabalhar, você ganha, é estável"²⁶³. No combate ao funcionalismo público, as lideranças também exploravam, como vimos, a precariedade no atendimento ao público e a desigualdade entre a situação de trabalho no setor público e no privado para incitar a rivalidade entre eles, fazendo-os supor que a melhoria da sua

²⁶³ Entrevista com José da Silva, assessor do SMSP, realizada em São Paulo, em ago. de 1998.

aposentadoria, da sua condição de vida depende do desmonte dos direitos, da aposentadoria do setor público e das estatais:

"Vamos pegar o tempo do Collor pra cá, quantos funcionários fantasmas a gente via, tanto dentro do serviço público estadual quanto das empresas estatais. Você via muito funcionário fantasma e se você vai ter em empresa privatizada, você vai ter uma pessoa que comanda e outros que vão ter que colocar seu crachá, o seu cartão de ponto e cumprir o seu horário. A empresa que ela é estatal, você tem o que? Liberdade, é isso! A estatal tem liberdade. Agora, na empresa privada você tem o que? Bater o ponto, cumprir horário. Na outra você tem liberdade, você pode bater o ponto e ir para a rua, você pode ficar no meio do corredor". (Entrevista com Lasão, membro da Comissão de Fábrica da Metal Leve, ago. de 1998).

Poucos meses depois da greve dos Petroleiros, o SMSP realizou uma pesquisa entre os metalúrgicos de São Paulo. Os resultados da pesquisa apontavam que a maioria era favorável à quebra dos monopólios e do fim da estabilidade do funcionalismo público. As razões, segundo Raul de Paiva Giliberti, 42, metalúrgico da Brazaço Mapri: "Os funcionários públicos não trabalham e, quando a gente precisa do serviço deles, é sempre péssimo"²⁶⁴.

Como afirmamos, o crescimento do desemprego, da informalidade e a queda na renda do trabalhador, se, por um lado, levou ao incremento das reivindicações do SMSP, por outro, criou um campo fértil para que se disseminassem propostas de flexibilização e de qualificação profissional. O papel das lideranças na propagação desta concepção é importante, já que ajudam a disseminar a ideologia da empregabilidade. As lideranças da central, desde os documentos iniciais, condicionavam o crescimento econômico e a geração de empregos à qualificação profissional e a mudanças na legislação tributária (desonerar o capital produtivo) e trabalhista (flexibilizar as relações de trabalho). Foi com esta concepção que o SMSP implantou contratos flexíveis, em alguns momentos de forma ilegal em sua base, antes, até, que eles se tornassem oficiais. A articulação entre educação e desenvolvimento é tão orgânica, que no caso da *lay-off*,

²⁶⁴ Ver "Metalúrgicos de São Paulo apoiam privatizações", *Folha de S. Paulo*, 19 de set. de 1995.

ou demissão temporária, o trabalhador deveria freqüentar os cursos de qualificação oferecidos pelo sindicato no período em que seu contrato estivesse suspenso.

Nas entrevistas, evidencia-se uma visão de que o desemprego é inexorável e irreversível – posição que converge com a ideologia teórica neoliberal, segundo a qual o desemprego é um dado natural.

" (...) você vê esta fila [fila em frente ao Centro de Solidariedade ao Trabalhador], esse monte de gente, isso é diário, e fruto de toda essa economia globalizada que está aí hoje. (...) Esse pessoal vem numa expectativa muito grande, existe um número de vagas muito interessante, até para ser oferecida, mas o nível de qualificação do trabalhador está tão baixo que também as empresas entraram muito rapidamente nesta onda de (...) de repente [dizer que] o trabalhador brasileiro tinha que ter segundo grau completo, nível universitário, de forma muito rápida e a grande maioria dos trabalhadores não conseguiu acompanhar isso" (Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, ago. de 2000).

"Eu acho que o desemprego já vem com a modernização. Eu acho que hoje é uma coisa irreversível, atualmente. Você tendo base com o que acontece hoje no mundo, (...) Então é uma coisa que vem no sistema hoje. (...) Então o que eu vejo hoje no nosso País (...) já se abriu, já está escancarado, essa que é a realidade. E você tem que se adaptar a essa nova realidade brasileira. E para se adaptar, isso leva tempo. E o desemprego é o que a gente está pagando" (José da Silva, assessor do SMSP).

Os discursos difundidos pelas lideranças para justificar a flexibilização giraram, ao longo da década, em torno do emprego. No início do governo Collor, as primeiras propostas de flexibilização (banco de horas, por exemplo) estavam condicionadas à manutenção do emprego. Entretanto, a partir do governo FHC, com o fechamento de empresas e o crescimento do desemprego, as lideranças passaram a difundir que a criação de novos empregos estava condicionada, além de mudanças na política econômica, à flexibilização da jornada e do contrato de trabalho.

"Fica difícil o trabalhador entender que flexibilizar as coisas era necessário para sobreviver para não perder emprego" (Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, ago. de 2000).

"Você está desempregado você vai morrer de fome? Você vai procurar um emprego. O patrão, às vezes, ele tem até um pedido grande de peças para fazer, por exemplo. Estou sendo bem objetivo. Só que ele não sabe se aquilo vai continuar. Ele tem aquilo durante 6 meses, com um quadro de funcionários que ele tem, ao invés de pagar hora-extra e deixar os nossos companheiros morrendo

de fome, lá fora, ele não paga hora-extra e paga um salário normal pra o funcionário dele, e contrata temporariamente alguém que esteja precisando do emprego - que é muita gente. Então neste caso eu sou totalmente favorável" (José da Silva, assessor do SMSP, ago. de 1998).

Em 2002, a mais radical investida da Força Sindical pela desregulamentação ocorreu por ocasião da "flexibilização da CLT". Em entrevista, Paulinho advertia que a flexibilização não retiraria ou diminuiria direitos, e, sim, aumentaria as possibilidades²⁶⁵. Paulinho explicava que flexibilizar a legislação ajudaria as empresas, já que "a mudança cria um clima favorável para as indústrias e para o Brasil. A médio prazo, poderia atrair capital internacional". Perguntado sobre os benefícios que o trabalhador teria se pudesse dividir os 30 dias de férias em períodos de 5, o então presidente da Força Sindical respondeu que o trabalhador teria mais facilidades, mais opções de escolha quanto ao período ou a venda das férias; as mulheres também poderiam vender dias da licença-maternidade. Adiantando-se aos seus críticos, advertia: o tema "é polêmico, mas tem gente que está sem dinheiro na hora em que o filho nasce e, por isso, prefere vender os direitos".

Colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador, criar empregos e dar mais opções de escolha aos trabalhadores foram as justificativas das lideranças em defesa da proposta de "flexibilização" da CLT, durante uma assembléia convocada para este fim. A "modernização da CLT não reduz direitos" foi a tônica dos discursos. "Somos cidadãos e cidadãs que têm o direito de escolher", afirmava uma liderança²⁶⁶. Destaca-se, nesta assembléia, a habilidade de Paulinho ao defender que os trabalhadores poderiam "optar segundo o que lhes convém" e ao afirmar que, na prática, o sindicato já estava negociando com as empresas a conquista de benefícios e a

²⁶⁵ Ver: "Paulinho: A flexibilização da CLT ajuda a criar empregos", <http://globoNews.globo.com/Parabolica/0,6993,ZA394996-1208-1,00.html>, acessado em 03 de abr. de 2002.

²⁶⁶ Discurso de Mônica, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, durante assembléia realizada em São Paulo, mar. de 2002.

antecipação de ganhos, como o parcelamento mensal da PLR que, segundo ele, "é mais dinheiro no bolso do trabalhador". Há um misto de alusão a ganhos materiais e de ilusão quanto à retirada de direitos. Advogava que poderiam ser feitas concessões, não no sentido de ampliar, mas de conciliar as necessidades imediatas do trabalhador à legislação trabalhista. A negociação das férias e do 13º salário poderia minorar as mazelas do dia-a-dia, ponderava Paulinho.

Acompanhemos um dos trechos de seu discurso, proferido na assembléia:

"Nós resolvemos mostrar na prática que não acaba com o direito de ninguém. Facilita a vida das pessoas na hora que for pegar os seus direitos. Vamos pegar o exemplo das férias. Você tem duas opções hoje. Quais são: 30 dias de férias, mais 1/3. 20 dias pode vender 10 dias de férias. Nós queremos além destas duas opções, dar mais algumas opções. Que na hora que você vai tirar as suas férias, você vai no departamento pessoal e diz: "o sindicato fez um acordo que eu posso ter outras opções. Quais são as outras opções? Não significa acabar com as duas, mas você criar mais 3 ou 4. Por exemplo, muitas vezes o cara está numa situação difícil. Tem que pagar uma prestação, tem que pagar, que comprar uma geladeira, então ele fala assim: dá aqui 15 dias de férias e vou pegar, além do 1/3, mais 15 dias em dinheiro (...) Você vai ter mais opções para você escolher na hora de tirar o 13º [salário]. Nós preferimos ficar com o dinheiro no bolso ou esperar? Nós queremos deixar a opção que dá a lei, mas outras opções (...) A hora do almoço, você tem empresa que trabalha de turno. Entra 10 horas da noite numa fábrica no sábado e sai 6 horas da manhã no domingo. Manda estes intelectuais que estão contra ir lá fazer isso, pegar um boca de forno de madrugada e trabalhar todos os sábados. Nós já descumprimos e fizemos vários acordos que permite que você faz 1/2 hora de almoço e isso tira o sábado. Aí a pessoa trabalha sábado sim, outro não (...) O negócio da licença paternidade. O cara pega 5 dias. Muitas vezes ele não precisa dos 5 dias. Ele pode fazer um acordo, pega 2 dias quando nasce o moleque, os caros pegam 2 dias e depois negocia. Se ele quiser pegar 5 dias, ele pega, ninguém está tirando (...)"²⁶⁷.

Não é apenas o drama de estar desempregado (sobretudo, quando o desemprego é concebido como um dado natural contra o qual o sindicato, como movimento social, nada pode fazer) ou a ameaça de demissão que constrange o trabalhador a abrir mão de seus direitos. Também o aumento ou a recorrência da informalidade coloca o trabalhador na defensiva. No caso dos metalúrgicos de São Paulo – cuja base é tradicionalmente dispersa em 5.998 pequenas empresas para um universo de 6.863 estabelecimentos –, o perfil dominante das empresas cria um campo favorável à informalidade e às irregularidades trabalhistas. Renner (2002) e Cardoso

(1999a) mostraram que nestas empresas é mais difícil o cumprimento dos acordos salariais estabelecidos de acordo com a convenção coletiva. Também nelas, as irregularidades trabalhistas já acontecem há mais tempo e ali os trabalhadores sofrem a pressão direta e cotidiana do patronato, que pode constrangê-los com a ameaça de demissão, caso busquem o sindicato ou forcem a regularização. O depoimento de um diretor da Força Sindical sobre a informalidade, pareceu-nos emblemático. Favorável "ao fim da CLT", este diretor supunha que a flexibilização na legislação trabalhista oficializaria um situação, há muito, existente:

"os próprios contratos flexíveis de trabalho, as coisas por tempo determinado que a CLT não prevê de jeito nenhum, ao contrário ela condena totalmente, mas já estão sendo feitos de qualquer maneira, porque a grande coisa hoje em dia é a manutenção do emprego" (Marco Motta, diretor de formação da Força Sindical, ago. de 2000).

A partir de 1997, com o crescimento do desemprego, cria-se o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, que, como vimos, transforma-se em agência de empregos (intermediação de mão-de-obra) e escola profissionalizante: "com a globalização, o mercado torna-se mais competitivo e exigente em relação à formação profissional e ao grau de escolaridade dos trabalhadores. Por isso, queremos preparar os nossos associados para que eles possam enfrentar esta nova realidade e garantir seus empregos", afirma Paulinho. Em 1999, ano de maior pico do desemprego, o SMSP multiplica a oferta de cursos de qualificação e difunde a visão de que a "modernização" e o emprego exigem maior qualificação profissional. Adotando um discurso ameaçador, Paulinho vacitinava: "sabemos que sem qualificação as pessoas não conseguem voltar a trabalhar"²⁶⁸. Também era essa a percepção de uma das lideranças entrevistadas, segundo a qual, para mudar o quadro de desemprego, a solução era a qualificação profissional:

²⁶⁷ Discurso de Paulinho, proferido durante uma assembléia realizada em São Paulo para aprovação da pauta da campanha salarial que incluía mudanças na CLT, mar. de 2002.

²⁶⁸ Discurso de Paulinho, durante assembléia realizada, em São Paulo, fev. de 2000.

"Eu acredito que um dia, nós vamos mudar esse quadro. (...) Para isso você precisa de uma qualificação, porque esses trabalhadores que estão em uma área industrial, eles não tem hoje condições de trabalhar numa área de telecomunicações porque eles não têm qualificação para isso. Então eu acho que o caminho é requalificação, para que você possa criar condições para ter uma disputa de vagas no mercado" (José da Silva, assessor do SMSP, ago. de 1998).

Neste mesmo sentido, propagavam as lideranças no jornal do Sindicato:

"(...) não tem escapatória: quem não tiver o 1º e 2º graus, cursos de informática e cursos de espanhol e inglês terá sérias dificuldades em encontrar uma colocação profissional ou, para quem já está trabalhando, manter-se no emprego"²⁶⁹.

Que conclusões poderemos tirar dos discursos das lideranças?

²⁶⁹ Ver "A importância da qualificação profissional". *O metalúrgico*, jan. de 1999.

III.4 O "bombardeio" ideológico contra o funcionalismo público e seus efeitos

As lideranças que entrevistamos são ativas, têm um contato freqüente com o sindicato e com os trabalhadores, seja nas sub-sedes, nas comissões de fábrica ou nas portas de fábrica. A maioria dos informantes, por exemplo, foi entrevistada durante algumas assembléias (sempre cheias, movimentadas, ativas). São lideranças que passaram por cursos de formação, que se expressam com clareza e que têm um discurso fluente. A nosso ver, elas tiveram um papel importante na propagação das idéias neoliberais no meio metalúrgico: 1) selecionando aspectos do discurso neoliberal para sua base; 2) interpelando os metalúrgicos para uma cruzada contra o funcionalismo público e 3) naturalizando e individualizando as razões do desemprego.

As lideranças acabam selecionando, segundo os interlocutores, sejam trabalhadores do setor público ou do setor privado, quais os aspectos do neoliberalismo devem explorar. Prova disso, é a linha de apoio à participação dos trabalhadores, adotada pelas lideranças, junto aos empregados das estatais. Neste caso, o aspecto da ideologia prática neoliberal difundido é que, ao participar como acionistas do processo de desmonte do aparelho econômico estatal, os empregados das estatais poderiam usufruir dos benefícios da "democratização do capital"; em poucas palavras, lucrar e enriquecer. Para os trabalhadores de sua base, as lideranças do SMSP propagam algo diferente. Neste caso, não enfatizam, fundamentalmente, que o desmonte do Estado traz aos metalúrgicos riquezas imediatas, mas, sim, que pode haver emprego, aposentadoria "justa", desenvolvimento econômico, apenas e tão somente, se o Estado desenvolvimentista for desmontado e os direitos, atribuídos como privilégios, de seus funcionários – servidores, sobretudo, mas também os políticos profissionais – forem liquidados. Nesta operação de desmontagem, as lideranças também acabam defendendo a redução de direitos

sociais, como ficou evidenciado numa das entrevistas em que se defendeu a privatização da educação básica.

As lideranças, em seus discursos, exploram, intensamente e de modo conservador, os estigmas sociais do funcionalismo público para vertê-los e convertê-los em justificativas para a redução da esfera de ação estatal e liquidação dos direitos trabalhistas. Em nome do combate a toda ordem de práticas clientelistas, corporativistas, cartoriais e empreguistas existentes no Estado; em nome do fim dos prejuízos das estatais; em nome da igualdade de direitos entre trabalhadores do setor público e do setor privado; e, finalmente, em nome do emprego faz-se uma cruzada contra o legado trabalhista e os poucos direitos que os trabalhadores brasileiros conquistaram desde a "era Vargas". Sob a pecha de privilegiados, os direitos dos funcionários públicos são desmontados num grande pacote que, perversamente, joga no lixo também os direitos dos próprios metalúrgicos. Pois bem, a crítica difusa e conservadora ao Estado cartorial e empreguista produz um "efeito bumerangue", já que, para usar a expressão de Medeiros, a suposta "cacetada" dos trabalhadores do setor privado contra os direitos especiais de certos segmentos da burocracia estatal acaba voltando, não na forma de igualdade de direitos ou de justiça, mas como abate aos direitos de todos os trabalhadores.

Segundo nosso levantamento, aproximadamente vinte expressões estigmatizantes – que poderão ser reconhecidas nas citações acima – foram utilizadas pelas lideranças na qualificação do funcionário público ou do serviço prestado por ele. Expressões como "cabide de emprego", "parasita", "carrapato", "sanguessuga", "encostado", "improdutivo", "marajá", "privilegiado", "vagabundo", "preguiçoso", "ineficiente", "relaxado", "incompetente", "conveniente", "mediocre", "mamata", "bandalheira", "mordomia", "atraso", "empreguismo", "corrupção" e outras têm um claro significado negativo e uma conotação pejorativa na linguagem corrente. A

expressão "cabide de emprego", por exemplo, é normalmente usada para designar um órgão, cujos postos de trabalho são distribuídos por políticos e apadrinhados. Também é usada para designar o órgão público, cujos funcionários podem acumular muitos empregos. Dita, repetida e amplificada pelas lideranças sindicais aos seus interlocutores – metalúrgicos que viviam, quotidianamente, os constrangimentos resultantes do desemprego e das demissões – tal expressão certamente surtiria o efeito esperado por elas: incitar a rivalidade entre trabalhadores. Essa expressão alude a uma situação de trabalho em que o recrutamento para um trabalho ou tarefa, mantida através de impostos, é apropriado por políticos para sustentar familiares e apadrinhados, ou seja, pessoas sem compromisso com a função de servir ao público, mobilizadas apenas pelo interesse pessoal.

Por sua vez, "parasita", "carrapato" e "sanguessuga" são expressões que têm uma conotação conservadora, na medida em que representam pessoas - a rigor trabalhadores - como bichos peçonhentos, que vivem do alimento ou do sangue alheios. Instigam, pois, à repulsa ou à revolta, sobretudo, quando tais expressões são propagadas a trabalhadores afetados, na conjuntura imediata, pelo desemprego e pela queda salarial, e na conjuntura de longo prazo, pela desigualdade de direitos e benefícios entre trabalhadores do setor público e privado. Já as expressões "marajá", "mamata" e "mordomias" que se referem a uma situação, de trabalho ou pessoal, cujos direitos e ganhos são ilícitos, aludindo, portanto, ao logro. De todas as expressões acima citadas a que tem um significado literal "menos pejorativo" é o adjetivo "privilegiado", já que se refere a uma prerrogativa, vantagem ou direito concedido além do direito que é comum. Mas, inserido na conjuntura imediata e na luta ideológica em curso – que estimulava a concorrência e a rivalidade entre trabalhadores do setor público e do setor privado – não foi tarefa

difícil – ainda que, como vimos, trabalhosa – transformar direitos e benefícios (aposentadoria integral, estabilidade no emprego) em "privilégios".

O efeito deste discurso é sedimentar a ideologia burguesa, incentivar a concorrência, a rivalidade e o ressentimento entre trabalhadores, desviando-os de qualquer perspectiva coletiva e ocultando a estrutura do Estado Burguês – que não pode prescindir da corrupção, do parasitismo, do clientelismo e do patrimonialismo – e a estrutura da economia capitalista – fundada na exploração entre capital e trabalho. No plano político, o efeito deste discurso é realizar o objetivo precípua do neoliberalismo, desta feita pelas mãos – e através da fala – do sindicalismo: restringir todos os direitos ou, ao menos, nivelá-los por baixo.

Resta agora verificar que impacto tiveram estes discursos, notadamente as representações e imagens dissimuladas pelas lideranças, entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

CAPÍTULO IV

O operariado metalúrgico da cidade de São Paulo – revolta contra o funcionalismo público e medo do desemprego

A figura do burocrata tem sido representada em algumas obras da literatura como a de um funcionário público improdutivo e inepto. Gogol, no conto *O Capote*, Kafka em *O processo* e Tolstoi em *A morte de Ivan Ilich* criaram histórias que retratam, com maior ou menor ênfase, aspectos do "parasitismo" – um fenômeno inerente ao Estado burguês, como destacou Marx em *O 18 Brumário*. O personagem Belmiro, criado por Cyro dos Anjos, escrevera em seu diário, em alusão à improdutividade do serviço, que ele prestava em um órgão do serviço público: "na verdade nunca tivemos serviço, e jamais conheci ficção burocrática mais perfeita que a Seção do Fomento" (Anjos, 2000: 41). Na citação abaixo, retirada de uma peça teatral, a cena caricata alude ao atendimento ineficiente e impessoal num conhecido órgão público brasileiro dos anos 1970 e 1980.

"Alô, Instituto Nacional de Previdência Social, boa tarde. Não entendeu? I.N.P.S. Entendeu agora? Bem, já que entendeu, sinto muito, mas não podemos atendê-lo. Claro que eu não sei qual é o seu caso e nem quero saber. Explicar o quê, meu amigo? Não precisa explicar nada! Seja lá o que for, não interessa. Nós não temos condições, entendeu, não-temos-condições! Como? O senhor vai morrer? Ora, se o senhor vai morrer é um problema seu, de sua mulher, de seus filhos, de sua família! Nós somos o INPS, um órgão do governo para atender o público. E público é substantivo coletivo como povo. E lá me vem o senhor com um caso pessoal!" (Pedroso, 1984: 136)

Na cultura política brasileira, Jânio Quadros foi um dos políticos que mais se utilizaram de uma retórica enérgica para atacar os "desmandos do poder público" e a "inércia da burocracia". Sua crítica conservadora ao funcionário "relapso" e "ajeitado" serviu de mote em suas campanhas políticas nas eleições para a prefeitura da cidade de São Paulo (1953), para o

governo do estado de São Paulo (1954) e para a presidência da República (1960)²⁷⁰. Em termos vagos, Jânio propunha a "moralização da política" e o "combate à corrupção". Não por acaso, o símbolo de sua campanha era uma vassoura, já que prometia "varrer" da política a "ineficiência burocrática" e a "corrupção no governo". Eleito naqueles pleitos, Jânio implementou algumas ações pretensamente moralizantes, cujo alvo principal foi o funcionalismo público. A instituição do horário corrido para o funcionário federal, o controle do "ponto" e o corte de 30% nas despesas com pessoal foram algumas das medidas "disciplinares" tomadas pelo então presidente. Na prefeitura de São Paulo, instituiu práticas de controle inusitadas, como visitas surpresa a órgãos públicos e chegou a acompanhar as provas de um concurso para escriturários. Porém, o episódio que melhor simboliza a perseguição que empreendeu contra os servidores foi a punição a Ademar Ferreira da Silva, que se afastara do cargo público para a prática do esporte que o sagrou campeão olímpico de salto triplo. Segundo Viriato de Castro, Jânio Quadros teria, na ocasião, justificado, assim, seu ato: "infelizmente era um funcionário relapso e a Prefeitura não é clube de atletismo" (*apud* Benevides, 1981: 49).

Na conjuntura de crise do modelo desenvolvimentista, emerge uma nova onda de estigmatização do funcionalismo público, impulsionada por Fernando Collor de Mello durante a campanha eleitoral para o governo de Alagoas. Quase ao mesmo tempo, emerge nos discursos de Medeiros, durante a campanha para as eleições do SMSP, em 1987, e na Constituinte, uma crítica aos "políticos profissionais" e os "cabides de emprego". Mas foi, precisamente, durante a campanha de Collor à presidência da República, em 1989, que o estigma do funcionário público assumiu novos contornos, desta feita, para se tornar a idéia força na política neoliberal e cimentar

²⁷⁰ Mesmo após a renúncia, Jânio Quadros concorre às eleições ao governo estadual de São Paulo, em 1962, mas é derrotado por Ademar de Barros. Em 1985, foi eleito prefeito de São Paulo, desta vez

uma histórica regressão nos direitos dos trabalhadores brasileiros. Collor cunhou a expressão "caça aos marajás" para se referir à política que empreenderia, caso eleito, contra o clientelismo e os chamados "superfuncionários". Em seus discursos de campanha prometia acabar com a inflação, com os marajás e com a corrupção²⁷¹. Durante a campanha veiculada no horário político gratuito na TV, os discursos de Collor estavam centrados na suposta experiência de combate ao nepotismo e ao empreguismo durante sua administração, em Alagoas. Atacava os "sanguessugas" da política e tratava, genericamente, o funcionário público como um trabalhador "privilegiado" e "improdutivo". Prometia, caso eleito, que ninguém receberia "sem trabalhar" e que colocaria um fim à "nomeações eleitoreiras". Este discurso, forjado por Collor nas eleições para o governo de Alagoas, em 1987, e amplificado durante a campanha eleitoral para a presidência da República, em 1989, teve repercussão imediata. Evocamos como testemunha um jornalista que acompanhou os bastidores da chamada "era Collor",

"o objetivo era ser conhecido pelos brasileiros. Conhecido como o jovem enérgico que não participava das jogadas dos jaquetões da política. Seu estandarte de autodivulgação, fincado mais no solo da indignação moral que no da racionalidade política, era o do combate aos salários robustecidos por manhas burocráticas. Acabar com o nepotismo que pendurava apaniguados de políticas na máquina do estado. Com os carros pretos das autoridades bem assentadas nos bancos de trás, com suas poucas horas de batente e aposentadorias precoces. Ele ia botar relógio de ponto e fazer todo mundo trabalhar. Fernando Affonso Collor de Mello foi eleito governador aos 37 anos por que construíra essa mensagem contra uma casta de privilegiados, os marajás. E porque soube propagandear-la na campanha eleitoral e, antes dela, no jornal, nas rádios e na televisão de sua família, dona do mais poderoso grupo de comunicações de Alagoas. Ele continuava com a mensagem. Mas faltava-lhe a máquina para alardeá-la em escala nacional. Collor agora precisava da grande imprensa. Dos noticiários das redes de televisão, das manchetes dos jornais de prestígio, das reportagens das revistas. Teria de lidar com os donos das empresas, os repórteres e fotógrafos, os editores e diretores de redação, pessoas que pouco conhecia e das quais desconfiava. Só por meio deles conseguiria falar aos brasileiros. E Collor tinha o que os jornalistas caçavam: notícias (...)

derrotando o candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso.

²⁷¹ Reproduzimos abaixo um trecho de um discurso de Collor durante o horário eleitoral gratuito para as eleições presidenciais de 1989. "Temos dois inimigos: inflação e corrupção. Vamos falar da inflação. Ela é provocada pelo governo que aí está. Dívida interna e externa. Só quem está ganhando são os marajás. Brasil Novo, sem inflação, marajás e corrupção". Discurso transcrito por Albuquerque (1999).

Foi com uma notícia que, dias antes de tomar posse como governador, em março de 1987, Collor entrou no estúdio da Rede Globo em Brasília para gravar uma entrevista ao *Bom Dia Brasil*. A notícia era adiantar o propósito da audiência que teria à tarde com o procurador geral da República. Contou que pediria a Sepúlveda Pertence a abertura de um processo para impedir o pagamento dos benefícios que, acumulando-se uns sobre os outros, aumentavam os salários dos superfuncionários alagoanos. Grave, disse que levaria documentos comprovando os desmandos de seus antecessores no governo, Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira. Era o início de sua, como definiu, 'guerra' contra os marajás e aqueles que os criaram. A notícia teve repercussão instantânea. Collor voltou depressa ao hotel para assistir à entrevista com seu assessor de Imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva. Foram tomar o café da manhã e ao entrarem no restaurante, onde o *Bom Dia Brasil* acabara de ser transmitido num telão, várias mesas aplaudiram o governador" (Conti, 1999: 13-14).

Do governo Collor ao governo Lula, os funcionários públicos têm sido representados por alguns estereótipos, entre os quais os mais comuns seriam: "marajás", "privilegiados" e "vagabundos". O governo FHC – que empreendeu até o momento em que este trabalho foi escrito o ataque mais frontal ao Estado nacional-desenvolvimentista – além de vulgarizar aqueles estereótipos, lançou mão de uma ação anti-sindical, semelhante à era Thatcher, contra o sindicalismo dos funcionários públicos²⁷².

Esta representação do funcionalismo público, explorada tanto no período populista quanto na atual fase neoliberal, não é uma mera ficção literária. Nem muito menos, para usar uma expressão marxiana, uma fantasmagoria. Francisco Weffort (1980), em seu trabalho sobre o populismo, já havia mostrado que a política de perseguição empreendida por Jânio Quadros contra os funcionários públicos, tanto quanto seu discurso moralista, encontrara no operariado da cidade de São Paulo uma de suas bases sociais. Pois bem, perguntamos então: este discurso contra os "privilégios" e os "marajás", forjado na conjuntura de crise do Estado

²⁷² Em 2001, o governo FHC enfrentou uma nova greve de funcionários e professores das universidades federais, de professores das escolas técnicas e funcionários do INSS, com medidas repressivas, voltadas, no fundamental, para restringir o direito de greve e punir os grevistas. Tais medidas foram: o decreto 4.010/01 (controle da folha de pagamento dos grevistas) e a MP 6.032/02 (nova regulamentação do direito de greve do funcionalismo, que tornava ilegal a greve após 30 dias de paralisação e permitia a punição aos grevistas, seja através de desconto nos salários ou de abertura de processo administrativo).

desenvolvimentista e amplificado pelas lideranças do SMSP, também teria encontrado eco entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo?

IV.1 O impacto do neoliberalismo no meio metalúrgico da cidade de São Paulo

Com o intuito de testar o impacto da ideologia neoliberal entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo, realizamos nossa pesquisa de campo em duas fases. Na primeira fase, aplicamos um questionário estruturado e, na segunda, a metodologia utilizada constou de entrevistas gravadas com perguntas curtas e respostas espontâneas. Os resultados desta pesquisa apresentamos a seguir.

Os questionários foram aplicados em setembro de 1998, quando faltavam menos de 15 dias para o primeiro turno das eleições para a presidência da República²⁷³. O candidato Fernando

²⁷³ A amostra constou de 81 questionários aplicados a metalúrgicos escolhidos aleatoriamente entre os presentes na assembléia de campanha salarial, realizada no estádio do Canindé, sede do tradicional clube de futebol paulistano, Associação Portuguesa de Desportos, em 26 de setembro de 1998. Neste tipo de processo de amostragem, deseja-se extrair da amostra uma característica e poder afirmar com alguma confiança que esta característica é observada em toda a população, ou seja, que a amostra de nosso estudo reproduza as características da população de metalúrgicos considerada. Para tanto precisamos primeiramente estar seguros de que a amostra não é estatisticamente tendenciosa com respeito às questões formuladas. Pois bem, nosso questionário (Anexo I) não continha questões diretamente relacionadas à pauta da assembléia, como por exemplo, concordância ou não com o índice salarial proposto, manutenção ou não das cláusulas do acordo coletivo, ou mesmo concordância ou não com o sorteio de prêmios durante as assembléias. Ou seja, em princípio os motivos pelos quais os metalúrgicos foram à assembléia pouco ou nada tinham a ver com as perguntas do questionário; todas elas diziam respeito à posição dos metalúrgicos sobre as políticas neoliberais, e o evento não tinha como objetivos discutir, polemizar, debater ou votar qualquer uma das questões sobre aquele tema. Uma segunda preocupação diz respeito ao grau de confiança com que podemos estender para toda a população uma característica observada na amostra. Segundo Bussab e Moretin (1987), para os tipos de amostragem e de questões consideradas aqui, com duas alternativas excludentes de resposta, a população segue uma distribuição probabilística bastante conhecida, distribuição normal, podendo-se exibir um intervalo de confiança para as conclusões tiradas a partir da amostra. Estes autores mostram que tal intervalo tem uma largura D, em torno do comportamento mostrado pela amostra, dada por

$D = 1,645 * \text{raiz}[p*(1-p)/n]$ para confiabilidade de 90%.

Henrique Cardoso era o favorito à reeleição, segundo as pesquisas de intenção de voto, e usara como trunfo em sua campanha o fato de ter conseguido controlar a inflação durante o primeiro mandato.

No plano econômico, contudo, desde o final de agosto, o País vivia uma crise especulativa que derrubou as reservas internacionais de US\$70 bilhões para US\$45,8 bilhões. Para, supostamente, superar a turbulência com a fuga de capitais e a conseqüente perda das reservas internacionais, o governo FHC assinou em outubro um termo de compromisso com o FMI em que assumia não alterar a sua política cambial, honrar todos os compromissos internos e externos, não criar empecilhos à saída de capitais, manter os juros flexíveis, realizar as reformas estruturais e promover um profundo ajuste fiscal. Por sua vez, os níveis de desemprego continuavam crescentes, particularmente na cidade de São Paulo. Para termos uma idéia precisa da pressão do desemprego sobre os metalúrgicos, vale lembrar que o setor de autopeças ameaçou demitir, até o final daquele ano, cerca de 30 mil trabalhadores²⁷⁴.

Nesta expressão, p representa a fração de respostas SIM a uma dada pergunta, em relação ao número n de questionários aplicados. Observe-se que cada questão possui um intervalo de confiança próprio. Optamos por adotar um intervalo único para o questionário todo, tomando a maior largura possível para uma questão genérica. Ou seja, superestimamos a largura dos intervalos de confiança de modo a torná-la válida para todas as questões tratadas. Ainda segundo Bussab e Moretin (1987), esta máxima largura acontece quando exatamente a metade dos indivíduos da amostra responde SIM, portanto $p=0,5$, fornecendo o seguinte resultado

$D = 1,645 * \text{raiz}[0,5*(1-0,5)/81] = 0,09$ para confiabilidade de 90%.

Assim, para um índice de confiabilidade de 90%, a população toda comporta-se do mesmo modo que a amostra com um erro de 9% para mais ou para menos. Entende-se esta largura com o seguinte exemplo: 59% dos metalúrgicos consultados responderam SIM à pergunta: "você é favorável às privatizações?" A amostra sugere então que 59% da população de metalúrgicos seja favorável às privatizações. Nossa análise estatística mostra que, de fato, há 90% de probabilidade de que uma fração entre 50% e 68% da população de metalúrgicos responderia SIM a esta questão. Interpretação análoga se aplicará às outras questões que possuam duas alternativas excludentes de resposta (sim ou não).

²⁷⁴ Ver: "Autopeças poderá ter demissão de 6.000", *Folha de S.Paulo*, 30 de set. de 1998.

Sob pressão do desemprego, o SMSP mobilizou-se em torno de propostas de "flexibilização" – que supostamente reduziriam os índices de desemprego, entre elas, a que acabou implantando o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, a Demissão Temporária – e participou do Acordo do Setor Automotivo. Além disso, no ano de 1998 foi votada a Reforma da Previdência, que também mobilizou apoio e protestos do SMSP: apoio ao desmonte dos direitos do funcionalismo público e protestos, quando o governo propôs a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição e quando modificou a aposentadoria especial por periculosidade. Foi, portanto, sob o efeito da campanha eleitoral e do crescimento do desemprego que os questionários foram aplicados.

O questionário teve como objetivo conhecer a posição dos metalúrgicos frente ao desemprego, à política estatal e à ideologia neoliberais e, por fim, avaliar a posição dos metalúrgicos sobre o governo FHC²⁷⁵. O questionário, composto por 66 perguntas fechadas e abertas, foi dividido em três partes. Na primeira parte do questionário traçamos o perfil sindical e sócio-econômico dos metalúrgicos pesquisados: 85% eram homens; 77,8% associados e 14,8% delegados sindicais; todos tinham carteira assinada, com exceção de nove metalúrgicos (11%) que eram aposentados. Do total de pesquisados, 48% trabalham em empresas de médio porte (entre 50 e 499 empregados), 18,5% em pequenas empresas (até 49 empregados) e 18,5% em grandes empresas (acima de 500 funcionários). Quanto à remuneração, 63% dos pesquisados recebiam entre 5 e 10 salários mínimos. O perfil dominante dos pesquisados era, então, o seguinte: homens, associados ao sindicato, formalmente empregados em empresas de médio porte e com remuneração entre 5 e 10 SM.

²⁷⁵ O modelo do questionário encontra-se no ANEXO I.

Na segunda parte do questionário procuramos conhecer a posição dos metalúrgicos sobre as políticas neoliberais e na terceira sobre o governo FHC.

A maioria dos pesquisados apóia as privatizações: 59% são favoráveis, enquanto 41% contra. Aos metalúrgicos favoráveis à privatização, perguntamos "por que as empresas estatais deveriam ser privatizadas?". As alternativas "porque aumenta a produtividade" e "porque os funcionários públicos são privilegiados" são as que tiveram maior incidência de respostas; foram assinaladas por 50% e 41%, respectivamente. (Quadro II). Perguntamos aos metalúrgicos contrários à privatização por que as estatais não devem ser vendidas? Neste caso, 54% sustentam que as estatais devem ser mantidas, pois "atendem à população", enquanto 36% julgam que elas "são estratégicas".

Quadro II

Na sua opinião, por que as empresas estatais devem ser privatizadas?	%
Aumenta a produtividade	50
Os funcionários públicos são privilegiados	31
Aumenta o emprego	25
Os trabalhadores podem comprar parte das ações	19

Fonte: questionários aplicados em 1998.

Nesta questão solicitamos que os metalúrgicos assinalassem até duas alternativas.

Para saber se o apoio às privatizações é irrestrito, indagamos aos metalúrgicos "que atividades econômicas e que empresas lhes parecem correto privatizar?". As respostas, expostas no quadro III, evidenciam que a privatização dos serviços públicos de luz, água, esgoto, transporte, distribuição de gás, telefone e das siderúrgicas, mineradoras, químicas, indústrias em geral, bancos, ferrovias e portos recebe o apoio da maioria dos entrevistados, destacando-se o setor de telefonia, que encontra o apoio de 66,5% do total, seguido do sistema de ferrovias e

portos (63%). Em contrapartida, a privatização da Petrobrás é rejeitada por 55,5% dos metalúrgicos.

Nossa pesquisa constata também que 66% dos metalúrgicos são contrários à privatização das escolas e dos hospitais e 59% rejeitam a privatização da previdência social²⁷⁶. Enquanto os metalúrgicos contrários à privatização das escolas e dos hospitais alegam que "muitos não teriam como pagar pela educação de seus filhos" e que "muitos professores seriam demitidos", aqueles que são favoráveis justificam sua opção, afirmando que "o Estado estava falido" e que o "atendimento era muito precário".

Quadro III

Você é favorável à privatização das empresas de:	Sim	Não
Telefone	66,5%	33,5%
Ferrovias e Portos	63%	27%
Energia elétrica, água, esgoto, transporte (metrô), distribuição de gás	59%	41%
Bancos	59%	41%
Siderúrgicas, mineradoras, químicas e indústrias em geral	55,5%	44,5%
Petrobrás	44,5%	55,5%

Fonte: questionários aplicados em 1998.

As principais motivações dos metalúrgicos favoráveis às privatizações são: a "geração de empregos" e o "fim dos privilégios do serviço público". Apesar de minoritária, a posição contrária à privatização não pode ser desprezada. Primeiramente, 41% é uma porcentagem "limite", já que a margem de erro de nossa pesquisa é de 9%; em segundo lugar, porque, menos de um ano depois, quando voltamos a campo e realizamos novas entrevistas, a rejeição às privatizações crescerá consideravelmente. No fundamental, os metalúrgicos que recusam a privatização, alegam os seguintes motivos: aumento do desemprego, desconhecimento do destino do dinheiro arrecadado nos leilões e desnacionalização do patrimônio estatal.

Ao final do bloco de questões sobre as privatizações, perguntamos aos metalúrgicos "o que você acha que você ganha com as privatizações?". As respostas, a esta questão, mostram que os metalúrgicos têm expectativas de que, com as privatizações, os impostos poderiam diminuir, a compra de telefone seria facilitada, o atendimento ao público melhoraria e, como já havia aparecido em outras questões, mais empregos seriam gerados e os "privilégios e mordomias" dos funcionários públicos acabariam. Tais expectativas revelam que os metalúrgicos acreditam na superioridade da empresa privada, onde não existiria corrupção, onde os empregados trabalhariam mais, seriam mais responsáveis, mais assíduos e, portanto, mais produtivos. Em contrapartida, são recorrentes as referências à "mordomia" no serviço público, aos funcionários que "mamam no Estado" e que, por isso, seriam menos produtivos – o que causaria prejuízo ao Estado, à sociedade e a eles próprios. São estas expectativas que explicam porque o "aumento da produtividade" e o "fim dos privilégios" são as alternativas mais assinaladas por eles, conforme podemos ver pelo quadro II. Muito embora os metalúrgicos pesquisados tenham se mostrado favoráveis às privatizações (59% do total), quando perguntados sobre o quê, de fato, ganharam com elas, a maioria dos metalúrgicos é enfática em responder *nada*.

Nossos resultados indicam que, ao menos no momento em que a pesquisa foi realizada, há apoio dos metalúrgicos à política de privatização²⁷⁷.

²⁷⁶ Quanto à privatização da previdência, fica evidenciado uma divergência entre a posição dos metalúrgicos e do SMSP que nos últimos anos vêm defendendo a proposta de uma aposentadoria mista – nos moldes das reformas previdenciárias de natureza neoliberal.

²⁷⁷ O apoio à privatização das estatais também foi aferido por algumas pesquisas de opinião realizadas na cidade de São Paulo. Uma destas pesquisas, realizada pelo próprio SMSP, constatou que 63,8% dos metalúrgicos eram favoráveis à privatização da Telesp e 68,2% do Banespa. Além destes dados, a pesquisa concluiu que: 94% apoiavam uma reforma fiscal que diminuísse impostos; 72,9% aceitavam se sacrificar para melhorar a aposentadoria; 91,7% queriam o fim das aposentadorias especiais; 91,2% defendiam que a mulher deveria se aposentar com menos tempo que o homem; 83,6% queriam a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço; e 52% consideravam o governo FHC "mais ou

O segundo eixo da política neoliberal – a desregulamentação das relações trabalhistas – é bastante explorado no questionário. A posição dos metalúrgicos sobre os direitos trabalhistas não é homogênea e, segundo nossa análise, revela que, se as propostas de mudança nos direitos e nas relações de trabalho do setor privado suscitam resistência, o mesmo não ocorre quando o que está em jogo são os direitos dos trabalhadores do setor público. Neste caso, predomina a visão, segundo a qual, os direitos dos trabalhadores do setor público são "privilégios".

Há, no geral, reticência em relação à alteração nas relações trabalhistas, como é possível concluir pelos resultados apresentados no quadro IV. Perguntados se "a CLT deve acabar", 85% deles posicionam-se contra. Quando perguntados sobre a desregulamentação do mercado de trabalho, 66,5% dos metalúrgicos mostram-se refratários. Destacam que os "benefícios são direitos dos trabalhadores", são a "arma" que têm contra os governos e os abusos das empresas. Além disso, ponderam que a desregulamentação é perversa, pois aumenta as demissões, leva à perda de direitos e à intensificação da exploração do trabalho – neste sentido, ao revés da ideologia neoliberal. Como afirma um metalúrgico, quando perguntado sobre a razão de se contrapor à desregulamentação: "As empresas escravizam os empregados. Mesmo havendo lei, há muitos abusos e corrupção!".

As propostas de mudanças nas relações trabalhistas – criação do Contrato Temporário de Trabalho, Demissão Temporária e Banco de Horas – são também rejeitadas pelos metalúrgicos

menos". Ver: "Pesquisa revela que metalúrgicos querem mudanças já e acham FHC 'mais ou menos'", *O Metalúrgico*, no. 407, mar. de 1995. Uma outra pesquisa, feita pelo Instituto *Datafolha* na cidade de São Paulo, levantou que 58% dos paulistanos eram favoráveis à privatização das empresas de telecomunicações. "Metalúrgicos de São Paulo apóiam privatização". *Folha de S. Paulo*, 19 de mar. de 1995.

pesquisados. A possibilidade de implantar o Contrato Temporário de Trabalho é rejeitada por 63% e a do Banco de Horas por 59,5% do total. Quanto a esta última proposta, os metalúrgicos ressaltaram a importância da hora-extra ser remunerada: "trabalho porque preciso e quero receber". Aqueles que se opõem ao Contrato Temporário de Trabalho argumentam que ele aumenta a rotatividade e o *estresse* entre os trabalhadores e manifestam um forte temor de que este contrato substitua o contrato regular, como pode ser percebido com os depoimentos a seguir: "[o Contrato Temporário] prejudica os que estão no mercado de trabalho, pois vai ser melhor contratar temporário que contratar fixo"; "o trabalhador passa a ser objeto descartável, sem benefício".

Embora a proposta de demissão temporária, ou *lay-off*, tenha sido rejeitada pela maioria, 55,5% do total, os metalúrgicos que apoiaram a *lay-off* (44,5%) – quando perguntados sobre as razões de sua escolha – tendem a vê-la como uma proposta emergencial e um alento para o trabalhador. Ao menos é o que se pode deduzir das referências à manutenção de alguns benefícios como o FGTS e cesta básica, como forma de compensar a ausência de salário.

Quadro IV

Você é favorável?	Sim	Não
À extinção da CLT	15%	85%
À desregulamentação do Mercado de Trabalho	34%	66%
Ao Contrato Temporário de Trabalho	37%	63%
Ao Banco de Horas	40,5%	59,5%
À Demissão Temporária	44,5%	55,5%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Os metalúrgicos favoráveis à instituição do Banco de Horas e do Contrato Temporário de Trabalho apontam, nas questões abertas, que tais propostas são positivas, pois permitem a flexibilidade de horários e, principalmente, a manutenção do emprego. O Contrato Temporário é visto como uma emergência, uma alternativa "à crise do emprego". Alguns trechos das respostas

são elucidativos, neste sentido: "Eu acho que [o Contrato Temporário] é uma ilusão, mas gera emprego por um tempo. Eu sou efetivado e tenho dó desse pessoal"; "[o Contrato Temporário] quebra o galho para aquele que tem muita necessidade. É melhor pingar do que secar".

Concluimos que a proposta de desregulamentação das relações trabalhistas do setor privado encontra reticência por parte dos entrevistados, muito embora, como vimos no capítulo anterior, elas tenham sido defendidas e implementadas pelo SMSP. Passemos agora à análise das respostas sobre a reforma da previdência, que exigem, no nosso entender, mais atenção.

A posição dos metalúrgicos sobre a reforma da previdência evidencia algumas "ambigüidades" em relação aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Ela revela uma tendência dos metalúrgicos a confrontar a noção de direito ou benefício com a de "privilégio". Nossa pesquisa indica que a proposta de reforma da previdência teve o apoio de 74% dos questionados (Quadro V). Indagados, sobre as razões de suas preferências, observamos que, enquanto os metalúrgicos favoráveis à reforma da previdência respondem que "os serviços públicos melhorariam" – o que nos leva a crer que estavam mais motivados, ou ao menos mais atraídos, pela possibilidade de alterar as regras da aposentadoria do setor público –, os metalúrgicos, contrários à reforma, alegam que a proposta, em pauta no Congresso, "retiraria direitos dos trabalhadores" – citando, para tanto, o fim da aposentadoria especial e da aposentadoria por tempo de serviço. As referências aos "privilégios" e às "mamatas" dos funcionários públicos e políticos, bem como à precariedade e morosidade no atendimento prestado por eles são, neste sentido, sintomáticas. Há também referências genéricas aos políticos profissionais, "que não fazem nada pela população", e ao "escândalo que é a aposentadoria especial dos parlamentares".

A maioria dos metalúrgicos também apóia o direito à aposentadoria especial para trabalhadores sujeitos ao trabalho insalubre, penoso e perigoso: 81,5% do total (Quadro VI). É preciso esclarecer que todos os metalúrgicos faziam jus à aposentadoria especial até 1995, quando foi extinto o direito da categoria profissional e garantido o benefício individual – desde que as condições de trabalho fossem comprovadas insalubres, penosas ou perigosas²⁷⁸. Na proposta de reforma, apresentada pelo governo, o direito à aposentadoria especial ficava restrito apenas aos metalúrgicos que conseguissem comprovar que o Equipamento de Proteção Individual (EPI), usado na empresa, não eliminava os agentes nocivos ao ambiente de trabalho. Também pelas novas regras, não seria mais possível converter o tempo comum em especial – medida que recaía sobre o público pesquisado.

A aposentadoria por tempo de serviço encontra o apoio da maioria dos metalúrgicos de São Paulo: 89% do total²⁷⁹. Na época, o governo propunha a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição, proposta que encontrou a resistência do movimento sindical cutista e

²⁷⁸ A aposentadoria especial foi instituída pela Lei 3.087 de 26/08/60 e modificada várias vezes. A Lei 9.302 de 28/04/95, dentre outras medidas, extinguiu a aposentadoria especial por categoria profissional, ao tornar o benefício um direito individual em função da atividade exercida estar sujeita a agentes agressivos à saúde ou à integridade física do trabalhador. A partir desta lei, também não é mais permitida a conversão do tempo comum em especial como se fazia tradicionalmente. O decreto 3.048/99 estabeleceu o direito para aqueles que desempenham suas funções durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos de trabalho em atividade exclusivamente insalubre, penosa ou perigosa.

²⁷⁹ No início de seu governo, FHC enviou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 21) para reforma da previdência. Propunha a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição; o estabelecimento de idade mínima de 60 anos para obtenção da aposentadoria; a supressão das diferentes condições de acesso à aposentadoria para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais; a eliminação das aposentadorias especiais, salvo em condições insalubres; a proibição do acúmulo de aposentadorias; a expansão da previdência complementar; a extinção da aposentadoria especial de professores; o impedimento de que as novas vantagens concedidas aos funcionários públicos fossem estendidas aos servidores inativos; limitava a contribuição das empresas estatais a seus fundos de pensão; e desvinculava a renda mensal vitalícia paga a idosos e inválidos do salário mínimo (Cf. Galvão, 2003).

da Força Sindical, gerou protestos e paralisações²⁸⁰. Como a proposta do governo foi vitoriosa, o direito à aposentadoria ficou condicionado a uma combinação de dois critérios: idade mínima (de 60 anos para homens quando o limite era de 55 anos) e tempo de contribuição – o que significou, certamente, uma regressão²⁸¹.

Quadro V

Você é favorável à:	Sim	Não
Aposentadoria por tempo de serviço?	89%	11%
Aposentadoria especial?	81,5%	18,5%
Reforma da previdência?	74%	26%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

A insatisfação com o fim da aposentadoria por tempo de serviço fica evidenciada nas respostas abertas, como as que se seguem: "por idade a gente se aposenta e logo vai morrer"; "é injusto com os trabalhadores jovens"; "está errado, você trabalhou durante tantos anos e ainda tem que provar [referindo-se à exigência do tempo de contribuição]". Além da necessidade de comprovação da contribuição (dependente do empregador), os metalúrgicos criticam a proposta de reforma em pauta, por desconsiderar a insalubridade das condições de trabalho, a precoce entrada do trabalhador no mercado de trabalho, e, principalmente, por compreender que a imposição do critério por idade limita muito o gozo da aposentadoria para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

²⁸⁰ O governo, contudo, conseguiria aprovar esta proposta no texto final da Emenda Constitucional no. 20, promulgada em 15 de dezembro de 1998, portanto alguns meses depois que os questionários foram aplicados.

²⁸¹ Enquanto na aposentadoria por tempo de serviço, o instrumento de comprovação do tempo efetivamente trabalhado era a carteira de trabalho, o critério de "tempo de contribuição" exige comprovação do recolhimento patronal, o que – por conta da histórica prática de sonegação junto ao INSS – inviabilizaria a aposentadoria de muitos trabalhadores. O aumento da idade mínima para 60 anos também implicou retirada de direitos, na medida em que, na prática, prolongava o tempo de trabalho.

Quando perguntados sobre o que deve ser mudado com a reforma da previdência, as respostas revelam uma expectativa de melhoria no atendimento prestado (em escolas, repartições, hospitais) e de extinção dos supostos "privilégios" e da corrupção, como podemos ver nos extratos das respostas a seguir: "a previdência deveria ser mais ágil no encaminhamento dos pedidos de indenização"; "ter mais postos de atendimento"; "colocar o pessoal de atendimento para trabalhar"; "acabar com as "mamatas" de juizes"; "diminuir o tempo de serviço dos trabalhadores e aumentar o dos juizes"; "aumentar o valor das pensões"; "acabar com a corrupção"; "aumentar o tempo de trabalho dos deputados e diminuir o valor dos salários e das aposentadorias dos parlamentares"; "acabar com as aposentadorias dos marajás e com a corrupção"; "tirar os privilégios"; "garantir direitos iguais para o público e para o privado". Um dos entrevistados chega a defender que a reforma da previdência deve "dar aposentadoria integral para os trabalhadores do setor privado". Guardemos esta resposta tão singular; mais à frente ela nos ajudará a compreender a natureza da adesão do metalúrgicos à ideologia neoliberal.

Com o intuito de compreender quais são, para os pesquisados, as principais causas da crise na previdência social, solicitamos que os metalúrgicos opinassem sobre algumas afirmações (Quadro VI). Corrupção interna e má administração são, então, apontadas pela maioria dos metalúrgicos como as principais causas da suposta crise na previdência social, enquanto a sonegação dos impostos é indicada por apenas 22% dos pesquisados. Apesar de a "crise da previdência" ser, por si só, uma questão bastante controversa, pareceu-nos, na ocasião, interessante perguntar aos metalúrgicos sobre suas causas.

Procuramos também investigar a posição dos metalúrgicos sobre a melhor forma de conquistar aumentos salariais. Diante da questão "você acha que deve haver política salarial ou livre negociação na hora de discutir salário?", as respostas tendem a apoiar a primeira alternativa:

do total dos metalúrgicos, 37% consideram que deve haver apenas política salarial, 33,4% asseguram que as duas estratégias devem ser utilizadas na hora da negociação salarial e 29,6% afirmam que deve ocorrer apenas livre negociação.

Quadro VI

Na sua opinião, as principais causas da crise da previdência decorrem:	Sim	Não
Da corrupção interna	85%	15%
Da má administração	51%	49%
Da sonegação de impostos	22%	78%
Da existência de muitos privilégios	18,5%	81,5%
Do atual sistema de repartição	4%	96%
Do monopólio estatal	4%	96%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Vejam, agora, como se posicionam os metalúrgicos, quando perguntados sobre os direitos dos trabalhadores do setor público (Quadro VII). Pelos dados de nossa pesquisa, o acúmulo de aposentadorias é o benefício que encontra maior rejeição entre os metalúrgicos (77,5% mostram-se contrários ao acúmulo de aposentadorias), seguido da aposentadoria integral (cuja extinção foi apoiada por 60% deles). O único direito reconhecido, como tal, é a estabilidade no emprego, que obteve a concordância de 52% do total. Todavia, como este resultado se encontra dentro da margem de erro de nossa pesquisa, devemos considerá-lo com ressalvas. Sobretudo, porque, quando perguntados sobre as razões de sua concordância, os metalúrgicos basculam. Enquanto alguns se mostram convictos que a estabilidade é um direito conquistado, legítimo, e que, naquele momento de crise, era a única garantia de emprego dos trabalhadores, outros condicionam o direito à estabilidade apenas aos funcionários que realizam bem o seu trabalho, isto é, que tratam "de forma adequada o público", que não "abusam do poder", que "não erram", e que não são "corruptos" – opiniões que evidenciam que a representação socialmente construída sobre o funcionalismo público, e como vimos no capítulo anterior explorada pelas

lideranças, é, em grande medida, negativa. Mais do que negativa, tal representação é o alfa e o ômega, o substrato de sua revolta e, ao mesmo tempo, a base de sua ilusão quanto aos benefícios e virtudes do Estado mínimo e da supremacia mercantil.

Nas respostas às questões abertas, os metalúrgicos, favoráveis à estabilidade, tendem a reconhecê-la como um direito do trabalhador, enquanto os demais vêem-na como um privilégio, o que pode ser concluído pelos extratos de respostas, a saber: "os privilégios são só para eles. Eu não tenho esse privilégio"; há "muita mordomia e se sentem mais seguros"; os funcionários públicos "trabalham poucas horas, só sai se pedir demissão"; "quando entro numa empresa, se não cumpro as ordens, eu sou demitido. Mas o funcionário público não"; ser funcionário público "é uma maneira de não fazer nada".

Como explicar que a estabilidade no emprego, diferentemente dos demais benefícios dos funcionários públicos, tenha dividido a opinião dos metalúrgicos? Apesar do bombardeio ideológico das lideranças do SMSP, é plausível supor que o quadro de desemprego e de informalidade que crescia no País, especialmente no setor industrial, tenha constrangido os metalúrgicos que viram no fim da estabilidade do setor público o agravamento da questão social e o acirramento da competição no mercado de trabalho. O desemprego no setor público aumentaria a informalidade e, pode-se também aventar, a concorrência. Vistos como privilegiados, mas também como trabalhadores mais qualificados, os "peões do setor público" poderiam criar mais pressão – por que não? – sobre o emprego. É preciso lembrar, também, que, no início da década de 1990, a estabilidade no emprego era uma reivindicação que pautava as negociações do SMSP e que algumas paralisações foram deflagradas em seu nome.

Quadro VII

Você é favorável	Sim	Não
À extinção da aposentadoria integral do funcionalismo público?	59,5%	39,5%
À estabilidade no emprego do funcionalismo público?	52%	48%
Ao acúmulo de aposentadorias?	32,5%	77,5%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Grande parte dos metalúrgicos que apóia a extinção da aposentadoria integral do funcionalismo público não apenas protestou contra a existência deste direito, mas, para justificar seu protesto, atribuiu aos funcionários públicos a condição de privilegiados. Vejamos alguns "protestos" emblemáticos citados no questionário: "por que trabalhar menos e receber mais?"; "ele trabalha menos e, no final, recebe mais"; "ganha pelo que não trabalha"; "a aposentadoria pública tira o salário do setor privado"; "ganha pelo que não trabalha". "ele [o trabalhador público] deve ser tratado como o [trabalhador] de uma empresa privada"²⁸².

A percepção de que os direitos trabalhistas são desiguais e que "o setor público tem direitos que o setor privado não tem" é bastante evidenciada nas respostas abertas. Vejamos algumas: "Trabalham dez anos e podem se aposentar! Nós não."; "A diferença entre [o trabalhador] público e o metalúrgico [é a seguinte]. O metalúrgico [para se aposentar] vai contar 36 meses do salário anterior, é a média. [Mas para] o funcionário público, a aposentadoria é integral. Isso é privilégio." Para investigar que representações os metalúrgicos fazem dos funcionários públicos, solicitamos que eles opinassem sobre algumas afirmações (Quadro VIII)²⁸³. Predomina a visão, segundo a qual os funcionários públicos trabalham menos que os do setor privado e atendem mal ao público. Mais uma vez há uma contraposição entre direito e

²⁸² No cálculo da aposentadoria do setor privado o vale é a média dos últimos 6 meses, enquanto para o setor público o que vale é o último salário recebido.

²⁸³ Tivemos a cautela de, nesta parte do questionário, formular questões que não apenas confirmassem nossa hipótese, mas que pudessem refutá-la.

privilégio. Mesmo quando perguntados se os trabalhadores do setor público têm direitos conquistados na luta, 52% do total responde *não*.

De fato, há no País regimes de trabalho diferentes para trabalhadores do setor público – onde predomina o Regime Jurídico Único – e privado, chamado celetista²⁸⁴. Neste sentido, tem fundamento a representação, socialmente corrente, segundo a qual as condições e os direitos trabalhistas dos setores público e privado são diferenciados. Mas, apenas quando tais diferenças são tratadas de forma genérica e descontextualizada, pode-se atribuir ao funcionalismo público a fonte de todas as injustiças, impropriedades e "privilégios" - como faz a ideologia prática neoliberal. Mas, deixemos, esta questão em aberto, voltaremos a ela na conclusão deste capítulo.

Quadro VIII

Na sua opinião,	Sim	Não
Os funcionários públicos trabalham menos que os do setor privado?	85%	15%
Os funcionários públicos atendem mal ao público?	85%	15%
Os funcionários públicos têm direitos que todos os trabalhadores deveriam ter?	85%	15%
Os funcionários públicos têm direitos que foram conquistados com luta?	48%	52%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Até aqui, as análises das questões relativas à política de desregulamentação apontam para um "apoio interessado" dos metalúrgicos a alguns aspectos da política e da ideologia neoliberal. Que interesses teriam os metalúrgicos na desregulamentação das relações de trabalho?

Há, no geral, uma expectativa de aumento da produtividade e de "moralização do Estado" com o desmonte da aposentadoria do setor público, enquanto, no que diz respeito ao sistema previdenciário do setor privado, o que se coloca é a possibilidade de melhoria dos direitos, como por exemplo, o aumento no valor das aposentadorias e pensões. Mas, quando perguntados sobre o

²⁸⁴ O Regime Jurídico Único, instituído pela Lei n.º 8.112/90, uniformizou os três regimes de contratação dos servidores públicos: o estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei no.

que ganham com a extinção da aposentadoria integral e da estabilidade no emprego – questão que tem como objetivo identificar os interesses concretos dos metalúrgicos – as respostas variam e chegam a surpreender: uma parte dos metalúrgicos avalia que nada ganha, enquanto outra afirma ter esperança de que o atendimento ao público melhore, aumente a oferta de empregos e que os recursos públicos sejam convertidos para a previdência pública do setor privado. O mesmo ocorre quando sondados sobre seus interesses frente à reforma da previdência. Também neste caso, os metalúrgicos basculam entre uma posição de descrença e a expectativa na melhoria do atendimento ao público, na utilização mais eficiente dos gastos públicos, na possibilidade de terem um "salário justo", "uma vida melhor" e uma "aposentadoria mais digna". Ao responder à questão – "o que você acha que você ganha com a reforma da previdência?" – um metalúrgico assim se expressou: "nada, mas pelo menos não vai ter privilégio nenhum".

A política de abertura comercial é rejeitada por 70,5% dos metalúrgicos pesquisados. Solicitados a opinar sobre as consequências da "abertura geral da economia para a importação", a avaliação de que a abertura aumentou o desemprego foi praticamente unânime (96,5% do total). Os pesquisados também avaliam negativamente a abertura por "destruir a indústria brasileira", aumentar "as desigualdades e gerar concentração de renda", favorecer somente "o capital estrangeiro". Mas, se predomina uma avaliação negativa, nem por isso os metalúrgicos deixam de reconhecer que a abertura, "acabou com a mamata do empresariado brasileiro", permitiu "que as indústrias se modernizassem", foi positiva, porque as indústrias brasileiras estavam ultrapassadas (Quadro IX). É possível indagar se, neste caso, teria havido uma assimilação da ideologia

1.711/52) , a CLT e o precário. Com a aprovação da reforma administrativa essa uniformização foi extinta.

neoliberal, segundo a qual a livre concorrência é condição para a modernização das indústrias e do País.

Quadro IX

Na sua opinião a abertura geral da economia para importação,	Sim	Não
Aumentou o desemprego?	96,5%	3,5%
Permitiu que as indústrias se modernizassem?	85%	15%
Só favoreceu o capital estrangeiro?	81,5%	19,5%
Está destruindo a indústria brasileira?	81,5%	19,5%
Aumentou as desigualdades e gerou concentração de renda?	78%	22%
Acabou com a mamata do empresariado brasileiro?	74%	26%
Foi positiva porque as indústrias brasileiras estavam ultrapassadas?	74%	26%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Tratemos agora de expor os dados relativos à posição dos metalúrgicos sobre o desemprego. Primeiramente, solicitamos uma avaliação sobre as causas do desemprego no País. Coerente com o resultado do quadro acima, a invasão dos produtos importados foi assinalada como sua causa principal por 55% dos entrevistados. E apenas 18,5% consideram a baixa qualificação dos trabalhadores como o fator principal de explicação do desemprego. Vide quadro (X) abaixo:

Quadro X

Quais são as principais causas do desemprego?	Sim	Não
Invasão dos produtos importados	55%	45%
Ganância dos empresários	33%	67%
Elevação da taxa de juros	30%	70%
Baixa qualificação dos trabalhadores	18,5%	81,5%
Progresso técnico	15%	85%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Nesta questão solicitamos que os metalúrgicos assinalassem até duas alternativas.

Quando indagados sobre o principal responsável pelo desemprego, a maioria dos metalúrgicos aponta o governo FHC: 81,5% do total. Do total de metalúrgicos, 40,7% responsabilizam os patrões e 33,3% deles indicam a baixa qualificação dos trabalhadores pelo

desemprego. Entre as estratégias necessárias para resolver o problema do desemprego no País, 63% dos pesquisados acreditam que seria necessário um grande acordo nacional que envolvesse trabalhadores, empresários e governo²⁸⁵. Indagados também sobre que estratégias deveriam ser adotadas diante das demissões, a maioria (85%) afirma que um acordo com empresários seria o melhor a fazer, contra 11% que considera a greve a melhor solução.

Desta parte do questionário, pode-se concluir que a abertura econômica foi apontada como a principal razão do desemprego e o governo FHC como o seu principal responsável. Além disso, deve-se ressaltar a escolha da negociação como a melhor forma de buscar soluções para o desemprego – alternativa coerente com a concepção do "sindicalismo de negócios", praticado pelo SMSP.

O último bloco de questões procura avaliar o governo FHC. Quando a pesquisa foi realizada, em setembro de 1998, a campanha presidencial estava em curso. Naquele momento, 66,5% dos entrevistados rejeitavam o governo. O aumento do desemprego foi decisivo na avaliação que os metalúrgicos fizeram de Fernando Henrique Cardoso, como podemos ver pelos depoimentos de dois deles: "ele [o governo] só pensa no Real e esquece o social"; "Criou o Real, estabilizou a moeda, mas aumentou o desemprego e reduziu o salário". Em contrapartida, 33,3% dos pesquisados apóiam o governo FHC. Perguntados sobre as razões de sua opinião, os metalúrgicos favoráveis ao governo destacam o controle da inflação.

²⁸⁵ Para os entrevistados, 11,3% seria necessário acabar com o capitalismo selvagem e menos de 1% entende que somente um governo de trabalhadores resolveria o problema do desemprego.

Diante da pergunta sobre o maior mérito do governo FHC, os metalúrgicos indicam, predominantemente, o controle da inflação. Em contrapartida, os principais pontos negativos apontados são: o desemprego, a morosidade do legislativo, as constantes viagens do presidente, o fim da aposentadoria por tempo de serviços e de outros benefícios, o descontrole da previdência, a situação dos aposentados e da saúde e, por fim, o fato do presidente ter chamado os aposentados de "vagabundos".

A política econômica implantada pelo governo também é rejeitada por 70,4% dos entrevistados. No que se refere à pergunta sobre os efeitos do Plano Real na condição de vida dos metalúrgicos, há um equilíbrio nas respostas. A estabilidade e o aumento do poder de compra são as justificativas dominantes entre os 48,1% dos metalúrgicos que consideram sua vida melhor, depois do Plano Real. Outros, 48,1% dos metalúrgicos consideram suas condições de vida piores, apontando como justificativas a redução do consumo e da poupança que ocorreram com o Plano Real.

Solicitados a fazer uma comparação sobre as condições de vida dos anos de 1980 e 1990, as opiniões dos metalúrgicos se dividem: metade mostra-se mais otimista com os anos 1990 em função da estabilização econômica e com a expectativa de aumento no padrão de consumo, como telefone, por exemplo. A outra metade dos pesquisados faz uma avaliação negativa dos anos 1990, relativamente à década de 1980. Neste caso, o desemprego e o achatamento salarial são os principais problemas apontados pelos metalúrgicos.

Pediu-se aos metalúrgicos que se posicionassem diante de algumas afirmações sobre o Plano Real (Quadro XI). Todos os entrevistados afirmam que, com o Plano Real, "houve recessão e aumentou o desemprego"; 88,9% afirmam que puderam "escolher as mercadorias, pois a oferta

aumentou". O "aumento no padrão de consumo" é assinalado por 52% do total e 74% afirmam que, apesar dos preços terem subido, o salário manteve-se estável. Por fim, diante da pergunta se FHC era o melhor candidato à presidência, 48,2% respondeu afirmativamente, enquanto a maioria 51,8% rejeitou-o.

Quadro XI

Na sua opinião, com o Plano Real	Sim	Não
Houve recessão e aumentou o desemprego	100%	-
Posso escolher as mercadorias pois a oferta aumentou	89%	11
Meu salário manteve-se, mas os preços subiram	74%	26%
Passei a consumir produtos que antes eu não podia comprar	52%	48%

Fonte: questionários aplicados em setembro de 1998.

Que conclusão podemos tirar dos questionários aplicados em 1998? Pela análise realizada até aqui é possível concluir que:

- 1) a política de abertura comercial é criticada pela maioria absoluta do entrevistados. Vista como a principal causa do desemprego, a abertura econômica é considerada nociva não apenas pelos efeitos produzidos sobre o emprego, mas também por ter aumentado a desigualdade social e favorecido o capital estrangeiro;
- 2) já a política de privatização é apoiada pela maioria e está relacionada a duas motivações principais: a geração de emprego e o fim dos "privilégios" no serviço público. Embora apoiada, a privatização também suscita a reticência dos entrevistados, que criticam o aumento do desemprego e a venda das estatais para capital o estrangeiro;
- 3) a desregulamentação das relações de trabalho é um dos eixos da política neoliberal que, quando tratado em bloco, oculta ambigüidades e contradições. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, apesar do SMSP, ter investido, desde o início da década na

"flexibilização" do contrato, da jornada e depois da CLT, a "flexibilização" não recebe o apoio da maioria dos metalúrgicos. Ainda que os pesquisados tenham manifestado preocupação com demissões e desemprego, predomina a visão de que se trata de uma contratação que beneficia, sobretudo, o patronato. Em contrapartida, quando solicitados a opinar sobre os direitos dos trabalhadores do setor privado, a reticência dá lugar a um forte ressentimento e expectativa de que as reformas combatam "privilégios";

- 4) a questão que colocamos ao final de cada bloco – "o que você acha que você ganha com..." – evidenciou um fenômeno interessante. Tomemos as questões sobre a desregulamentação no setor público e as privatizações, de um lado, e sobre a desregulamentação no setor privado, de outro. Enquanto, no primeiro caso, o que parece estar em jogo são motivações e aspirações com o desmonte das práticas clientelistas, que privilegiam e causam prejuízo ao País, no segundo, o que se evidencia, é o descrédito dos metalúrgicos com possíveis ganhos materiais;
- 5) a popularidade do Plano Real divide as opiniões dos metalúrgicos, mas 100% deles imputa ao Plano Real o aumento de desemprego e a ocorrência de recessão.

IV.2 O discurso dos metalúrgicos – crítica aos "privilégios" e medo do desemprego

Apenas seis meses separam as duas fases da pesquisa. Não obstante, as turbulências ocorridas no início do segundo mandato do governo FHC, repercutiram, especialmente, nas entrevistas²⁸⁶.

Reeleito, Fernando Henrique Cardoso manteve a mesma política econômica anterior: juros elevados como forma de atrair capital externo – sobretudo, após o ataque especulativo sofrido pelo Real em decorrência da crise russa²⁸⁷. A política de juros elevados inibia novos investimentos, repercutindo sobre a produção e o consumo. Apesar de reclamada pelos setores produtivos, a desvalorização do Real, realizada em janeiro daquele ano, trouxe novos problemas para a atividade industrial, pois elevou o custo dos insumos importados. O Brasil renovou o acordo com o FMI e intensificou o pagamento da dívida externa – que saltou de US\$759 milhões em novembro de 1998 para US\$ 1,122 bilhão, no mesmo mês de 1999²⁸⁸. Este cenário agravou ainda mais o desemprego que bateu a casa dos 20% em abril.

Como assinalamos, o quadro de desemprego se agravava. A taxa de desemprego nacional crescera 38% nos quatro anos do primeiro governo FHC e, ao final de 1998, um milhão e seiscentos mil trabalhadores estavam desempregados na região metropolitana da Grande São Paulo. No âmbito da política de privatizações, o governo FHC, que conseguira a quebra do

²⁸⁶ A segunda etapa de nossa pesquisa constou de entrevistas com questões abertas (ANEXO 2). As entrevistas foram realizadas com metalúrgicos em 1999, durante um evento convocado pela Força Sindical em comemoração ao 1º de maio – Dia do Trabalhador. Cerca de 100 mil trabalhadores, segundo dados divulgados pela central, teriam participado do evento. Ver "100 mil trabalhadores no 1º de Maio da Força Sindical – Pelo emprego, educação e qualificação profissional", *O metalúrgico*, no. 450, mai. de 1999.

²⁸⁷ Ao declarar moratória, a Rússia desencadeou uma fuga de capitais dos países periféricos no segundo semestre de 1998, cujas consequências foram sentidas no Brasil que, mesmo com o socorro do acordo com o FMI, não foi capaz de conter a queda das reservas cambiais.

monopólio das telecomunicações, no início de 1995, terminou seu primeiro mandato com a privatização do sistema de telecomunicações. Contudo, já nos primeiros meses de 1999, denúncias sobre a precariedade dos serviços prestados pelas empresas compradoras do sistema Telebrás, entre elas a espanhola *Telefonica*, em São Paulo, e a *Telemar* no Rio de Janeiro, abalaria a popularidade das privatizações²⁸⁹. Outro dado político significativo na conjuntura em questão foi a instalação, no Senado Federal em 14 de abril, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema financeiro, que ficou conhecida como "CPI dos Bancos"²⁹⁰.

Esse breve esboço da conjuntura sinaliza que o início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi polarizado pela desvalorização cambial e pelo aumento do desemprego no plano econômico, bem como pela CPI dos Bancos no plano político. Estes fatos da conjuntura reverberaram na popularidade do governo, recém eleito, como mostraram uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em agosto de 1999, e nossas entrevistas²⁹¹. E, no final das contas, este cenário pode ter colocado em evidência para o trabalhador: a vulnerabilidade da moeda e da economia nacional, a crise da indústria, o desemprego, a ajuda aos bancos e os problemas com as empresas privatizadas.

²⁸⁸ Ver "Pagamento de juro da dívida sobe 48%", *Folha de S. Paulo*, 17 de dez. de 1999.

²⁸⁹ A Telesp/Telefônica foi a empresa que mais reclamações recebeu entre 1998 e 1999. Ver: "Ranking das reclamações", *Folha de S. Paulo*, 24 de mar. de 1999. Sobre a Telemar, ver: "Pane deixa parte do Rio sem telefone", *Folha de S. Paulo*, 22 de nov. de 1999. Segundo dados do Procon-SP, a telefonia liderou o *ranking* de queixas durante o período 1998-2002. Ver: "Telefonia lidera ranking há cinco anos", www.procon.sp.gov.br/index.htm, 22 de jul. de 2003.

²⁹⁰ A CPI foi composta para apuração dos fatos, ocorridos antes da desvalorização cambial em janeiro de 1999, que envolveram o socorro de 1,6 milhão de reais do Banco Central aos Bancos Marka e Fonte Cindam. Além dos casos dos bancos Marka e Fonte-Cindam, a CPI investigava a movimentação do mercado às vésperas da desvalorização do real, artifícios para a remessa de dólares ao exterior e casos passados como o PROER (Programa de ajuda aos bancos). Ver "Entenda o que está sendo investigado no sistema financeiro", *Folha de S. Paulo*, 23 de abr. de 1999.

²⁹¹ Ver: "Sinais de insatisfação", *Folha de S. Paulo*, 21 de jun. de 1999.

No ano de 1999, o evento do 1º de maio teve como bandeira o lema "Pelo emprego, educação e qualificação profissional". O SMSP vinha investindo, desde o início do ano, em uma campanha pelo emprego que se situava em dois níveis: no nível mais geral, criticava a política de juros e reivindicava a implantação de políticas de emprego, em particular a criação de Frentes de Trabalho e a ampliação do seguro desemprego²⁹². No plano doméstico, o SMSP enfrentava uma onda de demissões em tradicionais empresas de São Paulo, entre elas a Ford²⁹³. Para completar o governo havia concedido um reajuste de R\$6,00 no valor do salário mínimo, gerando insatisfação e revolta entre as lideranças e presentes ao evento.

Em outubro de 1999, uma matéria publicada por uma revista de circulação nacional chamava a atenção do leitor para um curioso fato: a população mudara sua avaliação sobre as privatizações no Brasil. *Mudança de humor* foi o irônico título dado pela revista à matéria²⁹⁴. Segundo a reportagem, uma sondagem feita em outubro de 1991 mostrava que 49% dos

²⁹² O SMSP reivindicava a ampliação do seguro-desemprego – duas parcelas extras de R\$100,00 para trabalhadores com idade mínima de 30 anos e que haviam requerido o seguro (no mínimo há 12 meses e no máximo a 18 meses atrás). Ver *O metalúrgico*, extra, jan. de 1999.

²⁹³ A ameaça de demissões na fábrica da Ford, localizada no bairro do Ipiranga, levou o sindicato a uma negociação com o governo que incluía a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a renovação da frota superior a 15 anos. A segunda proposta não chegou a se efetivar, mas incentivava a troca espontânea de carros com mais de 15 anos que receberiam desconto de R\$1.800,00 na aquisição de carro novo a gasolina e de R\$3.300,00 para os carros a álcool. A primeira proposta de redução do IPI acabou se concretizando com a assinatura do chamado Acordo Emergencial do Setor Automotivo, acordo celebrado entre o governo, a CUT e outros sindicatos e federações de metalúrgicos, que reduzia o IPI de 10% para 5% nos carros populares e de 30% e 25% para 17% nos modelos médios. O acordo também garantia estabilidade no emprego por 90 dias. Os governos estaduais de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina reduziram o ICMS em 3%. Além da crise da Ford, que se estenderia por todo o ano de 1999, o SMSP enfrentava uma onda de demissões em sua base. O Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, filiado à Força Sindical, negociava com a empresa Nardini (de Americana) a demissão de 1500 trabalhadores e o SMSP negociava com a Metalfrio (BS continental), a TODA e a Mecalfé, as demissões e com as empresas Filtros Logan (atraso no pagamento dos salários), Carto (criação do Banco de Horas) e Cibié do Brasil (redução da jornada e de salários em 15%).

brasileiros eram favoráveis à venda de estatais, contra 20% que a rejeitaram. Em 1995, no início do governo FHC, uma outra pesquisa mostrava que 42% dos pesquisados eram favoráveis à venda da Petrobrás e 39% contra. Quatro anos depois, o apoio à política de privatização havia caído para 25%, enquanto a rejeição alcançara 47% dos pesquisados. Sete entre dez brasileiros concordavam "que o Estado não deve se ocupar em administrar empresas, mas com educação, saúde e segurança"; contudo, passaram criticar a forma como ocorreram as privatizações das empresas e a concessão dos serviços públicos para a iniciativa privada. Identificamos na segunda fase da pesquisa esta mutação.

Relativamente aos questionários de 1998, as entrevistas realizadas em 1999 indicam uma mudança na avaliação sobre as privatizações. A tendência dominante, na segunda fase da pesquisa, não é de apoio, mas de reticência e de crítica. Ou seja, há, entre os entrevistados, aqueles que criticam os efeitos deletérios do processo de privatização (desemprego, precariedade dos serviços oferecidos pelas empresas privatizadas, desnacionalização do patrimônio, desconfiança com o destino dado aos recursos arrecadados com os leilões). Muitos explicitam que eram favoráveis, mas que passaram a discordar das privatizações depois que viram as suas consequências. Há também aqueles que são favoráveis, pois supõem que a privatização acaba com os "privilégios". Exemplifiquemos cada uma destas posições.

Aparecem nas entrevistas muitas críticas à validade, à utilidade e ao resultado das privatizações. As privatizações são criticadas sob os seguintes pontos de vista: 1) o patrimônio nacional fora vendido não para empresas nacionais, mas para estrangeiras; 2) ao invés de criar empregos, destruíam-nos, agravando a situação social do País e 3) as empresas privatizadas não

²⁹⁴ Ver "Mudança de humor", Revista *Época*, 4 de out. de 1999.

melhoraram o atendimento, nem o oferecimento dos serviços públicos; ao contrário, inúmeros problemas com telefonia e cobrança de pedágio nas estradas, de forma recorrente, são citados. Críticas ao governo, alusões à corrupção e dúvidas quanto à forma pela qual os recursos arrecadados com os leilões foram aplicados permeiam todas as entrevistas, como podemos perceber nos extratos apresentados abaixo:

"Eles privatizaram diversas firmas aí e jogaram o pessoal na rua. O pessoal está todo na rua, não tem o que comer, não tem o que fazer. O homem (o presidente Fernando Henrique) só pensa em vender, vender, vender... O pequeno é quem paga. Os grandes estão lá em cima e nós estamos nessa base aí" (Valdemar dos Santos, metalúrgico, entrevista realizada em maio de 1999).

"(...) tem empresa que [depois de] privatizada trocou toda a mão-de-obra, diretoria. Vem com mão-de-obra prá cá, diretoria, presidência. O que acontece? Fica o pessoal daqui desempregado e eles trazem os deles para trabalhar. Eu acho que privatizar não é negócio para gente. Nem para a maioria dos metalúrgicos, eu acho. (...) Cada vez que o governo privatiza uma empresa puramente nacional, ele está entregando o País em geral na mão de terceiros, europeu, asiático. Ele está entregando um País, não uma empresa. No caso (...) ele tentou privatizar até o *Banco do Brasil* que é uma coisa interna... *Banco do Brasil!* Se é do Brasil como é que ele vai querer privatizar um negócio desse? (...) se fosse vender para nacionais tudo bem, agora vender para estrangeiros, nós vamos ser dominados por países estrangeiros europeu e não funciona" (Vivaldino da Silva, metalúrgico, entrevista realizada em 1999).

"Todo dia privatiza alguma coisa, estão entregando nosso patrimônio todinho para os caras lá de fora, o que eu estou vendo aí, daqui uns dias os caras vão chegar e jogar todo mundo no mato, tomando conta do País, porque nós não vamos ter o direito de nada, não é verdade? (...) "Eu acho que isso daí é uma tremenda enrolada pra nós brasileiros, porque, quando o cara privatiza alguma coisa, dificilmente você vê alguém brasileiro ficou com algumas ações. Sempre é os caras lá de fora. Então a Vale do Rio Doce mesmo, um patrimônio nosso aqui, deu tudinho para os caras. Agora quer privatizar um monte de coisas! Eu não acho uma boa não" (João, metalúrgico, entrevista realizada em 1999).

"As privatizações eu sou de acordo privatizar, mas desde que saibam onde estão pondo o dinheiro, para onde este dinheiro está indo, se ele está gerando mais emprego, se ele está sendo distribuído para aquelas pessoas de renda baixa que estão paradas. Agora, pegar o dinheiro, vai botar um estrangeiro aqui dentro para mandar no País? Aí esses caras eles vão dar uma geral em tudo, eles vão fazer um lado, para eles deixar o povo daqui desempregado, ou parado, eu acho que está errado. Eu gostaria de saber onde esse dinheiro está indo" (Anônimo, entrevista realizada em 1999)²⁹⁵.

Na segunda fase da pesquisa, as motivações de ordem positiva – crença na promoção de novos postos de trabalho e na melhoria dos serviços públicos – dão lugar à desilusão e ao protesto

²⁹⁵ Alguns metalúrgicos preferiram o anonimato.

com o resultado das privatizações. Nota-se, pelas entrevistas, uma insatisfação muito grande com o funcionamento das empresas que adquiriram a concessão da telefonia fixa. Além da reclamação com o funcionamento do serviço privatizado e o preço cobrado – um fenômeno geral que foi, na época, amplamente noticiado pela imprensa –, o desemprego é o principal problema apontado:

"Você vê o caso da *Telesp*. Privatizaram. No entanto, não funciona. Quem trabalhava tinha seu emprego garantido, quem tinha o padrinho lá dentro continua, quem não tinha tá na rua" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que as privatizações nós só temos a perder, porque quando nós temos uma empresa, nós temos o lucro dela, se você privatiza – o exemplo a *Telefonica* – você privatiza, você passa a sofrer, porque o serviço privado deixa a desejar, não tem um órgão fiscalizador que fica ali em cima. No caso, a *Telefonica*, está atingindo todo mundo. Eu mesma já fui atingida fiquei sem telefone uma semana. Na época quem que não era privatizado isso não existia. Eu acho que a privatização só piora" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

Assim, as expectativas de aumento da produtividade e de empregos, bem como de fim dos "privilégios", explicariam o apoio inicial dos metalúrgicos à política de privatização, como ficou evidenciado na fase anterior da pesquisa. Em contrapartida, o aumento do desemprego, a desnacionalização da indústria e o reconhecimento de que os gastos sociais – ao invés de serem ampliados – foram reduzidos, assim como o fato de as privatizações provocarem novos e maiores transtornos são, no nosso entender, os elementos que explicam a reticência dos entrevistados frente à privatização, como vimos pelas entrevistas acima. A mudança de avaliação dos metalúrgicos não deve, contudo, ser compreendida como um "erro na pesquisa"; ao contrário, deve ser entendida como reflexo da dinâmica social e, em certa medida, da própria estratégia utilizada no processo de privatização. Lembremos que, inicialmente, o governo levou à leilão empresas de bens de capital (siderúrgicas, de fertilizantes, químicas) e que somente depois de tê-las leiloadas é que se iniciaram as privatizações dos serviços públicos (telefonia, transportes, eletricidade). Pois bem, é neste segundo momento que as privatizações começam a ser questionadas. Por sua vez, quando as primeiras empresas foram privatizadas a presença do capital

estrangeiro era inferior ao capital nacional, situação que se inverte a partir de 1995, quando mais de 80% do capital é estrangeiro. Não espanta portanto que quando realizamos nossa pesquisa, em 1999, a desnacionalização e a precarização dos serviços privatizados tenham suscitado outras revoltas entre os metalúrgicos.

b) A outra tendência que pode ser observada nas entrevistas é o apoio às privatizações. Trata-se, a rigor, de uma tendência; porém, o que é mais importante destacar – tanto mais do que a própria crítica feita pelos metalúrgicos, acima referida – é o fato de que, agora, o que justifica o apoio às privatizações não é mais a possibilidade de geração de empregos, mas a possibilidade de combater os "privilégios". Ou seja, depuradas as entrevistas e submetidas à análise conjuntural imediata, nossa pesquisa indica que o apoio de parte dos metalúrgicos à privatização permanece fundado na mesma revolta – histórica e mais profunda – contra os "privilégios". Vejamos:

"Porque isso aí é cabide de emprego. Onde vê uma manifestação na rua contra a privatização, são os colarinhos brancos ganhando 50, 60 mil real sem fazer nada. Tá pagando aquele pessoal para protestar lá. Na estatal é cabide de emprego, o cara ganha sem ir lá. Então no momento que privatiza vai melhorar o País" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que as privatizações deve existir como nos Países de primeiro mundo. Tudo que é do governo é uma porcaria, eu sempre pensei assim. É cabide de emprego. Tem que privatizar, é lógico que não todas as áreas. É lógico que as áreas que não devem ser privatizadas são comunicações, energia elétrica, isso não deve ser privatizado" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu sou a favor, porque nas mãos da iniciativa privada não têm estes cabides de emprego e tudo o que a gente vê acontecer. Eu acho que é melhor. Na mão da iniciativa privada é melhor. Acaba prejudicando o povo, acontecendo igual a gente tá vendo acontecer muita coisa na prefeitura, muitos parentes trabalhando. Na empresa em que eu trabalho, em 23, 24 anos, se fosse num órgão público, eles já tinham fechado. Eles passaram por muitas dificuldades, foi feito um remanejamento lá dentro. Quem era bom ficou e hoje a firma está como está, crescendo. (...) se ele consegue um cargo público bom, ele sempre vai trazer alguém da família dele, algum amigo indireto. Eu acho que tudo quanto órgão público, lógico que controlado pelo governo, deveria ser privatizado. Com a privatização a concorrência também faria um serviço melhor. Tem que ter um controle do governo, com uma auditoria do governo, mas as empresas deveriam todas ser privatizadas" (Edson Cândido, entrevista realizada em 1999).

Na segunda fase da pesquisa, procuramos também averiguar como os metalúrgicos estavam avaliando duas das medidas de desregulamentação trabalhista: o Contrato Temporário de Trabalho, que fora sancionado em janeiro de 1998²⁹⁶, e a quebra da estabilidade no setor público, possibilitada com a Reforma Administrativa, em julho de 1998. Começamos pelo Contrato Temporário de Trabalho (CTT).

Mesmo sendo defendido pelas lideranças como uma medida que gera empregos, o Contrato Temporário foi rejeitado pela maioria dos metalúrgicos, quando aplicamos os questionários em 1998. Em 1999, a mesma tendência se mantém. As opiniões dos pesquisados penderam mais para a recusa do que para a sua aceitação. Chama a atenção, o fato dos metalúrgicos criticarem o caráter perverso e meramente ideológico do Contrato Temporário de Trabalho. Nas entrevistas, referem-se a ele como uma "íngrata forma" de exploração, de "tapeação" e de "enganação":

"Eu acho que é tapear simplesmente. No meio de tanto roubo que a gente vê por aí, se fosse aplicado em trabalho no Brasil não precisava disso" (Alvim, entrevista realizada em 1999).

"Realmente é uma coisa íngrata para o trabalhador. Uma vez que ele está [empregado] temporariamente, ele não está tendo direito a nada. Se ele se machucar, não tem direito a nada" (Osias, entrevista realizada em 1999).

A precariedade das condições contratuais, a instabilidade no emprego e a perda de direitos são os pontos centrais ressaltados por eles. Destacam também que este Contrato beneficia, sobretudo, os patrões que se aproveitavam dessa situação para ganhar "em cima" do trabalhador.

"Eu acho que isso não deveria existir, porque é uma maneira de explorar o trabalhador. Vai lá, contrata por 6 meses, depois não precisa mais do serviço dele, aí manda ele embora. Fica desempregado da mesma [forma]. Não adianta nada disso aí. Precisaria arrumar mais emprego para que estes trabalhadores serem efetivos" (Francisco, entrevista realizada em 1999).

²⁹⁶ Aprovado, em dezembro de 1996, pelo plenário da Câmara dos Deputados e, em janeiro de 1998, no Senado Federal, o projeto de criação do Contrato Temporário de Trabalho foi sancionado pelo Presidente da República no final do mês de janeiro de 1998.

"É errado isso aí. O trabalhador entra numa firma, quando está vencendo o contrato, eles mandam embora e não paga para eles. Aí já contrata outros. Vão levando assim. O trabalhador nunca sai do fracasso do desemprego" (José Maria, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que ele é muito negativo, porque não te dá estabilidade nenhuma. Se você é empresário e pode contratar por 6 meses, é óbvio que você vai optar por isso. Então isso não traz benefício nenhum para o trabalhador, só para o empresário" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

Aqueles que se posicionaram favoravelmente ao Contrato Temporário, fizeram-no supondo que ele criaria novos empregos. Tratar-se-ia, para aqueles que o defendem, de uma alternativa, de um paliativo, diante da gravidade da situação social, da ausência de perspectivas e da necessidade de sobrevivência dos desempregados. Mesmo reconhecendo que ocorreriam perdas de direitos durante a vigência do Contrato, uma parte dos metalúrgicos pareceu atraída pela ideologia prática neoliberal ao assimilar a idéia, segundo a qual a criação de novos empregos dependia da "flexibilização":

"É bom para o trabalhador porque ele proporciona mais emprego, gera mais emprego. E para o tanto de pessoas que estão desempregados aqui em SP ajuda bastante. Você está aí 6 meses 1 ano sem trabalhar, vai arrumar seu trabalho. De repente você pode até se firmar naquele trabalho se você fizer seu trabalho certinho" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"O [trabalhador] temporário ele fica assim com uma certa insegurança em relação aos funcionários efetivos. Então ele fica inseguro também. Ele não faz uma prestação. Ele praticamente não vive. Ele não desfruta dos direitos da gente que é efetivo. Mas eu acho que é uma medida inteligente dos sindicalistas e do governo para solucionar, pelo menos em parte, os problemas" (Edson Cândido, entrevista realizada em 1999).

Pois bem, como explicar o apoio manifesto pelos metalúrgicos ao Contrato Temporário de Trabalho? Teriam assimilado a ideologia neoliberal? Tratar-se-ia de uma reação a uma situação de coerção econômica?

Os neoliberais defendem que a regulamentação do mercado de trabalho deforma o livre jogo da oferta e da procura, limita a liberdade de contratação e reduz as oportunidades de emprego. Por isso, cabe aos governos estimular formas de contratação "flexíveis" no "combate ao desemprego". Foi nesta direção que o governo FHC propôs um pacote de combate ao

desemprego, procurando, desta maneira, responder às pressões da burguesia industrial (pela redução de custos) e das lideranças da Força Sindical (pela adoção de políticas compensatórias e emergenciais). Contudo, as respostas dos metalúrgicos não refletem o mesmo entusiasmo, nem o mesmo apoio ativo, como aquele demonstrado pelas lideranças da central. Pelas citações acima, é possível concluir que o apoio dado pelos metalúrgicos ao Contrato Temporário de Trabalho foi reticente e crítico, provavelmente condicionado pela prolongada crise de desemprego na cidade de São Paulo. Amalgamados à luta economicista, estimulados pelas lideranças e, principalmente, constrangidos pelo drama do desemprego (redução de empregos e fechamento de indústrias), os metalúrgicos teriam apoiado, ainda que de forma pouco entusiasmada, a adoção do Contrato Temporário. As entrevistas abaixo, a nosso ver, sintetizam essa tomada de posição:

"Eu sou a favor [do Contrato Temporário], a favor porque é a única opção que [o desempregado] tem. Não tem mais empresa para ninguém. As empresas estão indo embora para o interior, estão fechando. É uma opção boa" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"(...) esse contrato pode ser que ele não vá resolver o problema, mas atualmente pode ser uma boa opção para muita gente que está desempregado. Qualquer dinheiro que entra a mais para a pessoa, já é uma grande alívio [ele quis dizer alívio], pra ele começar a sobreviver" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

As entrevistas realizadas em maio de 1999, procuram também avaliar a posição dos metalúrgicos quanto à estabilidade no emprego do funcionalismo público. Recordemos que, na pesquisa realizada em 1998, a estabilidade no emprego dividira a opinião deles: 51,8% foram favoráveis e 48,2% contrários – resultado que julgamos bastante equilibrado. Na segunda etapa, a estabilidade suscita tanto críticas quanto apoios. Os metalúrgicos direcionam sua crítica aos supostos privilégios do funcionalismo público e ao atendimento precário prestado por eles. Criticam também as diferenças existentes entre os direitos trabalhistas dando, contudo, a esta crítica uma direção conservadora e regressiva. Vejamos:

"A estabilidade, dependendo do funcionário, eu sou a favor. Agora, do jeito que eles estão

fazendo aí, tem que acabar. Você vai no INSS, ninguém quer te atender. Por que? Porque ele tem estabilidade. Então de um modo geral, tem que acabar" (João da Cruz, entrevista realizada em 1999).

"Eu sou contra porque [os funcionários públicos] têm a maior mordomia. As economia que o País tem vai tudo para os funcionários público e os funcionários que lutam, batalham aí não tem nada" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Então se a população não tem nenhuma garantia de emprego, por que eles podem ter" (Anônimo, entrevista realizada em 1999)?

Por sua vez, os metalúrgicos favoráveis à estabilidade dirigem seus argumentos para a mesma direção: trata-se de uma defesa que tem o trabalhador diante da instabilidade do mercado de trabalho. Dizem: "sou a favor porque, conseguir serviço hoje, é muito difícil; quem consegue, é melhor ficar definitivo".

Em meados de 1995, uma pesquisa encomendada pelo SMSP indicava que os maiores temores dos metalúrgicos eram o desemprego e a ameaça de demissão em massa²⁹⁷. Evidências e, sobretudo, dados mostram que estes temores não eram infundados. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho, durante a década, o número de empresas metalúrgicas cai 12%, e o de metalúrgicos 55%. Pelos nossos cálculos são cerca de 20.000 empregos perdidos a cada ano; aproximadamente 1.620 por mês. Estes dados assumem contornos ainda mais dramáticos, pois as demissões na indústria metalúrgica de São Paulo ocorrem nas médias e grandes empresas, aquelas cujas condições de trabalho e de salário são, relativamente, mais favoráveis. O crescimento da precarização (contratação irregular) e da informalidade (sem carteira, bicos) agrava ainda mais as possibilidades de retorno ao mercado de trabalho nas mesmas condições anteriores. Quando entrevistamos alguns membros da Comissão de Fábrica da MWM, foram

recorrentes as referências ao drama do desempregado e ao drama dos que estão empregados, mas que sofrem, no cotidiano, a ameaça de demissão²⁹⁸:

"o trabalhador com 35 anos hoje, ele está com consciência do sucateamento da mão-de-obra. Por melhor que ele seja qualificado para o mercado, ele só é bom até enquanto ele está trabalhando, quando ele sai, e ele se junta com aquele um milhão 600 mil [desempregados], ali, ele é marginalizado" (Entrevista com Wagner, membro da Comissão de Fábrica da MWM, jul. de 1998).

Por isso, não surpreendem os dados divulgados por uma pesquisa, segundo a qual os trabalhadores teriam indicado o desemprego como o principal problema social²⁹⁹. Também em nossa pesquisa, o desemprego aparece como elemento conjuntural decisivo.

Tal qual a avaliação feita em 1998, os metalúrgicos pesquisados em 1999 responsabilizam o governo FHC e os políticos, de forma geral, pelo desemprego. Diversas críticas são endereçadas ao governo. Na opinião dos metalúrgicos, o governo Federal e a administração pública permitem a corrupção, favorecem certos grupos econômicos e adotam uma política econômica que onera o empresários, desestimula investimentos e que, por isso, é injusta. A política econômica era condenada por beneficiar os "donos dos bancos" e por prejudicar tanto os "donos das empresas", com juros altos e impostos exorbitantes, quanto os trabalhadores, com o desemprego. São recorrentes as referências à corrupção, à má administração, ao desmando, à rouboalheira, ao favorecimento de grupos, como se pode concluir dos trechos selecionados abaixo:

²⁹⁷ Ver "Metalúrgico de SP tem mais medo de desemprego", *Folha de S. Paulo*, 15 de set. de 1995. Segundo dados levantados pela Companhia Brasileira de Pesquisa e Análise, junto a 400 metalúrgicos, 63% deles consideravam o desemprego a sua maior preocupação.

²⁹⁸ Segundo depoimento dos membros das respectivas comissões de fábrica: a MWM tinha, em 1990, 3.000 empregados e quando fizemos a entrevista em 1998, estavam empregados 1.050. A FAG tinham em 1997, 2.000 empregados e, em 1998, 900 trabalhadores. A Metal Leve tinha no início da década 5.000 empregados, e em 1998, 1.250.

²⁹⁹ Uma pesquisa realizada pelo Instituto *Datafolha* verificou que, desde agosto de 1998, crescia entre os trabalhadores brasileiros o medo de ser demitido. "Naquele mês, 43% diziam que a idéia de perder o emprego não chegava a amedrontá-los. Esse percentual caiu para 34% em dezembro e chegou a 26% agora." Ver: "Real deixa 10 milhões sem emprego", *Folha de S. Paulo*, 27 de jun. de 1999.

"Você vê que tanta roubalheira. A gente paga tanto imposto, mas a maioria não tem nada. Como eu, por exemplo, eu sou um empregado, eu não tenho nem onde morar. E eu pago aluguel" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Roubar menos e contribuir mais pela pobreza, [contra o] desemprego, posto de saúde que são um fracasso aqui no Brasil. Vocês que está lá na presidência, que tem os seus bonitos salário, que têm os seus convênio caro, não sabe o que passa com a pobreza, que enfrenta fila de INPS, de posto de saúde. Vocês não sabem o que é isso. Ficar num corredor de hospital, sem ter um colchão, sem ter uma maca, sem ter um quarto para ele ficar, sem ter um médico para atender... é tudo isso" (Alvim, entrevista realizada em 1999).

As referências à "roubalheira" do governo têm nas entrevistas um duplo sentido: aludem, num sentido, à corrupção e ao desvio de recursos e, no outro, ao fato do governo não utilizar os recursos advindos dos impostos e da privatização na criação de empregos, na saúde e na educação. A desvalorização cambial e a CPI dos Bancos constituíram os elementos conjunturais pontuais aos quais uma tendência significativa dos metalúrgicos fez referência:

"A preocupação do governo é salvar bancos. O banco não pode perder mas o pobre pode. O trabalhador pode" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Roubalheira que está acontecendo em Brasília... aqui mesmo também está acontecendo; Celso Pitta também. Lá em Brasília tem aquele tal de banqueiro lá... eu não sei explicar direito, mas eles deram dinheiro nosso para aquele pessoal" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Este Fernando Henrique, eu não espero nada dele mais não. Porque o começo do mandato dele (...) está aparecendo tudo isso... quando findar como é que vai ficar? Então a única chance nossa mesmo é (...) torcer para o caso de parar, fazer uma manifestação a gente tem que fazer isso, porque não dá para ficar na mão esperando, esperando e os caras só roubando. Por que a gente vê aí é roubo, a maioria dos caras roubando e ainda bem que está tendo várias CPIs aí, torcer também para ver se eles fazem alguma coisa, pelo menos colocar estes caras na cadeia. E não só colocar na cadeia. O dinheiro que estes roubou, eles têm que devolver, para ver se melhora alguma coisa, colocar em algum buraco, pagar alguma dívida" (João, entrevista realizada em 1999).

Ainda que o desemprego seja, de fato, o elemento conjuntural decisivo, é preciso considerar os efeitos que a CPI dos bancos produziu naquele momento. As suspeitas de favorecimento por parte do Banco Central a alguns banqueiros antes da mudança cambial, realimentam a crítica ao governo por ser suspeito de corrupção, mas também por beneficiar os

bancos, quando as empresas estavam fechando ou se deslocando para outros estados e o desemprego atingia 20% da PEA-paulista.

Além da corrupção, uma parte dos pesquisados responsabilizou a política econômica do governo pela crise econômica. Os metalúrgicos atribuíam à elevada taxa de juros, à sobrevalorização cambial e aos elevados impostos a crise nas indústrias que, sem novos investimentos, demitiam, se deslocavam para outras regiões ou simplesmente fechavam.

"A empresa caiu muito. Os patrões dizem que não têm serviço, não pode pagar nada, inclusive... está fechando. A firma caiu praticamente 100%. Em função do dólar. É o dólar que está causando todos esses problemas aí. Aumentou muito! Os patrões compram máquina, em dólar, agora tão pagando alto, não consegue" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que os impostos (são) muito altos cobrados na cidade de São Paulo e os empresários (...) julgam [que] o lucro é muito pouco, então eles vão fazendo as demissões e ampliando em lugares onde dá mais condições para eles" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"(...) eu creio que o governo poderia abrir emprego, abrir a fronteira, diminuir certos gastos também, mas também abrir em questão de diminuição de muitas contribuições, porque o patrão tem que pagar muitos encargos. Mas agora não adiantaria nada o governo tirar (encargos) e o patrão não cumprir" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que a dificuldade que a gente tem é a política econômica do FHC. O juro alto, a taxa de juros está altíssima, para segurar a inflação" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

A política neoliberal adotada pelo governo FHC suscita reações diferentes da burguesia industrial (Boito Jr., 1999). Se a política de abertura e de juros altos recai sobre o capital produtivo, em especial sobre o industrial, a desregulamentação do mercado de trabalho, como vimos, e a política de privatizações interessam a este setor do capital. A chamada "guerra fiscal" interessa, também, ao capital industrial, já que, as empresas são estimuladas pelos governos estaduais ou municipais a se deslocar para áreas ou regiões, onde pagariam menos impostos.

Na época que realizamos as entrevistas, o debate sobre a guerra fiscal estava em pauta, em função da ameaça de transferência da fábrica da Ford. Além dessa discussão mais ampla, o SMSP

também reivindicava junto ao governo a redução de impostos para a indústria paulistana, em geral, e participara do Acordo do Setor Automobilístico que estabeleceu a redução de IPI e de ICMS³⁰⁰.

A política de abertura comercial e as privatizações foram indicadas pelos metalúrgicos como responsáveis pelo desemprego.

"Ele (o desemprego) está mais avançado devido às importações que eles liberaram muito. E outra com esse roubo que existe lá no governo, é o ponto fundamental. Tudo que eles fazem... privatizam as indústrias brasileiras, aí o dinheiro some, ninguém sabe onde vai, então esse é um ponto chave para o desemprego" (Valdete da Silva Alencar, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que tem que breicar e parar com estas importações que vêm de fora e nós começar a ter mais empregos. Eu acho que são duas coisas fundamentais: negócio de confecções e da indústria dos carros importados. Por que o cara prefere muito mais um importado do que pegar o carro nacional, porque o valor, a diferença, é mínima" (Luiz, entrevista realizada em 1999).

Em nossa pesquisa, o desemprego aparece, de fato, como o elemento conjuntural decisivo. Por causa do desemprego, as privatizações foram apoiadas em 1998, mas rejeitadas em 1999; os contratos flexíveis foram justificados, nas duas fases; a abertura comercial foi rechaçada por quase todos os metalúrgicos na primeira fase da pesquisa. E, por ter agravado o quadro de desemprego, o governo FHC foi criticado na pesquisa de 1998.

Os metalúrgicos responsabilizaram a política econômica, a corrupção e as privatizações pelo crescimento do desemprego e o governo como o principal responsável. Se a concepção segundo a qual o governo é o principal responsável pelo desemprego predomina entre os pesquisados, para efeito de nossa pesquisa, a incidência de respostas que responsabilizam o próprio trabalhador pelo desemprego não deve ser desconsiderada. A ideologia da empregabilidade tem sido vulgarizada pelos governos neoliberais e é a base da principal política

³⁰⁰ A proposta de renúncia fiscal – redução de impostos como forma de geração de emprego – também vinha sendo uma frente apoiada pela CUT na região do ABC Paulista, desde o início da década com as Câmaras Setoriais.

de emprego implementada do Brasil nos anos 90: a política de qualificação e requalificação profissional. Como vimos nos capítulos anteriores, uma das frentes de expansão da Força Sindical foi a prestação de serviços para seus filiados, entre as quais se destacou a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional. Esta ideologia incute nos trabalhadores a idéia de que sem, ou com baixa, qualificação não há empregos, na medida em que a modernização tecnológica demanda tarefas mais complexas. A ideologia da empregabilidade é duplamente perversa: primeiramente, ela mascara a realidade ao pressupor a existência de postos de trabalho vagos, que aguardariam apenas a qualificação de trabalhadores para serem preenchidos. Em segundo lugar, ela responsabiliza o próprio trabalhador por sua formação, culpando-o por não ter continuado seus estudos e por não ter procurado se aperfeiçoar, quando, na realidade, o sistema de ensino no Brasil tem sido historicamente excludente e o nível de exploração da força de trabalho – jornadas extensas, horas extras – desgastante.

"O problema, eu acho que emprego existe, o que não existe é qualificação. Muita gente sem estudo. Muita gente sem ter muito que oferecer, às vezes não basta boa vontade para trabalhar, você não tem conhecimento técnico esse é o problema do desemprego, em grande parte" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

"Eu acho que o motivo principal é a falta de formação das pessoas. Eu acho que emprego tem até um certo número. O que não tem é pessoal para atender às necessidades do mercado. Existe um número de empresas que não é suficiente para todo mundo, mas acho que se o pessoal tivesse uma formação necessária, esse desemprego seria bem menor. Eu acho que é falta de formação" (Anônimo, entrevista realizada em 1999).

Os dados sistematizados por nossa pesquisa permitem afirmar que as políticas neoliberais obtiveram apoio, reticência e crítica. Começamos pelo fim. Salta aos olhos a crítica à política de abertura comercial cujas conseqüências puderam ser sentidas pelos metalúrgicos da cidade de São Paulo. As entrevistas revelam que os metalúrgicos correlacionam o desemprego e a desindustrialização à "invasão dos produtos importados". A política de juros também é criticada

pelos metalúrgicos por suas conseqüências deletérias para a indústria e conseqüentemente para o emprego.

Já a política de desregulamentação trabalhista do setor privado é, em princípio, rejeitada. Os metalúrgicos discordam do Banco de Horas, do Contrato Temporário de Trabalho, da Demissão Temporária e, principalmente, da proposta de reforma da previdência de FHC que, no momento de nossa pesquisa, estava em curso. Aqui, contudo, se evidencia, de forma mais clara, como os constrangimentos derivados do desemprego e das demissões impelem os metalúrgicos a assumir uma atitude conformista frente ao neoliberalismo. As propostas de "flexibilização", amplamente defendidas pelas lideranças, passam a ser vistas como um alento, uma solução emergencial e compensatória para fazer frente ao drama dos desempregados. Desta forma, os metalúrgicos, ainda que reticentes, assimilam a idéia neoliberal de que a criação de novos postos de trabalho depende da redução de encargos e dos direitos trabalhistas.

A política de privatização suscita a reticência dos entrevistados. Se, inicialmente, a tendência dominante é de apoio às privatizações (ocasião em que se manifesta com clareza a revolta dos metalúrgicos com certas práticas cartoriais e clientelistas, atribuídas aos funcionários públicos), na segunda etapa da pesquisa, o agravamento da situação econômica e os efeitos da privatização – diferente daquilo que vaticinavam os governos neoliberais – impeliram os metalúrgicos a uma inflexão. Com as privatizações, aumentou o desemprego, embora as promessas fossem na direção contrária; houve a desnacionalização do patrimônio, quando se prometia o fortalecimento da indústria nacional e a democratização do capital. Paralelamente, verificou-se que as empresas de telefonia passaram a ser alvo de graves reclamações (telefone sem conta, conta sem telefone, morosidade dos serviços etc), ao revés do que era prometido aos quatro ventos: popularização do consumo e melhoria da qualidade do serviço. Para usar a

expressão da imprensa naquele momento, mudou o "humor" dos metalúrgicos, em virtude desse quadro. Esta inflexão evidencia-se nas entrevistas de 1999, sobretudo, quando os metalúrgicos criticam a "forma das privatizações". No nosso entender, eles criticam a forma e o processo, mas ainda acalentam a expectativa de que o melhor é privatizar, pois só assim pode-se combater os "privilégios" e os "cabides de emprego".

Dentre os eixos da política neoliberal, a proposta de desregulamentação das relações de trabalho do setor público é aquela que suscita reticência e adesão: reticência quando se fala da estabilidade no emprego; adesão quando se fala da previdência do setor público. Nossa pesquisa mostra que, apesar de atribuírem – ao funcionalismo público e aos políticos – as mazelas, o atraso e os prejuízos do Estado desenvolvimentista, os metalúrgicos também reconhecem que a estabilidade era, naquele momento de crise do desemprego, uma garantia que o trabalhador não podia perder. Por sua vez, a previdência do setor público é vista não como um direito, mas um "privilégio" que deve ser combatido para o bem da previdência do setor privado, da saúde, da educação e do País. Mesmo o Plano Real é visto com reticência, na medida em que, muito embora tenha trazido a estabilidade, não deixou também de aprofundar a recessão e gerar desemprego.

Coagidos pelo desemprego, os metalúrgicos aceitam a redução de direitos. Atraídos pelo discurso de desmonte do modelo intervencionista de Estado, apóiam a privatização e a desregulamentação trabalhista do setor público; sob o impacto do discurso das lideranças, que reagiram à abertura comercial, exigindo políticas compensatórias e de "flexibilização", os metalúrgicos se acomodam; e, por fim, apesar de satisfeitos com o controle inflacionário, os metalúrgicos vêem o Plano Real como mais um fator de desemprego. Em suma, o operariado

metalúrgico da cidade de São Paulo adere ao neoliberalismo ao assimilar o discurso contra os "privilégios" e pelos constrangimentos derivados do desemprego crescente.

A análise do espectro de posições dos metalúrgicos na conjuntura neoliberal indica, pois, um fenômeno intrigante: os metalúrgicos aderem ao neoliberalismo sem obter, ou reivindicar, concessões ou ganhos materiais. Num determinado plano da análise, é possível dizer que os metalúrgicos expressam e nutrem expectativas de bem-estar (por exemplo, aumento no consumo de bens como telefone, o barateamento da gasolina, a melhoria da aposentadoria etc). Mas, confrontados pela conjuntura política e econômica, de curto e longo prazos, o que resta é a dura realidade dos fatos: de um lado o desemprego, a queda da renda, e, de outro, a aspiração de que o desmonte de certas práticas estatais restitua o que supõem ter-lhes sido "roubado", seja pelos funcionários públicos "privilegiados", seja pelos governos corruptos. É, pois, ao desmonte do Estado cartorial e ao fim dos "privilégios" o que os metalúrgicos aspiram. Trata-se, então, de adesão ativa e entusiasmada?

As posições assumidas pelos metalúrgicos na conjuntura neoliberal não nos permitem falar em adesão ativa, nem entusiasmada. Diferentemente das lideranças da Força Sindical e do SMSP que apoiaram, ao longo dos anos de 1990, de forma ativa e militante a política de privatizações e de desregulamentação das relações de trabalho, a adesão dos metalúrgicos de São Paulo é passiva e circunstancial.

Nosso estudo conclui que os metalúrgicos se mobilizam para reivindicar, no plano imediato, conquistas salariais. No plano mais geral, reivindicam a adoção de medidas que, em certa medida, até contrariam alguns princípios neoliberais; por exemplo, a luta pela estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho, a implementação de frentes de trabalho, a

mudança na política econômica e a preservação dos empregos. Porém, ainda que as lideranças tenham pressionado diretamente os governos pela implementação e pela radicalização das "reformas", os metalúrgicos não se mobilizam para tanto.

Trata-se, também, de uma adesão circunstancial, pois à medida que o caráter perverso do neoliberalismo se evidencia – na forma de aumento do desemprego, de redução de direitos sociais, de precarização dos serviços privatizados e da venda das empresas públicas para o capital estrangeiro – bascula, quando não cessa, o apoio dos metalúrgicos. Contudo, mesmo sendo superficial e circunstancial, tal adesão é suficiente para caracterizarmos o impacto da ideologia neoliberal no meio metalúrgico da cidade de São Paulo.

A adesão dos metalúrgicos ao neoliberalismo significaria que se trata de um segmento social com tendências conservadoras no plano político. Mas – perguntamos – seriam os metalúrgicos, por isso, reacionários? Se há, como procuramos demonstrar com esta tese, uma revolta, mais profunda, contra o funcionalismo público e certas práticas estatais, essa revolta pode assumir uma natureza progressista e democrática. Expliquemos melhor.

Os metalúrgicos manifestam nos questionários e nas entrevistas expectativas de melhorias em seus direitos trabalhistas. Pois bem, quando perguntados sobre uma hipotética proposta de igualização dos direitos entre o setor público e o setor privado – mas desta feita pela via da expansão dos direitos – as respostas são reveladoras. No que diz respeito à ampliação da aposentadoria integral para o setor privado, a quase totalidade dos metalúrgicos manifestou-se favoravelmente: 92,5% do total. Esta disposição para uma ampliação de direitos também pode ser confirmada pela resposta dada à questão que versava sobre o aumento das pensões do setor privado. Neste caso, 81,5% foram também favoráveis. Nas questões abertas também surgiram

afirmações sobre a necessidade de expandir os direitos para todos os trabalhadores e não apenas para uma parte deles: "essa estabilidade deveria existir para toda a população, não só para a parte do governo".

Para concluirmos, restam ainda duas questões:

1) Por que, o discurso contra os "privilégios" e os "marajás", forjado na conjuntura de crise do Estado desenvolvimentista e amplificado pelas lideranças do SMSP, foi assimilado pelos metalúrgicos da cidade de São Paulo?

Esta revolta popular contra os direitos do servidor público e contra a ação regulamentadora do Estado não é mera mistificação, um revanchismo criado pela mídia e pelo governo, que hipnotiza a todos. É certo que ambos (governos neoliberais e mídia burguesa) vêm fazendo do servidor público o "bode expiatório" da crise e do suposto atraso do País. Entretanto, se voltarmos à história das políticas sociais no Brasil, veremos como os direitos trabalhistas e sociais são hierarquizados e estratificados (Santos, 1979). Tomemos como exemplo a aposentadoria dos setores público e privado no Brasil. O valor médio pago pelo INSS em 1997, era de 1,77 salários mínimos (Cf. Vianna, 1999). Dezoito milhões de pessoas recebem seu sustento sob a forma de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). No setor público, há aproximadamente três milhões de aposentados e pensionistas que, considerando os três poderes, recebem em média 14 salários mínimos. O contraste é significativo. Se tomarmos separadamente as aposentadorias dos três poderes, veremos que aquela média mascara outras discrepâncias. No Executivo federal, há cerca de 900.000 inativos com benefícios médios em torno de 4,5 SM; esta média sobe para 34,7 SM no Judiciário e para 36,8 SM no Legislativo. Este quadro de desigualdade de condições de aposentadoria, que vem sendo

explorado com objetivos conservadores pelos governos neoliberais, é um dado objetivo. Ele cria uma base material para a revolta popular contra os funcionários públicos, todos supostamente "privilegiados" e responsáveis pelas agruras do setor privado e de seus trabalhadores.

Os metalúrgicos (trabalhadores do setor privado sem direito à aposentadoria integral, submetidos ao despotismo de fábrica) também vêem no neoliberalismo a possibilidade de combater certas práticas do Estado burguês (parasitismo, clientelismo), que se disseminaram nos órgãos públicos, na burocracia estatal e na política, particularmente durante a ditadura militar no Brasil. Neste sentido, eles acreditam que, combatendo os "privilégios" dos funcionários públicos, estão "moralizando" e tornando "mais justos" os direitos sociais, historicamente precários e desiguais.

2) Se há convergência e divergência entre a posição tomada pelas lideranças e os metalúrgicos, o que dizer de seus discursos?

Ao analisarmos a propagação da ideologia neoliberal concluímos que se trata de um processo complexo e tenso: o discurso das lideranças e a fala da base convergem, mas não são idênticos; se acomodam, mas não se identificam em tudo; são harmônicos, mas não um uníssono. Enfim, o discurso das lideranças encontra eco entre os metalúrgicos, mas a base não se reverbera integralmente o discurso de suas lideranças.

O discurso das lideranças procura atrair a base e isolar opositores para legitimar as políticas neoliberais³⁰¹. Procura atrair a base com promessas, segundo as quais, o desmonte do Estado nacional-desenvolvimentista e populista gera emprego, democratiza o capital e aumenta o

³⁰¹ Na luta ideológica, o discurso é sempre tenso, belicoso e polarizado. Se a função do discurso político é sempre a mesma – ganhar posições, buscar apoio e isolar o inimigo – seu conteúdo e sua natureza

consumo. Procura também motivar a base com a expectativa de que, com o desmonte do Estado nacional-desenvolvimentista e populista, se fará "justiça" aos que, "na realidade", trabalham, pagam impostos, sustentam o país – os trabalhadores do setor privado. No intuito de atrair e motivar sua base, as lideranças "jogam pesado" contra o funcionalismo público. Qualificam-nos de "parasitas", "sanguessugas", "ineficientes", "vagabundos", etc. Forjam um discurso aparentemente progressista, que incita sua base a uma cruzada contra injustiças, desigualdades, irregularidades e corrupção, mas que tem uma natureza conservadora e perversa.

Por sua vez, o discurso da base espelha expectativas de emprego e consumo, bem como de "justiça" contra "marajás", "cabides de emprego" e "privilegiados". Não tem, todavia, o mesmo empenho reacionário do discurso das lideranças. Nas entrevistas com os metalúrgicos, notamos que: ao funcionário público, são atribuídos os adjetivos "privilegiado" e "marajá"; às estatais, os adjetivos "cabides de emprego" e "mordomia"; e finalmente ao governo, o adjetivo "corrupto". As expressões mais pejorativas e carregadas de conservadorismo – como "vagabundo", "sanguessuga", "carrapato", "ínepto" etc e tal – são utilizadas amplamente pelas lideranças, mas não pelos entrevistados. São diferenças discursivas que não implicam em refração, mas que, nem por isso, devem ser desconsideradas. Se a ideologia prática neoliberal motiva a base com promessa de emprego e desmonte de privilégios, perguntamos então: o que interessa às lideranças do SMSP e da Força Sindical?

Para as lideranças, o que está em jogo é muito mais do que manutenção de emprego de seus filiados, afinal, na "era neoliberal", o sindicato cresce mesmo quando sua base cai à metade. Além de crescer, o sindicato enriquece e capitaliza. Para as lideranças, o que está em jogo é mais

podem variar. No caso do discurso das lideranças da Força Sindical, sua natureza é, por tudo que discutimos neste trabalho, conservadora e reacionária.

do que "dar uma cacetada sem dó nem piedade no funcionalismo público", afinal o desmonte dos direitos e a redução de gastos públicos significam mais recursos para os sindicatos e mais negócios para seus dirigentes. Previdência privada, fundos de investimento, cooperativas de crédito, agência de emprego, OnGs devem render "alguma coisa" aos gestores dos negócios sindicais.

Motivadas pelos mesmos "ideais" de sua base, mas imbuídas de interesses distintos, as lideranças puderam se apropriar da insatisfação com os "privilégios", dirigi-la e convertê-la em desmonte de direitos; em uma palavra, convertê-la em política contra os próprios trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste trabalho analisar o impacto da ideologia neoliberal no meio metalúrgico. Partimos da tese, segundo a qual, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo ao apoiar ativamente a implantação de algumas políticas neoliberais e procurar justificá-las. Diferentemente do que a maior parte da bibliografia afirma e ao contrário do que a maioria dos ativistas do movimento sindical prega, a penetração da ideologia neoliberal não se limita às suas lideranças, mas se propaga entre sua base principal, os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

A proposição dessa tese era, logo de saída, polêmica: em que sentido é possível falarmos em adesão do sindicalismo ao neoliberalismo se, no plano doutrinário, são termos que se opõem? Se o neoliberalismo é uma ideologia tipicamente capitalista, burguesa e conservadora, que procura justificar uma política que impõe uma regressão histórica aos direitos e conquistas dos trabalhadores, como é possível que um setor do movimento sindical e que um segmento de trabalhadores tenham apoiado tal política e assimilado tal ideologia? Que interesses e motivações teriam os metalúrgicos no neoliberalismo?

Optamos, então, por redigir uma introdução que esclarecesse, primeiramente, o lugar do sindicalismo na ideologia teórica neoliberal. O neoliberalismo tem como pressupostos a livre iniciativa individual e a idéia de que o mercado de trabalho é auto-regulável e deve fluir sem interferências e resistências. Quem deve negociar preços e condições contratuais são os trabalhadores individualmente. Já o sindicalismo baseia-se no pressuposto de que, juntos, os trabalhadores podem constranger os capitalistas a negociar salários, jornada e condições de trabalho. O sindicato é, portanto, um vendedor coletivo. Teoricamente, os neoliberais combatem, com veemência, a existência de sindicatos e, historicamente, o desmonte do sindicalismo inglês

tornou-se o caso mais exemplar. Mas se, em termos teóricos, neoliberalismo e sindicalismo se opõem, em termos políticos podem, inclusive, convergir.

Para viabilizar historicamente um dos objetivos centrais do neoliberalismo – a redução e regressão dos direitos trabalhistas – os governos neoliberais procuram atrair os sindicatos para seu campo, tornando-os funcionais e delegando-lhes tarefas relegadas pelo Estado – tanto mais quanto são as carências sociais. Neste sentido, é em função de uma convergência política e ideológica que podemos tratar da questão mais geral desta tese: a adesão da Força Sindical (de suas lideranças e de seus trabalhadores) ao neoliberalismo.

Ainda na introdução, optamos por confrontar nossa tese com a bibliografia existente sobre a Força Sindical. No nosso entender, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo, não apenas mas também, porque suas bases sociais estão majoritariamente concentradas no setor privado industrial e porque aglutinou, no interior deste setor e na conjuntura de transição liberal, sindicatos com larga tradição pelega e conservadora.

No primeiro capítulo procuramos mostrar como ocorreu o processo de convergência entre uma frente conservadora criada no sindicalismo brasileiro nos anos de 1990 e o primeiro governo neoliberal no Brasil. Sob a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), essa frente – criada para fazer oposição e, ao mesmo tempo, defender-se da CUT, bem como para responder aos interesses das duas correntes que a compuseram (peleguismo e "sindicalismo de resultados") – convergiu para o neoliberalismo, primeiro ao conciliar e, depois, ao aderir à política neoliberal. A Força Sindical e seu principal baluarte, o SMSP, apoiaram, cresceram e se beneficiaram com as políticas neoliberais.

O apoio da Força Sindical à políticas neoliberais não é, e nem pode ser, incondicional. Com todo o rigor, houve resistência à política de abertura e a alguns aspectos da reforma trabalhista, na medida em que a central filtra, dentre as políticas neoliberais, aquelas que afetam mais diretamente seus representados, em particular os metalúrgicos. É isso que explica, por exemplo, porque a central apoiava em seu projeto de fundação a abertura da economia brasileira para a importação, mas passou a resistir à forma como ela ocorreu, em função da desindustrialização e do desemprego em sua principal base. É também o interesse de seus representados o que explica porque, após militar pela política de privatização das estatais, a central teve, em 2001, que recuar de sua posição e, diante da crise do "apagão", solicitar a suspensão da privatização do setor elétrico. Que interesses, então, teria a principal base social da Força Sindical no neoliberalismo?

No segundo capítulo, então, mergulhamos na história do SMSP e analisamos a sua atuação no processo político, desde o surgimento da corrente do "sindicalismo de resultados" até o final dos anos de 1990. Ao retomarmos os estudos existentes sobre o SMSP, descobrimos que este sindicato tem assumido um comportamento político peculiar, cujos traços, entretanto, têm escapado a alguns dos estudiosos do sindicalismo brasileiro. Com exceção do interregno 1951–1964, quando esteve sob influência do PCB e incrementou a luta salarial, de 1932 – ano em que foi oficialmente fundado – até hoje, o SMSP tem assumido uma orientação político–sindical conservadora: seja resistindo ao avanço das lutas progressistas no período populista, seja apoiando os governos ditatoriais e neoliberais. Com esta arraigada tradição conservadora, o SMSP, soube, a partir de 1990, combinar "pragmatismo" ao neoliberalismo. Esta combinação é notória na conjuntura que estudamos: enquanto no plano reivindicativo o SMSP assumiu a luta grevista, incrementou a participação nas fábricas, "tomou" as comissões de fábrica, formou

milhares de delegados sindicais e assumiu no plano nacional (através da Força Sindical) campanhas e mobilizações com a CUT, no plano político, implementou, de forma pioneira, vanguardeira e militante, as políticas neoliberais voltadas para a "flexibilização" trabalhista em sua base e expandiu, de forma *espetacular*, o sindicalismo de serviços.

O SMSP negocia, barganha e movimenta sua base com assembléias, campanhas salariais, campanhas emergenciais, "caravanas" até Brasília, eventos, *shows* e sorteios, mas o faz dentro dos limites do economicismo e do neoliberalismo: o que torna, para parte significativa dos trabalhadores que representa (sobretudo, os metalúrgicos das pequenas e médias empresas), todo esse "barulho" praticamente inócuo. Ao tentar combinar "pragmatismo" com neoliberalismo, o SMSP promete "colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador". Na medida em que apóiam esta fórmula, os trabalhadores, interessados nas promessas de ganhos salariais, acabam dando um "tiro no próprio pé". Em nome do emprego e do salário (que interessa aos trabalhadores), o sindicato radicaliza as políticas neoliberais: implanta contratos que retiram direitos, facilitam a demissão, desoneram o capital. Mas, em contrapartida, com o "novo assistencialismo" e o "sindicalismo de negócios", o sindicato cresce (lembramos o *slogan* da Força Sindical: *a central que mais cresce no Brasil*) e enriquece – ao assumir funções relegadas pelo Estado e receber dos governos neoliberais recursos públicos para isso. Enfim, com estratégias de mobilização, o SMSP procurou alimentar o obreirismo e o *tradeunionismo* almejado pela base mas, ao mesmo tempo, aprofundar e disseminar a ideologia neoliberal. Como então se deu este processo?

Nos capítulos finais, procuramos mostrar que alguns aspectos da ideologia neoliberal foram propagados entre os metalúrgicos pela intensa atuação das lideranças e em função de alguns mecanismos ideológicos: 1) apropriam-se de certas aspirações populares, mais precisamente, de uma postura crítica (porque inorgânica) contra o Estado cartorial e

empreguista), 2) convertem tal postura em uma cruzada "contra os privilégios dos funcionários públicos" e 3) transformam tal cruzada em apoio à política neoliberal (burguesa, monopolista e imperialista). Nesta cruzada, as lideranças – sobretudo depois que Collor "abriu a temporada" de "caça aos marajás" – não tiveram grandes problemas em eleger os funcionários públicos como o bode expiatório, o alvo de todas as críticas, a fonte de todos os males sociais.

Trabalhadores do setor privado, sem direito à estabilidade e à aposentadoria integral, usuários dos precários serviços públicos de saúde e educação, sem amplo acesso aos bens públicos, quotidianamente submetidos ao despotismo de fábrica, os metalúrgicos vêm os direitos, os benefícios e a situação de trabalho dos servidores públicos como fonte de "privilégios", "desmandos" e "corrupção".

Outro mecanismo ideológico eficaz utilizado pelas lideranças foi explorar, também de forma perversa, os constrangimentos econômicos produzidos pelas próprias políticas neoliberais, ao acirrar a "rivalidade" entre as classes trabalhadoras, estimular o "darwinismo social" e a luta dos quem têm algo, contra os que têm pouco. Esse engenhoso mecanismo ideológico, faz uma espécie de "terrorismo" com a situação dos desempregados e daqueles que estão sob ameaça de demissão. Os efeitos políticos destes "constrangimentos derivados do desemprego" são: a conciliação com as políticas paliativas e compensatórias, a naturalização das causas do desemprego e a difusão de uma concepção, segundo a qual, cada um é responsável por sua própria sorte. Mais precisamente, o desemprego em ascensão, a queda no rendimento salarial, o aumento da pobreza, as falências e fechamento de empresas são utilizados como novas formas de dominação política e de exploração econômica, desta feita pelas mãos e através dos discursos das lideranças.

Segundo nossa pesquisa, a imagem do funcionário público inepto, improdutivo e ajeitado, caricaturada pela literatura, explorada pela política populista de Jânio Quadros e pela política neoliberal encontra-se no cerne da representação que os metalúrgicos fazem do Estado brasileiro, dos políticos profissionais e dos servidores públicos. Se o populismo de Jânio Quadros soube explorar a revolta contra o "funcionalismo público" junto a seu eleitorado, predominantemente operários paulistanos como demonstrou Francisco Weffort em seus trabalhos, os governos neoliberais também o fizeram e encontraram um terreno fértil de disseminação da ideologia neoliberal entre os metalúrgicos. Sob a ação das lideranças, o neoliberalismo transforma a expressão "revolta popular" em ideologia conservadora, na medida em que, ao combater os supostos privilégios, o que os governos neoliberais, de fato, fazem é reduzir direitos trabalhistas e custos sociais. Em poucas palavras, o neoliberalismo traveste-se de uma "bandeira" progressista para invertê-la em política regressiva.

Antes, contudo, de concluir este trabalho, é necessário sublinhar que esta "revolta" dos metalúrgicos não deve ser entendida como uma manifestação reacionária. Primeiramente, porque esta "revolta" alude a motivações justas por igualdade de condições de trabalho e de direitos. Mas também é possível aventar que esta revolta pode assumir uma natureza progressista. É o que se pode deduzir das reações amplamente favoráveis dos metalúrgicos entrevistados quando colocados diante de uma hipotética proposta de ampliação da aposentadoria integral e da estabilidade também para o setor privado.

Finalmente, nosso trabalho evidencia o aspecto determinante da luta ideológica pela dominação burguesa. Mas a luta pela dominação de classe pode ter outras direções. Como nos legou o poema de *Brecht*, invocado na epígrafe desta tese, saber quem são os inimigos dos

trabalhadores, com que podem contar, quais são suas palavras de ordem, quem são seus aliados e seus adversários já é um começo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na TV*. Niterói: MCII/UFF, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. "Prática teórica y lucha ideológica". *La filosofía como arma de la revolución*. Córdoba: Cuadernos pasado y presente, 1986.
- _____. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. IN: ZIZEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVES, Maria Tereza Gonzaga. "Conteúdos ideológicos da Nova Direita no município de São Paulo: análise de surveys". *Opinião Pública – Revista do Cesop*, vol. VI, no.2, outubro de 2000, p. 191–229.
- AMIN, Samir "Capitalismo, imperialismo e mundialização". In: SEONE, José e TADDEI Emílio. (orgs.) *Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. "Introdução ". In: ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. São Paulo: Contraponto, 1996, p. 9-32.
- _____. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (orgs.) *Pós Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-38.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*, Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Garnier, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – um ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *O novo sindicalismo*. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.
- ASKOLDOVA, Svétlana. *Le trade-unionisme américain – formation d'une idéologie (fin du XIX^{ème} siècle)*. Moscou: Editions du progrès, 1981.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.
- BARROS, Antônio Texeira de. "O discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a privatização no Brasil". *Intercom-Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. 19, no. 1, janeiro-junho de 1996, p. 89-105.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BEYNON, Huw. "O sindicalismo tem futuro no século XXI?". In: SANTANA, M.A. (org.) *Além da fábrica - trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 44-71.
- BERNARDO, João. "Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?". *Crítica Marxista*, no. 4, São Paulo: Xamã, 1997.

- _____. *Capital, sindicatos e gestores*. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIONDI, Aluizio. *O Brasil Privatizado II – o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- _____. *O Brasil Privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR, Armando. "A hegemonia neoliberal no governo Lula". *Crítica Marxista*, no. 17, novembro, Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 10–36.
- _____. "Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil". In: ARAÚJO, Angela M. Carneiro. (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002(a), p. 59-88.
- _____. "Neoliberalismo e relações de classe no Brasil". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002(b), p. 13–48.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil". *Crítica Marxista*, vol. I, no. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 80–105.
- _____. "Da greve de massa à câmara setorial: ideologia e ação sindical na história do novo sindicalismo (1977–1994)". Projeto apresentado ao FAEP–UNICAMP, Campinas, fevereiro, mimeo, 1995.
- _____. *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991(a).
- _____. "Reforma e persistência da estrutura sindical". In: BOITO JR., Armando. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991(b), p. 43-92.
- BORGES, Altamiro, "A guerra da CLT", *Debate Sindical*, ano 15, no. 41, dez. a fev. dd 2002, p. 4-6.
- BORÓN, Atílio. *Império imperialismo – uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. São Paulo: Zahar, 1998.
- BRECHT, Bertold. *Poemas 1913–1956*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BRIDGES, William. *Mudanças nas relações de trabalho*. Rio de Janeiro: Makron, 1995.
- BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado - crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- BUSSAB, Wilton O. e MORETIN, Pedro A. *Estatística Básica*. São Paulo: Atual, 1987, p. 209–227.

- CANO, Wilson. "O ajuste da década de 90: neoliberalismo e crise". In: *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- CARDOSO, Adalberto. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A trama da modernidade – pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ–UCAM, 1999.
- _____. "O pragmatismo impossível – as origens da Força Sindical". *Novos Estudos*, n. 32, março de 1992, p. 165–182.
- CARDOSO JR., José Celso. Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, vol. 23, no. 2, 2002, p. 899-922.
- CARVALHO, Vanderlei. "Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC". Campinas, dissertação de mestrado, [s.n.], 2004.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião – o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (e outros). *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- COATES, David. "Força de trabalho e competitividade internacional". In: ARAÚJO, Angela M. Carneiro (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p.133-183.
- COHN, Amélia. "Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil". In: LAURELL, Asa Cristina. (org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 225–244.
- COLETTI, Claudinei. "Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 49–104.
- _____. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto – a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTA, Silvio. *Tendências e centrais sindicais – o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- COSTA FILHO, Carlos da. "Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais". In: DINIZ, Eli. (org.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: UNB, 1997, p. 175–212.
- COSTA NETO, Carlos Roberto. "O que é movimento de Renovação Sindical", *Revista Brasiliense*, no. 32, São Paulo, nov./dez. 1960, p. 59-87.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. "Alguns argumentos sobre reformas para o mercado". *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, nº 45, 1998, p. 5–27.
- _____. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, IFCH, 1997.

- DAUCÉ, Noël e DEBONS, Claude. "Base sociale et orientation confédérale: quelques réflexions sur la CFDT". *Critique communiste*, n. 162, Printemps-été, 2001.
- DEDECÇA, Claudio S. "Anos 1990: a estabilidade com desigualdade". In: SANTANA, M.A. (org.) *Além da fábrica - trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 109-139.
- _____. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Instituto de Economia, 1997.
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita – na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DUARTE, Ozéas. *Os mercadores de ilusões – análise crítica do "sindicalismo de resultado"*. São Paulo: Brasil debates, 1988.
- DUMÉNIL, Gerard e LEVY, Dominique. "O imperialismo na era neoliberal". *Crítica Marxista*, no. 18, Rio de Janeiro: Revan, 2004, no prelo.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora Unesp; Boitempo, 1997.
- FARIA, Wilmar. "Reformas institucionales y coordinación gubernamental en la política de protección social de Brasil". *Revista de la Cepal*, agosto de 2002, p. 7–24.
- FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. "Sindicalismo e política social nos Estados Unidos". *Dados*, vol 24, no.2, 1981, p. 213–236.
- FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido – ensaio críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- _____. *Tyranny of the status quo*. Penguin books, 1983.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- GALVÃO, Andréia. "Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil". Campinas, tese de doutorado, [s.n.], 2003.
- _____. "A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo". *Idéias*, vol. 9, n° 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 105–154.
- _____. "A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa". *Crítica Marxista*, no. 14, São Paulo: Boitempo, 2000, p. 150–170.
- _____. "Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do 'novo sindicalismo' metalúrgico nos anos 90". In: JÁCOME RODRIGUES, Iram. (org.) *O novo sindicalismo – vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Educ; Unitrabalho, 1999, p. 113–132.
- GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Maurício Mesquita. "Políticas neoliberais? Mas o que é neoliberalismo?". *Revista do BNDES*, vol. 7, n. 13, junho de 2000, p. 171–190.

- GIANOTTI, Vito. *Força Sindical a central neoliberal – de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. *Medeiros visto de perto*. São Paulo: Brasil Urgente, 1994.
- GODINHO, Maurício. "As mudanças no sindicalismo brasileiro e o problema do assistencialismo". *Cadernos do Ceas*, no. 72, março/abril, 1981, p. 8–17.
- GOGOL, Nicolai. *O capote*. São Paulo: L&PM, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GONZALEZ, Cláudio. "A cooptação faz a Força". *Debate Sindical*, n. 39, set/nov. de 2001.
- GRACIOLLI, Edílson José. "Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonta –1989/1993)". Campinas, tese de doutorado, [s.n.], 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.
- GROS, Denise Barbosa. "Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República". Tese de Doutorado. Campinas, [s.n.], 2002.
- GUÉRIN, Daniel. *Le mouvement ouvrier aux États-Unis de 1866 à nos jours*. Paris: François Maspero, 1977.
- _____. *Facisme et grand capital*. Paris: François Maspero, 1969.
- GUTIERREZ, Andriei da Cunha Guerrero; MARTUSCELLI, Danilo Enrico e CORRÊA, Fernando Ferrone. "PT, Pcdob e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 245–296.
- HABERMAS, Jürgen. "O conservadorismo e a crise capitalista". In: SADER, Emir (org.) *Vozes do século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 111–124.
- HAGGARD, Stephan. e KAUFMAN, Robert. "Estado, reforma económica y políticas de mercado", *Desarrollo Económico–Revista de Ciencias Sociales*. Vol. 35, no. 139, outubro–diciembre de 1995, p. 355–370.
- HATTAM, Victoria C., *Labour visions and state power – the origins of business unionism in the United States*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- HAYEK, Friedrich. A. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: UnB; São Paulo: Visão, 1983.
- HAYWARD, Jack e KLEIN, Rudolf. "Grande-Bretagne: de la gestion publique à la gestion privée du déclin économique". In: JOBERT, Bruno (org.) *La tournant néo-libérale en Europe*. Paris: L'Harmattan, 1994, p. 87–122.
- IANNI, Otávio. "Eu vivo num país que não sei qual é". *Portal Popular*, www.portalpopular.org.br, 9/08/2003.
- JÁCOME RODRIGUES, Iram. "Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90", XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 16 a 20 de outubro de 2001, mimeo.

- _____. "A trajetória do novo sindicalismo". In: JÁCOME RODRIGUES, Iram . (org.) *O novo sindicalismo – vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Educ/ Unitrabalho, 1999, p. 73–94.
- JESSOP, Bob. "From Thatcherism to New Labour: neo–Liberalism, workfarism, and labour market regulation", published by the Department of Sociology, Lancaster University at: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc131rj.pdf>
- JOBERT, Bruno e THÉRET, Bruno. "France: la consértation républicaine du néo–libéralisme". In: JOBERT, Bruno (org.) *La tournant néo–libérale en Europe*. Paris: L’Harmattan, 1994, p. 21–86.
- KAFKA. Franz. *O processo*. Lisboa: Europa América, 1976.
- KING, Desmond. "O Estado e as estruturas sociais de bem–estar". *Novos estudos*, no. 22, outubro de 1988, p. 5–76.
- KREIN, José Dari e OLIVEIRA, Marco Antonio de. "Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998". XXIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1999.
- KUCINSKI, Bernardo. "A mídia de FHC e o fim da razão". In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 181-199.
- LEITE, Márcia de Paula e SOLIS, Sydney Sérgio F. "O último vendaval: a greve dos 700.000". *Cara a cara*, Ano I, no. 2, julho a dezembro de 1978, p. 115–151.
- LEMBRUCH, Gerhard. "RFA: Le cadre institutionnel et les incertitudes des stratégies néo–libérales". In: JOBERT, Bruno (org.) *La tournant néo–libérale en Europe*. Paris: L’Harmattan, 1994, p. 201–232.
- LESBAUPIN, Ivo. e MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Luziano Pereira Mendes de. "A atuação da esquerda no processo Constituinte (1986–1988)". Campinas, dissertação de mestrado, [s.n.], 2002.
- LINHART, Robert. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUKÁCS, George. "Conciencia de Clase", *Historia y Conciencia de Clase*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1970.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARANHÃO, Ricardo. *Os trabalhadores e os partidos*. São Paulo: Semente, 1981.
- _____. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1999.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio e CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical – uma análise sócio–política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS, Heloíza Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante, 1984.

- MATTOS, Fernando Augusto M. e CARDOSO JR., José Celso. "Novas evidências acerca da questão distributiva pós-Plano Real. *Leituras de Economia Política*, no. 6, junho-dezembro, 1999, p. 29-56.
- MATTOSO, Jorge. "Produção e emprego: renascer das cinzas". In: LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999(a), p. 115-132.
- _____. *O Brasil desempregado (como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90)*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999(b).
- McILROY, John. "Os sindicatos e o Estado". In: ARAÚJO, Angela M. Carneiro. (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 89–132.
- _____. "O inverso do sindicalismo". In: ANTUNES, Ricardo. (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 9–70.
- MERCADANTE, Aluizio. "Resultados para quem?". *Teoria e debate*, no.1, dezembro, 1987.
- MIGLIOLI, Jorge. "Burguesia e liberalismo político e economia nos anos recentes". *Crítica marxista*, no. 6, São Paulo: Xamã, 1998, p. 35–50.
- MILIBAND, Ralph. *Socialismo & ceticismo*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953–54)*. São Paulo: Editora Polis, 1978.
- MORAES, Reginaldo Carmelo de. *Pacto Social - da negociação ao pacote*. São Paulo: L&PM editores, 1986.
- _____. "A democracia mal comportada: a teoria política do neoliberalismo econômico". *Universidade e Sociedade*, Ano VI, no. 11, junho de 1996, p. 121–129.
- _____. "Exterminadores do futuro – a lógica dos neoliberais". *Universidade e Sociedade*, Ano IV, no. 6, julho de 1994, p. 6–11.
- _____. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- MOURIAUX, René. *Crises du syndicalisme français*. Paris: Montchrestien, 1998.
- MURILLO, M. Victoria. "La adaptación del sindicalismo argentino a las reformas de mercado en la primera presidencia de Menem". *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, vol. 37, n. 147, octubre–diciembre de 1997, p. 419–446.
- NAVARRO, Mario. "Democracia y reformas estructurales: explicaciones de la tolerancia popular al ajuste económico". *Desarrollo económico – Revista de Ciencias Sociales*, vol. 35, no. 139, outubro–diciembre de 1995, p. 443– 466.
- NASCIMENTO, Regina Helena Malta. "O sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro nos anos de 1980 - os primórdios do 'novo sindicalismo'". In: RAMALHO, R. e SANTANA, M. Aurélio (orgs.) *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro - a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2001, p. 249-296.

- NETTO, José Paulo. "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras". In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O desmonte da Nação – Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.75-90.
- _____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil*. Belo Horizonte: Veja, 1981.
- NITSCH, Manfred e SCHWARZER, Helmut. "De paradigmas e mitos: notas sobre os fundos de pensão chilenos". *Revista de Economia Política*, no. 18, no.2 970), abril - junho de 1998, p. 96-105.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro – a experiência do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves nos anos 80". In: BOITO JR., Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 93-136.
- NOTAT, Nicole. *Je voudrais vous dire*. Paris: Seuil/Calmann–Levy, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. "A política econômica do governo FHC". *Cadernos do Ceas*, no. 165, setembro/outubro de 1996.
- PAES, Maria Helena Simões. "O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (1932–1951)". São Paulo, Dissertação de mestrado, [s.n], 1979.
- PALASSI, Márcia Prezotti. "Olhares sobre a privatização do setor de saneamento capixaba". *24º Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração - ENAMPAD*, 2000, mimeo.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- PAULANI, Leda Maria. "A dança dos capitais". *Praga – estudos marxistas*, n.6, São Paulo: Hucitec, 1988.
- PEDROSO, Bráulio. *Uma Trilogia Fálica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PEREIRA FILHO, José Eduardo. "A privatização das teles". In: D' INCAO, Maria Angela. (org.) *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 273–292.
- PETRAS, James. "Os fundamentos do neoliberalismo". In: OURIQUES, Nildo e RAMPELLI, Waldir. (orgs.) *No fio da Navalha – críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Editora Xamã, 1997, p. 15-38.
- _____. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Editora Scritta, 1995.
- PINTO, Nelson Prado Alves. "O capitalismo financeiro". *Crítica Marxista*, vol.1, no. 5, São Paulo, Xamã, 1997, p.9-26.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Boitempo: São Paulo, 2001.

- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- _____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. "A propos de l'impact populaire du fascisme". *Éléments pour une analyse du fascisme*. Séminaire de Maria Antonietta Macciocchi. Paris VIII, T.1, 1974-75.
- RENNER, Cecília Ornellas. *Dois estratégias sindicais*. São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- RIZEK, Cibele Saliba. "A greve dos petroleiros". *Praga – estudos marxistas*. São Paulo: Hucitec, n. 6, 1998.
- RODRIGUES, José Albertino. *Desenvolvimento e Sindicato no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- ROSS, George e JENSON, Jane. "França – Triunfo e Tragédia". In: ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick (orgs.) *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. São Paulo: Contraponto, 1996, p. 33–65.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.) *Pós Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAES, Décio. *República do capital. – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALLUM JR., Brasília. "O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, vol. 11, nº 2, fevereiro de 2000, p. 23–47.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945–1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SCHAUER, Helmut. "Contestation et confusion". In: BOURDIEU, Pierre. (org.) *Les Perspectives de la protestation – la résistance sociale outre-Rhin, foyer d'une autre Europe*. Paris: Syllepse, 1998.
- SEGNINI, Liliana R. P. "Educação e trabalho, uma relação tão necessária quanto insuficiente". *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 14, no. 2 abr./jun. de 2000, p. 72-81.
- SELIGSON, Mitchell A. "Apoio popular à integração econômica regional na América Latina", *Opinião Pública – revista do Cesop*. Vol. VI, no.2, outubro de 2000, p. 230–251.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SENRA, Stella. "Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor". In: D' INCAO, Maria Angela. (org.) *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 41–60.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Escola S.A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.
- SINGER, Paul. "A raiz do desastre social: a política econômica de FHC". In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 25-44.
- _____. "Um imenso equívoco". *Revista Praga*, São Paulo: Hucitec, no. 6, setembro, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. São Paulo: Editora Global, Livro I – 1ª Parte, 1980.
- SOUTO JR., José Fernando. "Práticas Assistenciais em sindicatos do 'novo sindicalismo': a persistência da roda", XXIV Encontro Nacional da ANPOCS, Petrópolis, 2000. <http://pessoal.bridge.com.br/sindicalismo/progr2000.html>, página consultada em 1/1/2004.
- SOUZA, José dos Santos. "Concepções e propostas da CUT e da Força Sindical para a educação brasileira - anos 90". In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) *Educação e Política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1962.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "A modernização democrática da esquerda: adeus à revolução?". *Crítica Marxista*, ano I, no. 1, 1994, p. 27–38.
- TOLSTÓI. Leon. "A morte de Ivan Ilitch", *As obras primas de León Tolstói*. Rio de Janeiro, Ediouro. 2000.
- TOSI RODRIGUES, Alberto. "A democracia que nos coube: mobilização e regime político no Brasil (1989–1994)". Tese de Doutorado. Campinas, [s.n.], 1999.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. "A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 155–202.
- _____. "Sindicalismo neoliberal – uma contradição em termos, uma possibilidade prática". *Humanitas*, vol. I, no. 1, agosto de 1997, p. 197–209.
- _____. "Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo". Campinas, dissertação de mestrado, [s.n.], 1994.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- VADELL, Javier Alberto. "O pensamento social de Friedrich von Hayek e a teoria política contemporânea". Campinas, Tese de Doutorado, [s.n.], 2002.
- VIANNA, Maria Lúcia Werneck. "As armas secretas que abateram a seguridade social". In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 91–114.
- VISSER, J. "Syndicalisme et désyndicalisation". *Le mouvement social*, Editions ouvrières, no. 162, jan, 1993.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. "Origens do sindicalismo populista no Brasil". *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, abr./jun. 1973, p. 65–105.

- _____. "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, no. 2, maio de 1965.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- WEYLAND, Kurt. "Swallowing the Bitter Pill: sources of popular support for neoliberal reform in Latin America". *Comparative Political Studies*, Vol. 31, no. 5/october 1998, p. 539–568.
- WOOD, Ellen Meiksins. "Trabalho, classe e Estado no capitalismo global". In: SEONE, José e TADDEI, Emilio (orgs.) *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 99-121.
- _____. "O que é (anti)capitalismo". *Crítica Marxista*, no. 17, Rio de Janeiro: Revan, novembro, 2003, p. 37–50.
- _____. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. "Estatismo y neoliberalismo; un contrapunto militar – Chile 1973–1979. *Historia (Santiago)*, vol. 34, 2001, p. 167–226.
- ZARPELON, Sandra Regina. "ONGs, movimento sindical e o novo socialismo utópico". *Idéias*, vol. 9, n° 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 203–244.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- CEBRAP. "Padrões e representação sindical e democracia no Brasil: um *survey* entre trabalhadores", São Paulo, outubro de 1996, mimeo.
- CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) "Clipping – presidente Antônio Francisco", s/d. mimeo.
- CPV (Centro de Documentação Vergueiro). "Greve geral 22 e 23 de maio de 1991". Dossiê CPV, s/d., mimeo.
- _____. "Medeiros – sindicalista padrão do patrão (1981–1993)". Dossiê, mar. de 1994a.
- _____. "Privatização no governo Sarney". Dossiê, set. de 1994b.
- _____. "Petroleiros em luta - 1994 a maio de 1995". Dossiê, jun. de 1995a.
- _____. "Privatização: os protestos dos trabalhadores - 1985-1995". Dossiê, jul. de 1995b.
- DESEP (Departamento de Estudos Sócio-econômicos e Políticos). "A reforma trabalhista na Argentina e os Impasses da Lógica Neoliberal". Resenha DESEP, no. 13, 26 de ago. de 1998.
- DIEESE. *Boletim DIEESE*. São Paulo, 1990-1998.
- _____. *Anuário dos Trabalhadores*, set. de 1998
- _____. "As negociações coletivas no Brasil". São Paulo, 2001(a).
- _____. "A situação do trabalho no Brasil". São Paulo, 2001(b).
- _____. "Os rendimentos do trabalho no Brasil". São Paulo, 2001(c).
- _____. "Participação nos lucros e resultados em quatro sindicatos de São Paulo". Boletim DIEESE, jun. de 1998.
- FIEESP. *Livre para crescer – proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.
- FORÇA SINDICAL. "Congresso Nacional de Fundação". Ano I, no. 1, jun. de 1991.
- _____. *Um projeto para o Brasil – a proposta da Força Sindical*. São Paulo, Geração Editorial, 1993.
- _____. "Curso de Formação Sindical", s/n. 1999.
- _____. *Revista da Força*, Ano I, no. 3, junho de 2001.
- _____. *Revista da Força*, Ano I, no. 4, setembro de 2001.
- _____. *Revista da Força*, Ano I, no. 5, maio de 2002.
- FORÇA SP. *Revista da Força Sindical São Paulo*. Ano I, no. 1, dez. de 2000.
- _____. *Revista da Força Sindical São Paulo*. Ano I, no. 2, Jun. de 2001.
- _____. *Revista da Força Sindical São Paulo*. Ano I, no. 3, out. de 2001.

IBGE. "Sindicato - indicadores sociais, 2001". Brasília, Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, 2003.

INCA (Instituto Cajamar). "Dossiê Força Sindical", agosto de 1991.

SMSP. "Porque os metalúrgicos querem as reformas na constituição", mimeo, s/d (a).

_____.Relação capital e Trabalho, mimeo, s/d(b).

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Imprensa sindical:

Jornal *O metalúrgico* - periódico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1989-2003)

Imprensa nacional:

Folha de S. Paulo (1991-2003)

Imprensa local:

Ipatinga - jornal *Diário do Aço* (julho - outubro de 1991)

LIDERANÇAS ENTREVISTADAS

Força Sindical - João Carlos Gonçalves (Juruna); Marco Motta; João Campanário.

Sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga - Luiz Carlos Faria.

Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo - Fernando Salgado; Pecivaldo; Paulo 'Brucutu'; Sr. Castelo; Heleno Bezerra; Paulo Barbosa (1); Paulo Barbosa (2); José da Silva; Nobre.

Sindicato dos servidores públicos de Osasco - Jessé e Luiz.

Comissão de Fábrica da MWM – Wagner, Márcio, Raimundo (Motoca), André Vicente Nascimento.

Comissão de Fábrica da Rolamentos FAG - Licínio.

Comissão de Fábrica da Metal Leve - Lasão.

ANEXO 1

Questionário aplicado em 1998

Nome: _____ Telefone para contato: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: () Anos

Estado civil: () casado () solteiro () viúvo

() separado () divorciado () outros

1. Qual o nome da empresa em que você trabalha? _____

2. Quantos funcionários há na empresa?

() até 50

() de 50 à 99

() de 100 à 499

() mais de 500

3. Qual a área de atuação da empresa?

() Material elétrico

() Mecânica

() Metalúrgica

() Material de transporte

() Outra

4. Você é sindicalizado?

() Sim Há quanto tempo?

() Não

5. Você é degelado sindical ou cipeiro?

() Sim

() Não

6. Qual o seu salário mensal?

() Até 3 salários mínimos

() Mais de 3 a 5 mínimos

() Mais de 5 a 10 mínimos

() Mais de 10 a 15 mínimos

() Mais de 15 a 20 mínimos

() Mais de 20 mínimos

7. Você tem carteira de trabalho assinada?

Sim Totalmente regularizada Não regularizada

Não

8. Quais são as causas mais importantes do desemprego? (Marque até duas) Coloque Sim ou Não.

Progresso técnico.

Baixa qualificação dos trabalhadores.

Invasão de produtos importados.

Elevação das taxas de juros.

Ganância dos empresários.

9. O desemprego é responsabilidade de alguém?

Sim

Não

Se afirmativo: 9.1. Quem são os principais responsáveis pelo desemprego? (Mais de uma alternativa, se quiser) Coloque sim ou não.

O governo.

Os patrões.

Os trabalhadores que não se qualificam.

O desemprego não é responsabilidade de ninguém.

10. O que é necessário fazer para resolver o problema do desemprego no Brasil? Coloque sim ou não.

Um governo dos trabalhadores

Um grande acordo nacional que envolva trabalhadores, empresários e o governo

Acabar com este capitalismo selvagem

11. O que fazer diante das demissões? Coloque sim ou não.

Fazer greve de protesto para impedir que as demissões ocorram

Fazer acordos com os empresários para obter pagamento dos direitos e indenizações maiores

Não fazer nada

12. Você é favorável às privatizações?

Sim

Não

13. Por que?

14. Que atividades econômicas e que empresas lhe parece correto privatizar? (Coloque Sim ou Não)

Ener.elétrica, água, esgoto, transporte (metrô), distribuição de gás

Telefone

Siderúrgicas, mineradoras, químicas e indústrias em geral

Bancos

Petrobrás

Ferrovias e portos

Nenhuma

Todas

15. Você acha correto que as escolas e os hospitais sejam privatizados?

Sim

Não

16. Por que?

17. As empresas estatais devem ser vendidas?

Sim 17.1 Porque? Os trab. podem comprar parte das ações

Aumenta o emprego

Os funcionários públicos são privilegiados

Aumenta a produtividade

Não 17.2 Porque? São estratégicas

Atendem à população

18. O que você acha que ganha com as privatizações?

19. Você é favorável à privatização da previdência?

Sim

Não

20. Você é favorável à reforma da previdência?

Sim

Não

21. Porque?

22. O que deve ser mudado com a Reforma da Previdência?

23. Quais seriam as principais causas da crise na previdência social? Coloque sim ou não.

- () A corrupção interna
- () Má administração
- () Monopólio estatal
- () O atual sistema de repartição
- () A sonegação de impostos
- () Há muitos privilégios

24. O que você acha que você ganha com a reforma da previdência?

25. Você acha que os funcionários públicos devem ter estabilidade?

- () Sim
- () Não

26. Por que?

27. Você concorda com as afirmativas abaixo? (Coloque Sim ou não)

- () Os func. públicos trabalham menos que os do setor privado.
- () Os func. públicos atendem mal ao público.
- () Os func. públicos têm direitos que foram conquistados com luta.
- () Os func. públicos têm direitos que todos os trab. deveriam ter.

28. Você acha que o trabalhador do setor privado é igual ao trabalhador do setor público?

- () Sim
- () Não

29. Por que?

30. Você é favorável à extinção da aposentadoria integral do funcionalismo público?

- () Sim
- () Não

31. Por que?

32. Você é favorável à ampliação da aposentadoria integral para o setor privado?

Sim

Não

33. Você é favorável à aposentadoria por tempo de serviço?

Sim

Não

33. Por que?

34. Você é favorável à aposentadoria especial?

Sim

Não

35. Você é contrário ao acúmulo de aposentadorias?

Sim

Não

36. Você é favorável ao aumento das pensões do setor privado?

Sim

Não

37. O que você acha que ganha com o fim da aposentadoria integral e da estabilidade dos funcionários públicos?

38. Você acha que o mercado de trabalho deve ser desregulamentado?

Sim

Não

39. Por que?

40. Você é favorável ao contrato temporário de trabalho?

Sim

Não

41. Por que?

42. O que você pensa do contrato temporário de trabalho? Coloque sim ou não.

Este contrato beneficia o trabalhador pois aumenta o emprego.

Este contrato prejudica o trabalhador.

Este contrato só beneficia os patrões.

43. Você é favorável ao contrato em tempo parcial?

Sim

Não

44. Você acha que a CLT deve acabar?

Sim

Não

45. Por que?

46. Você é favorável ao banco de horas?

Sim

Não

47. Por que?

48. Você é favorável à demissão temporária?

Sim

Não

49. Por que?

50. Você acha que deve haver política salarial ou livre negociação na hora de discutir salário? Coloque sim ou não.

Política salarial

Livre negociação

Política salarial e negociação

51. Você é favorável à abertura comercial?

Sim

Não

52. Por que?

53. A abertura geral da economia para importação: (Coloque Sim ou não)

Acabou com a mamata do empresariado brasileiro.

Permitiu que as indústrias se modernizassem.

- Está destruindo a indústria brasileira.
 - Foi positiva pois as indústrias brasileiras estavam ultrapassadas.
 - Aumentou as desigualdades e gerou concentração de renda.
 - Aumentou o desemprego
 - Só favoreceu o capital estrangeiro.
54. O que você acha que ganha com a abertura comercial?

55. Qual a sua opinião sobre o governo atual? Coloque sim ou não.

- Favorável
- Desfavorável

56. Porque?

57. Qual o maior mérito do atual governo?

58. Qual o principal defeito do atual governo?

59. A política econômica atual é:

- Positiva para os trabalhadores
- Negativa para os trabalhadores

60. Você acha que sua vida melhorou com o Real?

- Sim
- Não

62. Por que?

63. Você acha que sua vida está melhor do que na década de 80?

- Sim
- Não

64. Por que?

65. Com o Plano Real: (Coloque Sim ou Não)

- Passei a consumir produtos que antes eu não podia comprar.
- Meu salário manteve-se, mas os preços subiram.

Posso escolher as mercadorias pois a oferta aumentou

Houve recessão e aumentou o desemprego

66. FHC é o melhor candidato à presidência?

Sim

Não

ANEXO 2

Prezado pesquisador, grave a entrevista e procure seguir o roteiro abaixo.

Caso necessário, esclareça que o objetivo da entrevista é acadêmico.

Agradeça ao final.

Roteiro da entrevista realizada no dia 1º de maio de 1999.

Nome

Profissão

Qual as causas do desemprego?

Você é favorável às privatizações? O que você ganhou com as privatizações?

O que você acha do Contrato temporário de trabalho?

Você é favorável à estabilidade no emprego do funcionalismo público?

Qual sua visão sobre os trabalhadores do setor público?

ANEXO III

Diretoria executiva da Força Sindical, em 1991

Presidente - Luiz Antonio de Medeiros (Sind. Dos metalúrgicos e Confederação dos Metalúrgicos)

Vice presidente - Melquíades de Araújo (Fed. Dos Trab. Na Indústria da Alimentação do Estado de SP)

Secretário geral - Enilson Simões (Sind. empreg em Centrais de abastecimento do Estado de SP)

1º Secretário - Luiz Carlos de Miranda Faria (Sind. Metalúrgicos de Ipatinga/MG)

Tesoureiro-geral - Rubens Romano (Sind. Empregados no Comércio de SP)

1º Tesoureiro - Reginaldo Mendes (Fed. Vigilantes do Estado de SP)

Secretário de Comunicações - José Roberto Fernandes (Sind. dos empregados desenhistas de SP)

Secretário de relações Sindicais - Arnaldo Gonçalves (Sind. metalúrgicos de Santos)

Secretário de Formação - Cláudio Camargo Crê (Sind. Metalúrgicos de Osasco)

Secretário de Assuntos Agrários - Mauri Viana (Sin. Traba rurais de Manoel Ribas - PR)

Secretário de políticas públicas - Antonio Carlos Batista da Costa (Fed. Dos metalúrgicos do RJ)

Secretária de relações internacionais - José Ibrahim (Sind. Metalúrgicos de Osasco)

Secretário de eventos - Wanderlei Jsé da Silva (Sind. Dos estivadores de Santos)

Secretário das comissões das Empresas - Lúcio Antonio Bellantani (sind. Metalúrgicos de SP)

Secretário de assuntos previdenciários e aposentadorias públicas - Paulo Lucânia (Fed. Comerciantes de SP)

Secretário de Relações Institucionais - Feliciano Moreira (sind. Dos técnicos em segurança do Estado do Paraná)

Secretário dos direitos da cidadania - Luiz Gustavo de Pádua Walfrido (Fed. Dos empreg. em estab. bancários de Alagoas, Pernambuco, R. grande Norte)

Secretário da saúde higiene e segurança do trabalho - Rogério Tanuri Pereira da Costa (sind. Metalúrgicos de Ouro Branco /MG)

Secretário da Cultura - Luiz Martins de Souza (Sind. Dos Rodoviários do Município de Rio de Janeiro/RJ)

Secretário Região - Norte Francisco Braga (Sind. Trab. Ind. Extrativas do Amazonas)

Secretária Região Nordeste - Maria Natividade Pinho Belém Rocha (Inst. Trabalhadores do Ceará)

Secretário região Centro-oeste - Roberto Ferreira (Fed. Metalúrgicos de Goiás)

Secretário região sudeste - Francisco Cardoso Filho (Sind. Metalúrgicos de Guarulhos)

Secretário região Sul - Francisco Gorges (Fed. Metalúrgicos do PR)